

REVOLU ÇÃO E DEMO CRACIA

40 ANOS APÓS ABRIL DE 1974

Organização Álvaro Borralho



hnmus

REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

40 ANOS APÓS ABRIL DE 1974

Álvaro Borralho (org.)

hms

AVALIADORES CIENTÍFICOS

Ana Nunes de Almeida
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

António Teixeira Fernandes
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Dulce Maria Scott
Anderson University (Indiana)

Eduardo Paz Ferreira
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pedro Tavares de Almeida
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

João Peixoto
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Manuel Augusto Meirinho Martins
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

ÍNDICE

- 7 Introdução
Álvaro Borralho
- 13 Efeitos da crise económica nos níveis e formas de participação política:
Portugal no contexto europeu
José Manuel Leite Viegas
- 35 Portugal democrático, a Europa e o Euro
Roberto Amaral
- 47 A governação democrática portuguesa perante a intervenção da Troika:
padrões de governação-oposição e determinantes individuais ao regime
e da confiança política
André Freire
- 91 Mulheres e democracia em Portugal
Piedade Lalanda
- 109 Do privado ao público: os caminhos da igualdade de género nas últimas
quatro décadas em Portugal
Manuel Lisboa
- 135 Democracia e missão da universidade pública:
algumas reflexões a partir do contexto de ação da APS
Ana Romão / João Teixeira Lopes
- 153 Uma modernidade tardia - mudanças demográficas nos Açores
(1974-2014)
Gilberta Pavão Nunes Rocha
- 173 Diáspora e identidade açoriana: elementos para uma abordagem
sociológica
Rolando Lima Lalanda Gonçalves
- 189 Welcoming Suburbs? The Housing Experiences of Recent Immigrants
in the Outer Suburbs of Vancouver (Canada)
João Carlos Teixeira

INTRODUÇÃO

“Um momento, durante os primeiros meses que se seguiram ao 25 de Abril, houve a esperança de que realmente alguma coisa iria mudar. O Portugal revolucionário ia ser exemplo, um passo em frente para uma Europa nova, o país cuja sociedade garantiria a cada cidadão um lugar digno.”¹

O 25 de Abril de 1974 e o período que se lhe seguiu, inauguraram a fase na qual a sociedade portuguesa conheceu as mais profundas mudanças sociais do século passado. A rutura política, e consequente reordenação do poder político, deu origem a um conjunto amplo de mudanças políticas e sociais, designadamente, o aparecimento de novos protagonistas e agentes políticos que vão levar à reconfiguração do campo político português, assim como a transformação de amplos sectores sociais. Com efeito, a sociedade portuguesa vai conhecer formas de participação social e de participação política nunca antes registadas. Não se trata apenas da universalização do voto, com as eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, mas da constituição de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, comissões de moradores, associações, etc., que representam os mais diversos sectores e classes sociais. A profunda transformação da sociedade portuguesa fez emergir novos protagonistas sociais e políticos, convergindo, ambos, num processo de democratização no qual o novo regime procurou valores de regularidade, de amplitude, de igualdade e de participação cívica e com eles

1 Carvalho, J. Rentes de (2014), *Portugal, a Flor e a Foice*, Lisboa, Quetzal Editores, p. 221.

conferiu protecção aos seus cidadãos. Por outras palavras, na promoção de uma cidadania activa, ainda que esta seja, por vezes, difusa e não englobe a maioria dos portugueses. No entanto, inaugurou uma época caracterizada pela livre participação dos cidadãos, sem medo de represálias e com completa liberdade em termos de opinião, associação e decisão. No fundo, uma democratização baseada numa cidadania institucionalizada sujeita a regras regulares entre governados e governantes, tal como a define Charles Tilly.²

Apesar do esforço notável que constituiu a democratização da sociedade portuguesa, o País passou por períodos bastante conturbados caracterizados por instabilidade política, crise económica – por vezes, associados –, e instabilidade social. Os anos mais recentes têm revelado, justamente, a incapacidade de a sociedade portuguesa em promover o desenvolvimento registado anos antes. Os estudos e as análises recentes sobre as desigualdades sociais revelam o aumento considerável destas, com fortes disparidades na distribuição da riqueza e o aumento da pobreza em sectores mais fragilizados da sociedade.

Foi sobre este conjunto de alterações que se debruçou o X Encontro de Sociologia dos Açores, intitulado *Revolução e democracia: 40 anos após Abril de 1974*, realizado em Novembro de 2014 e que contou com a participação de diversos intervenientes. Realizados desde 1996, ocasionando-se com o início do curso de Sociologia na Universidade dos Açores, os Encontros de Sociologia sempre procuraram o debate de temas sobre a sociedade portuguesa e a sociedade açoriana, com o objectivo de analisar as suas transformações e processos sociais, além de procurarem estimular o salutar e conhecimento sobre estas realidades. O X Encontro não fugiu a esta regra e a sua realização permitiu a publicação da presente obra que reúne o contributo de nove comunicações, agora convertidas em capítulos. Há uma grande diversidade de temas que vão desde as transformações recentes, com especial destaque para a recente crise económica, até processos mais longos, como sejam as mudanças demográficas, passando pela missão universitária ou pela participação política das mulheres.

Assim, o primeiro capítulo, de José Manuel Viegas, debruça-se sobre os *Efeitos da crise económica nos níveis e formas de participação*

2 Tilly, Charles; Wood, Lesley J. (2010), *Los Movimientos sociales, 1768 – 2008*. Desde sus orígenes a facebook, Barcelona, Editorial Crítica, p. 249.

política: Portugal no contexto europeu, interrogando de que forma a crise económica afetou as atitudes e os comportamentos políticos. Entre estes comportamentos pode-se apontar a participação eleitoral – o voto – e a participação organizacional, designadamente, as formas de acção colectiva (manifestações, protestos, etc.). O autor propõe-se verificar a evolução da participação convencional e não convencional no País, a partir de 2002, comparando-as com as registadas noutros países europeus, além de verificar com maior detalhe as alterações na composição social dessas formas de participação e, em particular, nos países mais afetados pelas políticas de austeridade.

Segue-se o capítulo assinado por Roberto Amaral, dedicado a analisar o *Portugal Democrático, a Europa e o Euro*, traçando as fases atravessadas por Portugal no processo de integração europeia e chamando a atenção para o facto de a opção europeia só ter sido plenamente assumida com o processo de democratização criado depois do 25 de Abril de 1974. Sem deixar de nortear a sua abordagem por uma visão crítica da integração, mas sem a colocar em causa, reflecte acerca da adesão ao Euro, processo que não se encontra concluído e da necessidade de o concluir em favor dos países menos favorecidos.

O terceiro capítulo, de André Freire, aborda *A governação democrática portuguesa perante a intervenção da Troika: Padrões de governação-oposição e determinantes individuais do apoio ao regime e da confiança política*. São objectivos do autor reflectir sobre a democracia portuguesa durante o período de assistência financeira pelo conjunto das organizações que ficaram conhecidas como Troika – Banco Central Europeu (BCE), Comissão Europeia (CE) e Fundo Monetário Internacional (FMI) –, assim como verificar o modo como um conjunto de situações decorrentes da assistência financeira influenciaram o processo político. Assim, interroga se o padrão de governação e o padrão da oposição, após a intervenção externa, abalaram a confiança dos cidadãos nas instituições, enumerando, no final, um conjunto de elementos fundamentais caracterizadores do período de assistência.

Piedade Lalanda, no quarto capítulo, dedica a sua reflexão às *Mulheres e Democracia em Portugal*, observando que a democracia instaurada com o 25 de Abril alterou, de forma indelével, o papel social da mulher na sociedade portuguesa. Todavia, a presença de um maior número de mulheres na sociedade não pode fazer esquecer as desigualdades de género que ainda persistem, designadamente no campo político, onde

são a minoria. Desta forma, inventaria um conjunto de fatores possíveis de serem acionados com vista ao combate dessas desigualdades e capazes de promover a inclusão feminina.

No quinto capítulo, Manuel Lisboa, em *Do Privado ao Público: os caminhos da igualdade de género nas últimas quatro décadas em Portugal*, também interroga o conjunto das desigualdades de género, em especial, na tomada de decisões das esferas económica e política, no conhecimento e políticas públicas de combate à violência contra as mulheres e nas políticas públicas em relação às sexualidades não-hegemónicas. O autor procura demonstrar que a modernização de Portugal se acelerou nas últimas quatro décadas, mas não criou, ainda, uma verdadeira igualdade de género que só a participação no poder político, por parte daqueles que ainda se encontram excluídos, poderá consolidar.

No capítulo seguinte, Ana Romão e João Teixeira Lopes, reflectem sobre a *Democracia e missão da universidade pública: algumas reflexões a partir do contexto de ação da APS*. A partir da experiência da Associação Portuguesa de Sociologia (APS), os autores reflectem sobre o papel do ensino superior público na modernização da sociedade portuguesa. A democratização do acesso a este ensino teve como resultado um processo mais amplo de mobilidade social ascendente, assim como o desenvolvimento da ciência permitiu um desenvolvimento da Sociologia e dos saberes a ela associados, possibilitando um melhor e mais profundo conhecimento da sociedade portuguesa. Por conseguinte, defendem que a APS se tem batido por uma maior visibilidade pública das Ciências Sociais e da Sociologia, sendo imperioso defender uma política científica que não se pautе por critérios meramente quantificáveis e assente numa lógica empresarial.

No sétimo capítulo, Gilberta Pavão Nunes Rocha, aborda um conjunto de alterações sociais, decorrentes da instauração da democracia em Portugal, que afectaram a dinâmica demográfica portuguesa. Em *Uma Modernidade Tardia: mudanças demográficas nos Açores (1974-2014)*, a autora aborda a evolução do movimento natural e migratório nos Açores, ao longo de 40 anos, em especial a natalidade e a sua relação com a nupcialidade, verificando níveis de mortalidade, de natalidade e de emigração bastante elevados, assim como uma notória imigração, embora não muito elevada. Assistindo-se nos Açores a mudanças de tendência similar ao que se verifica no País, ainda que com algum desfa-

samento temporal, a autora identifica a Região como tendo uma modernização mais tardia.

Em *Diáspora e Identidade Açoriana: elementos para uma abordagem sociológica*, no capítulo seguinte, Rolando Lima Lalanda Gonçalves procura compreender a problemática identitária açoriana a partir da análise dos meios de comunicação social, em especial, da Internet. Partindo de uma abordagem comunicacional dos processos migratórios, inscrita na abordagem psicossociológica e integrada na Sistemática Qualitativa, o autor propõe uma dupla análise: num primeiro momento, a insularidade enquanto elemento fundamental da relação entre as comunidades locais e comunidades de emigrantes e, num segundo, verificar a importância que a Internet assume nesta relação mediatizada.

Finalmente, e a concluir este conjunto de abordagens, o capítulo nono, assinado por José Carlos Teixeira, com o título *Welcoming Suburban Communities? The Housing Experiences and Coping Strategies of Recent Immigrants in the Outer Suburbs of Vancouver*. Impõe-se aqui uma prévia explicação acerca do título e da inserção deste capítulo.

José Carlos Teixeira é um geógrafo micaelense há muito radicado no Canadá onde tem realizado diversas investigações acerca das comunidades emigrantes açorianas, sendo presentemente Associate Professor na Universidade da British Columbia (Okanagan Campus). Embora não ligado directamente ao tema desta obra, não se quis deixar de lado a contribuição deste investigador na publicação. A reflexão de José Carlos Teixeira, em inglês, mostra como os novos imigrantes canadianos estão a preferir outros destinos residenciais fora dos grandes centros urbanos. A sua análise avalia as estratégias dos imigrantes de Richmond e Surrey, dois subúrbios de Vancouver, nos quais a população imigrante aumentou significativamente nos últimos anos, mostrando as várias dificuldades enfrentadas por estes novos imigrantes no estabelecimento da sua residência, em particular, no mercado de arrendamento, obstáculos que se articulam mal com a condição social migrante.

O conhecimento que provém destas reflexões leva a um melhor entendimento do País que somos. Um País que se desenvolveu economicamente, se modernizou, se integrou num espaço europeu e que permitiu a um conjunto amplo de cidadãos maiores e melhores condições de existência seja em termos educativos, de acesso à saúde, à cultura, à participação cívica, etc. Esse é o País que cumpriu o enunciado político-ideológico legado pelo 25 de Abril. Mas, simultaneamente, que ainda

não permitiu a amplas franjas da sociedade portuguesa o usufruto dos mesmos direitos, do mesmo desenvolvimento e das mesmas oportunidades. Esse é o Portugal pelo qual ainda há muito a fazer, para que a democracia, as suas conquistas e os seus benefícios possam ir ao encontro de todos. O que aqui se publica e se dá a conhecer é um pequeno contributo para esse objectivo comum.

Uma palavra final de agradecimento para o conjunto de avaliadores científicos que examinaram os contributos reunidos e permitiram à presente obra, que se quer para o público em geral, possa ser, concomitantemente, uma publicação científica. Um agradecimento ainda à Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, do Governo Regional dos Açores, que através do financiamento a um projecto apresentado em concurso público, possibilitou os recursos materiais necessários à sua publicação.

Álvaro Borralho

EFEITOS DA CRISE ECONÓMICA NOS NÍVEIS E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

José Manuel Leite Viegas | CIES.ISCTE-IUL

INTRODUÇÃO

A crise económica na Europa, em especial nos países do sul, que sofreram mais severamente as suas consequências, afetou significativamente as atitudes e comportamentos políticos dos indivíduos, nomeadamente os que se reportam à participação política. Nesta área, os estudos já realizados têm incidido mais nos comportamentos eleitorais, dando relevância à subida do “voto económico”, mas também à subida do voto em partidos populistas e nacionalistas, com consequências na composição dos parlamentos e nas orientações políticas dos governos (Marsh e Mikhaylov, 2012; Martín e Urquizu-Sancho, 2012; Bosco e Verney, 2012; Lewis-Beck e Nadeau, 2012; Freire e Santana, 2012). Entretanto, também já surgiram as primeiras análises sobre os comportamentos políticos não eleitorais, que revelam mudanças significativas na participação de protesto (Baumgarten, 2013; Accordero e Pinto, 2014). Não está só em causa o aumento do número de manifestações, greves, petições e outras formas de protesto, mas também o perfil dos que se envolvem nessas ações, as formas de mobilização e de ligação à sociedade civil, entre muitos outros aspetos.

As mudanças na participação política devido a fatores conjunturais vão inserir-se, no entanto, em tendências políticas de médio e longo prazo, de carácter mais estrutural, que se manifestaram nas últimas décadas do século passado e primeiros anos do século XXI. Estamos a referir-nos a tendências como a diminuição do peso da ideologia e o aumento do pragmatismo político, a volatilidade do voto, o aumento das preocupações ambientalistas, o acesso generalizado à internet e a crescente

individualização da ação política, que correspondem a características de sociedades com níveis de vida mais elevados, maior escolarização e com crescimento contínuo do sector terciário e das profissões liberais (Inglehart, 1977; Norris, 1999; Schweisguth, 2004; Dalton, 1996).

Não se trata, obviamente, de contrapor os efeitos de curto prazo aos de longo prazo, mas de tentar analisar, ainda que indiretamente, como essas tendências se articulam no momento presente. Esta análise, no entanto, não se direciona para um estudo aprofundado qualitativo. Interessa-nos antes ver, em extensão, a evolução da participação, nas suas diferentes modalidades, dando particular atenção às que se inserem na tipologia de protesto e ao período das crise económica.

Assim, podemos considerar os seguintes objetivos deste trabalho:

1. Analisar a evolução da participação convencional e não convencional em Portugal desde 2002 e comparar com a evolução dessas formas de participação nos outros países europeus,
2. Analisar as mudanças na participação convencional e não convencional ocorridas em Portugal depois do desencadear da crise de 2008, e comparar com as que ocorreram nos outros países europeus, em particular os países do sul e, mais especificamente, os que tiveram resgate financeiro e/ou foram mais afetados pelas políticas de austeridade.

Com estes objetivos, o texto tem os seguintes desenvolvimentos. No primeiro ponto são apresentadas e discutidas as teorias sobre a participação política, quer as que se reportam às transformações estruturais, quer as que incidem nos efeitos da crise económica. Este ponto inclui, ainda, a apresentação das hipóteses. No segundo ponto expõe-se a metodologia da investigação e os aspetos técnicos de recolha e tratamento dos dados. O terceiro ponto será dedicado aos primeiros resultados empíricos, sendo apresentados resultados sobre a evolução da participação convencional e não convencional, de 2002 a 2012, referentes a Portugal e os países europeus englobados no European Social Survey. No quarto ponto analisaremos a participação política em Portugal, antes e depois da crise económica, comparando com a participação política dos outros países europeus, em particular aqueles que sofreram resgates financeiros e/ou foram sujeitos a austeras políticas de austeridade. Finalmente apresentam-se as principais conclusões do estudo.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. TEORIA E HIPÓTESES

Para Verba e Nie, no seguimento de Almond e Verba (1963), a participação política é entendida como as “atividades desenvolvidas pelos cidadãos mais ou menos direcionadas para influenciar a decisão dos governantes” (Verba e Nie, 1972: 2). Estas ações desenvolvem-se no campo institucional e legal, e os alvos que se pretendem influenciar são os poderes políticos.

O estudo empírico de Barnes *et al.* (1979) corresponde a uma mudança importante no significado e abrangência do conceito de participação política. Estes autores vieram a incluir na participação política modalidades até então excluídas destes estudos, nomeadamente as designadas modalidades “não convencionais” de participação, que incluíam novas formas de participação de protesto, legais e ilegais (ocupações de casas, obstruções de vias de trânsito, boicote a produtos, etc.). As outras formas de participação não eleitoral, anteriormente consideradas, eram incluídas na designada “participação convencional”.

Esta mudança no campo teórico reflete o que se estava a passar na realidade empírica na década de 60, nomeadamente o alargamento da participação de protesto, sob diferentes formas, sem que tal significasse uma contestação global ao sistema democrático. Surge uma outra visão da sociedade e dos seus atores políticos. A criação da modalidade de participação “boicote a produtos” reflete claramente o que pretendemos dizer (Barnes, *et al.*, 1979). Por um lado a individualização da ação, dando origem ao que se designou como “participação de consumo” (Teorel, Torcato e Montero, 2007), por outro lado, a consideração de outros alvos do protesto para além dos decisores políticos, nomeadamente as grandes corporações ou organizações, mercantis ou não lucrativas, mas com poder de alocação de recursos na sociedade.

Neste estudo, consideraremos o conceito alargado de participação política, isto é, englobando as “atividades que se direcionam para influenciar as escolhas dos governantes e as suas decisões, mas também as que pretendem influenciar as decisões das grandes corporações ou associações, lucrativas ou não lucrativas, com poder económico e social” (Viegas, Belchior e Seiceira, 2010: 21).

No campo mais analítico e empírico é de destacar, pela sua repercussão, a proposta de Inglehart (1997) de distinção entre os valores materialistas e pós-materialistas, que inclui o pressuposto de expansão

destes últimos valores políticos nas gerações mais instruídas e mais jovens, que cresceram num meio social de maior segurança e bem-estar económico — a geração do pós-guerra. A participação, política e social, é claramente um valor pós-materialista, pelo que se esperava uma crescente adesão a este valor político nas democracias desenvolvidas.

Em anos mais recentes, outros autores apontam para outras transformações nas atitudes e comportamentos dos cidadãos com implicações na participação política, que vão no sentido da “individualização” e “atomização” da acção (Dalton e Watterberg, 1993), no surgimento do “cidadão crítico”, menos alinhado ideologicamente (Norris, 1999; Schweisguth, 2004) ou no declínio da identidade partidária como suporte da participação política (Dalton, 1996; Wren e MacElwain, 2007). As consequências na participação política destas mudanças de valores e atitudes não são, no entanto, lineares.

Alguns autores apontam para o tendencial baixo investimento na participação política e social e, mesmo, para o declínio de algumas modalidades de participação mais institucional (Brady, 1999; Putman, 2000; Viegas e Faria, 2009; Viegas, Belchior e Seiceira, 2010; Teorel, Torcal e Montero, 2007). Outros autores apresentam este declínio participativo como revelador de um fenómeno mais amplo de desafetação dos cidadãos das instituições políticas democráticas (Montero, Gunther e Torcal, 1997; Newton e Morris, 2000; Magalhães, 2004). Em outros trabalhos considera-se que o decréscimo de participação mais institucional e continuada seria compensado por novas modalidades de participação, menos convencional (Montero e Torgal, 1994; Liphjart, 1997) ou mais instrumental e localizada no tempo (Viegas, Faria e Santos, 2010). Alguns autores falam mesmo no surgimento da “participação de consumo”, atendendo às suas características individuais e instrumentais (Teorel, Torcal e Montero, 2007).

O padrão de participação política em cada país resiste, no entanto, a alterações profundas no curto e médio prazo. No caso português os estudos feitos apontam para baixos níveis de participação, em particular nas modalidades de protesto, na utilização da internet e no boicote a produtos. Os valores mais elevados de participação política aparecem na modalidade de contacto (funcionário público, partido ou associação política) ou na participação em “associação ou organização de carácter social” (Teorel, Torcato e Montero, 2007; Viegas, Belchior e Seiceira, 2010).

Centremos, agora, a nossa atenção em Portugal no período mais recente, de 2008 a 2012. Apesar da crise se ter generalizado na Europa, ela teve consequências particularmente gravosas para os cidadãos dos países que ficaram sujeitos a resgate financeiro, a Grécia, a Irlanda, Portugal e também a Espanha embora, neste caso, o resgate se tenha circunscrito aos bancos.

Que efeitos teve a crise económica nos padrões e tendências de participação política nestes países?

O tempo ainda é curto para termos dispormos de análises detalhadas sobre os efeitos da crise. Os estudos que já surgiram centraram-se nos resultados eleitorais: mudanças nos governos, crescimento dos partidos populistas e extremistas de direita (Martin e Urquizu-Sancho, 2012). No referente às motivações do voto, as análises eleitorais salientam a importância adquirida pelos factores económicos de natureza conjuntural (Freire e Santana-Pereira, 2012; Bosco e Verney, 2012; Marsh e Mikhaylov, 2012; Lewis-Beck e Nadeau, 2012). Na participação não eleitoral, o enfoque tem estado no protesto, particularmente nas novas formas organizativas e nos segmentos sociais envolvidos (Baumgarten, 2013; Accordero e Pinto, 2014).

Com a crise económica o protesto tem incidido nas consequências das políticas de austeridade e nas condições laborais, nomeadamente no trabalho precário (Accordero e Pinto, 2014). Surgiam novos atores e agentes de mobilização na sociedade civil, mas as organizações tradicionais, como os sindicatos, mantiveram o seu papel de enquadramento e mobilização. A participação de protesto alargou-se a novos segmentos sociais das classes médias e das classes etárias mais elevadas.

Neste enquadramento, as nossas hipóteses, para as tendências de mudança a médio prazo, mas também para as mudanças ocorridas depois do surgimento da crise económica e financeira de 2008, são as seguintes.

Hipóteses sobre a participação política em Portugal, comparativamente aos outros países europeus, no período de 2002 a 2012:

1. Os níveis de participação política convencional em Portugal são equivalentes aos que se registam nos outros países do sul e superiores aos que se registam nos países do leste europeu, com poucas flutuações no período considerado.

2. Portugal tem níveis mais baixos de participação não convencional do que os que se registam nos países do centro e norte da Europa e, mesmo, da generalidade dos países do sul, sendo só superiores aos dos países do leste. Esta participação política tem, no entanto, tendência a subir no fim do período considerado, com o advento da crise económica.

Hipóteses de alteração da participação política em Portugal depois do desencadear da crise de 2008, em comparação com os países do sul da Europa e os países intervencionados:

3. A participação política convencional permanece sem grandes alterações em Portugal no período considerado.
4. A participação não convencional aumenta em Portugal de 2008 para 2012, de acordo com o que se passa nos países do sul e leste europeu.
5. A participação de protesto aumenta significativamente nos países intervencionados, Portugal incluído.

DADOS E METODOLOGIA

Na tentativa de testar estas hipóteses baseámo-nos nas respostas à questão B11. “(...) *Nos últimos 12 meses, realizou alguma das seguintes acções?*” dos inquéritos realizados pelo *European Social Survey*¹ desde 2002 até 2012 em 20 países².

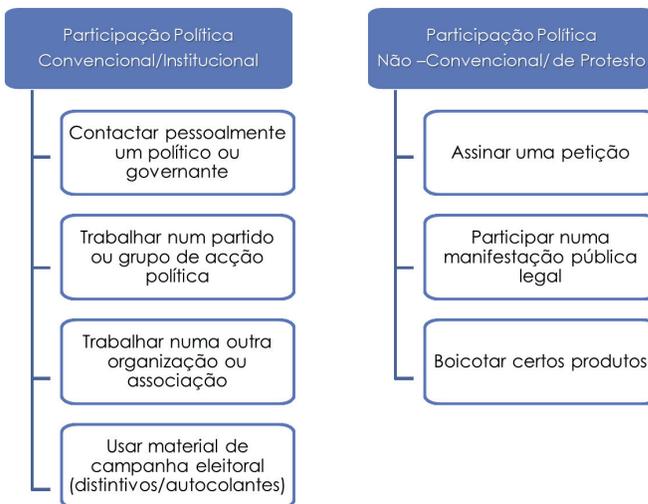
Dependendo da natureza e objectivos da hipótese a testar, por um lado, agrupámos os países em análise, numa primeira fase em países do norte, do centro, do leste e do sul; e numa, segunda fase, em países intervencionados (Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal). Em cada uma destas fases, há uma perspectiva longitudinal que incide, ora no período completo para o qual temos dados disponíveis (2002-2012) e que traça o panorama da evolução da participação política na Europa; ora centra-se no período antes e depois da crise económica e social de 2008 (2008-2012) de forma a compreender as possíveis mudanças no padrão de participação.

1 <http://www.europeansocialsurvey.org/data/round-index.html>

2 Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia, Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Irlanda, Reino Unido, Suíça, Bulgária, Estónia, Hungria, Polónia, República Checa, Eslovénia, Espanha, Grécia, Portugal.

Quanto às acções/formas de participação política realizadas pelos indivíduos inquiridos, estas foram agregadas, com base em quadro teórico, em duas modalidades: a) formas de participação política convencional (ou de cariz institucional com uma dimensão política e/ou social) e b) em formas de participação política não convencional (que inclui formas tradicionais de protesto ou até mesmo o que se pode designar por novas formas de participação política) (Figura 1).

Figura 1. Modalidades de Participação Política em análise.



Foi apenas levado em linha de conta as respostas afirmativas dos inquiridos a cada uma das formas de participação política apresentadas. Desta maneira, foi calculada, para cada país e ano em análise a percentagem das respostas afirmativas em cada uma das formas de participação política acima apresentadas e, posteriormente, calculada a percentagem média para a modalidade de participação política respectiva.

Para auxiliar a análise longitudinal e comparativa dos dados, foi realizado um teste á igualdade das porporções para testar se as diferenças de percentagens em cada uma das duas modalidades de participação política são estatíticamente significativas entre 2002 e 2012 e entre 2008 e 2012, em cada um dos países em análise.

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (2002 A 2012)

Pesquisas anteriores mostraram que a participação política nas diferentes modalidades é, em Portugal, globalmente inferior à que se regista nos países do norte e centro da Europa, por vezes equivalente à participação política dos países do sul, e pouco superior à que se regista nas novas democracias do leste europeu (Teorell, Torcal e Montero, 2007; Viegas e Faria, 2009). Estamos a considerar o período longo, antes de se ter desencadeado a crise de 2008. Esses mesmos estudos também revelaram que, em certas modalidades, como a participação em organizações ou associações de carácter social, os valores de participação encontrados para Portugal aproximam-se dos que se registam em alguns países do centro da Europa e superiores aos dos países do sul e leste europeu.

Já no que se refere à participação nas modalidades de protesto, nomeadamente na subscrição de “petições”, ou nas designadas “novas formas de participação” Portugal apresentava valores de participação baixos e com grande resistência à mudança (Teorell, Torcal e Montero, 2007; Viegas, Belchior e Seiceira, 2010).

Vejam agora que informação nos dá os dados do *European Social Survey* para o período de 2010 a 2012 no que se refere à participação convencional (Quadro 1). Se considerarmos os valores médios de participação, Portugal apresenta valores bastante inferiores aos dos países do norte da Europa, e também inferiores aos dos países do centro, o que está de acordo com as nossas hipóteses (4% em Portugal, em comparação com 20,9 % na Noruega, 18,9% na Finlândia ou, mesmo, 11,3 na Holanda). No conjunto dos países do sul da Europa, Portugal tem valores de participação convencional inferiores à Espanha e, mesmo, à Grécia. A participação convencional em Portugal é, mesmo, inferior à da generalidade dos países do leste, com exceção da Bulgária, o que não confirma a nossa hipótese, em que prevíamos uma participação convencional superior em Portugal relativamente aos países de leste.

Em termos evolutivos a tendência é para a estabilização da participação convencional em Portugal, mas o mesmo acontece na generalidade dos outros países europeus, mesmo naqueles países com padrões elevados de participação política, como são os países nórdicos. Haverá uma ou outra exceção - com crescimento nos casos da Suécia e Alemanha, e com decréscimo nos casos da França e Bélgica - mas a tendência geral é de estabilização desta participação.

Neste panorama, Portugal segue a tendência maioritária na Europa, só que os valores absolutos são baixos, desde o início. Em qualquer dos casos, os resultados empíricos encaixam nas explicações teóricas que apontam para um decréscimo do envolvimento participativo tradicional, institucional e coletivo. Embora de modo indireto, estes resultados também poderão indicar uma menor disposição para uma participação regular, com orientação ideológica, em favor de uma participação pontual, pragmática e menos ideologizada. Mas, para reforçar este entendimento, precisamos de analisar a participação não convencional.

Quadro 1. Evolução da participação política convencional nos países europeus, 2002-2012 (%).

		2002	2004	2006	2008	2010	2012	% Média (2002-2012)	% Média (grupo de países)	Dif. 2012-2002	Sig	
Norte	Dinamarca	11,1%	13,9%	14,5%	14,6%	13,9%	13%	13,5%	17,2%	1,9%	-1,64	
	Finlândia	18,6%	17,9%	18,1%	18,7%	19,9%	18,9	18,7%		0,3%	0	
	Noruega	21,1%	19,9%	19,9%	20,4%	21,3%	22,9%	20,9%		1,8%	-1.224	
	Suécia	14,2%	13,7%	15,7%	16%	16,9%	18,8%	15,9%		4,6%	-3,838	**
Centro	Alemanha	10,2%	9,8%	10,3%	12,7%	12,5%	14,3%	11,6%	10,8%	4,1%	-4,804	**
	Bélgica	13,5%	9,5%	14,9%	11,9%	10,7%	11,4%	12%		-2,2%	1,963	
	França	12,4%	12%	11,4%	11,2%	10,8%	8,9%	11,1%		-3,5%	3,285	**
	Holanda	11,2%	9,8%	11,6%	11,7%	12,1%	11,6%	11,3%		0,4%	-0404	
	Irlanda	12,5%	11,8%	11,9%	12,8%	7,5%	10,1%	11,1%		-2,5%	2,509	**
	Reino Un.	10,2%	8,3%	9,6%	6,2%	7,2%	8%	8,2%		-2,3%	2,509	**
	Suíça	12,6%	10,6%	9,6%	9,2%	10%	11%	10,5%		-1,5%	1,463	
Leste	Bulgária	-	-	2,5%	3,2%	2,9%	2,8%	2,8%	5,3%	0,3%	-0,532	
	Estónia	-	4,3%	5,3%	6,2%	7%	5,8%	5,7%		1,5%	-2,27	**
	Hungria	5,9%	3,3%	4,5%	5,9%	5,9%	2,6%	4,7%		-3,4%	4,891	**
	Polónia	5,4%	4,9%	3,7%	5,2%	5,9%	5,4%	5,1%		0%	0	
	Rep. Checa	11%	8,5%	-	7,5%	6,9%	6,9%	8,1%		-4,1%	4,021	**
Sul	Eslovénia	5%	4,5%	6,2%	5%	4,1%	3,3%	4,7%	6,4%	-1,8%	2,258	**
	Espanha	10,2%	12,4%	9,8%	7,1%	12,1%	13,4%	10,8%		3,3%	-2,291	**
	Grécia	7%	6,7%	-	5,2%	4,9%	-	6%		-2,1%	3,219	**
	Portugal	6,7%	3%	4,6%	3,4%	3,2%	3,1%	4%		-3,6%	4,839	**

Fonte: ESS (2002 a 2012).

O Quadro 2 apresenta a evolução da participação não convencional nos países europeus englobados no *European Social Survey*. Vejamos, primeiro, os valores médios da participação nos diferentes grupos de países considerados, na década de 2002 a 2012.

O valor médio da participação não convencional em Portugal é o mais baixo de todos os países, exceto a Bulgária e Hungria que apresentam valores praticamente iguais aos portugueses. Relativamente aos países do leste europeu, as nossas expectativas apontavam para valores mais elevados no caso português, que não foi plenamente confirmado. Já relativamente aos países do norte e centro as nossas hipóteses são plenamente confirmadas, dados os valores médios mais baixos, por vezes muito mais baixos, da participação política não convencional em Portugal relativamente a esses grupos de países.

Quadro 2. Evolução da participação política convencional nos países europeus, 2002-2012 (%).

		2002	2004	2006	2008	2010	2012	% Média (2002-2012)	% Média (grupo de países)	Dif. 2012-2002	Sig	
Norte	Dinamarca	19,8%	20,9%	22,9%	21,5%	19,6%	18,3%	20,5%	22,9%	-1,5%	1,071	
	Finlândia	17,6%	19%	20,8%	21,7%	20,7%	20%	20%		2,4%	-1,99%	
	Noruega	22,1%	24,3%	23,7%	22,5%	21,7%	23%	22,9%		0,9%	-0,606	
	Suécia	26,6%	30,3%	26,6%	30,1%	25,8%	31,2%	28,4%		4,6%	-3,078	**
Centro	Alemanha	22,4%	20,8%	19,4%	22,6%	22,1%	25,8%	22,2%	18,7%	3,4%	-3,05	**
	Bélgica	18,4%	12,8%	16,2%	15,3%	12%	12,4%	14,5%		-6%	5,122	**
	França	25,5%	18,7%	24,8%	25,1%	24,9%	24,5%	23,9%		-1%	0,673	
	Holanda	12,2%	11,9%	11,2%	12,1%	12,8%	12,9%	12,2%		0,8%	-0,679	
	Irlanda	15,9%	12,7%	13,8%	15,1%	9,9%	14,8%	13,7%		-1,1%	1,033	
	Reino Un.	23,4%	19,8%	23,2%	21,8%	16,7%	18,2%	20,5%		-5,2%	4,211	**
	Suíça	27,2%	23,9%	24%	23,9%	21%	22,2%	23,7%		-5%	3,427	**
Leste	Bulgária	-	-	3%	4,3%	4,2%	5,5%	4,3%	5,8%	2,5%	-3,778	**
	Estónia	-	3,4%	4,6%	5,2%	6,3%	6,7%	5,2%		3,3%	-5,945	**
	Hungria	4,2%	3,8%	4,4%	5,3%	3,9%	3,4%	4,2%		-0,8%	1,261	
	Polónia	4,1%	5,5%	3,7%	4,7%	6,1%	6,3%	5,1%		2,2%	-3,119	**
	Rep.Checa	10,1%	7,9%	-	8,9%	10,3%	12,9%	10%		2,7%	-2,527	**

sul	Eslovénia	6,5%	3,2%	7,6%	5,1%	5,5%	5%	5,5%	8,9%	-1,5%	1,7	
	Espanha	15,4%	24%	17,1%	13,8%	18,6%	25,5%	19,1%		10,1%	-7,614	**
	Grécia	5,8%	4,3%	-	8,6%	8,9%	-	6,9%		3,1%	-4,334	**
	Portugal	4,7%	3,4%	3,7%	3,9%	3,7%	6%	4,2%		1,2%	-1,739	

Fonte: ESS (2002 a 2012).

Vale a pena ver com mais atenção como Portugal se posiciona face aos países do sul da europa no que á participação não convencional diz respeito. A primeira constatação é que o valor médio para Portugal é o mais baixo de todos os países deste grupo (4,2%), particularmente inferior ao registado para a Espanha (19,1%) ou mesmo a Grécia (6,9%). Estes resultados estão em linha com os que se obtiveram em pesquisas anteriores e constam das nossas hipóteses.

É de notar no entanto, que para o final do período a participação política não convencional tende a subir em Portugal, mas o mesmo acontece em Espanha, apesar de partir com valores mais elevados. Mas estes dados já nos enviam para o período de crise económica que analisaremos seguidamente.

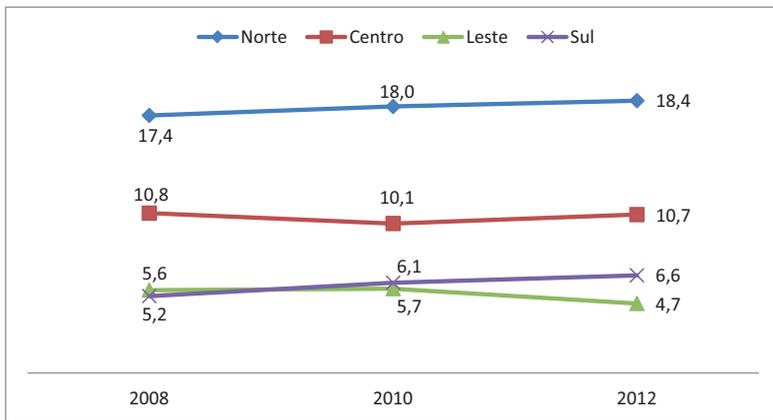
CRISE ECONÓMICA E MUDANÇAS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (2008 A 2012)

Com os dados agregados da participação política apresentados nos Quadros 1 e 2, já podemos constatar que a crise económica produziu efeitos diferenciados na participação política dos diferentes grupos de países. A participação não convencional subiu de 2008 para 2012 em países como a Espanha (de 13,8% para 25,5%), Portugal (de 3,9% para 6%), na República Checa (de 8,9% para 12,9%) e a Alemanha (de 22,6% para 25,8%). Esta parece ser a tendência mais forte de mudança, embora existam países com um sentido inverso de mudança, como a Bulgária (de 15,3% para 12,4%) e o Reino Unido (de 21,8% para 18,2%).

Podemos interpretar estes resultados de aumento da participação não convencional como formas de protesto face a políticas de austeridade? Em alguns casos parece claramente que é assim, como em Espanha, em Portugal e, porventura, em países de leste como a República Checa e a Polónia. Relativamente a outros casos poderemos dizer que as políticas de austeridade ainda não se tinham feito sentir, como em França, ou as dificuldades económicas já se tinham manifestado antes, como na Grécia.

Curioso é constatar que, em Espanha, o acréscimo da participação não convencional neste período de crise (2008 a 2012) foi acompanhado de um aumento da participação convencional, embora a um ritmo mais lento. Tal não foi o caso da generalidade dos outros países em que aumentou a participação não convencional, como Portugal, em que esse aumento não foi acompanhado pela participação convencional.

Figura 2. Participação Política Convencional na Europa entre 2008-2012, por grupo de países (% média).



Fonte: ESS (2008 a 2012).

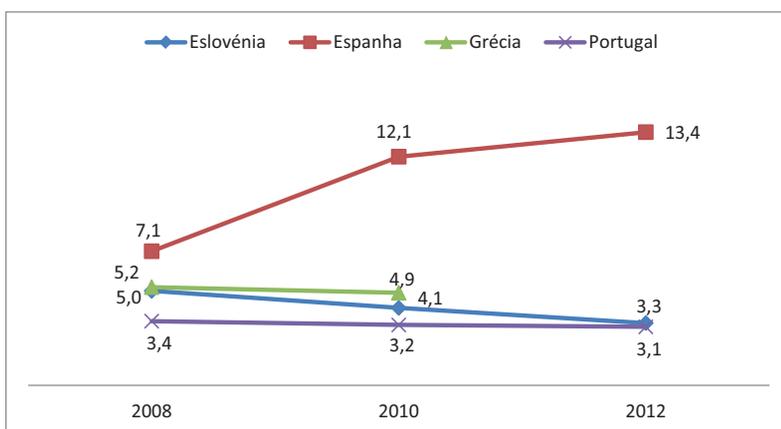
Vejamos agora, com maior detalhe, as mudanças neste período, por agregação de países, começando pela participação convencional (Fig 2). Nos países do sul e nos países nórdicos verifica-se um pequeno acréscimo da participação convencional neste período, ao contrário dos países do leste em que se regista uma pequena flutuação, mas em sentido contrário. Nos países do centro as alterações são tão pequenas que não têm significado. Estes resultados recomendam uma análise mais pormenorizada por país.

Centremos o nosso olhar nos países do sul da Europa, no qual Portugal se integra (Figura 3). Podemos constatar que o acréscimo registado na participação convencional dos países do sul (2008 a 2012) se deve, na sua totalidade, aos dados da Espanha. No caso da Eslovénia

existe mesmo um decréscimo de participação e em Portugal e na Grécia uma quase estabilização.

Com exceção da Espanha, Portugal incluído, não se deteta um aumento da participação convencional que se possa relacionar com as políticas de austeridade no período. No entanto, é expectável que os efeitos da crise sejam primordialmente na participação não convencional.

Figura 3. Participação Política Convencional no Sul da Europa, entre 2008-2012 (%).



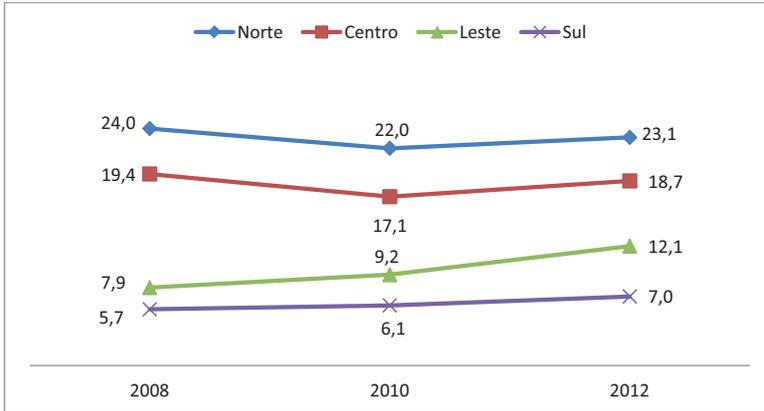
Fonte: ESS (2008 a 2012).

Vejamos, agora, as alterações na participação não convencional (2008 a 2012), começando por uma análise integrada por grupo de países (Figura 4).

Se tomarmos como ano de início do período de crise 2010 e não 2008, podemos constatar que se regista um acréscimo da participação não convencional em todos os grupos de países, de 2010 para 2012. Para o caso dos países do sul e do leste europeu esse aumento vem desde o ano de 2008. Esta diferença é compreensível se tivermos em conta que os países do sul e do leste europeu sofreram mais precocemente, e também com maior intensidade, as políticas de austeridade. Lembremo-nos que, nos países do sul, se integram a Grécia e Portugal, com programas

de resgate financeiro, e a própria Espanha, que teve de encetar um rigoroso programa de austeridade embora só tenha havido, formalmente, um resgate aos seus bancos.

Figura 4. Participação Política Não-Convencional na Europa entre 2008-2012, por grupo de países (% média).

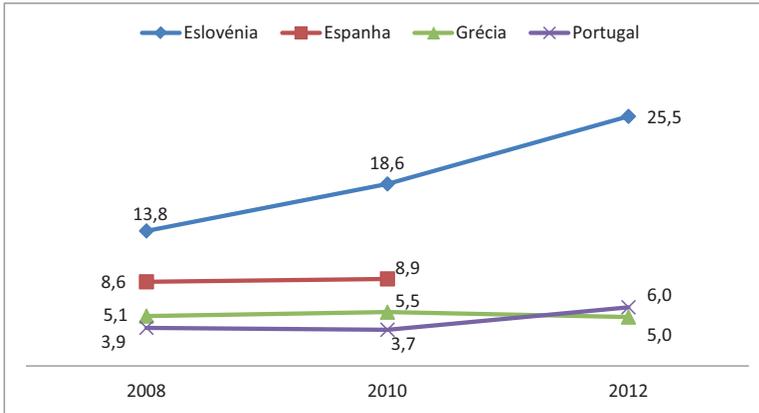


Fonte: ESS (2008, 2010 e 2012).

Também neste caso da participação não convencional interessa ver discriminadamente cada país do sul da Europa (Figura 5).

Tal como aconteceu para a participação convencional também na participação não convencional o aumento registado deveu-se fundamentalmente à Espanha (de 13,8% para 23,5%). No entanto, também em Portugal se verificou um acréscimo, embora menos acentuado (de 3,7 em 2010 para 5,9 % em 2012). O aumento da participação não convencional em Portugal ocorreu de 2010 para 2012, o que, de facto, não é de admirar. O programa de resgate financeiro foi assinado em 2011, mas as medidas mais gravosas só vieram a surgir no ano seguinte. Na Grécia assiste-se a uma estabilização nos índices de participação não convencional neste período, mas com valores absolutos mais elevados do que em Portugal, perto dos 9% na Grécia e de 6% em Portugal (em 2012).

Figura 5. Participação Política Não-Convencional no Sul da Europa, entre 2008-2012 (%).



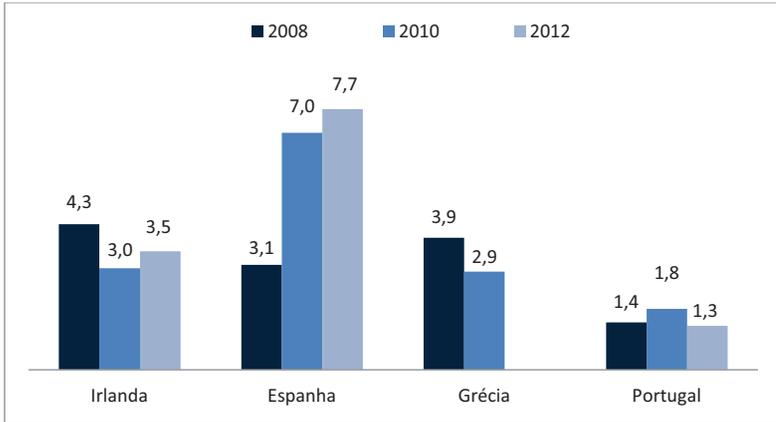
Fonte: ESS (2008, 2010 e 2012).

Os dados indicam serem as políticas de austeridade a razão maior para as mudanças havidas na participação política. Esta conclusão resulta das análises feitas para os países do sul da Europa. Mas, a ser verdade o que dissemos, interessa considerar os países que tiveram resgates financeiros, como Portugal, a Grécia e a Irlanda, mas também a Espanha, que teve um resgate aos seus bancos com apoio da União Europeia, igualmente acompanhado de políticas de austeridade.

Vejamos, então, as mudanças da participação política nestes países intervencionados, mas com dados ainda mais desagregados, isto é considerando as modalidades de participação: duas do campo da participação convencional e outras duas modalidades do campo da participação não convencional.

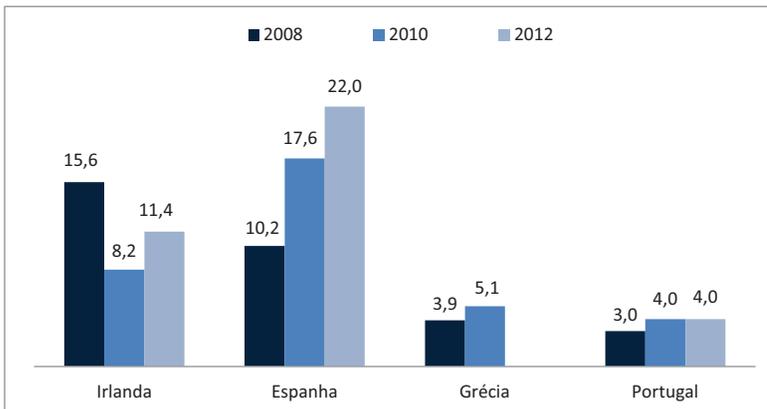
As Figuras 6 e 7 apresentam os resultados da participação nas duas modalidades indicadas nas figuras, relativamente aos países com alguma intervenção externa. Existem algumas similitudes mas também algumas diferenças, não só no comportamento entre países mas também de acordo com a modalidade de participação. Nem tudo é igual na participação convencional. O que sobressai, mas não é novidade, é que Espanha apresenta os maiores acréscimos de participação, nas duas modalidades escolhidas, mais pronunciadamente na modalidade “trabalhar numa organização ou associação nos últimos 12 meses”.

Figura 6. Participação Política Convencional na Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, entre 2008-2012 (%) – “trabalhar num partido político ou grupo de acção política nos últimos 12 meses”.



Fonte: ESS (2008, 2010 e 2012).

Figura 7. Participação Política Convencional na Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, entre 2008-2012 (%) – “trabalhar numa outra organização ou associação nos últimos 12 meses”.



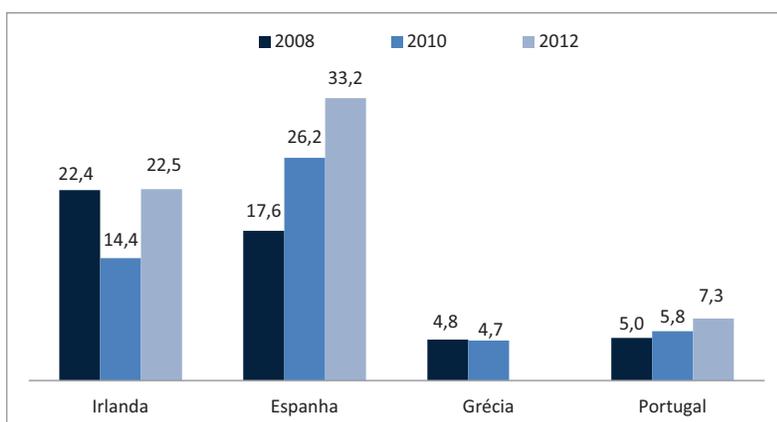
Fonte: ESS (2008, 2010 e 2012).

Relativamente à modalidade “trabalhar num partido político ou grupo de ação política nos últimos 12 meses”, são mínimas as alterações nos valores de participação, para a Irlanda e Portugal (falta o valor de 2012, para a Grécia). Neste caso, e para estes países, parece que a crise económica não afetou grandemente esta modalidade de participação, isto é, continuaram a manifestar-se as tendências de médio prazo de distanciamento dos cidadãos da política institucional.

Se considerarmos, no entanto, a outra modalidade de participação convencional, representada na figura 7 (“trabalhar numa outra organização ou associação nos últimos 12 meses”), o acréscimo de participação manifesta-se claramente em Espanha em todo o período, na Grécia de 2008 para 2010, na Irlanda de 2010 para 2012 e em Portugal um pequeno acréscimo de 2008 para 2010. Neste caso já se nota alguma mudança na participação convencional, que parece estar associada à crise. De facto, a crise fomentou a maior participação dos cidadãos nas organizações e associações de apoio social.

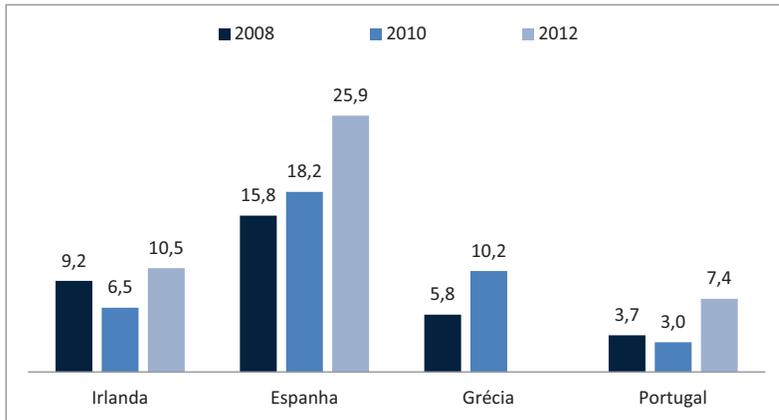
Vejamos agora as mudanças nestes mesmos países intervencionados em duas modalidades de participação não convencional: “ assinar uma petição nos últimos 12 meses” (representada na Figura 8), e “participar numa manifestação pública legal nos últimos 12 meses” (representada na Figura 9).

Figura 8. Participação Política Não Convencional na Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, entre 2008-2012 (%) – “assinar uma petição nos últimos 12 meses”.



Fonte: ESS (2008, 2010 e 2012).

Figura 9. Participação Política Não Convencional na Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, entre 2008-2012 (%) – “participar numa manifestação pública legal nos últimos 12 meses”.



Fonte: ESS (2008, 2010 e 2012).

Num único país, a Espanha, as questões são lineares: quer nas petições, quer nas manifestações de protesto, regista-se um aumento de 2008 para 2012. Para a Grécia não dispomos de dados para 2012, mas, na passagem de 2008 para 2010 a percentagem referente a manifestações quase que duplicou. Na Irlanda e Portugal, se considerarmos a passagem de 2010 para 2012, que corresponde ao pior período para Portugal, o protesto aumenta, quer na vertente de petições, quer na vertente de manifestações. Estes resultados vão ao encontro das nossas hipóteses.

A situação poderá ser diferente de país para país e o ano de viragem também poderá não ser o mesmo: para alguns desde 2008, mas para Portugal e Irlanda de 2010 para 2012, mas em qualquer dos casos poderemos dizer que a participação de protesto aumentou. Nestes casos, o aumento do protesto não se compadece com as distinções entre ação de carácter mais individual, a petição, ou a ação de carácter mais coletivo, a manifestação – em qualquer das modalidades há aumento.

CONCLUSÃO

Os objetivos iniciais desenvolviam-se em duas vertentes. Na primeira queríamos analisar a evolução da participação política, convencional e não convencional de Portugal, numa perspetiva comparativa europeia, de 2002 a 2012. Na segunda vertente, queríamos analisar as eventuais mudanças na participação política com o desencadear da crise económica de 2008, usando como termos de comparação os dados do European Social Survey de 2008, 2010 e 2012.

Os resultados para a evolução da participação política de médio prazo, ajustaram-se, de um modo global, quer ao que era conhecido da literatura empírica, quer aos quadros teóricos de mudança das democracias desenvolvidas. Quanto a Portugal verificou-se, mais uma vez, o baixo nível de participação, que só pontualmente excede a participação dos países de leste ou do sul da Europa.

As tendências de diminuição na participação convencional na Europa desenvolvida, explicada por alguns autores com base no aumento da desideologização, do pragmatismo político, do maior individualismo, encontraram confirmação parcial em alguns países europeus. Em Portugal registou-se mais uma estabilização do que mudanças num ou noutro sentido, mas devemos ter em atenção os baixos níveis absolutos de participação.

Com a crise surgem alterações com algum significado. No referente à participação convencional só na Espanha é que as mudanças são visíveis e significativas, nos outros países, Portugal incluído, não se verificam mudanças significativas. Já no que refere à participação não convencional as alterações são mais alargadas. Em todos os grupos de países registou-se um aumento da participação não convencional de 2010 para 2012. Nos países do sul o aumento foi mais significativo em Espanha, mas também ocorreu em Portugal. No caso da Grécia faltam dados de 2012, mas nos anos de 2008 e 2010 a participação não convencional parece estabilizada mas com valores superiores aos registados em Portugal.

Interessou-nos, ainda, analisar mais detalhadamente, isto é, por modalidade de participação, o que ocorreu nos países intervencionados, incluindo a Espanha neste grupo. Os resultados vieram confirmar o que já tínhamos detetado para os países do sul, em termos de parti-

cipação com dados agregados. O protesto aumentou nestes países, em particular de 2010 para 2012, quer nas manifestações quer nas petições.

Já no referente às modalidades de participação convencional, os dois indicadores não registaram mudanças homólogas. A participação em partidos e organizações políticas só aumentou em Espanha, não se registando alterações com significado nos outros países resgatados. No que se refere à participação em organizações ou associações sociais houve uma tendência para o aumento, embora varie de país para país o período de acréscimo desta participação.

A relação destas modalidades de participação com a crise parece evidente, não só no aumento do protesto, mas também na participação em organizações sociais, com um papel relevante quando se agravam as condições de vida das populações mais vulneráveis.

A análise de mudança da participação política, quer a que se reportou ao médio prazo, quer a que incidiu mais especificamente no período de crise, evidenciou tendências transversais a todos os países, mas também diferenças substanciais entre eles. A crise económica agravou essas diferenças, pelos efeitos diferenciais das políticas de austeridade aplicadas nos países europeus.

BIBLIOGRAFIA

- ACCORNERO, Guya e PINTO, Pedro Ramos (2014), “Mild Mannered? Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010-2013” in *West European Politics*, DOI:10.1080/01402382.2014.937587
- ALMOND, Gabriel e Verba, Sidney (1963), *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press.
- BARNES, Samuel *et al.* (1979) (eds.), *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills: Sage Publications.
- BAUMGARTEN, Brita (2013), “Geração à Rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011”, *Current sociology*, 61(4), pp. 457-473.
- BOSCO, Ana e VERNEY, Susana (2012), “Electoral Epidemic: The Political Cost of Economic Crisis in Southern Europe, 2010-2011” in *South European Society and Politics*, 17:2, pp. 129-154, DOI: 10.1080/13608746.2012.747272.
- BRADY, H. (1999), “Political Participation”, in J. P. Robinson *et al.* (eds.) *Measures of Political Attitudes*. S. Diego: Academic Press.

- DALTON, R. J. (1996), *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*. 2th ed., New-Jersey: Catham House Publishers.
- DALTON, Russell e MARTIN Watterberg (1993), “The not so simple act of voting”, in *State of Political Science II*, A. W. Finifter (org.), Washington: American Political Science Association, pp 193-215.
- FREIRE, André e SANTANA-PEREIRA, José (2012), “Economic voting in Portugal, 2002-2009” in *Electoral Studies*, 31, pp. 498-505.
- INGLEHART, Ronald (1977), *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics*, Princeton: Princeton University Press.
- LEWIS-BECK, Michael S. e RICHARD, Nadeau (2012), “PIGS or not? Economic voting in Southern Europe” in *Electoral Studies*, 31, pp. 472-477.
- LIPJHART, A. (1997), “Unequal Participation. Democracy’s Unresolved Dilemma” in *American Political Science Review*, 91, pp. 1-14.
- MAGALHÃES, Pedro (2004), “Democratas, descontentes e desafectos: as atitudes dos portugueses em relação ao sistema político”, in André Freire *et al.* (eds.), *Portugal a votos. As eleições legislativas de 2002*, Lisboa: ICS.
- MARSH, Michael e MIKHAYLOV, Slava (2012), “Economic voting in a crise: The Irish election of 2011”, *Electoral Studies*, 31, pp. 478-484.
- MARTIN, I. e Urquizu-Sancho, I. (2012), “The 2011 general election in Spain: The collapse of the socialist party” in *South European Society and Politics*, vol. 17, nº 2, pp. 347-363.
- MONTERO, José Ramon; Richard Gunther e Mariano Torcal (1997), “Democracy in Spain: legitimacy, discontent, and disaffection” in *Studies in comparative International Development*, 32(3), pp. 124-60.
- MONTERO, José Ramon e Mariano Torcal (1994), *Value change, generational replacement and politics in Spain*, Madrid: Ediciones Peninsular.
- NEWTON, Kenneth e Pippa Norris (2000) “Confidence in public institutions: faith, culture, or performance?” in Susan Pharr and Robert Putman (eds.), *Disaffected Democracies: What’s Troubling the Trilateral Countries?*, Princeton: Princeton University Press, pp. 52-73.
- NORRIS, Pippa (1999) (ed.), *Critical citizens: Global support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press.
- PUTMAN, Robert D. (2000), *Bowling Alone: The collapse and Revival of American Community*. New-York: Simon and Schuster.
- SCHWEISGUTH, Etienne (2004), “Convergência ideológica e declínio do interesse político”, in José Manuel Leite Viegas *et al.* (eds.), *Democracia, novos desafios e novos horizontes*. Oeiras: Celta, pp. 257-276.

- TEORELL, Jan; Mariano Torcal e MONTERO, José Ramon (2007), “Political Participation: mappin the terrain”, in Jan van Deth, José Ramon Montero and Anders Westholm (eds.) *Citizenship and Involvement in European Democracies. A comparative analysis*, London and New-York: Routledge, pp. 334-357.
- VERBA, S. and Nie, N. (1972), *Participation in America*, New-York: Harper & Row.
- VIEGAS, J. M. Leite; BELCHIOR, Ana e SEICEIRA, Filipa (2010), “Mudanças e continuidades no modelo de participação política em Portugal. Análise comparativa europeia” in *Perspectivas (Portuguese Journal of Political Science and International Relations)*, n.5, pp. 17-44.
- VIEGAS, J. M. Leite; FARIA, Sérgio e SANTOS, Susana (2010) “Envolvimento associativo e mobilização cívica”, in J.M. Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria (orgs.), *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, representação e participação políticas em Portugal e Espanha*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, pp. 157-180.
- VIEGAS, J. M. Leite e FARIA, Sérgio (2009), “Political participation: The portuguese case from a European perspective”, in j. VEIGAS, J. M. Leite *et al.* (eds), *Portugal no contexto Europeu – vol I Instituições e Política*. Lisboa : Celta editora, pp53-67.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO, A EUROPA E O EURO

Roberto Amaral | Economista

INTRODUÇÃO

A opção europeia de Portugal só foi claramente assumida como objetivo político nacional, depois da revolução de Abril de 1974 e do fim do regime do Estado Novo.

Até lá, não obstante Portugal constituir uma fronteira da Europa, tanto no seu território continental como insular, o posicionamento político nacional quanto aos temas de política europeia, nomeadamente no que refere à organização política das suas Instituições, foi sempre marcado por um certo distanciamento.

Somente na década de sessenta, por influência do Reino Unido e pela ação empenhada de um conjunto altamente qualificado de jovens técnicos dos quadros da Administração Pública nacional, é que se verificou uma certa aproximação à Comunidade Europeia, que se materializou com o Acordo de Adesão de Portugal à EFTA, em 1960, e com os Acordos de Comércio Livre Portugal-CEE e Portugal-CECA, firmados em 1972, já no governo de Marcelo Caetano.

Um dos grandes obreiros da opção por uma maior integração europeia para o nosso país, foi um nosso conterrâneo, José Medeiros Ferreira que, numa comunicação que dirigiu ao III Congresso da Oposição Democrática, realizado na cidade de Aveiro em 1973, já preconizava esta orientação. A sua confirmação como política oficial do Estado Português viria a ser confirmada pouco tempo depois, com ainda maior ênfase e detalhe, no Programa do I Governo Constitucional, que Medeiros Ferreira integrou como Ministro dos Negócios

Estrangeiro e que conduziu, posteriormente, ao pedido formal de adesão em Março de 1977.

Esta mudança de atitude constituiu uma grande alteração dos objetivos políticos nacionais, mais focalizados que estavam, até ao 25 de Abril, nos territórios ultramarinos, mas abriu também uma nova perspetiva à própria Europa que, para além das suas vertentes comerciais e económicas, estava a definir-se nas suas dimensões políticas e geográficas.

No dizer de Medeiros Ferreira: “Só com o alargamento à Grécia, a Portugal e à Espanha se dotou a Comunidade da sua dimensão política, erigindo como critério a reunião dos países europeus dotados de democracia pluralista e dando prioridade à definição da sua fronteira a Ocidente” (1999: 45-46).

Esta grande aventura europeia, que para não ir mais atrás, a declarações de Churchill logo a seguir ao fim da guerra, em que já falava de uns Estados Unidos da Europa, poder-se-á considerar que tenha tido o seu início com a Declaração Schumann de 9 de Maio de 1950 sobre a regulamentação da produção de aço entre a França e a Alemanha subordinada a uma Alta Autoridade e aberta à participação de outros países. Esta Declaração está, efetivamente, na origem da constituição da primeira Instituição Europeia, a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), que foi criada no mesmo ano.

Poucos anos depois, em 1957, são assinados com os mesmos países que haviam assinado o Tratado CECA mais outros dois tratados: o Tratado de Roma, que cria a CEE (Comunidade Económica Europeia) e o Tratado que cria a EURATOM (Comunidade Europeia para a Energia Atómica).

De assinalar que todos estes textos são de inspiração liberal. Em todos eles se verifica uma clara prevalência das regras de mercado, da concorrência e a proibição de ajudas de Estado vislumbrando-se, igualmente, uma subalternização do Estado Social e do próprio processo democrático de decisão política, que se tem caracterizado pelo uso de um método funcionalista que consiste em avançar por pequenos passos, que depois abrem caminho a soluções mais ambiciosas e de difícil reversibilidade.

Estas características, que podem ser encaradas como sendo também fortes vulnerabilidades, foram percecionadas por Pierre Mendès France que, em Janeiro de 1957, na Assembleia Nacional em França, no debate para a aprovação do Tratado de Roma, proferiu a seguinte lúcida crítica:

“O projecto do mercado comum tal como nos é apresentado baseia-se no liberalismo clássico do século XX, segundo o qual a concorrência pura e simples regula todos os problemas. A abdicação de uma democracia pode assumir duas formas, seja recorrendo a uma ditadura interna pela entrega de todos os poderes a um homem providencial, seja pela delegação destes mesmos poderes a uma entidade externa, a qual, em nome da técnica, exercerá realmente o poder político, porque em nome de uma economia sã acaba-se facilmente a ditar uma política monetária, orçamental, social e até uma política, no sentido mais amplo do termo, nacional e internacional”. (Ferreira, 2013: 97; Ferreira 2014: 58).

Foi à luz dos Tratados que criaram a CEE, a CECA e a EURATOM, todos eles com apenas 6 Estados Membros subscritores (Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo), que se efectuaram, no espaço de 29 anos, mais três alargamentos, a saber: 1) em 1973 à Dinamarca, Irlanda e Reino Unido; 2) em 1981 à Grécia e 3) em 1986, a Portugal e a Espanha, ficando a Comunidade Económica Europeia a ser constituída por 12 Estados Membros.

Este carácter liberal, presente no Tratado de Roma e em toda a legislação europeia subsequente, veio a ser, entretanto, reforçado no Livro Branco sobre o Mercado Interno, da responsabilidade de Jacques Delors, e mais ainda no Acto Único Europeu que, por seu turno e nas palavras de Eduardo Paz Ferreira, “é a vitória clara da concepção liberal da Europa que, depois se viria a prolongar” (2014: 70).

E, de facto, assim foi. O Tratado de Maastricht que, em 1992, cria a União Económica e Monetária (UEM), reforça esta concepção liberal inicial e assume um carácter mais radical, mais tecnocrático e menos transparente, com a Alemanha a assumir um papel cada vez mais influente e determinante, principalmente após a queda do muro de Berlim, em 1989 e, posteriormente, com o avanço para leste da fronteira da Europa.

Convém realçar que o processo de formação da UEM foi feito em três fases sucessivas:

- 1.^a fase, com início em 1990 e até 1993, em que se estabeleceu a livre circulação de capitais em todo o espaço comunitário;
- 2.^a fase, de 1994 a 1998, em que se estabeleceu a proibição de financiamento do sector público pelos bancos centrais e a obrigação de evitar défices excessivos e se criou o Instituto Monetário Europeu (IME);

– 3.^a fase, que se iniciou em 1999 com a criação do Banco Central Europeu (BCE), para quem foi transferida toda a competência monetária e cambial, se adotou o Euro como moeda única que, a partir de 2002, passou a ter curso legal em toda a área do euro.

Foi em pleno processo de formação da UEM que se verificou, em 1995, um novo alargamento da Europa, com a inclusão da Áustria, Finlândia e Suécia, passando a ser de 15 o número dos seus Estados Membros.

Mas, entre o alargamento da Europa a 12 para uma Europa a 15, ocorreu ainda um outro acontecimento da maior importância que veio influenciar, significativamente, o posterior processo de integração europeia: a queda do muro de Berlim e o desmembramento do Império Soviético, em 1989.

Com a realização da UEM, passou a haver duas categorias de países: os que adotaram o Euro como moeda e que passaram a integrar o Euro-grupo e os que, sendo da União Europeia, não adotaram o Euro, por opção ou por não preencherem ainda os requisitos necessários.

Com o desmembramento do Império Soviético verificou-se uma grande aceleração do processo de integração e uma profunda alteração da fronteira leste da Europa, que se iniciou com a reunificação alemã, pouco tempo após a queda do muro de Berlim, e que prosseguiu, depois, com a integração de mais um conjunto grande de países, todos eles da Europa Central e Oriental.

De uma Europa a 15, rapidamente se passou para:

– Uma Europa a 25, com a integração de Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e Republica Checa, em 2004;

– Uma Europa a 27, com a Integração da Bulgária e da Roménia, em 2007;

– Uma Europa a 28, com a Integração da Croácia, em 2013.

– Uma Europa a 28, com a Integração da Croácia, em 2013.

A Europa de hoje, de 2014, é uma Europa profundamente diferente daquela a que Portugal aderiu em Junho de 1985. É uma União Europeia constituída por 28 países, mas onde já se perfilam, como candidatos à adesão, mais 5 países (Macedónia, Islândia, Sérvia, Montenegro e Turquia), tendo ainda como potenciais candidatos, mais

outros 3 (Albânia, Kosovo e Bósnia-Herzegovina), o que elevará para 36 o número de países da futura União Europeia, se todas estas intenções se concretizarem.

Neste percurso, muita coisa se alterou, mas muito ainda está por definir! Por exemplo:

- Não se sabe ainda ao certo onde se situará a fronteira leste da Europa, que entrou já numa zona de fronteira porosa com a Rússia, como o comprova o atual conflito com a Ucrânia, desencadeado pela assinatura do Acordo de Cooperação estabelecido entre este país e a União Europeia, de que se não vislumbra ainda que evolução terá;

- O próprio processo de adesão da Turquia, solicitado por este país em 1987 e com negociações iniciadas em 2004, mas que também ainda não tem fim à vista.

A nível interno e organizacional, também não está ainda bem definida a forma como irá evoluir a União Económica e Monetária iniciada pelo Tratado de Maastricht de 1992, com a vertente económica a ser tratada no âmbito intergovernamental e a vertente monetária no âmbito exclusivo do Banco Central Europeu que, por seu turno, tem a grande limitação de ter como principal objetivo (de influência alemã) assegurar a estabilidade dos preços.

O Tratado de Maastricht e o fim do Império soviético ficam, assim, a marcar uma viragem qualitativa e quantitativa na evolução deste processo de integração europeia:

- Os objetivos políticos passaram a dar prioridade à criação da União Monetária e ao alargamento aos países de leste, acabados de sair da órbita soviética;

- Extremou-se o liberalismo e transferiram-se para estruturas de cariz tecnocrático poderes de decisão política em matérias que, até então, eram do âmbito de órgãos democraticamente eleitos;

- Perdeu-se o espírito de coesão e solidariedade entre os países que, inclusivamente, ficaram proibidos de prestar qualquer auxílio financeiro entre si e de receber apoio direto do BCE;

- Não se previram mecanismos de intervenção com recursos suficientes para corrigir dificuldades assimétricas, assim deixando às forças dos mercados a resolução de todos os problemas – o orçamento

da U E continuou a ser de montantes à volta de 1% do PIB, valor ridículo quando comparado, por exemplo com o do orçamento federal dos EUA.

Será oportuno aqui confrontarmo-nos com a dúvida com que o próprio Jacques Delors se interrogava, em 1997, sobre a forma como, até então, estava a evoluir o processo de integração europeia: “avons nous trahi le projet économique et sociale de l’Europe?” (Delors *apud* Ferreira, 2013: 202).

Esta observação, sem dúvida lúcida e pertinente, torna-se ainda mais evidente quando se analisam, em conjunto, o próprio Tratado de Maastricht, de 1992, e os que se lhe seguiram:– o de Amesterdão, em 1997, que o consolidou, o de Nice, em 2001, que facilitou os posteriores alargamentos da União Europeia e o de Lisboa, em 2007, que permitiu a formação do “diretório europeu”.

Parece, na realidade, ser cada vez mais notório que a construção da União Europeia e, dentro dela, a da Zona Euro, têm vindo a ser orientadas em função dos interesses de um pequeno mas poderoso diretório de países, com clara predominância da Alemanha, sem qualquer preocupação de assegurar um desenvolvimento económico equilibrado do conjunto da U.E. É também notório nestas últimas fases do processo de integração europeia a ausência de solidariedade e de preocupações de natureza social, o que vem dar ainda mais crédito à sagaz interrogação de Jacques Delors acabada de referir.

Para integrarem a Zona Euro, os países abdicaram da sua soberania monetária e cambial em favor de uma “autoridade central”, que passaria a exercê-la em benefício de toda a área abrangida pela moeda única Euro. Sucede, porém, que esta autoridade monetária não o tem feito e as medidas até agora encontradas para fazer face à crise financeira e à recessão que assola a Europa desde 2008 se têm centrado apenas: na imposição de medidas de austeridade e num controlo orçamental cada vez mais apertado sobre os países com dívidas soberanas elevadas. As consequências desta política não têm sido senão o progressivo agravamento das suas dívidas, da recessão económica e da desagregação social dos respetivos países.

Enquanto isto vai sucedendo aos países devedores mais vulneráveis, outros há que, na mesma Zona Monetária, são claros beneficiários desta política. É o caso da Alemanha que, fruto dos mecanismos

de funcionamento da União Monetária, concebidos à imagem do marco alemão, tem vindo a apresentar excedentes bem expressivos nos seus orçamentos e nas suas balanças de pagamentos, excedentes esses que, porém, não são utilizados tendo em conta o interesse comum da União, ficando antes a engrossar as suas já vultuosas reservas financeiras.

Sabemos bem que a União Europeia é um “processo em construção” e que o Euro é a primeira moeda a ser criada que não tem um Estado a suporta-la. É, portanto, um processo muito singular e que está, ainda, incompleto.

Mas seria de esperar que aos países que abdicaram das suas moedas e que têm a sua própria política orçamental fortemente condicionada por Tratados e Pactos Orçamentais, lhes fossem asseguradas condições satisfatórias para que, no mínimo, pudessem gerir as suas dívidas e os seus défices sem exposição à especulação sobre as taxas de juro dos mercados financeiros a que agora estão sujeitos e que, a experiência tem demonstrado, pode assumir formas ainda mais violentas do que a especulação cambial.

O que está a acontecer é exatamente o contrário! A cada novo Tratado, a cada novo Pacto, a cada novo alargamento da U E e da Zona Euro, o processo de decisão política vai-se tornando mais opaco e menos democrático.

Veja-se, por exemplo, o que irá suceder, a partir de 1 de Janeiro de 2015, no sistema de votação do Conselho do Banco Central Europeu, que é o seu órgão de decisão mais importante e responsável pela condução de toda a política monetária da área do euro, com a adesão da Lituânia, que alargará para 19 o número de países da Eurozona e do Conselho do BCE:

– Por força dos Tratados da U E, quando o número de governadores dos respetivos Bancos Centrais for superior a 18, passará a vigorar um sistema de rotatividade entre eles, que serão agrupados em dois grupos, consoante a dimensão da economia e do sector financeiro dos países que representam;

– Assim, os governadores dos países que atualmente ocupam os cinco primeiros lugares da lista (Alemanha, França, Itália, Espanha e Países Baixos) partilham quatro direitos de voto. Os restantes países (14, quando a Lituânia adotar o euro) partilharão 11 direitos de voto;

– Os governadores dos respetivos bancos centrais nacionais, exercem o seu direito de voto com uma rotatividade mensal.

Quer dizer, com a adesão ao euro os países abdicaram da sua soberania monetária e cambial e a cada novo alargamento perdem também uma parcela mais do poder de influenciar a política monetária do BCE, nomeadamente no que respeita às possíveis formas de intervenção sobre a dívida do conjunto da área Euro e a dos seus próprios países.

Esta questão não é de somenos importância, pois diz respeito a toda a área do euro! Atente-se que a dívida pública do conjunto de países da Euro Área atingia no final de 2013 a percentagem de 95,5% do respetivo PIB, valor que é superior ao que tinha a dívida de Portugal quando foi provocada a intervenção da Troika, mas isso parece, agora, ter menos importância.

Sucedendo ainda que, em consequência das medidas de austeridade impostas para combater a crise, a situação económica, financeira e social dos países mais vulneráveis e com dívidas mais elevadas, como é o caso de Portugal, da Espanha, da Irlanda e da Grécia agravaram-se consideravelmente e que, se bem que com menos intensidade, muitos outros países, como a própria Itália e a França, também viram a sua situação piorar, o que os levou a anunciar, há poucos dias, que não iriam cumprir o estipulado para os seus défices orçamentais de 2015 e de 2016.

Talvez em reação a estas posições da Itália e da França, a toda-poderosa chanceler Ângela Merkel anunciou que não iria haver alterações à estratégia de austeridade e que esta prosseguiria nos termos do Tratado de Estabilidade Orçamental e dos Planos de Estabilidade e Crescimento.

Por seu turno, Paul De Grauwe, economista belga, professor da Universidade de Lovaina e ex-colaborador do FMI e do BCE, numa Conferência recentemente realizada na Gulbenkian, afirmou que a crise das dívidas soberanas nunca foi uma crise de finanças públicas; foi sempre uma crise que se deve a uma arquitetura monetária disfuncional e que foi agravada pela obsessão em reduzir défices públicos através da austeridade.

Efetivamente, a forma como União Europeia tem vindo a reagir à crise só comprova a afirmação de Paul De Grauwe. A política de austeridade que tem sido imposta a todos os países da área do Euro, em que o ajustamento dos desequilíbrios é feito por reduções da procura, dos salários e do investimento, tem originado apenas mais recessão,

mais desemprego e custos sociais mais elevados. Os défices orçamentais continuam elevados e as dívidas públicas, na ausência de crescimento económico, continuam a aumentar, quer em valor absoluto (por acumulação de défices sucessivos), quer em percentagem do PIB (por via do efeito recessivo da economia).

Uma mudança desta política, porém, só poderá ser cabalmente feita após alteração dos próprios Tratados da União Europeia, que a habilitem a definir e aplicar políticas macroeconómicas de desenvolvimento e, muito em especial dos Estatutos do Banco Central Europeu, que também terão de ser alterados para que este possa vir a desenvolver políticas de intervenção monetária adequadas a cada momento, mesmo que impliquem uma ligeira subida da inflação, pois esta, se devidamente controlada, é um incentivo ao investimento e crescimento económico e... também ajuda a pagar a dívida!

Só muito recentemente, quase no limiar das suas competências estatutárias e da letra de lei dos Tratados, é que o BCE, porque as taxas de inflação na Zona Euro estão excepcionalmente baixas, delineou, in extremis, algumas tímidas intervenções de política monetária: – compra de alguma dívida pública no mercado secundário, para reduzir a especulação de taxas de juro; – linhas de financiamento à banca de médio prazo e compra ao sistema bancário de obrigações suportadas por créditos hipotecários e outros já concedidos pela banca, como forma de injetar mais liquidez na economia. Estas medidas, contudo, ficam ainda muito aquém de uma política monetária propriamente dita e adequada às circunstâncias.

O que é necessário é que o BCE possa atuar como um autêntico banco central, como a FED nos EUA, ou como o Banco de Inglaterra e do Japão nas respetivas áreas monetárias.

São questões que se colocam porque, como já referido, o Euro é a primeira moeda sem Estado que está a ser criada e porque é, ainda, um processo em construção. Contudo, são questões que não podem ser escamoteadas e que terão que ser resolvidas democraticamente a nível europeu e com salvaguarda do interesse próprio de cada um dos Estados. Estados que, em nome do interesse comum de toda a Zona Euro, abdicaram da sua soberania monetária e cambial e agora pretendem ver a conclusão deste processo, em cumprimento dos objetivos iniciais.

Reconhece-se a dificuldade da tarefa, tem-se consciência de que o processo negocial dentro da UE é muito duro, da muita legislação que

há que alterar, dos muitos e díspares interesses que há que enfrentar, dos enormes obstáculos que a cada passo surgirão. Mas é obrigação de todos nós pugnar pela defesa do interesse nacional, que não é, com toda a certeza, idêntico ao da Alemanha ou da Lituânia.

Não podemos é cruzar os braços e colaborar, passivamente, com medidas que nos são lesivas e que podem e devem ser alteradas. Temos consciência da nossa dimensão (o PIB de Portugal representa apenas 1,7% do PIB do conjunto da Zona Euro e 1,26% do da União Europeia). Acreditamos, porém, que os nossos problemas poderão ser bem resolvidos no seio da União e que será possível alterar a nossa postura negocial de subserviência (alguns dos nossos governantes já foram apodados de “ministros da Troika” e de “alemães”). Acreditamos que é possível aumentar a nossa força negocial e procurar aliados com interesses e objetivos semelhantes aos nossos e que ainda será possível encontrar as melhores soluções no interesse nacional e no interesse comum de toda a União Europeia.

Permitam-me, a finalizar, que invoque uma vez mais José Medeiros Ferreira com uma sua citação, que julgo responde, cabalmente, à realidade do momento presente e à angústia que sentimos: “temos vários passados e a possibilidade de vários futuros. Como se pode ler o passado de várias maneiras assim pode haver diferentes visões do futuro – é essa a essência de uma sociedade aberta e democrática. Não há assim um destino nacional pré-determinado mas antes a possibilidade aberta de vários futuros possíveis” (Ferreira, 1995: 19 *apud* Oliveira, 2010: 19).

BIBLIOGRAFIA

- BLYTH, Mark (2013), *Austeridade, A História de Uma Ideia Perigosa*, Lisboa, Quetzal Editores, 2013
- CRAVINHO, João (org.) (2014), *A Dívida Pública Portuguesa, Alfragide*, Editora Lua de Papel.
- FERREIRA, Eduardo Paz (2013), *Crónica de Anos de Chumbo 2008-2013*, Lisboa, Edições 70W.
- FERREIRA, Eduardo Paz (2014), *Da Europa de Schuman à Não Europa de Merkel*, Lisboa, Quetzal Editores.
- FERREIRA, José Medeiros (1995), *História e Liberdade no Portugal Democrático*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos.

- FERREIRA, José Medeiros (1999), *A Nova Era Europeia- De Genebra a Amesterdão*, Lisboa, Editorial Notícias.
- FERREIRA, José Medeiros (2013), *Não Há Mapa Cor-de-Rosa, A História (Mal)Dita da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70 Lda.
- KRUGMAN, Paul (2012) *Acabem Com Esta Crise Já*, Lisboa, Editorial Presença.
- OLIVEIRA, Pedro Aires (2010), “Introdução. José Medeiros Ferreira: um percurso cívico e académico” in Rezola, Maria Inácia; Oliveira, Pedro Aires (Coord.), *O Longo Curso – Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Edições Tinta da China.
- REZOLA, Maria Inácia; Oliveira, Pedro Aires (Coord.) (2010), *O Longo Curso – Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Edições Tinta da China.

A GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA PORTUGUESA PERANTE A INTERVENÇÃO DA TROIKA: PADRÕES DE GOVERNAÇÃO-OPOSIÇÃO E DETERMINANTES INDIVIDUAIS DO APOIO AO REGIME E DA CONFIANÇA POLÍTICA

André Freire | ISCTE-IUL, CIES.ISCTE-IUL

INTRODUÇÃO

Este artigo tem um duplo objetivo. Primeiro, pretende-se refletir sobre o estado da democracia portuguesa durante a vigência do «resgate financeiro» da *Troika* (FMI, CE, BCE), 2011-2015. Segundo, tendo em conta os padrões da governação e de oposição durante o período do memorando de entendimento com a *Troika*, nomeadamente a governação sem mandato político, a austeridade assimétrica, os resultados socioeconómicos negativos e, até final de 2015 (ou seja, até, exclusive, ao período após as eleições legislativas de 4-10-2015), a incapacidade de oposição de esquerda (PS, BE, PCP/CDU) em se unir para fazer frente ao governo e propor soluções (governativas e políticas) alternativas, pretendemos testar o impacto de tais fenómenos no apoio (difuso e específico) ao regime democrático e na confiança nas instituições (Parlamento, partidos, Presidente da República, governo). Ou seja, na quarta secção do artigo iremos testar o impacto da governação sem mandato, da austeridade assimétrica, da performance macroeconómica e da incapacidade política da oposição sobre o apoio ao regime democrático e a confiança nas instituições, após controlarmos os usuais fatores explicativos de tais fenómenos. A ideia é ver se quer o padrão de governação, quer o padrão de oposição na era da *Troika* estão a erodir o apoio ao regime e a confiança nas instituições, ou não, além dos usuais determinantes de tais fenómenos. A evidência coligida mostra que, mesmo após robustos controles, os quatro traços fundamentais da governação e da oposição

durante a era da *Troika* têm de facto um impacto significativo sobre o apoio ao regime democrático, muito embora os efeitos sejam diferenciados segundo o tipo de apoio ao regime («apoio difuso» versus «apoio específico», etc.) e segundo o tipo de instituições nas quais os portugueses confiam (Presidente, Governo, Parlamento, partidos).

Começamos por apresentar os resultados das eleições de 2011, as propostas dos partidos e o programa inicial da *Troika*. Na segunda secção, reflete-se sobre o modo como a aplicação prática do programa de governo e do programa da *Troika* (nas suas várias revisões) colide, ou não, com o mandato recebido dos eleitores. Na terceira secção, analisa-se a evolução do formato do sistema partidário, 1975-2011, e das inter-relações entre os partidos políticos. Na quarta secção, testamos o impacto dos padrões de governação e de oposição na era da *Troika* sobre o apoio dos cidadãos ao regime democrático e a sua confiança nas instituições políticas. O texto inicialmente escrito para um colóquio realizado nos Açores em finais de 2014, terminava com algumas conclusões e reflexões sobre cenários para o futuro. Na presente versão revista, acrescentamos um epílogo onde compaginamos não só as nossas expectativas iniciais (de finais de 2014) com os resultados efetivos das eleições de 2015, e sobretudo com o processo de formação dos novos governos constitucionais, o XX (minoritário de direita, que durou 11 dias apenas pois o seu programa foi rejeitado de imediato, por toda a esquerda – PS, BE, PCP-PEV - na AR/Assembleia da República) e sobretudo o XXI (minoritário do PS com apoio parlamentar acordado, em três acordos separados, com o BE, o PCP e o PEV, indigitado pelo Presidente/PR em 27-11-2015), e as consequências eventuais esperadas para o apoio ao regime (específico e difuso) resultante dos novos entendimentos à esquerda.

Nas legislativas de Junho de 2011, o PS, no poder desde 2005, perdeu as eleições.¹ Apesar de ser uma derrota pronunciada, não foi uma derrota estrondosa, sobretudo quanto comparada com o que se passou em Espanha (2011) e na Grécia (2012) (ver Bosco e Verney, 2012; Freire e Santana-Pereira, 2011). Tal derrota foi explicada por uma forte rejeição do primeiro-ministro incumbente, por uma avaliação negativa do

1 Entre 2005 e 2009, com maioria absoluta no Parlamento; entre 2009 e 2011, com maioria relativa e apoiado preferencialmente no PSD: foi este partido que permitiu aprovar os orçamentos para 2010 e 2011 e os Planos de Estabilidade e Crescimentos – PEC I, II e III. Ver Quadro 2, abaixo..

legado do PS² em termos de gestão dos dossiês que mais preocupavam o eleitorado e dos efeitos negativos das suas políticas. Pelo contrário, apesar da significativa inflexão neoliberal do PSD³ (em termos de orientações desfavoráveis ao Estado e favoráveis ao mercado) (ver Freire, Tsatsanis e Lima, 2015; Magalhães, 2014), e de o PS ter tentado mobilizar o eleitorado em torno da defesa do Estado Social, a análise do estudo pós eleitoral de 2011 revelou que não houve uma inflexão das orientações ideológicas do eleitorado num sentido neoliberal (ou seja, tais orientações dos portugueses permaneceram fortemente pró Estado Social e pelo combate às desigualdades), e que o eleitorado votou sobretudo com base na performance do incumbente (Magalhães, 2012 e 2014; ver também, em linha convergente, um estudo sobre a evolução do posicionamento ideológico dos partidos, dos deputados e dos eleitores, de meados de 2008 a finais de 2012, em Freire, Tsatsanis e Lima, 2015).

A esquerda radical, apesar de ter estado na origem da queda do governo por via da rejeição do PEC IV (junto com a direita), não terá beneficiado do refluxo do PS. O BE⁴ perdeu cerca de metade dos votos e dos lugares no Parlamento. O PCP/CDU⁵ incrementou ligeiramente os votos e lugares mas a sua marginal influência ter-se-á até acentuado (sobre a reduzida influência da esquerda radical no sistema político português, ver March e Freire, 2012).

Pelo contrário, em Julho de 2011 os partidos de direita (PSD e CDS-PP)⁶ foram os grandes vencedores. Tendo em conta a ausência de uma maioria absoluta monopartidária, os dois partidos formaram rapidamente uma coligação (ver Quadro 1). A capacidade de a direita se entender para formar governo, enquanto o PS não tinha capacidade efe-

2 *Partido Socialista*, de centro esquerda, membro do grupo dos «Socialistas e Democratas» no Parlamento Europeu (PE). Ver <http://www.socialistsanddemocrats.eu/>

3 *Partido Social Democrata*, de centro-direita, membro do PPE (Partido Popular Europeu) no PE. Ver <http://www.eppgroup.eu/home>

4 Bloco de Esquerda, da área da esquerda radical, tipo «socialistas democráticos», «socialistas de esquerda», ou «partido movimento» (de esquerda), consoante as designações (ver March e Freire, 2012). É membro do grupo da «Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde» (GUE/NGL) no PE. Ver <http://www.guengl.eu/>

5 Partido Comunista Português / Coligação Democrática Unitária (PCP E PEV, «Verdes»), da área da extrema-esquerda, tipo «comunistas conservadores», ou «comunistas ortodoxos», consoante as designações (March e Freire, 2012). É membro do grupo do GUE/NGL no PE.

6 Centro Democrático e Social – Partido Popular, conservador, de direita, membro do PPE no PE.

tiva de se entender com os partidos à sua esquerda e a direita rejeitava governar com ele, terá sido outro trunfo importante da direita (Freire e Santana-Pereira, 2011).

Após o chumbo do PEC IV e a demissão do primeiro-ministro (23/3/2011), a pressão em alta sobre os juros da dívida portuguesa tornou-se muito mais elevada do que já era antes,⁷ forçando assim o governo a pedir ajuda externa. Apesar de ter sido assinado pelo governo português, o *Memorando com a Troika*, de início de Maio de 2011, foi na verdade negociado e acordado pelo PS, PSD e CDS-PP. Pelo contrário, a esquerda radical opôs-se ao dito, e nem sequer se reuniu com a *Troika*. Na sua apresentação pública, o então primeiro-ministro fez questão de sublinhar o que lá não estava (cortes de salários, cortes de subsídios de férias e de Natal, despedimentos na Função Pública, etc.). Este acordo previa uma forte inflexão neoliberal: um amplo programa de privatizações, alegadamente para pagar a dívida e promover a concorrência em setores monopolistas; extensa e profunda desregulação do mercado de trabalho, alegadamente para promover a competitividade da economia por via da sua flexibilização e da redução dos custos do trabalho; redução do peso do Estado por via do congelamento de salários e de uma redução moderada e faseada dos seus efetivos. Mas o programa apontava também uma racionalização do Estado (redução do número de autarquias locais e equilibragem dos défices nas empresas públicas; reforma dos sistemas de pensões; renegociação das Parcerias Público-Privadas) e para uma redução dos custos de contexto para as empresas (agilização do sistema de justiça; redução das rendas excessivas nas *utilities*, etc.). Finalmente, previa uma recapitalização da banca, não só para cumprir os novos rácios de capitais exigidos pela UE, após a crise de 2008 e suas sequelas, mas também para facilitar o crédito às empresas (Abreu et al, 2013; Monastiriotis et al, 2013; Moury e Freire, 2013; Naumann, 2013).

7 Reinhard Naumann (2013) explica a pressão em alta sobre os juros da dívida pública portuguesa, despoletada pela crise financeira internacional de 2008, como resultado da combinação de cerca de uma década de crescimento anémico, sempre abaixo da média da UE (Lima e Artiles, 2011), com avultados investimentos em infraestruturas que tal fraco crescimento tornava mais difícil de solver..

Quadro 1.1. Governos portugueses, 1976-1985 ⁸

Primeiro-Ministro & Período governativo	Composição	Apoio Partidário (% de deputados no Parlamento)	Duração ⁹ (meses)	Razão para o Terminus do Governo
Soares I (1976-77)	PS	40.7	17	Rejeição de moção de confiança
Soares II (1978)	PS, CDS	56,7	6	Demissão pelo Presidente (PR)
Nobre da Costa (1978)	Não-partidário (iniciativa presidencial)		1	Rejeição do Programa de Governo
Mota Pinto (1978-79)	Não-partidário (idem)		7	Rejeição do Primeiro-Ministro
Pintassilgo (1979)	Não-partidário (idem)		5	Eleições
Sá Carneiro (1980)	PSD, CDS, PPM	51.2	11	Eleições após morte do Primeiro-Ministro
Balsemão I (1981) ¹⁰	PSD, CDS, PPM	53.6	8 (28)	Resignação do Primeiro-Ministro
Balsemão II (1981-82) ¹¹	PSD, CDS, PPM	53.6	20 (28)	Resignação do Primeiro-Ministro, Eleições
Soares III (1983-85)	PS, PSD	70.4	24	Resignação do Primeiro-Ministro, Eleições
Cavaco Silva I (1985-87)	PSD	35.2	18	Aprovação de moção de censura

Fonte: adaptado e atualizado pelo autor de Freire (2005: 22).

⁸ Só o período constitucional é considerado

⁹ Mandato parlamentar regular: 48 meses. (b) Os governos Balsemão I e II têm precisamente o mesmo apoio partidário e não houve eleições entre eles. Em termos de duração do gabinete, portanto, é considerado como sendo o mesmo executivo, com 28 meses de duração. A mesma regra foi aplicada para os governos Barroso (2002-04) e Lopes (2004-05), com 35 meses de duração.

Quadro 1.2. Governos portugueses, 1987-2015 ¹⁰

Primeiro-Ministro & Período governativo	Composição	Apoio Partidário (% de deputados no Parlamento)	Duração ¹¹ (meses)	Razão para o Terminus do Governo
Cavaco Silva II (1987-91)	PSD	59.2	48	Eleições
Cavaco Silva III (1991-95)	PSD	58.7	48	Eleições
Guterres I (1995-99)	PS	48.7	48	Eleições
Guterres II (1999-02)	PS	50,0	24	Resignação do Primeiro-Ministro
Barroso (2002- 04) ^(b)	PSD, CDS	51,8	27 (35)	Resignação do Primeiro-Ministro (por ir para Presidente da Comissão Europeia)
Lopes (2004-05) ^(b)	PSD, CDS	51.8	8 (35)	PR dissolveu o Parlamento e convocou eleições antecipadas
Sócrates (2005-09)	PS	52.6		Eleições
Sócrates (2009-11)	PS	42.3	20	Resignação do Primeiro-Ministro; PR dissolveu o Parlamento e convocou eleições antecipadas
Passos Coelho I (2011-15)	PSD, CDS	57.3	51	Eleições
Passos Coelho I (2015: 11 dias)	PSD, CDS	46.5	11 dias	Moção de rejeição do programa de governo pelas esquerdas
António Costa	PS (apoio parlamentar do BE, PCP e PEV)	37.4 (53.1)		

Fonte: adaptado e atualizado pelo autor de Freire (2005: 22); adicionalmente: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx>

¹⁰ Só o período constitucional é considerado.

¹¹ Mandato parlamentar regular: 48 meses. (b) Os governos Balsemão I e II têm precisamente o mesmo apoio partidário e não houve eleições entre eles. Em termos de duração do gabinete, portanto, é considerado como sendo o mesmo executivo, com 28 meses de duração. A mesma regra foi aplicada para os governos Barroso (2002-04) e Lopes (2004-05), com 35 meses de duração.

O Memorando enquadrou as propostas dos partidos e as escolhas dos eleitores em 2011. Embora tenha sido relutantemente que o então primeiro-ministro, José Sócrates, recorreu à ajuda externa, uma vez rubricado o acordo o PS teve de aceitar as suas orientações. O PS disse também na campanha que, primeiro, iria honrar o acordado, e que, segundo, não acompanharia quaisquer “inflexões radicais” além *Troika* como propunha o PSD (Freire e Santana-Pereira, 2011). Pelo contrário, o PSD «exultou» com o dito acordo, que seria na sua perspetiva uma espécie de elemento redentor dos excessos que o país e os portugueses tinham vivido nos últimos anos, afirmando aliás querer ir além da *Troika*. Note-se, todavia, que em matéria de reforma do Estado o PSD afirmou querer cortar sobretudo nas “gorduras” (custos intermédios, funções duplicadas, cortes nos encargos das PPP, etc.) e não no Estado Social, assumindo aliás vários compromissos (não cortar salários, não cortar subsídios de férias e de Natal, não promover despedimentos na Função Pública, não liberalizar os despedimentos, não aumentar o IVA na restauração, etc.) (Freire e Santana-Pereira, 2011). O CDS-PP apresentou uma posição algo mais moderada, a meio caminho entre o PS e o PSD. O BE e o PCP/CDU foram os grandes opositores do acordo, em prol da renegociação da dívida (Freire e Santana-Pereira, 2011).

Como já referimos acima, após as conclusões, inicialmente escritas em final 2014 e agora revistas, fazemos um capítulo adicional, «Epílogo: As Legislativas de 2015, a Queda do Muro de Berlim 26 anos depois e as possíveis consequências para a democracia».

A DEMOCRACIA, OS GOVERNOS, OS SEUS MANDATOS POLÍTICOS E A TROIKA

As grandes revoluções liberais do século XVIII trouxeram importantes inovações na arte de governar (Manin, 1997; Freire, 2011). Subjacente a estas inovações, além do objetivo de erradicação da tirania (via separação de poderes) e da arbitrariedade do poder (via cartas dos direitos), há um princípio fundamental: a governação com base no consentimento. E as eleições “livres, justas e frequentes” são o mecanismo fundamental para a assegurar (Freire, 2011; Manin, 1997; Schedler, 1998; Manin, Przeworski, e Stokes, 1999; Pierce, 1999). Num regime (democrático) representativo são os representantes eleitos que governam, tendo em

conta as escolhas fundamentais do soberano: os partidos propõem aos eleitores determinados pacotes de políticas e estes escolhem tendo em conta essas propostas, as quais funcionam como balizas da governação (Schedler, 1998; Pierce, 1999). No *terminus* do mandato os eleitores julgarão se o governo governou, ou não, de acordo com “as preferências populares”.

Desde as legislativas de 2011 que as regras subjacentes à “governação com base no consentimento” vêm sendo violadas: muitas das medidas emblemáticas deste governo (tais como os cortes de salários na função pública,¹² os cortes nas reformas e pensões,¹³ sobretudo dos ex-funcionários públicos, muito além do que estava previsto, e os «enormes aumentos de impostos», etc.) não constam nem dos programas eleitorais dos vencedores, nem do programa da *Troika* em 2011. Por um lado, se é verdade que o incumprimento de promessas eleitorais não é inédito na democracia portuguesa, é efetivamente inédito na extensão, profundidade e gravidade das medidas. Por outro lado, este tipo de violação reiterada mina a confiança dos eleitores nos eleitos e, no limite, na própria democracia.

Durante o período de vigência do programa de assistência da *Troika*, o Presidente da República (PR), Cavaco Silva, falou amiúde na importância de se cumprirem os acordos internacionais para se assegurar a confiança dos investidores e dos parceiros internacionais. Claro que, por um lado, a responsabilidade dos governantes passa por honrarem os compromissos internacionais do Estado. Porém, por outro lado, é notável que o PR, guardião supremo da democracia, tenha descurado

12 Inicialmente, os cortes nos salários da Função Pública entre 3,5% e 10%, em vigor desde o Orçamento de Estado 2011, ou seja, desde o governo PS (mas sempre reiterados pela direita), só se aplicavam a partir dos 1.500 euros. No orçamento de Estado para 2014, são apresentados cortes nos salários brutos acima de 675€, progressivos entre 2.5% e 12%, mas acima de 2000€ brutos mensais, o corte é sempre de 12%. Foram ainda feitos cortes nos subsídios de Natal e Férias, em 2011 (parciais, ½, e só no subsídio de Natal) e em 2012 (integrais e ambos os subsídios). Porém, por um lado, o Tribunal Constitucional (TC) obrigou a repor ambos os subsídios referentes a 2013, inviabilizando a continuidade destes últimos cortes. Por outro lado, já decisão de 2014 obrigou a que, primeiro, não fosse ultrapassado o nível de cortes do tempo do governo Sócrates (referido acima nesta nota) e, segundo, que para serem conformes à Constituição tais cortes terão de ser temporários (como a jurisprudência do TC sempre alegou para os deixar passar no início), logo não poderão vigorar depois de 2015.

13 Ver Sofia Rodrigues, Luís Villalobos e Pedro Sousa Carvalho, «Governo alarga cortes nas pensões a partir dos mil euros e aumenta ADSE», Público, 2/1/2014, 22h41m: <http://www.publico.pt/economia/noticia/governo-alarga-cortes-a-mais-pensionistas-e-aos-funcionarios-publicos-1618257>

a necessidade, igualmente premente, de substanciais níveis de confiança entre os representados e os representantes, ou seja, de se cumprirem igualmente os compromissos dos governantes com os eleitores (Silva, 2013: pp. 4-5).^{14/15} Um eminente sociólogo alemão diz-nos que os Estados endividados do Ocidente capitalista de hoje em dia funcionam como se tivessem dois tipos de constituintes: «A população (o povo do Estado), por um lado, e os «mercados» (o povo do mercado), por outro (Streeck, 2013: pp. 129-130)». As sucessivas declarações e atuações do PR sobre este assunto, bem como dos governantes e parlamentares da maioria, indicam que estes agentes parecem ter deixado de se preocupar com os seus constituintes nacionais para se preocuparem exclusivamente com o «povo do mercado».

Quadro 2. Confiança (“alguma” e “muita”) dos portugueses nas Instituições, 2008 e 2012 – em percentagem face ao total de cada uma das amostras.

Instituições	2008	2012	Diferença 2012-2008
Igreja	67,3	66,1	-1,2
Forças Armadas	74,4	72,9	-1,5
Imprensa	62,1	55,2	-6,9
Associações Patronais		38,6	
Grandes empresas	48,6	35,1	-13,5
Bancos/sistema financeiro		22,8	
Sindicatos	53,2	57,9	4,7
Partidos	30,5	19,2	-11,3
Parlamento	48,5	22,3	-26,2
Governo	44,5	13,6	-30,9
PR	73,4	35,2	-38,2
Tribunais	50,2	36,3	-13,9
Administração Pública	48,9	41,3	-7,6
União Europeia	64,7	42,6	-22,1
N	1350	1209	

Fontes: Inquéritos aplicados a amostras representativas da população portuguesa adulta, residente em Portugal Continental. Mais especificamente, trata-se de estudos realizados no âmbito de dois Projetos de investigação sobre representação política do CIES-IUL. Ver <http://er.cies.iscte-iul.pt/> e ver Freire & Viegas, 2008 e Freire & Viegas & Lisi, 2012.

14 No seu discurso nas comemorações do 25 de Abril de 2013, na AR, o PR adotou idêntica abordagem: <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=72991>

15 Sobre este dilema, ver Mair, 2011, e Streeck, 2013.

Como pode ver-se no Quadro 3, esta situação é especialmente problemática em Portugal. Com base em inquéritos representativos realizados junto da população adulta portuguesa, em 2008 (meados) e em 2012 (finais), podemos ver que, primeiro, a confiança nas instituições políticas, em 2012, é bastante mais baixa no que nas restantes instituições aí apresentadas (exceto nos “Bancos/sistema financeiro”). Pelo contrário, certas instituições tradicionais (a Igreja, as Forças Armadas, a Imprensa) e os sindicatos apresentam-se como aquelas em que os portugueses mais confiam.

Excetuando o caso do PR (73,4%, 2008), a situação já era assim em 2008 em relação às instituições políticas. Mas de 2008 para 2012 a situação agravou-se bastante. Num contexto de erosão dos direitos sociais e dos trabalhadores, é interessante verificar que é a confiança dos portugueses nos sindicatos a única que aumenta entre 2008 e 2012. Ao contrário, é notável também verificar a erosão da confiança na UE: a maior queda, 2008-2012, tirando a das instituições políticas. Tendo em conta as responsabilidades da UE nas dificuldades que vários países europeus estão a viver, sobretudo os que estão sob programas de assistência financeira, não é difícil de entender tal erosão da confiança dos portugueses na UE. Note-se que idêntica situação se verifica noutros países alvo de programas de austeridade (Sánchez-Cuenca, 2014: pp. 59-77). Em relação situação portuguesa, em geral, é difícil não ver no extenso e profundo incumprimento das promessas eleitorais pelo menos um dos seus vetores explicativos. Claro que, para uma explicação cabal sobre este fenómeno, devemos testar os efeitos das perceções dos eleitores sobre os fenómenos referidos atrás (violação de promessas, assimetria na distribuição dos custos do ajustamento, etc.) sobre a confiança política, teste que iremos efetivamente desenvolver na quarta secção deste artigo. Dados mais recentes reportados em Freire (2015b), baseados numa amostra de painel 2014 (1ª vaga) a 2015 (2ª vaga) (e baseados num estudo coordenado por Ana Belchior, no âmbito do CIES: ver referências em Freire, 2015b), revelam que em meados de 2014 a situação é ainda, em regra, pior do que em 2008, embora tenha havido uma recuperação generalizada da confiança nas instituições, a que não terá sido alheio um certo alívio da austeridade e aumento do crescimento económico, após 2013 (ver Magalhães, 2015). O panorama para 2008-2012 não se altera, porém, substancialmente no período 2008-2014, pelo que mantemos as teses aqui expendidas como uma boa base para as nossas expectativas empíricas / hipóteses.

Em relação aquilo que chamamos «governança sem mandato», voltando atrás, não estamos a defender com isto que, perante situações extraordinárias, não haja ajustamentos excecionais e alguns compromissos não possam ser violados, precisamente por isso é que o regime é “representativo” e o “mandato não é imperativo” (Pitkin, 1967). Mas as eleições também não podem ser um “cheque em branco”, sob pena de se descredibilizar a democracia (Schedler, 1998). Aliás, no mesmo inquérito de 2012, perguntámos duas coisas aos portugueses. Primeiro, se consideravam que “a situação de emergência económica e financeira do país justifica a violação de compromissos eleitorais assumidos pelos partidos do Governo”: 68,1 por cento dos respondentes disseram que não (60,3 entre os simpatizantes dos partidos de direita). Segundo, perguntámos se “na aplicação específica que faz do chamado acordo com a *Troika*, a coligação PSD e CDS-PP tem distribuído de forma equitativa os sacrifícios”: as respostas foram esmagadoramente negativas, isto é, uma esmagadora maioria de pessoas considerou que “a coligação PSD e CDS-PP não tem distribuído de forma equitativa os sacrifícios, penalizando bastante mais os assalariados, os pensionistas e as pequenas empresas do que os grandes grupos económicos” (90,6 e 77,0 por cento, respetivamente). Note-se que estas posições dos eleitores dos partidos de direita contrastam fortemente com as visões dos deputados do PSD e do CDS-PP, a quem fizemos exatamente as mesmas perguntas (em 2012-13), gerando assim uma forte incongruência entre eleitores e eleitos na matéria; o oposto se verifica à esquerda (Moury e Freire, 2013).

Tal assimetria está bem patente nos enormes sacrifícios pedidos aos assalariados e aos reformados: cortes de salários e de pensões, sobretudo para os trabalhadores e reformados do setor público, mas também nos aumentos de impostos sobre o trabalho (generalizado), na facilitação dos despedimentos (redução de compensações, leis mais permissivas para se despedir, redução significativa e estimulada politicamente da negociação coletiva), no aumento da jornada do trabalho na função pública (de 35 para 40 horas), na redução do número de feriados (generalizado), etc. E que contrasta com os muito menores sacrifícios pedidos ao capital: além de ter sido brindado com reduções no IRC (i.e., nos impostos das empresas), de 2014 em diante, uma medida aprovada pela direita e pelo PS (no início de 2014), teve ainda inúmeras «ajudas». Por exemplo, os magros cortes nas “rendas excessivas” das Parcerias

Público-Privadas (PPP) e dos (quase) monopólios privados (na energia, etc.),¹⁶ bem como nas ajudas à Banca (cerca de 4 mil milhões de euros em até meados de 2013).

No final de tal austeridade assimétrica, temos que, segundo dados da Comissão Europeia citados em Abreu et al (2013: p. 74), a parcela dos salários no PIB passou de 58,4%, em 2010, para 55,6, em 2012, e estima-se que desça ainda para 54,1%, em 2014. Mais, outro estudo da Comissão Europeia, publicado em 2011, comparou os efeitos distributivos das medidas de austeridade, entre 2009 e 2011, em seis dos países europeus onde, após a crise de 2008, os défices mais aumentaram gerando a necessidade de medidas para a sua correção, e veio evidenciar que as políticas de austeridade que têm sido seguidas, sobretudo em Portugal, agravaram substancialmente as desigualdades e penalizaram significativamente os mais desfavorecidos (Comissão Europeia, 2011). Dados recentes do INE evidenciam efetivamente que, entre 2011 e 2013, a par da redução das desigualdades via diminuição ligeira do índice de Gini (fruto da compressão do rendimento das classes médias assalariadas, sobretudo dos funcionários públicos e dos pensionistas), aumentaram muito as disparidades entre ricos e pobres, e aumentaram também muito os níveis de pobreza e de «privação material severa».¹⁷ Foi também revelado que Portugal foi o país da UE que mais cortou em termos de programas sociais no período em análise.¹⁸

Por um lado, sobretudo tendo em conta o já de si relativamente baixo nível de despesa social em Portugal,¹⁹ bem como o reduzido número de funcionários públicos por mil habitantes, comparativamente com os nossos parceiros europeus, os cortes nas funções sociais do Estado, nos serviços públicos e no número e salários dos funcionários configuraram na prática a passagem de um «Estado Social e Democrático» rumo a um «Estado Neoliberal» (ou a um «Estado Mínimo») que, no mínimo, deveria de ter passado pelo crivo do voto popular. Por outro lado, tais cortes nas funções sociais do Estado são clara e maioritariamente rejeitados pelos portugueses (ver, por exemplo, sondagem do CESOP, in

16 Ver por exemplo «As rendas excessivas duram e duram e duram...», Jornal I, 28-10-2014.

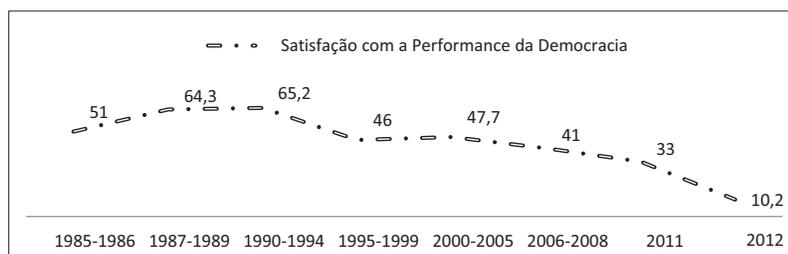
17 Cláudia Bancalheiro e Sérgio Aníbal, «Diferença entre muito ricos e muito pobres continuou a subir em Portugal», Público, 24/03/2014.

18 Ana Suspiro, «Portugal lidera cortes na despesa social na União Europeia», Jornal i, 24/03/2014.

19 Ver referências sobre este ponto em Freire, 2013a: pp. 77-78, nota 14.

Diário de Notícias, 5/3/2013). Finalmente, na vigência do programa da *Troika*, temos ainda as ofensas à letra da Constituição (CRP) (ver vários artigos em Gouveia e Piçarra, 2013; em sentido diverso, ver Ribeiro e Coutinho, 2014, com contraponto em Novais, 2014).

Figura 1. Satisfação com o funcionamento da democracia, Portugal, 1985-2011.



Fontes: dados elaborados pelo autor a partir de Manheim Eurobarometer Trend File 1970-1999, ICPSR study number 3384 (1985-1999); Eurobarómetro 54.1, ICPSR estudo número 3209 (2000); Portugal EEN (Estudo Eleitoral Nacional) 2002 e 2005 (2002 e 2005); Participação e Deliberação Democrática – Projeto do CIES (2006); Projetos sobre representação política no CIES-IUL, 2007- 2015: <http://er.cies.iscte-iul.pt/>; Barómetro sobre a Qualidade da Democracia, ICS-UL (2011); para os dados de 2008 e 2012, ver fontes no Quadro 1.

Na Figura 1 podemos observar um acentuado declínio da satisfação dos portugueses com o funcionamento da democracia, 1985-2012, o qual é sobretudo pronunciado entre 2006-2008 (41%), 2011 (33%) e 2012 (10,2%), atingindo valores baixíssimos nesta última data. Note-se que idêntica tendência se verifica em Espanha e nos países com problemas da dívida (Itália, Grécia e Irlanda) (Sánchez-Cuenca, 2014: pp. 73-77). Dados mais recentes referentes a meados de 2014, revelam uma recuperação na satisfação com a democracia para 16,3%, mesmo assim muito abaixo dos valores de 2008 (41,0%) ou 2011 (33,0%) (ver Figura 1 em Freire, 2015b), ou seja, não alteram substancialmente os nossos argumentos referentes ao período 2008-2012.

Haverá uma multiplicidade de razões para este fenómeno, mas há pelo menos três fatores que nos parecem fundamentais (Sánchez-Cuenca, 2014: pp. 118-164, aponta idênticos fatores para Espanha) e cujo impacto testaremos na quarta seção (além de um quarto fator que detalharemos à frente: os padrões de oposição). Em primeiro lugar, temos a deslegitimação da democracia pelos procedimentos: os sucessi-

vos compromissos eleitorais violados desde 2011, mas também as ofensas à CRP formal. Segundo, há um descrédito pela falta de exemplo, da classe política e empresarial: a austeridade assimétrica.²⁰ Nomeadamente, no período em análise aumentou o número de multimilionários e a dimensão das suas fortunas (fenómeno idêntico se passa em Espanha: Sánchez-Cuenca, 2014: p. 126-138).²¹

Quadro 3. Indicadores económicos da crise em Portugal, 2007-2014.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Crescimento real do PIB: %	2,1*	0,0	-2,9	1,4	-1,7	-3,2	-1,4	0,9
Taxa de desemprego	8,9	8,5	10,6	12,0	12,9	15,7	16,5	13,2
Dívida pública (% do PIB)	68,4	71,7	83,2	93,5				
Défice orçamental do Estado (-) ou superavit (+) (% do PIB)	-3,1	-3,6		9,8	-4,4	-6,4	-4,9	-4,5

Fontes: Eurostat citado em Bosco e Verney, op. cit., 2012: pp. 136-137 (para 2007-2011); for 2012-2013, várias fontes jornalísticas citadas no texto e Banco de Portugal (2013), Indicadores de Conjuntura – Abril de 2013, Lisboa, BP. See: http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/IndicadoresConjuntura/Publicacoes/ind_abr_13_p.pdf. Banco de Portugal (2013), Projeções para a Economia Portuguesa, 2013-2014, Lisboa, BP: http://www.bporstugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Publicacoes/projecoes_p.pdf. Jornal de Negócios (31.3.2014): http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/defice_de_2013_em_49_do_pib.html and Pordata: [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)+\(R\)-550](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)+(R)-550).

* Média anual para 1998–2007.

Para 2014, ver dados citados em Freire, 2015b.

20 Num contexto de enorme crescimento do desemprego e de desvalorização dos salários e das pensões, noticiava-se que “Salários dos Presidentes do PSI-20 subiram 5,3% em 2011 apesar da crise” (Público, 14/5/2012: p. 12). Também os grandes empresários davam provas de ausência de solidariedade: “Jerónimo Martins muda sede para a Holanda”, <http://expresso.sapo.pt/soares-dos-santos-muda-participacao-na-jeronimo-martins-para-a-holanda=f697509>, ou “Cotadas de malas feitas para a Holanda”, <http://www.publico.pt/economia/noticia/cotadas-portuguesas-de-malas-feitas-para-a-holanda-1527364>. Ver também Fernandez, McGauran, and Frederik (2013).

21 Camilo Soldado, «Os multimilionários portugueses são mais e estão mais ricos», Público, 7/11/2013.

Terceiro, temos a deslegitimação da democracia pelos resultados. Primeiro, temos a cavada e prolongada recessão económica: ver o contínuo declínio do PIB, entre 2009 e 2013, Quadro 3, o qual se sucedeu a uma estagnação em 2008. Segundo, temos o fortíssimo crescimento do desemprego: de 8,5% da população ativa, em 2008, para 16,5, em 2013. Finalmente, temos a evolução muito preocupante e dificilmente sustentável e reembolsável da dívida pública: 71,7% do PIB, em 2008, 93,5% em 2010, e 129,0%, em 2013.²² E, note-se, este crescimento brutal da dívida (2011-2013) foi muito maior do que o que se verificou entre 2008 e 2010 e redundou numa maior divergência com a Europa (Cravinho, 2014). Dados mais recentes, apresentados em Freire (2015b) e aqui reportados no Quadro 3, mostram uma ténue recuperação económica (crescimento económico, descida do desemprego) e uma recuperação de alguns aspetos das contas públicas (redução do défice, ainda assim em dívida devido aos problemas do BES/Novo Banco, não vendido em 2015, como previsto) embora não noutros (aumento contínuo da dívida pública de 2013 para 2014), podem ajudar a explicar o alívio da penalização da direita nas eleições de 2015 (ver Magalhães, 2015) mas não alteram substancialmente os nossos argumentos.

Como acabámos de referir, há, porém, alguns resultados positivos, pelo menos aparentemente. Primeiro, temos a redução do défice comercial externo, 2011-2014. Segundo, há a alegada credibilidade acrescida de Portugal junto dos parceiros internacionais e dos investidores. Efetivamente as taxas de juro para a dívida portuguesa têm descido bastante desde 2012. Todavia, por um lado, há quem alegue que este resultado se deve mais a uma intervenção do BCE crescentemente assertiva na compra de dívida dos países (desde que a crise da dívida atingiu fortemente, em 2012, a Itália e a Espanha: *too big to fail*), funcionado como prestamista de último recurso, do que a méritos específicos desses países (Sánchez-Cuenca, Ignacio, op. cit., p. 57). Por outro lado, desde 2013 que as taxas de juro estão especialmente baixas na Europa e nos EUA, e tal não é específico de nenhum país

22 Ver Rodrigues, Jorge N., «Dívida em 129,4% do PIB no final de 2013», Expresso online, 19/02/2014, consultado em 29/03/2014, 15h52m.

em particular.^{23/24} Adicionalmente, também é verdade que há alguns sinais de ligeira recuperação no crescimento do PIB e no decréscimo do desemprego, entre o último trimestre de 2013 e o primeiro de 2014, mas eles são demasiado frágeis para se poder alterar a linha de argumentação anterior. Além disso, a recuperação do emprego tem que ser muito relativizada dada a fortíssima emigração durante o resgate,²⁵ bem como dada a fraquíssima qualidade, estabilidade e níveis de renumeração dos novos empregos criados.^{26, 27} Mais, dados recentes mostram que, além de tudo isso, temos ainda que uma larga parte da redução do desemprego se tem devido a massivos programas de estágio (temporários) na função pública, os quais configuram uma redução (artificial) da taxa de desemprego.²⁸

23 Ver, por exemplo, a entrevista de Sérgio Aníbal ao líder do Departamento de Research do Banco Nomura, Jens Nordvig, em «Agora é muito fácil ter emissões de dívida bem sucedidas», Público, 27/2/2014: p. 22.

24 Ver, por exemplo, Sérgio Aníbal, «Grécia tenta ser a nova história de sucesso nos mercados», Público, 3/4/2014, p. 24.

25 Ver Rafael Albuquerque, «Número de emigrantes em 2012 foi superior ao total de nascimentos», 29/10/2013, 20h56m, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/numero-de-emigrantes-em-2012-foi-superior-ao-total-de-nascimentos-1610703#0>; Catarina Gomes, «Emigração terá levado um quinto dos trabalhadores qualificados de Portugal», Público, 12/3/2014, 22h30m, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/portugal-tera-perdido-um-quinto-dos-seustrabalhadores-qualificados-com-a-emigracao-1628049>

26 Por exemplo, entre 2006 e 2012, o número de trabalhadores com o Salário Mínimo Nacional (485€ por mês desde 2011, nível congelado desde então até à presente data) era no final do período cerca de 400 mil pessoas numa população ativa de cerca de 5 milhões de pessoas e com só cerca de 4,5 milhões empregada. Mais, no universo dos trabalhadores por conta de outrem (3,5 milhões de pessoas), há cerca de 1 milhão a receber, líquidos, entre 310 e 599€, a que se junta mais 1 milhão a receber entre 600 e 899€, sendo que uma boa parte deles (praticamente todos no primeiro grupo) faz parte da categoria dos working poor. Ver Natália Faria e Raquel Martins (2014), «Se for para tirar ainda mais, prefiro que não me aumentem», «Trabalhadores a receber o salário mínimo triplicam nos últimos seis anos», Público, 13/4/2014, pp. 4-5.

27 Ver João Silvestre (2014), «No jobs for the boys», «Salários recuam dez anos» e «Zona Euro atrás na saída da crise», Expresso, 12/2/2014. Citando dados do Eurostat, este artigo revela que, primeiro, face a 2008 a perda de empregos em Portugal (-546,8 milhares) foi a quarta maior na zona Euro, a seguir à da Espanha (-3071,9), da Itália (-989,2) e da Grécia (-934,9). Segundo, releva que os salários reais, ou seja descontando a inflação, recuaram para níveis de há dez anos atrás (2003) (-5,7%), mas tais perdas foram ainda maiores entre os trabalhadores com o ensino superior (-9,8%). E, terceiro, revela que a maior parte dos empregos criados em 2013-2014 foi a tempo parcial e/ou entre pessoas com ensino secundário ou superior. Porém, das 622,9 mil pessoas em part-time, 263,4 mil disseram que gostariam de trabalhar mais.

28 Ver «Estado subsidia cerca de 60% dos novos empregos», SIC Notícias TV, <http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2014-08-30-estado-subsidia-cerca-de-60-dos-novos-empregos>

PARTIDOS E GOVERNOS ANTES E DEPOIS DA TROIKA: FORMATO E DINÂMICA

Como vimos nas Quadros 1.1 e 1.2, a coligação de direita que governa o país não se distingue formalmente dos governos anteriores. Primeiro, é composta por dois partidos de direita, solução que já tinha sido ensaiada três vezes. Segundo, é uma coligação com apoio maioritário no Parlamento, tal como as anteriores. Terceiro, a sua duração até à data, bem como a elevada expectativa de que o mandato seja levado praticamente até ao fim, coloca-a como uma das coligações potencialmente mais estáveis da democracia portuguesa (para mais detalhes, ver Freire, 2015). Pelo contrário, a solução saída das eleições de 4-10-2015, com um governo minoritário do PS apoiado no parlamento pelo BE, pelo PCP e pelo PEV encerram em cima mesmo uma total inovação da política, uma espécie de «queda do muro de Berlim 26 anos depois», na política portuguesa que se evidencia pela inclusividade dos cerca de 10%-20% de portugueses que têm votado na esquerda radical portuguesa, e que pela primeira vez acedem aos governos constitucionais, e pela responsabilização maior destes partidos (BE, PCP e PEV) ao contribuírem para soluções governativas (de compromisso) à esquerda.

A democracia portuguesa é geralmente dividida em duas fases, uma próxima do modelo da «democracia consensual» (maior fragmentação partidária, governos instáveis, de coligação ou de minoria, etc.), entre 1976 e 1987, e uma fase mais próxima da «democracia maioritária» (concentração do voto nos dois maiores partidos, governos mais estáveis e muitas vezes baseados em maiorias monopartidárias ou quase), entre 1987 e a presente data (Freire, 2010). Ora os dados sobre a volatilidade eleitoral, a desproporcionalidade e a fragmentação partidária pouco distinguem as eleições de 2011 das restantes realizadas entre 1987 e 2009 (ver Quadro 4). Portanto, do ponto de vista destes indicadores fundamentais da evolução dos comportamentos eleitorais, dos efeitos do sistema eleitoral e do formato do sistema partidário, não se pode dizer que as eleições 2011 tenham sido extraordinárias. Pelo contrário, as eleições de 2015 distinguem-se pela maior desproporcionalidade de sempre (fruto de uma maior competição partidária ao nível eleitoral que, porém, foi esmagada pela cartelização do status quo parlamentar com a nova lei da cobertura das campanhas – ver Freire e Lisi, 2016 – mas também, em menor medida, pelo sistema eleitoral), e também pela

maior fragmentação partidária (eleitoral e parlamentar) do período desde 1987, bem como pela redução (a maior desde 1987) da concentração do voto nos dois maiores partidos. A volatilidade eleitoral (total e inter-bloco) tendo sido elevada em 2015, não foi das mais elevadas de sempre.

Quadro 4. Desproporcionalidade, percentagem de votos conjunta dos dois maiores partidos e número efetivo de partidos eleitorais (NEPE) e parlamentares (NEPP), em eleições legislativas: Portugal.

Eleições legislativas	1975	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999	2002	2005	2009	2011	2015
Volatilidade total		8,6	8,0	4,0	9,9	21,3	22,3	13,6	19,4	2,6	8,9	12,9	9,0	13,4	13,8
Volatilidade de bloco		5,0	0,5	2,1	4,2	0,2	7,6	3,3	6,9	2,1	7,9	12,1	4,7	11,3	11,8
Desproporcionalidade	5,7	3,7	3,7	3,9	3,0	3,6	6,1	6,1	4,6	4,9	4,6	5,8	5,6	6,9	7,6
Voto PS & PSD (%)	64,3	59,0	55,3	56,5	63,4	50,6	72,4	79,7	77,8	76,3	78,0	73,8	65,7	66,8	64,3
NEPE	3,7	3,9	4,7	4,6	3,7	4,8	2,9	2,8	3,1	3,1	3,2	3,3	4,1	3,9	4,6
NEPP	2,9	3,4	3,9	4,0	3,4	4,2	2,4	2,2	2,6	2,6	2,6	2,6	3,3	2,9	3,3

Fontes: cálculos do autor a partir das estatísticas oficiais: www.cne.pt

Notas:

- 1) Os índices de volatilidade, total e entre blocos (partidos de esquerda e partidos de direita), são calculados segundo as fórmulas apresentadas por Bartolini e Peter Mair (1990, pp. 17-52 e 313-314).
- 2) Os números efetivos de partidos (NEPE e NEPP) são calculados segundo as fórmulas de Laakso e Taagepera (1979).
- 3) Voto nos dois maiores partidos – percentagem total de votos no PS e no PSD.

Note-se, porém, que há pelo menos três elementos mais recentes que contrariam a indicação de aparente estabilidade transmitida pelos resultados das legislativas de 2011. Primeiro, nas eleições autárquicas de 2013, onde são possíveis candidaturas independentes, registou-se não só um grande crescimento da abstenção como uma explosão do apoio às «listas de cidadãos», traduzindo uma contestação larvar ao sistema partidário estabelecido.²⁹ De idêntico modo, em segundo lugar, nas presidenciais de

²⁹ Nas autárquicas de 2013, as «listas de cidadãos» atingiram a sua máxima projeção desde que foram permitidas, em 2001. Primeiro, porque, com 6,9% dos votos, se quedaram

2011 registou-se uma grande abstenção e um enorme apoio aos candidatos sem apoio partidário, além de um grande volume de brancos e nulos.³⁰ Apesar de as presidenciais de 2011 serem anteriores às legislativas, os sinais que enviam são mais convergentes com os das autárquicas e com os das europeias de 2014. Adicionalmente, em terceiro lugar, uma análise recente das eleições europeias de 2014 revelou ainda o seguinte (ver Freire e Santana-Pereira, 2015). Primeiro, a volatilidade total (19,4%) e inter-blocos (11,8%) atingiram os valores mais elevados de sempre em eleições europeias (1987-2014) e um dos mais altos de sempre em eleições legislativas (o terceiro valor mais alto na história democrática do país, 1976-2011, para os dois índices de volatilidade). Segundo, também os níveis de fragmentação partidária (NEPE: 5,71; NEPP: 3,83) atingiram os máximos de sempre quer em eleições legislativas, quer em eleições europeias, tal como a desproporcionalidade. Tal deveu-se ao reduzido voto conjunto dos dois maiores partidos, ao crescimento do MPT (Movimento Partido da Terra, encabeçado por Marinho e Pinto para as europeias de 2014) e ao crescimento dos comunistas (PCP/CDU) e dos micropartidos (Partido Livre e PAN, Partido dos Animais e da Natureza). Tal indicia um potencial de instabilidade eleitoral elevado para as próximas legislativas, sobretudo se a oferta partidária se diversificar. A verificar-se, tal pode também aumentar o leque de coligações possíveis ao nível nacional. Note-se que, por um lado, o MPT obteve dois eurodeputados e 7,15% dos votos; e, por outro lado, o Partido Livre³¹ (2,18% ao nível nacional) e o PAN (1,72% ao nível nacional), apesar de não terem eleito nenhum eurodeputado, tive-

como quarta força política. Segundo, porque passaram de três presidências de Câmara, em 2001, para treze, em 2013. Ver André Freire, 2014, pp. 104-108.

- 30 Primeiro, tivemos a maior abstenção de sempre em presidenciais: 46,5 para 45,4 em 2001. Segundo, o voto de protesto atingiu níveis espetaculares: brancos e nulos com 6,9 por cento; as candidaturas (sem apoio partidário) de Nobre e de Coelho somaram 18,6. Ver André Freire, 2014, pp. 50-52.
- 31 O Partido Livre foi formado inicialmente para concorrer às eleições europeias de 2014, o que fez, e está agora a posicionar-se com clareza para as legislativas de 2015. Este partido resultou inicialmente de um conjunto de iniciativas lideradas pelo eurodeputado Rui Tavares. Tendo sido eleito como independente nas listas do BE para o PE, 2009, a meio do mandato no PE e em divergência com a direção do partido Tavares saiu das listas do BE no PE, que como se disse é membro do grupo do GUE/NGL, e passou-se para o grupo dos Verdes. É aliás nesta família política europeia que se integra o Partido Livre, que parece estar a atrair alguns dissidentes do BE para a sua galáxia (além de Rui Tavares). O partido tem uma plataforma típica da nova esquerda libertária e do ecologismo (ver March e Freire, 2012), dando além disso uma enorme centralidade à necessidade de alianças entre as esquerdas (PS e esquerdas radicais) para a formação de um novo governo após as próximas eleições de 2015.

rem percentagens de votos nos grandes círculos eleitorais (Lisboa e Porto) que lhes permitiriam eleger deputados em eleições legislativas. Registe-se, por outro lado, que o resultado do PS nestas europeias, 31,46%, muito distante da situação mais comparável das europeias de 2004 (44,53%) (ver Freire e Santana-Pereira, 2015), gerou larga contestação no PS, levando mesmo ao surgimento de um desafiador do líder incumbente (António José Seguro), o Presidente da Câmara de Lisboa António Costa, que acabaria por vencer o processo de primárias abertas (a simpatizantes) para «primeiro-ministro» (28-9-2014), derrotando estrondosamente o incumbente que liderou o partido até final de Setembro de 2014.³² Este novo líder já foi descrito como estando relativamente mais à esquerda do que Seguro, seja em matéria da assertividade dos seus posicionamentos políticos,³³ seja em matéria de uma maior propensão para alianças à esquerda.³⁴

Quadro 5. Atitudes dos portugueses face a um governo de esquerdas, 2012, por simpatia partidária – em percentagem face ao total em cada grupo.

«À semelhança do que acontece com os partidos de direita em Portugal, os partidos de esquerda (PS, PCP/CDU e BE) deveriam entender-se para gerarem alternativas de governo estáveis»

	Simpatia partidária					
	CDU/PCP	BE	PS	PSD	CDS-PP	Sem partido
Discordo totalmente	0,0	2,2	7,5	0,9	6,3	0,2
Discordo	3,6	3,3	2,8	7,8	12,5	3,7
Não concordo nem discordo	13,1	7,6	13,4	20,9	18,8	19,1
Concordo	56,0	48,9	59,8	61,7	50,0	64,4
Concordo totalmente	27,4	38,0	16,5	8,7	12,5	12,7
N	84	92	254	115	16	592

Fonte: ver Quadro 4; N = 1209.

32 António Costa obteve 67,7% dos votos e António José Seguro 31,54%, num processo inédito de notável abertura à sociedade (inscreveram-se 149916 simpatizantes) e muito participado (votaram 177346 dos 250777 inscritos: 70,27%). Ver <https://www.pspriamarias2014.pt/> Sítio acedido em 8-10-2014. Ver também Ana Rita Ferreira, «Vantagens e desvantagens das eleições primárias do PS», Público, 2-10-2014.

33 Para uma visão contrária às de Ana Rita Ferreira e André Freire, ver João Cardoso Rosas, «As eleições no PS, a esquerda e a direita», Público, 10-9-2014.

34 Ver André Freire, «As primárias no PS, a reforma institucional e a ideologia», Público, 27-8-2014. Para uma visão contrária às de Ana Rita Ferreira e André Freire, ver João Cardoso Rosas, «As eleições no PS, a esquerda e a direita», Público, 10-9-2014.

Um dos traços mais perenes da política portuguesa, que aliás é visível no Quadro 1, é que a direita tem sido capaz de entender-se para governar e produzir executivos estáveis, mesmo em circunstâncias muito difíceis como as que temos vivido na era da *Troika*, e a esquerda não. Porém, a dureza das políticas de austeridade, a violação sistemática e profunda de vários compromissos eleitorais, pelo governo em funções, bem como as afrontas à Constituição da República Portuguesa, parecia apresentar o potencial para subverter tal situação e impulsionar entendimentos entre as esquerdas. Até porque, adicionalmente, a análise das posições ideológicas (esquerda-direita) de partidos e de deputados, antes (2008) e depois (2012-13) da crise, revelou um crescente alinhamento à direita do PSD e uma manutenção ou reforço das posições de esquerda entre as esquerdas (Freire, Tsatsanis e Lima, 2015). Por isso, num artigo recente (Freire, Lisi e Lima, 2015), foram analisadas as posições dos partidos (via respetivos deputados) face a um conjunto de questões de ordem económica e não económica para ver se o resgate teve ou não impacto sobre a distância ideológica entre os partidos de esquerda e, portanto, sobre o seu potencial de coligação. Um dos resultados mais interessantes do estudo foi que, no geral, os partidos de “esquerda radical” assumem posições semelhantes não só entre eles no Parlamento como de oposição sistemática ao governo de direita; os socialistas, pelo contrário, têm sido mais cooperantes, nomeadamente, com o PSD (Freire, Lisi e Lima, 2015). Tal como foi demonstrado, este padrão de comportamento não se deve apenas às restrições do acordo com a *Troika*, uma vez que foi também revelado durante o governo do PS, 2009-2011.

Outro resultado curioso foi que a crise económica aumentou a polarização do sistema partidário sendo que tanto os partidos de “esquerda radical”, como os partidos de direita, adotaram posições mais extremas, especialmente nas questões socioeconómicas. Este efeito é claro para as elites partidárias, ao passo que a posição dos eleitores não apresenta qualquer mudança significativa. Contudo, os resultados indicam que a coligação entre partidos de esquerda continua a ser problemática. Por um lado, a distância entre os partidos de “esquerda radical” e os socialistas permanece significativa embora seja muito mais próxima do ponto de vista dos eleitores. Por outro, a viragem do PSD à direita pode levar o PS a considerar as vantagens de evitar qualquer coligação na tentativa de atrair os eleitores moderados insatisfeitos com os incumbentes, tentando com isto alcançar a maioria absoluta em eleições futuras de 2015. Este

aspecto remete para o potencial de coligação da “esquerda radical”. Independentemente das preferências ideológicas, uma esmagadora maioria dos eleitores apoia a ideia de coligação dos partidos de esquerda (ver Quadro 5); note-se que resultados semelhantes tinham já sido encontrados em 2009, quando o PS acabou por ter apenas maioria relativa, numa sondagem pré-eleitoral onde os portugueses foram inquiridos sobre o tema das possíveis coligações se o PS não viesse a ter maioria absoluta (ver March e Freire, 2012, pp. 229-234). No entanto, esta posição não reflete tanto a orientação das elites dos partidos de esquerda, que estão pouco convencidas em relação a uma hipotética aliança, sobretudo ao nível dos comunistas (Freire, Lisi e Lima, 2013). Dados mais recentes, para os eleitores inquiridos em meados de 2014, apontam no mesmo sentido do indicado na Quadro 5 (ver Freire, 2015b, Quadro 5).

A nossa expectativa é a de que a incapacidade da oposição de esquerda (PS, BE, PCP/CDU) em gerar uma solução (governativa e política) alternativa, naturalmente com políticas conjuntas minimamente articuladas, estará também a erodir o apoio ao regime democrático, pelo menos o apoio específico, e a confiança nas instituições políticas.

DETERMINANTES INDIVIDUAIS DO APOIO À DEMOCRACIA E DA CONFIANÇA POLÍTICA

Nesta secção, aquilo que pretendemos é testar o impacto dos quatro grandes fatores que atrás consideramos, hipoteticamente, estarem por detrás da (in-)satisfação com o funcionamento da democracia («apoio específico»), e quiçá do próprio apoio aos princípios do regime democrático («apoio difuso»), e da (des-)confiança nas instituições. Usamos para tanto o inquérito à população portuguesa (N=1209), cujo trabalho de campo foi realizado entre Setembro e Outubro de 2012 pela GFK-Metris, e que se baseou numa amostra representativa da população portuguesa com 18 e mais anos e residente em Portugal Continental – para mais detalhes sobre o estudo, o projeto de pesquisa que lhe está subjacente e o texto integral das perguntas, ver <http://er.cies.iscte-iul.pt/>. Portanto, as nossas variáveis dependentes são o «apoio difuso» e o «apoio específico» à democracia, cujos determinantes testamos na Quadro 6, e a confiança nas instituições políticas (Parlamento, partidos, Presidente da República, Governo), cujos fatores

explicativos testaremos na Quadro 7. No Apêndice 1, Quadro A1.1, apresentamos a operacionalização das variáveis com impacto significativo.³⁵ Considerámos ainda outros determinantes, porém só os que são apresentados na Quadro A1.1 se revelaram significativos após a aplicação do Método Stepwise (nas análises de regressão apresentadas na Quadros 6 e 7). Note-se que nas regressões apresentadas nos Quadros 6 e 7 apresentamos sempre duas equações para cada variável dependente: uma só com os quatro vetores de variáveis que queremos testar (M1: Modelo 1), assinalados a sombreado, e outro que inclui além desses conjuntos de variáveis também várias variáveis de controlo (mantendo portanto constantes os usuais determinantes destes fenómenos na literatura especializada).

Tendo em conta os quatro fatores que esperamos estejam a erodir o apoio à democracia e a confiança nas instituições políticas, nesta era da *Troika* e das políticas de austeridade, formulamos as seguintes hipóteses:

H1 – A governação sem mandato político está a erodir o apoio à democracia e a confiança nas instituições políticas. Para testar esta hipótese usamos uma pergunta sobre se “a situação de emergência económica e financeira do país justifica a violação de compromissos eleitorais assumidos pelos partidos do Governo”: 1 – A situação de emergência justifica a violação dos compromissos eleitorais; 0 – A situação de emergência não justifica a violação dos compromissos eleitorais.

H2 – O carácter assimétrico da aplicação das políticas de austeridade está a erodir o apoio à democracia e a confiança nas instituições políticas. Para testar esta hipótese usamos a seguinte questão que colocamos aos portugueses inquiridos: “na aplicação específica que faz do chamado acordo com a *Troika*, a coligação PSD e CDS-PP tem distribuído de forma equitativa os sacrifícios?”: 1 – o governo tem aplicado de forma equitativa o acordo; 0 – o governo não tem aplicado de forma equitativa o acordo (formulação mais detalhada disponível no site <http://er.cies.iscte-iul.pt/>).

H3 – Os maus resultados socioeconómicos da governação na era da *Troika* estão a erodir o apoio à democracia e a confiança nas instituições políticas. Para testar esta hipótese usamos as percepções dos eleitores

³⁵ Ver o Apêndice 1 na ligação em linha aqui: http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=474&fileName=A_condi__o_democr_tica_PT_perante_Troika.pdf

sobre o estado da economia (no momento da sondagem e de há um ano a essa parte, i.e. de final de 2011 a final de 2012) e sobre o estado das suas finanças domésticas (no momento da sondagem e de há um ano a essa parte).

H4 – A incapacidade de a oposição de esquerda (PS, BE e PCP/CDU) se articular para gerar uma solução governativa alternativa à da direita no poder (PSD e CDS-PP) está a erodir o apoio à democracia e a confiança nas instituições políticas. Para testar esta hipótese usamos uma questão sobre o grau de concordância dos inquiridos com a ideia de que os partidos de esquerda, tal como os de direita, deviam entender-se para governar.

Estas são as variáveis explicativas fundamentais para testar as hipóteses, até porque os outros fatores por detrás do apoio à democracia e da confiança nas instituições políticas estão já bastante testados. Porém, para termos testes robustos controlámos toda uma série de outros fatores: as variáveis socioeconómicas (sexo, educação, idade, habitat, prática religiosa), a exposição aos mass media, as ligações atitudinais aos partidos, as ligações atitudinais aos partidos no poder (PSD e CDS-PP), a ideologia esquerda-direita (radicais de esquerda e de direita versus centristas), os valores políticos (liberdades cívicas vs. segurança e ordem; valorização da autoridade; valores libertários vs. autoritários; valores socioeconómicos) e avaliação do acordo com a *Troika*.

Quadro 6. Determinantes do apoio à democracia na era da Troika, final 2012.

Fatores explicativos	Apoio difuso à democracia				Apoio específico à democracia	
	Orientações anti-autoritárias face aos regimes		Apoio à ideia de ter um sistema político democrático		Satisfação com o funcionamento da democracia	
	M1	M2	M1	M2	M1	M2
Valores autoritários: mais disciplina escola		-0.174*** (0.34)		0.217*** (0.038)		n.s.
Defender liberdades cívicas (vs. ordem)		n.s.				0,081*** (0.028)
Apoio acordo Troika		-0.121*** (0.024)			n.s.	n.s.
Violação de promessas justificada (1–S; 0–N)	-0.145*** (0.042)	-0.170*** (0.053)		n.s.	n.s.	n.s.
Equidade aplicação acordo Troika (1–S; 0–N)	0.201*** (0.067)	n.s.	-0.288*** (0.072)	-0.278*** (0.093)	n.s.	n.s.
Avaliação economia PT	-0.140*** (0.031)	n.s.	n.s.	n.s.	0.157*** (0.033)	n.s.
Avaliação economia PT - último ano	n.s.	-0.098*** (0.034)	n.s.	-0.145*** (0.036)	0.086*** (0.030)	n.s.
Avaliação economia familiar	0.213*** (0.029)	n.s.	n.s.	n.s.	0.156*** (0.023)	n.s.
Avaliação economia familiar - último ano	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Avaliação do governo em funções		n.s.		n.s.		0.169*** (0.037)
Esquerda radical (1-3)		n.s.		-0.198** (0.075)		-0.321*** (0.071)
Direita radical (8-10)		-0.196** (0.076)		0.188** (0.089)		-n.s.
Apoio a coligações de esquerda	-0.083*** (0.024)	-0.076** (0.030)	0.123*** (0.026)	0.114*** (0.034)	-0.096*** (0.024)	-0.127*** (0.031)
Instrução		n.s.		0.038** (0.014)		0.105*** (0.013)
R ² Ajustado	0.096	0.194	0.045	0.173	0.131	0.210
N (N Válido)	1209 (1102/510)		1209 (838/621)		1209 (1102/638)	

Fonte: ver Freire, Viegas e Lisi, 2012 (e <http://er.cies.iscte-iul.pt/>).

Notas: Análises de regressão MQO (Mínimos Quadrados Ordinários) usando o método Stepwise;

1) Nas células, apresentamos os coeficientes de regressão não estandarizados e, entre parêntesis, os erros padrão associados aos coeficientes;

2) *** p > 0.001; ** p < 0.05; * p < 0.1; M1 – Model without controls; M2 – Model with controls.

Em matéria de orientações antiautoritárias face aos regimes políticos (i.e. contra «governo de especialistas, de militares ou de líder forte que não tenha de se preocupar com o Parlamento»: valores mais altos da variável dependente) verifica-se que as variáveis usadas para testar com as quatro hipóteses (H1-H4) estão significativamente relacionadas com o fenómeno a explicar quando as introduzimos sem controlar outros fatores (Modelo 1: M1). Porém, quando controlamos os outros fatores (M2: Modelo 2) só as variáveis relacionadas com H1, H3 e H4 mantêm um impacto significativo. Ou seja, aqueles que consideram que a violação de promessas eleitorais é justificada pela situação de emergência (H1) e que as esquerdas deviam entender-se para governar (H4) expressam apoio a soluções de duvidoso *pedigree* democrático (governo de especialistas, de militares ou de líder forte que não tenha de se preocupar com o Parlamento). Pelo contrário, a austeridade assimétrica (H2) não se revela estatisticamente significativa quando introduzimos as variáveis de controlo, mas sem estas variáveis o efeito era contrário ao esperado: aqueles que acham que a austeridade têm sido equitativa são os que apresentam orientações antiautoritárias, mas tal efeito desaparece quando introduzimos as variáveis de controlo. O impacto das avaliações da situação económica (H3) é, porém, diverso consoante as variáveis: contentamento com a situação económica familiar implica orientações antiautoritárias como esperado; as avaliações da situação económica nacional têm um efeito oposto ao esperado.

No apoio explícito ao regime («ter um regime democrático» é muito mau, 1, ou muito bom, 4) funciona apenas a assimetria (H2), a situação económica (H3) e apoio ao governo de esquerdas (H4). Porém, enquanto aqueles que acham que não há assimetria na austeridade e que a situação económica melhorou são críticos do regime democrático («mau» ou «muito mau»), ao contrário do esperado (H2 e H3), os apoiantes da ideia de que as esquerdas deviam entender-se para governar afirmam que o regime democrático é «bom» ou «muito bom», a contrario de H4. Estes traços mantem-se mesmo quando introduzimos as variáveis de controlo.

Note-se que todas as medidas anteriores, em matéria de variáveis dependentes, diziam respeito ao «apoio difuso» à democracia. Curiosamente, em matéria de «apoio específico» à democracia (i.e. quanto à satisfação com o seu funcionamento) só apoio ao governo de esquerdas (H4) parece funcionar (em M1 e M2): os apoiantes de tal ideia estão

claramente descontentes com o funcionamento da democracia. Porém, as variáveis relacionadas com a avaliação da situação económica também têm um impacto significativo (avaliações positivas, maior satisfação), mas quando o modelo (M2) contempla as variáveis de controlo tal impacto desaparece, ou seja, o seu efeito é mediado por outras variáveis como o apoio ao governo, a orientação ideológica ou os valores em matéria de liberdades cívicas. Sublinhe-se a separação dos dois fenómenos: os apoiantes da ideia de um governo de esquerdas expressam apoio à democracia como princípio mas estão descontentes com o seu funcionamento concreto. De resto, H1, H2 e H3 não se confirmam neste caso. A determinação do fenómeno é, todavia, a mais elevada de todas (21% de variância explicada).

Em matéria de explicação da confiança nas instituições políticas (ver Quadro 7), a situação é bastante variável, sejam em termos do nível de determinação do fenómeno pelos fatores explicativos, muito maior no caso do PR e do governo do que no caso do Parlamento e dos partidos, mas também quanto ao tipo de fatores mais relevantes em cada caso, nomeadamente quanto às nossas hipóteses.

No caso da confiança no PR, apenas H2 e H3 se verificam. Por um lado, ao contrário do esperado (H2), aqueles que consideram que não há assimetria na aplicação do acordo da *Troika* confiam menos no PR. Apesar de tudo, e embora este resultado seja contrário ao esperado, os pedidos de fiscalização constitucional do PR em matérias que tinham a ver com a equidade da austeridade (cortes de pensões, cortes de salários na função pública, etc.) e as não raras declarações públicas do PR sobre o assunto podem ajudar a explicar a situação (note-se que este resultado só é evidente depois de introduzidas as variáveis de controlo: M2). Por outro lado, na linha do esperado, são aqueles que avaliam positivamente o estado da economia (e a atuação do governo em funções) que mais confiam no PR. Aqueles que apoiam a ideia de governo de esquerdas (H4), paradoxalmente, também confiam mais no PR, mas este efeito será espúrio pois desaparece com a introdução das variáveis de controlo.

Quadro 7. Determinantes da confiança nas instituições na era da Troika, final 2012.

Fatores explicativos	Confiança nas instituições (variáveis a explicar)							
	Parlamento		Partidos		Presidente		Governo	
	M1	M2	M1	M2	M1	M2	M1	M2
Defender liberdades cívicas (vs. ordem)		N.S.		N.S.		N.S.		-0.074*** (0,027)
Violação de promessas justificada (1-S; 0-N)	0.127** (0.048)	0.156** (0.063)	N.S.	N.S.	N.S.	N.S.	0.139*** (0.044)	N.S.
Equidade aplicação acordo Troika (1-S; 0-N)	N.S.	N.S.	N.S.	N.S.	N.S.	-0.283** (0.095)	0.181** (0.073)	N.S.
Avaliação economia PT	N.S.		N.S.		0.155*** (0.039)	N.S.	0.140*** (0.035)	N.S.
Avaliação economia PT - último ano	N.S.		N.S.	-0.081*** (0.038)	N.S.	N.S.	0.133*** (0.033)	N.S.
Avaliação economia familiar	N.S.	N.S.	N.S.	N.S.	N.S.	N.S.	0.144*** (0.025)	N.S.
Avaliação economia familiar - último ano	0.115*** (0.029)	0.094*** (0.042)	0.018*** (0.029)	N.S.	0.269*** (0.033)	0.123** (0.043)	N.S.	N.S.
Avaliação do governo em funções		0.200*** (0.048)		0.307*** (0.045)		0.292*** (0.049)		0.388*** (0.038)
Identificação c/ Partidos Governo (1: S; 0: N)		-0.262** (0.099)		-0.208** (0.091)		0.369*** (0.102)		0.202** (0.076)
Diretia radical (8-10)		N.S.		N.S.		-0.213** (0.106)		N.S.
Apoio a coligações de esquerda	0.130*** (0.027)	0.114*** (0.035)	0.098*** (0.027)	N.S.	0.125*** (0.031)	N.S.	N.S.	N.S.
Identificação Partidária (1: S; 0: n)		0.133** (0.064)		0.174*** (0.079)		N.S.	N.S.	N.S.
Sexo (I: H; 0: M)		N.S.		N.S.		0.160** (0.061)		0.119** (0.049)
Instrução		N.S.		0.056*** (0.014)		0.080*** (0.016)		0.056*** (0.013)
Habitat		0.077*** (0.025)						
Prática religiosa		0.068*** (0.018)		0.072*** (0.016)		0.100*** (0.018)		0.081*** (0.014)
R ² Ajustado	0.033	0.090	0.022 0.125		0.092 0.255		0.116 0.293	
N (N Válido)	1209 (118/624)		1209 (1136/638)		1209 (1132/632)		1209 (1131/634)	

Fonte: ver Quadro 6; Notas: ver Quadro 6.

No caso do governo, nenhuma das hipóteses se verifica (H1-H4) quando introduzimos as variáveis de controlo (M2) pois a parte de leão cabe à avaliação dos resultados da governação, quanto mais positiva maior a confiança no governo, e à identificação com o partidos que o compõem, gerando também ela confiança. Adicionalmente, são os homens, os mais instruídos e os mais religiosos que mais confiam no governo. Todavia, olhando para a equação sem variáveis de controlo (M1) verificamos que aqueles que acham justificada a violação de promessas eleitorais (H1), que a austeridade tem sido equitativa (H2) e que a situação económica (nacional e familiar) é positiva (H3) também confiam mais no governo, ou seja, os efeitos daqueles variáveis são significativos e conformes ao previsto, porém mediados por outras variáveis.

Quanto às instituições em que o nível de determinação da confiança é menos forte, verificamos o seguinte, seja sem (M1) ou com (M2) variáveis de controlo nas equações. No caso do Parlamento, são aqueles que acham que a violação de promessas é justificada (H1), que a situação económica melhorou (H3) e que as esquerdas se deviam entender para governar (H4) que mais confiam no Parlamento. Tirando este último caso, que contraria a nossa hipótese H4, nos outros casos a evidência vai no sentido esperado, dado o domínio do Parlamento pelos partidos de direita. Tal diversidade de resultados (H1 e H3 vs. H4) refletirá ela própria a heterogeneidade consubstancial da instituição parlamento, ou seja, o seu intrínseco pluralismo político-partidário.

Já quanto aos partidos, das nossas hipóteses só a que respeita à avaliação da situação económica (H3) tem um impacto significativo quando introduzimos as variáveis de controlo (M2), embora contrário ao esperado: aqueles que avaliam positivamente a situação económica do país são os que confiam menos nos partidos. Não é fácil explicar tal resultado paradoxal. Sem variáveis de controlo na equação (M1) também o apoio à ideia de governos de esquerdas está associado a mais confiança nos partidos.

A finalizar esta secção, uma nota metodológica: todos estes resultados são robustos não apenas porque para testar as hipóteses controlámos todos os outros vetores explicativos fundamentais destes fenómenos, tal como têm sido apresentados usualmente na literatura, mas também porque os diagnósticos de multicolineariedade revelam que não há problemas a este nível com os dados e que, portanto, pode-

mos estimar com bastante confiança o efeito independente de cada variável explicativa sobre os fenómenos a explicar: ver Quadros A2.1 e A2.2 no Apêndice 2.

NOTAS CONCLUSIVAS

Há quatro elementos fundamentais que caracterizam a democracia portuguesa durante o resgate financeiro da *Troika*. Primeiro, temos um governo (de direita) que tem governado muito para além do mandato político que recebeu dos eleitores, em 2011, e do programa original da *Troika*, que também enquadrou as escolhas dos eleitores, além de governar nos limites da Constituição. Tudo isto gera uma certa deslegitimação da democracia pelos procedimentos e os testes aos determinantes individuais do apoio à democracia e da confiança política confirmam isso mesmo, mesmo após controlada maioria dos fatores relevantes neste domínio. Segundo, tem havido uma enorme assimetria nos sacrifícios pedidos aos cidadãos (assalariados e reformados, etc.) e ao capital, bem como na violação dos compromissos e direitos dos primeiros e do segundo, o que gera uma deslegitimação do regime pelo sentimento de injustiça. Neste caso, porém, os testes aos determinantes individuais do apoio ao regime funcionam a contrário das nossas hipóteses: quem acha que há mais equidade nos sacrifícios têm mais orientações autoritárias e revela menos apoio à democracia. Porém, mais conforme esperado, estes indivíduos são também os que mais confiam no governo e menos confiam no PR (neste último caso porque, apesar de parca, a atuação do PR – declarações públicas e pedidos de fiscalização constitucional - realçou a falta de equidade da aplicação prática das políticas de austeridade).

Terceiro, há também uma forte deslegitimação pelos resultados (no défice, na dívida, no desemprego, no empobrecimento), sempre muito aquém das metas inicialmente fixadas pelo programa da *Troika*, e igualmente aquém dos mínimos absolutos para o bem estar social. Aqui os testes aos determinantes individuais do apoio ao regime e da confiança política são algo contraditórios: em matéria de situação económica familiar, perceções positivas implicam sempre maior apoio ou confiança; mas nas avaliações da situação económica nacional é assim apenas em metade dos casos, sendo o efeito oposto na outra

metade. Não é fácil explicar estes últimos resultados paradoxais. De qualquer modo, nestes como nos casos anteriores, é preciso ter em conta o muito reduzido número de pessoas que estão satisfeitas com a democracia, que confiam em certas instituições (governo, partidos, sobretudo) e que acham a violação de promessas justificada e a austeridade equitativa.

Quarto, o último dos problemas por detrás da insatisfação dos portugueses com o funcionamento da democracia é o da incapacidade da oposição em gerar alternativas. E os dados dos determinantes do apoio ao regime confirmam isso mesmo, embora nem sempre no sentido esperado. Por um lado, na linha do esperado: os indivíduos que apoiam a ideia de governo de esquerdas são também mais tolerantes face a alternativas não democráticas (governos de especialistas, de militares ou de líderes fortes), talvez por não se reverem nos padrões de governação em Portugal, e são os mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia. Porém, por outro lado e a contrario do esperado, os inquiridos que apoiam a ideia de governo de esquerdas são também mais democratas convictos («apoio difuso») e confiam geralmente mais nas instituições políticas (Parlamento, partidos e, curiosamente neste último caso, PR).

Recordemos os problemas com a falta de uma oposição contundente, estruturada e articulada. Por um lado, a oposição do PS ao governo só começou a revelar-se efetivamente com clareza a partir do final de 2012 em diante (até aí absteve-se na votação dos orçamentos e aprovou ou absteve-se em grande parte da legislação gravosa para os direitos dos trabalhadores, como por exemplo na desregulação do mercado de trabalho), e mesmo desde então tal oposição parece processar-se mais no terreno jurídico (pedidos de fiscalização constitucional da legislação produzida) do que no terreno político (ver Freire, Lisi e Lima, 2014). A falta de assertividade na oposição do PS ao governo foi um dos motivos para o assalto à liderança do partido, por António Costa, após as europeias de 2014 e que terminou na vitória deste último sobre o líder incumbente (28-10-2014). Por outro lado, é conhecida a capacidade da direita portuguesa em se entender para governar; pelo contrário, a esquerda (que parece unida em torno da defesa da Constituição, do Estado Social e da necessidade de inflétir na austeridade) hoje como no passado parece incapaz de conversar para gerar uma alternativa de governo. Nestas condições, muitos elei-

tores percecionam como mais provável uma coligação entre o PS e os partidos à sua direita, em caso de maioria relativa do PS, o que seria uma solução pouco diferenciada face ao *statu quo*. Mais: esta incapacidade das esquerdas é também fonte de incongruência nas preferências dos eleitores (favoráveis a entendimentos) e dos eleitos (incapazes de se entenderem). Adicionalmente, apesar da importância da acrescida pressão sociopolítica que tem havido da parte de novos e velhos movimentos sociais, nomeadamente para dar ancoragem social a eventuais alternativas, numa democracia são os partidos políticos que podem e que corporizam as alternativas (ver Freire, 2015). Ora é precisamente que parece haver um certo bloqueamento, uma certa incapacidade de correr riscos, inovar e tentar assim responder adequadamente às expectativas dos cidadãos. As cisões no BE,³⁶ com a saída de Ana Drago e de muitos dirigentes (do partido) ligados ao Fórum Manifesto, mais propensos a alianças com o PS, poderão (junto com um eventual sucesso do Partido Livre e do PAN nas próximas legislativas de 2015) levar a algum realinhamento à esquerda e, eventualmente, abrirem espaço a maior probabilidade de alianças de governo das esquerdas com o PS. As movimentações cívicas nesta área, como CDA e o Movimento 3D, também abrem algumas esperanças de um realinhamento à esquerda naquela direção. Pelo contrário, do BE ele próprio e do PCP/CDU pouca inovação se espera em matéria de política de alianças, muito pelo contrário a pressão parece ser a de uma recusa liminar (e a priori) de alianças com o PS. Mais, se os resultados do MPT encabeçado por Marinho e Pinto, o qual formou recentemente com outros notáveis de esquerda e de direita o novel PDR (Partido Democrático e Republicano), forem continuados pelos novos PDR e pelo “Partido Nós Cidadãos”, tal poderá aumentar o potencial de alianças no Parlamento.

36 Note-se que, pela primeira vez na história do BE, há uma clara crise de liderança no partido e tal é sobretudo evidente através da candidatura de Pedro Filipe Soares (apresentada publicamente em Setembro de 2014) contra a atual direção bicéfala de Catarina Martins e João Semedo. Ver «Pedro Filipe Soares vai candidatar-se a líder do Bloco de Esquerda», Público, 30-9-2014. Mais importante, esta candidatura insurge-se contra uma alegada excessiva aproximação do BE ao PS, durante a era da Troika, e portanto (independentemente da falta de adesão desta alegação à realidade, como evidenciámos atrás) representa uma fortíssima oposição interna à ideia da alianças com as outras esquerda, nomeadamente com o PS, e uma estratégia de mimetização do PCP como puro «partido de protesto».

Uma mudança de governo, com a saída da coligação de direita, e o PS e as esquerdas mudarem a sua política de alianças são duas condições necessárias para se mudarem as orientações fundamentais das políticas públicas, sobretudo as da era *Troika*. Todavia, são condições necessárias mas não suficientes: mudar o enquadramento europeu e inverter o rumo da globalização são igualmente duas outras condições fundamentais para uma mudança de políticas mais profunda. Como nos recorda Peter Mair (2013) na sua resenha sobre as causas da crise das democracias ocidentais, a globalização e a europeização exercem uma pressão fundamental sobre os sistemas políticos nacionais, enfraquecendo-os, em larga medida devido à liberalização dos movimentos de capitais. Ou seja, se «os paraísos do capital» (mínimos fiscais e sociais, desregulação laboral, etc.) não são instaurados num determinado país, rapidamente os capitais se transferem para onde efetivamente existam, estimulando a «corrida para o fundo». O economista de Harvard, Daniel Rodrik (2012), considera mesmo incompatível o trinómio da globalização atual com a democracia e o Estado nacional. No caso da europeização, a despolitização e o esvaziamento das alternativas passa pela pressão para a convergência nas políticas (os tratados orçamentais, os pactos de estabilidade, as regras de ouro, etc.), reduzindo o espaço de competição, e pela captura dos instrumentos das políticas (várias medidas tradicionais da política democrática, nomeadamente as que passam pela intervenção do Estado na economia, estão hoje vedadas para proteger as «liberdades dos mercados») (Mair, 2013). Portanto, as mudanças políticas domésticas são cruciais, mas *per se* poderão ser insuficientes para se inverterm profundamente as orientações políticas recentes.

EPÍLOGO:
As Legislativas de 2015, a Queda do Muro de Berlim 26 anos depois e as possíveis consequências para a democracia
Quadro 8. Resultados das eleições para o Parlamento nacional, 2015, 2011, 2009.

	2015			2011			2009		
	Lugares		Votos	Lugares		Votos	Lugares		Votos
Partidos	N	%	%	N	%	%	N	%	%
PàF	107	46.5	38.56			50.4			39.5
PSD	89	39.0	32.0	108	46.9	38.7	81	35.2	29.1
PS	86	37.4	32.3	74	32.2	28.1	97	42.2	36.6
BE	19	8.3	10.2	8	3.5	5.2	16	6.9	9.8
CDS-PP	18	7.8	6.56	24	10.4	11.7	21	9.1	10.4
PCP/PEV	17	7.4	8.25	16	6.9	7.9	15	6.5	7.7
PAN	1	0.43	1.39						
Outros	0	0.0	5.16	0	0.0	4.4	0	0.0	3.1
Votos brancos e nulos			4.14			4.0			3.1
Total	230	100	100			100	230	100	100
Participação			56.1			58.0			60.5

Fontes: dados elaborados pelo autor a partir dos resultados oficiais em www.cne.pt

Notas: 1ª) PàF – coligação pré-eleitoral do PSD com o CDS-PP (exceto na Madeira); 2ª) PàF total: Votos (38.56) foram desagregados usando a proporção de lugares de cada partido na coligação: (PSD: 0.83; CDS-PP: 0.17) como multiplicador.

No entanto, a situação em Portugal mudou significativamente com os resultados das eleições nacionais de 4 de outubro de 2015 (ver Quadro 8) e especialmente com a subsequente formação do XXI Governo Constitucional. De acordo com os resultados destas eleições, os partidos de direita (PSD e CDS-PP), que correram numa coligação pré-eleitoral (PàF) e ganharam a eleição com uma pluralidade, tiveram os seguintes resultados: 38,56% dos votos e 46,5% dos assentos (um bônus na transformação devido à coligação pré-eleitoral e à operação do sistema eleitoral na transformação de votos em lugares). O PS foi o segundo partido em força eleitoral e parlamentar: 32,3% dos votos e 37,4% dos

assentos. No entanto, os totais para a esquerda (BE, PCP-PEV, PS) resumiram uma maioria absoluta das esquerdas ao nível parlamentar e eleitoral: 50.75% dos votos e 53,1% assentos. Já antes tinha havido muitas outras situações de maiorias de esquerda no parlamento mas nunca se tinham convertido em maiorias de governo, sendo esta solução atual (XXI governo constitucional) completamente inédita (rever Quadro 1.2 acima): um governo minoritário do PS apoiado parlamentarmente pelo BE, PCP e PEV. Como nós já mencionamos antes, de acordo com várias pesquisas de opinião (2009, 2012, 2014) junto do eleitorado, no passado, estava evidenciado com muita clareza que já havia apoio amplo dos eleitores a este tipo de solução entre os eleitores das esquerdas, especialmente entre o BE e o PCP, no caso do PS apenas com uma pluralidade (amiúde) mas sempre com muito mais apoio do que a alternativa das alianças do PS com a direita. Está por provar que esta solução do XXI governo constitucional seja durável e consiga resistir perante os imensos constrangimentos da globalização e da europeização, mas têm um grande potencial de inclusividade democrática e de responsabilização política (dos eleitores e partidos da esquerda radical), e pode, por isso, contribuir para uma certa recuperação do apoio (sobretudo específico) destes eleitorados e dos seus partidos face ao regime democrático. Mais, se esta solução for bem-sucedida em Portugal e tiver algum efeito de contágio ao nível da Europa, poderá até contribuir para ajudar a mudar a Europa num sentido mais social e mais democrático. Em qualquer caso, são questões que estão claramente em aberto e precisam se ser vistas com o passar do tempo e o eventual sucesso (ou insucesso) nos resultados, domésticos e europeus, desta solução governativa. Ou seja, carecem de posteriores estudos.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alexandre, et al (2013), *A Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes*, Lisboa, Tinta da China.
- BARTOLINI, Stefano, e Mair, Peter (1990), *Identity, Competition and Electoral Availability: The Stabilization of European Electorates, 1885-1985*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 17-52 and 313-314.

- BOSCO, Anna, and Verney, Susannah (2012), «Electoral epidemic: The Political Cost of Economic Crisis in Southern Europe, 2010-11», *South European Society and Politics*, 17 (2), pp. 129-154.
- COMISSÃO EUROPEIA (2011), *The distributional effects of austerity measures: a comparison of six EU countries*, Research Note 2/2011, Brussels.
- FERNANDEZ, Rodrigo, McGauran, Katrin, Jesse, Frederik (2013), *Energias de Portugal (EDP) and the Role of the Netherlands in Tax Avoidance in Europe*, Holanda, SOMO, Setembro 2013, ver <http://www.somo.nl/>
- FREIRE, André (2005), “Party System Change in Portugal, 1974-2005: The Role of Social, Political and Ideological Factors”, *Portuguese Journal of Social Science*, Volume 4 (2), pp. 21-40.
- FREIRE, André (2010), “A New Era in Democratic Portugal? The 2009 European, Legislative and Local Elections”, *South European Society and Politics*, Vol. 15, Nº 4, pp. 593-613.
- FREIRE, André (2011), “Eleições, sistemas eleitorais e democratização: o caso português em perspectiva histórica e comparativa”, in Freire, André (organizador), *Eleições e Sistemas Eleitorais no século XX Português: Um Balanço Histórico e Comparativo*, Lisboa, Colibri, 25-84.
- FREIRE, André (2013), “A crise como oportunidade e a terapia de choque”, in Eduardo Paz Ferreira (coordenação), *A Austeridade cura? A austeridade Mata?*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 73-108.
- FREIRE, André (2013), “A vitória de Cavaco e o refluxo da esquerda não comunista” e “As candidaturas independentes e a reforma do sistema político”, em *Austeridade, Democracia e Autoritarismo*, Lisboa, Nova Vega, pp. 50-51 e 104-108.
- FREIRE, André (2015a, no prelo), «Os anos difíceis da era da Troika e as perspetivas futuras», in Lisi, Marco (org.), *As Eleições Legislativas no Portugal Democrático, 1975-2015*, Lisboa, Assembleia da República – Coleção Parlamento, no prelo.
- FREIRE, André (2015b), «The condition of Portuguese democracy during the Troika’s intervention, 2011-2014: Government-Opposition, Regime Support & Political Trust», Secção S25, «Frankenstein or Machiavelli? The European Elite-Driven Forced March Towards Austerity», Painel P376, «The Politics of Bailouts Negotiations with the Troika», coordenada por Helene Caune, 9th ECPR General Conference, Université de Montréal, Montreal, Canadá, 26 - 29 August 2015. <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/d678b9e5-c73d-405e-9156-768125ed4ed9.pdf>
- FREIRE, André, & Lisi, Marco (2016, no prelo), “The Portuguese Radical Left and the Great Recession: Between New Challenges and Old Responses”, in Luke

- March & Daniel Keith (eds.), *Europe's Radical Left: From Marginality to Mainstream?*, London, Rowman and Littlefield, pp. ?? (no prelo).
- FREIRE, André, & Santana-Pereira, José (2011), “ Portugal 2011 : une victoire de la droite néolibérale et une défaite de la gauche”, *Pôle Sud – Revue de Science Politique*, Nº 35 (2), pp.157-166.
- FREIRE, André & Pereira, José Santana (2015), “More Second-Order than Ever? The 2014 European Parliament Elections in Portugal”, *South European Society and Politics*, Vol. 20, nº 3, pp. 381-414.
- FREIRE, André, Lisi, Marco, e Lima, Inês (2015), “Crise económica, política de austeridade e o potencial de coligação da “esquerda radical” portuguesa, in André Freire, José Manuel Leite Viegas & Marco Lisi (eds.), *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, Lisboa, Assembleia da República, Coleção Parlamento, pp. 385-410.
- FREIRE, André & Tsatsanis, Emmanouil & Lima, Inês (2015), “Crise económica em Portugal, mudança de valores e representação política: um teste *quasi-experimental* para a teoria da representação em Portugal”, in André Freire, José Manuel Leite Viegas & Marco Lisi (eds.), *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, Lisboa, Assembleia da República, Coleção Parlamento, pp. pp. 335-358.
- FREIRE, André & Viegas, José Manuel (2008), «Inquérito à população portuguesa 2012», realizado no âmbito do projeto do CIES-IUL «Os Deputados Portugueses em Perspetiva Comparada: Eleições, Liderança e Processos de Representação» (FCT: Referência do Projeto PTDC/CPO/64469/2006), <http://er.cies.iscte-iul.pt/>
- FREIRE, André & Viegas, José Manuel & Lisi, Marco (2012), «Inquérito à população portuguesa 2012», realizado no âmbito do projeto do CIES-IUL “Eleições, Liderança e Responsabilização: a Representação Política em Portugal uma Perspetiva Longitudinal e Comparativa” (FCT: Referência do Projeto “PTDC/CPJ-CPO/119307/2010”), <http://er.cies.iscte-iul.pt/>
- GOUVEIA, Jorge Bacelar, e Piçarra, Nuno (orgs.) (2013), *A Crise e o Direito*, Coimbra, Almedina.
- LAAKSO, Mark, e Taagepera, Rein (1979), ‘Effective Number of Parties: a Measure with Application to West Europe’, *Comparative Political Studies*, 12 (1), pp. 3-27.
- MAIR, P. (2011), ‘Bini Smaghi vs. the parties: representative government and institutional constraints’, Robert Schuman Centre for Advanced Studies and EU Democracy Observatory, *EUI working paper* no. 2011/22, European University Institute, Florence.

- MAGALHÃES, Pedro (2012), «After the Bailout: Responsibility, Policy, and Valence in the Portuguese Legislative Election of June 2011», *South European Society and Politics*, 17 (2), pp. 309-327.
- MAGALHÃES, Pedro (2014), «The elections of the Great Recession in Portugal: performance voting under a blurred responsibility for the economy», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, vol. 24, no. 2, pp. 180-202.
- MAGALHÃES, Pedro (2015), «Um guia para os Perplexos», post colocado em blogue pessoal <http://www.pedro-magalhaes.org/perplexos/>, colocado pelo autor em 28 Setembro de 2015, 9h30m, consultado em 25-11-2015, 18h25m.
- MAIR, Peter (2013), *Ruling the void – The Hollowing of Western Democracy*, Londres, Verso Editions.
- MANIN, Bernard (1997), *The Principles of Representative Government*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MANIN, Bernard, Przeworski, Adam, Stokes, Susan C. (1999), “Introduction”, “Elections and Representation”, in Przeworski, Adam, Stokes, Susan C., Manin Bernard (eds.) (1999), *Democracy, Accountability and Representation*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-26, 29-54.
- MARCH, Luke, e Freire, André (2012), *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa: Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?*, Porto, Quid Novi.
- MONASTIRIOTIS, Vassilis, Hardiman, Niamh, Regan, Aidan, Goretti, Chiara, Landi, Lucio, Conde-Ruiz, J. Ignacio, Marín, Carmen, Cabral, Ricardo (2013), “Austerity measures in crisis countries – Results and impact on mid-term development”, *Intereconomics Review of European Economic Policy*, 48 (1), pp. 4-32.
- MOURY, Catherine, and Freire, André (2013), «Austerity Policies and Politics: the case of Portugal», *Pôle Sud – Revue de Science Politique*, Volume 39, N° 2, pp. 35-56, Special issue of «L'Europe du Sud dans la crise»
- NAUMANN, Reinhard (2013), «The risks of labour market deregulation policies – The Portuguese exemple», in Barou, Yes, and the Circle of European HRDS (editors.), *The European Social Model*, Paris, Des Ilots de Résistance.
- NORRIS, Pippa (org.) (1999), *Critical Citizens - Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press.
- NOVAIS, Jorge Reis (2014), *Em Defesa do Tribunal Constitucional*, Coimbra, Almedina.
- PIERCE, Roy (1999), “Mass-elite issue linkages and the responsible party model”, in Miller, Warren, et al, *Policy Representation in Western Democracies*, Oxford, Oxford University Press, pp. 9-32.
- PITKIN, Hanna (1967), *The Concept of Representation*, Berkley, Los Angeles and London, University of California Press.

- RIBEIRO, Gonçalo de Almeida, e Coutinho, Luís Pereira (organizadores) (2014), *O Tribunal Constitucional e a Crise. Ensaio Críticos*, Coimbra, Almedina.
- RODRIG, Daniel (2012), *The Globalization Paradox. Democracy and the Future of the World Economy*, Nova Iorque, W.W. Norton & Company.
- RÜDIG, W., & Karyotis, G. (2014), 'Who protests in Greece? Mass opposition to austerity', *British Journal of Political Science*, vol. 44, no. 3, pp. 487-513.
- SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio (2014), *La Impotencia Democrática. Sobre La Crisis Política de España*, Madrid, Catara.
- SILVA, Aníbal Cavaco (2013), *Roteiros VII*, Lisboa, INCM.
- SILVA, Aníbal Cavaco (2014), *Roteiros VIII*, Lisboa, INCM.
- SCHEDLER, Andreas (1998), "The normative force of electoral promises", *Journal of Theoretical Politics*, 10 (2), pp. 191-214.
- SOUSA, Luís, Amaral, Luciano, e Magalhães, Pedro (2014), « Sovereign Debt and Governance Failures: Portuguese Democracy and the Financial Crisis », *American Behavioral Scientist*, Vol. 58(12) 1517-1541.
- STREECK, Wolfgang (2013), *Tempo Comprado. A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*, Lisboa, Edições Actual.
- TEIXEIRA, Conceição P., Tsatsanis, Emmanouil, e Belchior, Ana M. (2014), «Support for Democracy in Times of Crisis: Diffuse and Specific Regime Support in Portugal and Greece », *South European Society and Politics*, 19 (4), pp. 501-518.
- TORCAL, Mariano, e Magalhães, Pedro (2010), «Cultura Política en El Sur de Europa: Un Estudio Comparado en Busca de su Excepcionalismo», in Torcal, Mariano (ed.), *La Ciudadanía Europea en El Siglo XXI. Estudio Comparado de sus Actitudes, Opinión Pública y Comportamientos Políticos*, Madrid, CIS, pp. 45-84.
- TORCAL, Mariano, e Montero, José Ramon (2006), *Political Disaffection in Contemporary Democracies – Social Capital, Institutions, and Politics*, Londres, Routledge.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Operacionalização de conceitos: variáveis independentes e dependentes

Quadro A1.1: Operacionalização das variáveis independentes e dependentes

Fenómenos a explicar	Orientações antiautoritárias (índice)	Ter um sistema político democrático	Satisfação com a democracia
	1 – Muito bom; (...) 4 – Muito Mau (governo de especialistas, de militares, de líder forte, sem parlamento)	1 – Muito mau; (...) 4 – Muito bom.	1 – Nada satisfeito; (...) 4 – Muito (...).
	Parlamento	Partidos	Presidente da República
	1 – Nenhuma confiança; (...) 4 – Muita confiança		
Fatores explicativos			
Valores autoritários	1 - Discorda totalmente; (...); 5 – concorda totalmente: «disciplina nas escolas devia ser mais severa».		
Defender liberdades cívicas	1 - Discorda totalmente; (...); 5 – concorda totalmente: «devemos defender liberdades cívicas mesmo com custos na segurança e ordem».		
Acordo da Troika	1 - Discorda totalmente; (...); 5 – concorda totalmente: «PS-PSD-CDS estiveram mal ao assinar acordo com a Troika».		
Violação de promessas eleitorais justificada	0 – Situação de emergência não justifica a violação dos compromissos eleitorais; 1 - situação de emergência justifica a violação (...).		
Falta equidade aplicação acordo Troika	0 – Governo não tem aplicado de forma equitativa o acordo da Troika; 1 - Governo tem aplicado de forma equitativa o acordo (...).		
Avaliação economia PT - último ano	1 – Piorou muito; (...) 4 – Melhorou muito.		
Avaliação economia familiar – ditto	1 – Piorou muito; (...) 4 – Melhorou muito.		
Avaliação do governo em funções	1 – Muito mau; (...) 4 – Muito bom.		

Fenómenos a explicar	Orientações antiautoritárias (índice)	Ter um sistema político democrático	Satisfação com a democracia
	1 – Muito bom; (...) 4 – Muito Mau (governo de especialistas, de militares, de líder forte, sem parlamento)	1 – Muito mau; (...) 4 – Muito bom.	1 – Nada satisfeito; (...) 4 – Muito (...).
	Parlamento	Partidos	Presidente da República
			Governo
	1 – Nenhuma confiança; (...) 4 – Muita confiança		
Identifica-se com um partido	1 – sim; 0 – não		
Identificação c/ Partidos Governo (1: S; 0: n)	1 – Identifica-se com o PSD ou com o CDS-PP; 0 – identifica-se com outros partidos (PS, PCP/CDU, BE, etc.) ou não se identifica com nenhum		
Esquerda radical (1-3)	1 – Esquerda radical (categorias 1-3, escala 1-10); 0 – centro (grupo de referência)		
Direita radical (8-10)	1 – Direita radical (categorias 8-10, escala 1-10); 0 – centro (grupo de referência).		
Apoio a coligações de esquerda	1 - Discorda totalmente; (...); 5 – concorda totalmente: «Partidos de Esquerda - PS-BE-PCP/CDU – deviam entender-se para governar».		
Identificação Partidária (1: S; 0: n)	1 – Identifica-se com um partido; 0 – não se identifica com qualquer (...).		
Sexo (1: H; 0: M)	1 – Homem; 0 – Mulher.		
Instrução	1 – Nenhum grau; (...) 8 – Grau universitário (licenciatura ou mais).		
Habitat	1 – Menos de 2000 habitantes; (...) 5 – Mais de 300 mil habitantes.		
Prática religiosa	1 – Nunca (frequenta serviços); (...) 6 –uma ou mais vezes por semana		

Fonte: ver Quadro A2.1; Nota: ver Quadro A2.1.

APÊNDICE 2

Diagnósticos de multicolineariedade para a análise dos determinantes individuais do apoio à democracia e da confiança nas instituições.

Quadro A2.1: Diagnóstico de multicolineariedade do apoio à democracia na era da Troika, final 2012 (índices de tolerância)

	Determinantes do apoio difuso à democracia		Determinantes do apoio específico à democracia
Fatores explicativos	Orientações anti-autoritárias face aos regimes	Apoio à ideia de ter um sistema político democrático	Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal
Valores autoritários: mais disciplina escola	0.858	0.844	-
Defender liberdades cívicas (vs. ordem)	-	-	0.962
Apoio acordo Troika	0.794	-	-
Violação de promessas eleitorais justificada	0.966	-	-
Falta equidade aplicação acordo Troika	-	0.828	-
Avaliação economia PT - último ano	0.886	0.926	-
Avaliação do governo em funções	-	-	0.926
Esquerda radical (1-3)	-	0.957	0.949
Direita radical (8-10)	0.943	0.956	-
Apoio a coligações de esquerda	0.873	0.851	0.951
Instrução	-	0.956	0.947

Fonte: inquérito sobre amostra representativa da população portuguesa (N = 1209) com 18 e mais anos e residente no Continente; trabalho de campo: Setembro e Outubro 2012 (ver Freire, Viegas e Lisi, 2012; <http://er.cies.iscte-iul.pt/>).

Nota: nas células, apresentamos os índices de tolerância

Quadro A2.2: Diagnóstico de multicolineariedade da confiança nas instituições na era da Troika, final 2012 (índices de tolerância)

Fatores explicativos	Confiança nas instituições (variáveis a explicar)			
	Parlamento	Partidos	Presidente da República	Governo
Defender liberdades cívicas (vs. ordem)	-	-	-	0.993
Violação de promessas eleitorais justificada	0.977	-	-	-
Falta equidade aplicação acordo Troika	-	-	0.950	-
Avaliação economia PT - último ano	-	0.840	-	-
Avaliação economia familiar - último ano	0.877	-	0.843	-
Avaliação do governo em funções	0.769	0.711	0.755	0.797
Identificação c/ Partidos Governo (1: S; 0: n)	0.727	0.730	0.705	0.842
Direita radical (8-10)	-	-	0.785	-
Apoio a coligações de esquerda	0.991	-	-	-
Identificação Partidária (1: S; 0: n)	0.853	0.824	-	-
Sexo (1: H; 0: M)	-	-	0.939	0.963
Instrução	-	0.894	0.898	0.927
Habitat	0.931	-	-	-
Prática religiosa	0.919	0.942	0.894	0.926

Fonte: ver Quadro A1; Nota: ver Quadro A1.

MULHERES E DEMOCRACIA EM PORTUGAL

Piedade Lalanda | ESEPD-UAc, CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

MULHERES NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Não há democracia sem igualdade.

E, enquanto permanecerem as desigualdades, a democracia estará em construção.

A reflexão que nos propomos fazer incide sobre a vivência da democracia" na relação entre homens e mulheres, tendo por referência as alterações que marcaram os últimos quarenta anos em Portugal, ou seja, o país que se construiu após a revolução de 1974. Enquadrado no tema geral do X Encontro de Sociologia, "Quarenta anos de democracia em Portugal", propomos olhar a história, os números e sobretudo as vivências das mulheres nestas quatro décadas de percurso vivido.

A leitura dos indicadores sociais e económicos (por exemplo: salários, níveis de pobreza, divisão de tarefas familiares, categorias socio-profissionais), revela desde logo que Portugal continua a ser um país desigual, no que toca à relação entre homens e mulheres. E, havendo desigualdades, a democracia não está totalmente conquistada.

A democracia é um modelo de relacionamento, que se concretiza nos contextos familiar, económico, político, dá sentido à cidadania ativa, conteúdo ao processo de socialização e estrutura o desempenho dos papéis sociais e o acesso aos bens e serviços.

Não há democracia sem reconhecimento dos direitos dos cidadãos.

Mas, como refere Alain Touraine, "o ser de direito não é um produto da democracia, mas a sua condição" (2006:36).

Por isso, a democracia portuguesa não teria sido possível sem a profunda alteração do quadro legal, que reconheceu os direitos das mulheres, na família, no mundo do emprego, na cidadania.

A democracia não sobrevive à destruição dos direitos de cidadania. E estes não ficaram garantidos com a revolução de 1974. Uma sociedade menos desigual depende da ação concreta que acontece, ainda agora, nas famílias, nas empresas, no sistema político, nas instituições religiosas, no mundo do desporto ou do lazer, da cultura ou da ficção.

Refletir a democracia, significa procurar em que medida a condição de sujeito é afirmada, defendida e reconhecida nos cidadãos. No caso concreto, pretende-se refletir o lugar das mulheres na sociedade portuguesa, tendo por base os dados referentes à sua integração ao nível da educação, emprego e família.

A defesa da mulher como sujeito de direito é a afirmação da própria democracia, no sentido em que esta implica interdependência, cooperação e solidariedade.

PASSADOS QUARENTA ANOS DE DEMOCRACIA, A DESIGUALDADE PERMANECE

A letra da lei é morta, se as relações sociais não a confirmarem.

Importa questionar, porque motivo sobrevivem desigualdades de género, numa sociedade que se diz e quer ser democrática?

Por que razão continua a fazer sentido falar de liberdade e de igualdade?

A defesa destes princípios só acontece quando os indivíduos se afirmam como sujeitos de direito, ou como diria Touraine (2006:35), quando se afirmam como atores sociais com vontade de mudar, de serem sujeitos criativos capazes de transformar a sociedade.

Sempre que fazemos uma análise crítica às desigualdades sociais, é a própria democracia que se robustece.

E, uma análise crítica só é possível quando os atores têm consciência de si como sujeitos de direitos.

Talvez seja aí que reside a explicação para a permanência das desigualdades de género em Portugal.

Muitas mulheres portuguesas, ainda hoje, passados quarenta anos, não conseguem afirmar ou não descobriram a sua condição de sujeitos de direito.

Quatro décadas não foram suficientes para libertar as mulheres do “sentimento de culpa” que as assola, quando se trata de deveres familiares, obrigação de cuidar dos outros, o “hábito” de ceder os lugares de chefia e assumir uma posição secundária, subalterna ou até submissa. “As mulheres ainda estão muito presas ao mundo feminino, tal como ele foi criado pelos homens”. (Touraine, 2006:41)

Presas a um quadro de referências que as liga à casa e à família, as mulheres lutam, por vezes de forma unilateral, para afirmar uma igualdade de género, que esbarra com uma sociedade que as continua a ver “do lado de dentro” da família. Veja-se o exemplo da legislação laboral que prevê ausências para assistência a filhos menores, portadores de deficiência ou idosos, entendida na prática como um “benefício” das mulheres empregadas.

A condição de sujeito depende da consciência de si. Quem sou, o que faço aqui, na relação com os outros.

A democracia que falta cumprir, não passa obviamente pela reivindicação de dois mundos em oposição, mas antes pela consciência de si, que homens e mulheres terão de aprofundar, base fundamental da relação igualitária e livre, que se afirma na interdependência de géneros, na humanidade e na dignidade da pessoa humana. A igualdade reside “na possibilidade de cada um afirmar e ver reconhecida a sua própria identidade e a sua própria voz em paridade com os outros.” (Sue, 2001:97).

Já não estamos perante uma revolução externa, visível. O combate que falta fazer é de ideias. Urge combater as ideias que alimentam as desigualdades (Cardoso, 2014), que minam a democracia e impedem a sociedade de ser justa, igualitária e livre.

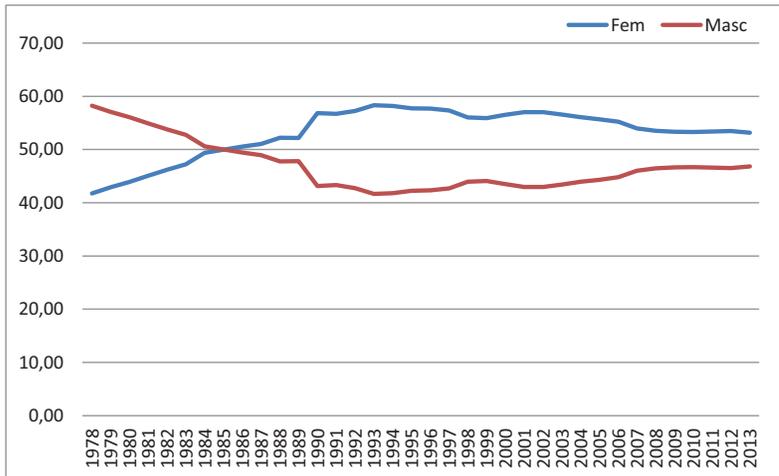
Proponho uma leitura de alguns indicadores que são o reflexo de algumas dessas ideias, contradições da sociedade portuguesa, como podemos verificar ao nível da educação, do emprego ou dos indicadores de pobreza.

OLHANDO O MUNDO DA EDUCAÇÃO NO FEMININO

As mulheres portuguesas são mais qualificadas do que os homens, há pelo menos três décadas. Desde 1987 que a maioria dos alunos matriculados no ensino superior em Portugal são do sexo feminino. Um fenómeno que também se verifica nos Açores e que, de acordo com

as estatísticas da educação, regista-se desde o ensino secundário, onde também aí as raparigas estão sobre representadas (57,8% dos alunos em 2012/2013 na RAA).

Gráfico 1. Evolução da distribuição dos alunos matriculados no ensino superior por sexo (1978-2013) %



Fonte: Pordata

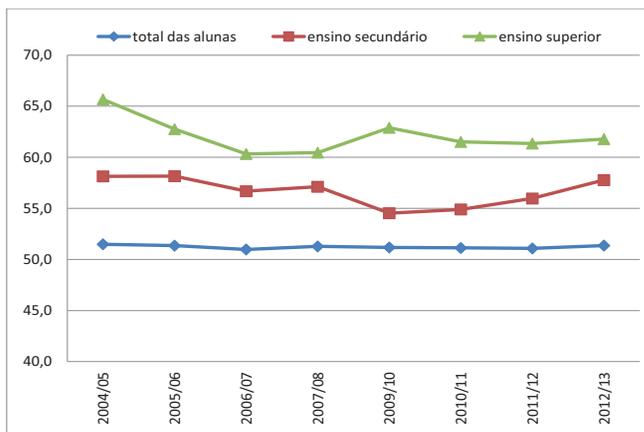
As mulheres são cada vez menos analfabetas em Portugal.

De acordo com o estudo do INE sobre homens e mulheres em Portugal “A proporção de população com idade entre os 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) diminuiu entre 1998 e 2008 mais nas mulheres (31,2%) do que nos homens (17,2%). O indicador passou de 52,0% para 43,1%, nos homens, e de 41,3 % para 28,4 %, nas mulheres ao longo do período.”¹

Quem abandona precocemente o sistema de ensino são sobretudo os rapazes, seja no final do 3º ciclo ou no secundário, e isso contribui para que as raparigas sejam a maioria dos alunos matriculados no secundário e, sobretudo, no ensino superior, como demonstram os dados relativos à Região Ações, um fenómeno transversal a todo o país.

1 *Homens e Mulheres em Portugal*, INE, 2010.

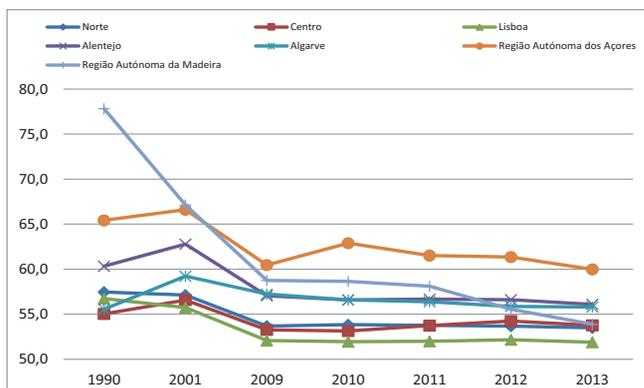
Gráfico 2. Estudantes do sexo feminino – total, ensino secundário e ensino superior (2004-2013) R. A. Açores (%)



Fonte: Portal da Educação: Estatísticas da Educação, 2004/05 – 2012/13 e SREA: Anuário estatístico, 2005-2013.

Se compararmos a percentagem de alunos inscritos no ensino superior, nas várias regiões portuguesas, em todas são sobretudo as mulheres que marcam presença, particularmente nos Açores.

Gráfico 3. Alunos matriculados no ensino superior de sexo feminino por NUT's II – 1990-2013 (%)



Fonte: Pordata.

QUE IMPACTO TEM ESTA QUALIFICAÇÃO DAS MULHERES, QUE SE REFORÇA DESTE 1974, NO MUNDO DO EMPREGO?

As mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de emprego. Portugal passou de uma taxa de atividade feminina de 38,2% em 1981 para 51% em 2011. Um aumento que nos Açores ainda foi mais significativo, de 16,5% em 1981 para 48,5% em 2011 (Pordata). Se em 1960 as mulheres empregadas eram uma minoria em Portugal, sobretudo nos Açores (7,2%) em 2011 homens e mulheres dividem o mundo do emprego.

Quadro 1. População empregada segundo o sexo (%) 1960 e 2011.

	1960		2011	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
População empregada				
Portugal	81,8	18,2	52,2	47,8
Reião Autónoma dos Açores	92,8	7,2	56,3	43,7

Fonte: Pordata.

Onde trabalham as mulheres? O que fazem? Que responsabilidades lhes são atribuídas? Em que medida as suas qualificações académicas, cada vez mais elevadas, abriram portas no mundo do emprego, que conquistaram aos homens?

É no sector dos serviços que as mulheres, no passado e no presente, marcam presença, sobretudo nos Açores onde ocupam mais de 90% dos empregos desse sector económico.

Quadro 2. População feminina empregada por sector económico % (1960 e 2011).

Sector económico	Primário		Secundário		Terciário	
	1960	2011	1960	2011	1960	2011
Portugal	17,66	1,87	29,15	15,48	53,19	82,65
Reião Autónoma dos Açores	8,24	2,47	19,80	7,19	71,96	90,34

Fonte: Pordata.

Porque motivo é no terciário que vamos encontrar as mulheres? Em que medida este é o espaço “conveniente” para que os papéis tradicionalmente considerados “femininos” se reproduzam?

Educar, cuidar, assistir, atender, limpar e arrumar, são algumas das competências tradicionalmente ligadas ao mundo da casa e da família, presentes em muitas das profissões ou empregos onde predominam as mulheres.

O terciário é mais feminino, “mais próprio” dirão alguns, uma espécie de extensão de uma identidade feminina que se constrói no “ser para os outros”.

Perante esta permanência de modelos, podemos questionar se não estamos perante a institucionalização de uma diferença de género, num equilíbrio culturalmente enquadrado?

Em bom rigor, a sociedade portuguesa, longe do que se verifica nos países que lideram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou o Índice de desigualdade entre géneros (*Global Gender Gap*) não se libertou da mulher esposa e mãe que a construiu até à revolução de 1974 e que terá sido, também, o suporte, afetivo, moral, familiar, dessa mesma revolução (as mulheres dos militares, dos políticos na clandestinidade, as operárias nas fábricas onde faltava mão de obra masculina).

Ainda agora, é essa condição de suporte familiar que explica as faltas justificadas das mulheres nos empregos e, aparentemente, justifica a desigualdade de remunerações entre homens e mulheres, incluindo no sector terciário onde são maioria (diferença salarial de 20% em desfavor das mulheres).²

As mulheres portuguesas, empregadas, continuam a ser as mães que cuidam dos filhos e outras pessoas doentes, idosas ou incapacitadas. (64,4% dos cuidadores são mulheres).³ E os filhos podem mesmo condicionar a participação no mercado de emprego, sobretudo quando têm menos de 3 anos.⁴ São as trabalhadoras que suportam as administrações, mas que muito raramente ocupam lugares dirigentes (apenas 4,3% da população feminina empregada). E quando o fazem, são sobretudo as não casadas (33,9% contra 25,1% dos homens dirigentes).

Permanece a representação da figura de suporte feminino, a mulher nos bastidores, a companheira “por detrás do grande homem”.

2 *Estatísticas do emprego*, Portugal, 2º trimestre 2014.

3 *Estatísticas no feminino 2001-2011*, INE, Dia Internacional da Mulher 2013:30.

4 A variação na probabilidade de as mulheres ativas, com filhos, participarem no mercado de trabalho, face às que não têm filhos, é negativa e maior na presença de filhos mais novos: 8,0 p.p. para filhos com menos de 3 anos; 4,5 p.p. para filhos com idade entre 3 e 5 anos; e 3,3 p.p. para filhos com idade entre 6 e 9 anos. (cit. Lima, Francisco & Neves, Ana (2011). Conciliação vida profissional e vida familiar – módulo ad hoc do Inquérito ao Emprego de 2010. *Estatísticas do emprego*, INE, 3o trim., 2011, 34-50.

Há uma sobrevalorização do reforço afetivo das redes de suporte e um descrédito nas funções dirigentes,⁵ nos cargos de poder, como se a mulher se diluísse num “ser para os outros”.

A democracia portuguesa empobrece sempre que a desigualdade de género aumenta.

Não basta a presença maciça de mulheres nos bancos das universidades para reduzir a desigualdade entre homens e mulheres e democratizar Portugal. É fundamental que essa democracia chegue às empresas, ao espaço público, ao acesso aos serviços de saúde e à participação cívica e política.

Não basta ser um dos países europeus com uma das taxas de atividade feminina mais elevadas da União Europeia (55,2% em 2011), sobretudo na faixa etária entre os 25 e os 44 anos, apenas superior em países como a Dinamarca, a Holanda, a Suécia, a Finlândia ou mesmo o Reino Unido. Apesar disso, em matéria de igualdade de género, Portugal está longe, particularmente dos países escandinavos, onde “o hiato salarial entre homens e mulheres é dos mais reduzidos da Europa e os recursos e apoios à família, crianças e idosos, contribuem para reduzir as diferenças de género na divisão do trabalho” (Nunes, 2013:90).

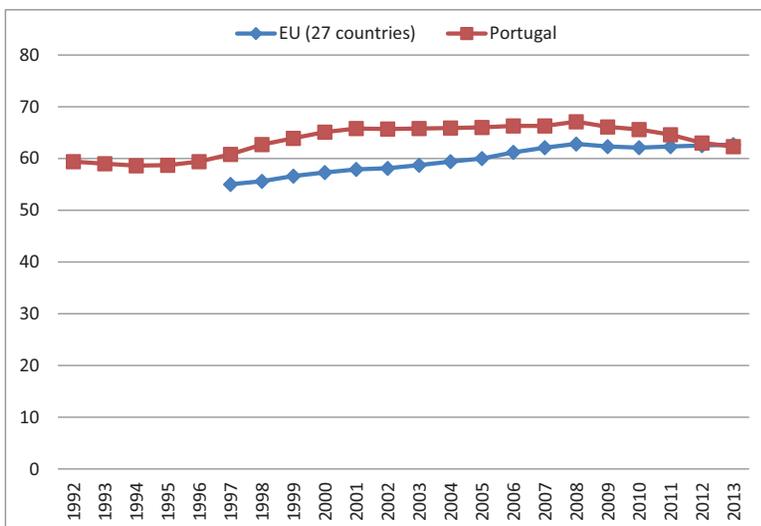
É um facto! As mulheres portuguesas trabalham muito, dentro e fora do lar, como demonstra o estudo aos usos do tempo (se em média investem menos 1h30 do que os homens no trabalho profissional e nos estudos, as mulheres empregadas ocupam por dia quase 4h com o trabalho doméstico e os cuidados à família, enquanto os homens empregados apenas registam 54 minutos diários. Uma atividade que não

5 “(...) Salaria que, de acordo com as estatísticas da Comissão, 15,8% dos lugares nos conselhos de administração das maiores empresas cotadas estão atualmente ocupados por mulheres e que os progressos na retificação da situação têm sido lentos, com um aumento anual de apenas 0,6% entre os principais gestores destas empresas; Observa que 97% dos presidentes de conselhos de administração das empresas são homens; insta, por conseguinte, a Comissão e os Estados-Membros a tomarem medidas para promover um melhor equilíbrio de género nos cargos de gestão das empresas e a zelarem pela sua rápida aplicação, contribuindo assim para um melhor desempenho empresarial, uma maior competitividade e ganhos económicos para a UE; salienta que se tem vindo a reconhecer que a colocação de mais mulheres em posições económicas de topo traz um reforço do desempenho organizativo e financeiro às empresas, assim como uma melhor qualidade na tomada de decisões; congratula-se com a proposta de diretiva da Comissão que visa aumentar a representação das mulheres nos conselhos de administração das sociedades cotadas em bolsa através da fixação de um objetivo mínimo de 40% até 2020 (...). (Resolução do parlamento europeu sobre a igualdade entre mulheres e homens na União Europeia – 2012 (2013/2156 (INI) relatório de 31 Janeiro 2014). <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2014-0073+0+DOC+XML+V0//PT>

conhece sábados nem domingos, por sinal os dias em que é mais intenso o trabalho doméstico e os cuidados à família).⁶

Portugal é dos países europeus com menor tradição de trabalho parcial.⁷ E, há mais de três décadas que 60% ou mais da população feminina encontra-se empregada, um valor que esteve acima da média europeia até 2012, baixando em 2013 (62,3% em Portugal contra 62,7% na UE27).

Gráfico 4. População feminina empregada % - União Europeia 27 e Portugal



Fonte: Estatísticas de emprego, Eurostat: Agosto 2013.

Até que ponto esta presença feminina no mundo do emprego contribui para a igualdade entre homens e mulheres em Portugal, o mesmo é dizer concretiza a democracia no mundo das empresas, das famílias e é expressão de uma cidadania ativa e de uma participação política?

6 *Inquérito à Ocupação do Tempo*, INE: Destaque de 19.06.2000.

7 Em 2011, a Europa27 registava 19,5% de trabalhadores em part-time e Portugal registava 13,3, quando por exemplo na Holanda esse tipo de trabalho representa 49,1%, na Suíça 26,8% ou na Dinamarca 25,9% (Eurostat, estatísticas do emprego, Agosto 2012).

Tomemos por referência o índice de desigualdade de género, “*global gender gap*” (GGG) publicado anualmente pelo World Economic Fórum,⁸ construído com base em quatro indicadores: a participação económica e oportunidades (salários, participação e empregos de alta qualificação); educação, (acesso ao ensino base e superior); emancipação política (representação em estruturas de tomada de decisões); e finalmente a saúde e a sobrevivência, (expectativa de vida e proporção entre sexos).

Quadro 3. Posição de Portugal no Índice de Desigualdade de género. Global Gender Gap.

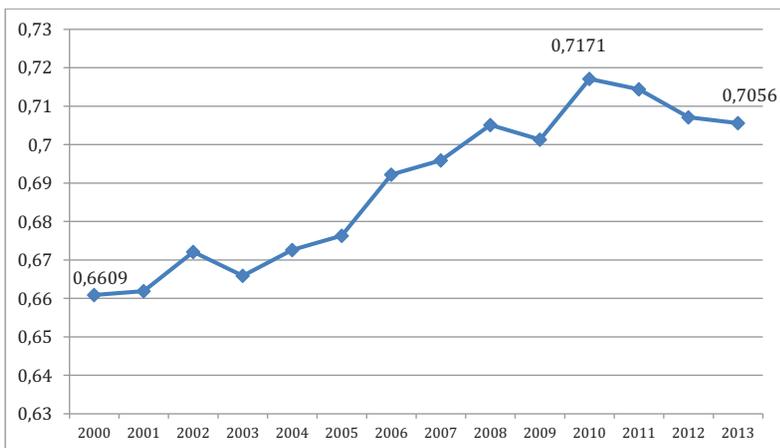
Ano de referência	Posição de Portugal	Score	Changes in scores
2013	51	0,7056	-0,0015
2012	47	0,7071	-0,0074
2011	35	0,7144	-0,0026
2010	32	0,7171	0,0158
2009	46	0,7013	-0,0038
2008	39	0,7951	0,0092
2007	37	0,6959	0,0037
2006	33	0,6922	0,0134

Fonte: Global Gender Gap Index 2013: comparaisons with 2012,2011,2010,2009,2008,2007, 2006.

Em 2013, Portugal ocupava a 51.^a posição no GGG, num ranking liderado, desde 2006, por cinco países: Suécia, Islândia, Finlândia, Noruega e Dinamarca. Uma posição relativa que Portugal tem vindo a perder, particularmente nos últimos três anos (2011-2013), depois de uma tendência crescente, entre 2000 e 2010.

⁸ *The Global Gender Gap Report, 2013*, World Economic Forum – committed to improving the state of the world. http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2013.pdf

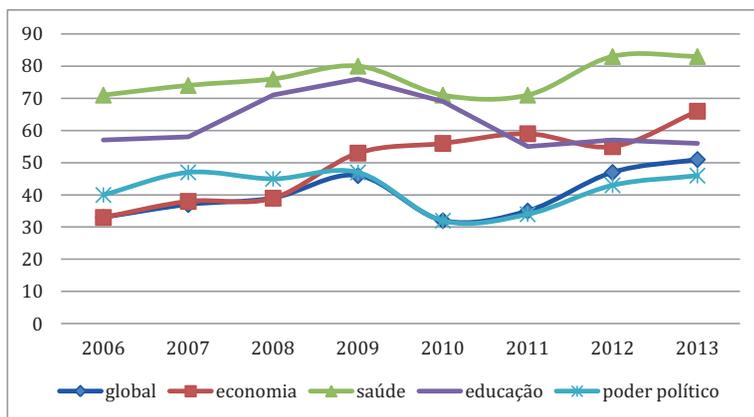
Gráfico 5. Evolução dos Scores do Global Gender Gap (Portugal) 2000-2013.



Fonte: Global Gender Gap Index 2013: Overview of historical data scores, 2000–2013 (selected countries).

Se tivermos em conta as quatro componentes que constroem este índice, o agravamento registado, em termos da desigualdade de género, deve-se sobretudo à perda de posição no indicador "poder político" das mulheres portuguesas, que passou da posição 32 em 2010 para a posição 46 em 2013.

Gráfico 6. Evolução das posições de Portugal nos quatro indicadores do índice (Global Gap Gender) 2006-2013.



Quanto maior é a desigualdade de género em Portugal, mais frágil se torna a democracia portuguesa e maior é o empobrecimento das famílias, que contam em Portugal, sobretudo, com as mulheres para a gestão do quotidiano.

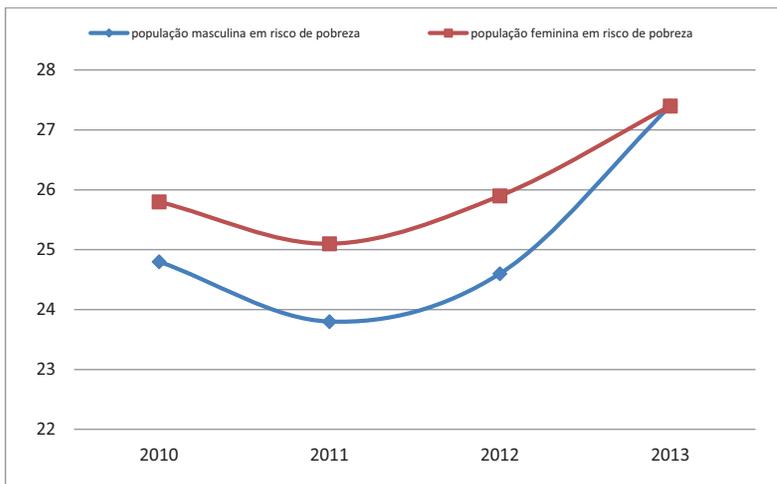
Os dados publicados sobre a pobreza confirmam estas dificuldades das mulheres. A população em risco de pobreza é sobretudo, feminina, particularmente idosa, só, ou em contexto de monoparentalidade (INE, 2014).

Quadro 4. População em risco de pobreza ou exclusão social segundo o sexo.

	2010	1011	2012	2013
População masculina em risco de pobreza	24,8	23,8	24,6	27,4
População feminina em risco de pobreza	25,8	25,1	25,9	27,4

INE – Dia internacional para a erradicação da pobreza (17.10.14).

Gráfico 7. Evolução da população em risco de pobreza.



Fonte. Dia internacional para a erradicação da pobreza, Outubro 2014.

A DEMOCRACIA QUE FALTA ACONTECER DEPENDE DE UMA REVOLUÇÃO INTERIOR

Há quarenta anos uma mulher que trazia consigo um molhe de cravos, por acaso vermelhos, começou a distribuí-los pelos militares,⁹ dando origem ao símbolo que para sempre ficará associado à revolução de abril. Uma revolução que abriu portas à democracia, um projeto de sociedade igualitária onde se confundiam as reivindicações das mulheres e dos trabalhadores, dos mais pobres e das domésticas que não recebiam pelo trabalho agrícola ou das mães que clamavam contra a guerra colonial (Varela, 2014: 371-372).

Sempre que as mulheres clamam publicamente os seus direitos, afirmam-se como sujeitos na defesa da democracia. Há um lado da sua identidade, explorado, assujeitado que se agiganta e as mulheres reconhecem que são mais do que “ser para os outros”. São seres para si próprias ou como disse um dia Zeca Afonso, “Mulher na democracia não é biombo de sala”.¹⁰

Ser para si, é uma dimensão identitária estruturante do reconhecimento como sujeito. Sinónimo de autorreflexividade, de que falava Giddens, “nós não somos o que somos mas sim o que fazemos de nós” (Giddens, 1994: 67).

E o que têm as mulheres portuguesas feito de si mesmas, nestes últimos quarenta anos? Ou o que falta fazer para que as desigualdades não minem a democracia nas instituições, nos governos eleitos pelo povo, nas famílias?

Transformar a democracia pela afirmação de uma maior igualdade de género, não significa trocar posições, mas reencontrar o sentido da autonomia, da liberdade e da responsabilidade na interdependência. A afirmação da *identidade para si*, significa tomar de consciência de si, para melhor viver com os outros.

9 Celeste Caeiro, hoje com 79 anos, na manhã do dia 25 de Abril, levava um molhe de cravos junto ao peito, que o gerente do self-service onde trabalhava resolveu distribuir, já que a festa do 1º aniversário da empresa, pensada com a oferta de flores aos clientes ficara cancelada. Confrontada com a presença de militares em pleno Rossio e não tendo um cigarro como lhe pedira o militar, resolveu oferecer um cravo que foi logo ali colocado no cano da G3, gesto seguido por outros. Celeste acabou por não levar nenhuma flor para casa, mas o cravo vermelho ficaria para sempre associado ao dia 25 de abril de 1974. Quarenta anos depois ainda é conhecida pela “Celeste dos cravos” (Fonseca, A.S., 2014: 143-154).

10 “Teresa Torga” de Zeca Afonso, álbum Com as minhas Tamanquinas, 1976, cit. Varela (2014:375).

Tomar consciência de si é uma revolução que se faz de dentro para fora. Uma revolução que passa pela afirmação da individualidade, da autonomia, da liberdade e da igualdade nas relações de género. Não importa o ritmo com que ocorrem as transformações, mas o impacto estruturante que produzem, em termos de democratização da vida, a começar pelo universo familiar, “a mais pequena democracia no coração da sociedade” como designou a ONU, em 1994 por altura do ano internacional da família.

O que falta à democracia portuguesa não é reforçar a participação das mulheres, que não precisam de demonstrar o quanto são resilientes (60% das jovens estão nas universidades e mais de 60% das que têm idade ativa estão empregadas e asseguram na sua grande maioria, a vida doméstica e os cuidados aos filhos).

O que falta à democracia portuguesa é desconstruir ideias que alimentam a desigualdade de género, no mundo económico ou na esfera da atividade política, construídos com lógicas masculinas, onde a família é secundarizada, a relação diária com as crianças considerada uma questão feminina e o cuidado aos idosos, um dever de filhas.

Que consciência de si têm as mulheres, do lugar que ocupam ou que querem ocupar? Que reconhecimento lhes atribuem os homens? O que lhes falta, também a eles descobrir, na sua identidade para os outros, em matéria de liberdade para ser pai, cuidador e protetor dos mais frágeis?

A cidadania não tem género, como também a dignidade ou a liberdade.

E estas são, sem sombra de dúvida, as traves mestras de uma sociedade democrática. Mas será que Portugal, em 40 anos de democracia, construiu o edifício político, societário e económico, com base nessas traves? Ou não estaremos ainda a precisar de remodelar um edifício, relativamente novo, que em alguns aspetos foi mal construído?

Como refere Gustavo Cardoso, “para se ser algo é preciso primeiro pensar no que se quer ser” (2014:41) e apesar da transformação radical do nosso país nestes últimos 40 anos, precisamos pensar na sociedade que queremos ser. “Só a procura de uma sociedade mais justa, mais livre e com maior igualdade, motivará as forças transformadoras adormecidas em Portugal para a mudança” (Cardoso, 2014:41).

EM SÍNTESE - CONTRA O DEIXAR ESTAR ASSIM, NÃO TE INCOMODES!

A desigualdade agrava-se sempre que uma mulher abdica de si, como sujeito de direito; desiste do futuro ou adia a sua realização, em prol dos outros, sem reclamar ou alterar o seu quotidiano. A democracia enfraquece quando uma mulher afirma “está tudo bem”, apesar do sofrimento diário, do não reconhecimento, da perda de interesse por si mesmo.

A revolução interior começa no universo familiar, no mundo da casa, onde a centralidade da vida doméstica ainda marca o tempo no feminino. As tarefas domésticas são necessárias ao quotidiano, mas podem tornar-se num obstáculo à democracia familiar, quando surgem associadas a uma fraca consciência de si por parte das mulheres (*está sempre tudo bem*). Ou seja, para que o contexto doméstico não seja negativo, é necessário que as mulheres, mesmo não trabalhando fora de casa, abram o seu mundo a outros espaços e desenvolvam outras competências, outras atividades, outras relações, de forma a estruturar um mapa *identitário* mais plural.” (Lalanda, 2003)

Como perspetivar a mudança ou o reforço da democracia entre homens e mulheres num país que conquistou esse direito há quarenta anos?

Propomos três ideias para alimentar a igualdade (Lalanda, 2003), partindo da premissa que fortalecer a democracia, não é uma exigência de mulheres, mas uma condição de cidadania.

Em primeiro lugar, a desigualdade passa pelo confinamento da mulher a um determinado espaço de identificação. Logo é fundamental uma maior *pluralização dos espaços de identificação*, na construção do quotidiano, particularmente no caso feminino. Sempre que uma pessoa, homem ou mulher, centraliza a sua vida na casa ou no emprego; na política ou na atividade sindical, no clube desportivo ou na sala de jogos, menos flexibilidade e menos capacidade demonstra para a partilha igualitária.

Em segundo lugar é urgente reforçar a *capacidade reflexiva* que permite a crítica aos modelos existentes. Desistir de se questionar sobre a injustiça, a desigualdade sentida; calar a denúncia para não incomodar, assumir uma condição de sujeição e abdicar de ser sujeito da sua própria vida, retira poder ao cidadão, particularmente às mulheres.

Finalmente, a realidade das sociedades atuais exige espaço para a *expressão da individualidade*, desde logo no contexto familiar, favorecendo a autonomia mas também a interdependência e a parceria. A anulação da individualidade no coletivo, seja no governo ou na família, na empresa ou na associação, destrói a democracia e por consequência reduz a expressão da liberdade e da autonomia dos cidadãos.

Uma sociedade só é democrata quando é plural, e a pluralidade implica interdependência, relações de solidariedade, criando espaço para a mudança. Como refere Lydie Err (Pilhes, 2012:209), uma mulher que entra sozinha na política muda, muitas mulheres que entrem na política mudam essa política.¹¹

Passados quarenta anos, poderíamos dizer que as mulheres portuguesas, sobretudo em idade ativa, estão mais qualificadas e ativas, menos sujeitas à maternidade não desejada, mas continuam a ser afastadas dos parlamentos, da gestão de topo das empresas ou dos governos, no pressuposto que esses não são lugares para mulheres, numa representação que se mantém presa à eterna “fada do lar”, suporte das gerações mais velhas e mais novas.

Tomando de empréstimo os termos utilizados por Gustavo Cardoso (2014: 231-233) quando aponta dois tipos de estratégia para o desenvolvimento, a “estratégia de saída” ou a “estratégia de voz”, a democracia portuguesa ficará mais pobre se escolher a primeira opção, libertando-se de excedentes ativos e desvalorizando o contributo de mulheres qualificadas, a pretexto de reequilibrar taxas de desemprego, balanças de pagamentos ou reorientar modelos de atuação.

O país afirma a essência da democracia, quando opta pela “estratégia de voz”, que se volta para os cidadãos, acolhe as críticas e as dissonâncias, promove o debate de ideias e rentabiliza o investimento dos que pensam os problemas e são pró ativos em apresentar soluções alternativas.

O futuro de Portugal exige mais “mulheres com voz”, para que aconteça a renovação da democracia entre géneros e entre gerações.

11 “Une femme seule que entre en politique, change. Beaucoup de femmes qui entrent en politique la changent.”

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Gustavo (2014), *O poder de mudar – crise, autonomia, escolha*. Lisboa: Ed. Tinta da China.
- FONSECA, Ana Sofia (2014) *Capitães de Abril – a revolução dos cravos vivida pelas mulheres dos militares*. Lisboa: Ed. A esfera dos Livros.
- GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Ed. Celta.
- LALANDA, Piedade (2003), *Dissertação de doutoramento* orientada pela prof. Karin Wall, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa.
- NUNES, Nuno (2013), *Desigualdades sociais e práticas de ação coletiva na Europa*. Lisboa: Ed. Mundos Sociais.
- PILHES, Nathalie et Gilles Pennequin (2012), *Femmes, Hommes, Enfin l'égalité?*, Paris: Ed. Eyrolles.
- SUE, Roger (2004), *Renovar a ligação social, liberdade, igualdade, associação*, Porto, Ed. Campo das Letras.
- VARELA, Raquel (2014), *A história do povo na revolução portuguesa – 1974-1975*, Lisboa: Ed. Bertrand.
- TOURAINÉ, Alain (2006), *O mundo das mulheres*, Petrópolis, Ed. Vozes.

FONTES

- (2000) *Inquérito à Ocupação do Tempo*, INE: Destaque de 19.06.2000
- (2010) *Homens e mulheres em Portugal*, INE.
- (2012), *Estatísticas do emprego*, Eurostat, Agosto.
- (2012) *Estatísticas no feminino: ser mulher em Portugal 2001-2011*, Lisboa: INE.
- (2014) *Dia internacional de erradicação da pobreza 2009-2013*, Lisboa: INE.
- (2013) *The Global Gender Gap Report*, World Economic Forum – committed to improving the state of the world. http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2013.pdf

DO PRIVADO AO PÚBLICO: OS CAMINHOS DA IGUALDADE DE GÉNERO NAS ÚLTIMAS QUATRO DÉCADAS EM PORTUGAL

Manuel Lisboa | FCSH/UNL, CICS.NOVA

INTRODUÇÃO

No último quartel do século passado, Portugal viveu um processo singular a nível europeu: passou de uma ditadura para uma democracia, ao mesmo tempo que deu passos decisivos na modernização da sociedade portuguesa, nos planos económico, político, social e cultural (Barreto, 1996 e 2000; Lisboa, 2002).

Em todas estas dimensões, foram apagados muitos dos traços de uma sociedade rural, para darem lugar a práticas e a valores de maior igualdade e participação de todos os cidadãos e cidadãs na vida pública.

Portugal é, sem dúvida, um país de modernização tardia no contexto europeu. Este processo começou, timidamente, a dar os primeiros passos nos anos sessenta do século passado, mas permaneceu refém do fechamento político da ditadura da época. Depois do 25 de Abril de 1974, verifica-se um manifesto aceleração nas mudanças sociais, tanto no sentido de procurar seguir os padrões europeus, particularmente da Europa central e do norte, como, nos primeiros anos, de ensaiar novos modelos de organização e participação de múltiplos agentes sociais, entretanto surgidos na sociedade portuguesa.

Pensamos que esse processo de modernização e democratização nunca será completo sem uma verdadeira igualdade de género em todas as esferas sociais, desde a participação nas áreas do poder económico e político às dimensões mais conotadas com a *intimidade* e as relações interpessoais, para retomar uma expressão de Giddens (1992).

Nas primeiras, as mudanças fizeram-se sentir tanto no acesso a actividades anteriormente vedadas às mulheres, como, ainda que mais len-

tamente, na ocupação de lugares de maior destaque em algumas esferas profissionais e públicas.

Em relação às segundas, e ao longo das últimas quatro décadas, o país conheceu progressos consideráveis, expressos não só ao nível legislativo e das políticas públicas, como nas práticas sociais: várias dimensões da igualdade de género ascendem ao primeiro plano da agenda política e da intervenção de instituições e organizações centrais do Estado.

Os temas da igualdade de género vão sendo objecto de desocultação da esfera privada, e ganham uma nova expressão na acção colectiva e individual no espaço público.

Como refere Julieta Rodrigues (1983), o ponto de partida era muito desfavorável para as mulheres. No Estado Novo, a mulher devia “ficar em casa e cuidar dos filhos, enquanto o marido devia sair para ganhar o sustento da família”; a sua missão era sobretudo “ser uma boa doméstica, uma boa esposa e uma boa mãe” (p. 909). Como refere a autora, este era o modelo dos três K: *Kinder, Küche, Kirche* (filhos, cozinha, igreja), de inspiração nazi e fascista.

A mulher devia ainda obediência ao marido: desde o ter de pedir autorização para ir ao estrangeiro até dever estar ao seu serviço em termos sexuais.

Os papéis de género que estão associados ao ser homem e ser mulher constituem padrões de comportamento normativo específicos de uma sociedade, dependentes de cada contexto histórico e, devido à sua condição estrutural, tornam-se mais resistentes à mudança (Amâncio, 2004; Torres, 2004; Lisboa, Frias, Roque e Cerejo, 2006).

A par destas desigualdades sociais, outras, também marcadas pela dimensão de género, talvez de forma ainda mais vincada, prendiam-se com a estigmatização das pessoas que se afastavam da sexualidade heteronormativa.

Volvidas quatro décadas, interessa fazer o balanço sobre a igualdade de género no Portugal democrático, nas suas múltiplas dimensões. O que é que mudou e o que é que ainda permanece?

Neste texto, procuraremos analisar três dessas dimensões: a igualdade de género nas posições cimeiras da tomada de decisão, nas esferas política e económica; o caminho percorrido ao nível da violência contra as mulheres e de género, enquanto expressão dramatizada da desigualdade de género; e os avanços ao nível do combate à discriminação e desigualdade nas sexualidades não-hegemónicas.

A TOMADA DE DECISÃO NAS ESFERAS POLÍTICA E ECONÓMICA

No pós-25 de Abril de 1974, a modernização da sociedade portuguesa passava, entre outros aspectos, pela maior igualdade entre os sexos na liderança das grandes organizações e instituições dos campos político e económico. Considerando que, na nossa sociedade, aí se encontra o centro do poder, não havendo igualdade na tomada de decisão nas suas estruturas cimeiras, dificilmente se consegue alterar a hierarquia de poderes e a relação de forças que historicamente tem sido desfavorável às mulheres.

De facto, como refere Irene Vaquinhas (2011), em Portugal, no longo século XIX que entra bem até aos anos cinquenta do século XX, o espaço público era sobretudo o território dos homens, sendo reduzida a probabilidade de encontrar mulheres em lugares de topo nas esferas política e económica.

Até que ponto as mudanças operadas na sociedade portuguesa depois do 25 de Abril de 1974 conseguiram quebrar esta longa tradição que, no mínimo, é possível sinalizar já no século XIX. Começemos pela análise do campo político.

CAMPO POLÍTICO

Após 1974, como refere Julieta Rodrigues (1983), a participação de mulheres na vida política em Portugal alargou-se a vários domínios, desde os partidos políticos, passando pelas “organizações de base”, até algumas estruturas dos órgãos políticos do Estado. Centremo-nos nos lugares de topo.

Como referem Davis (1977), Vianello e Moore (2004), a participação das mulheres nos órgãos cimeiros do aparelho de Estado, no quadro europeu, era escassa; em Portugal verificava-se ainda menor. De facto, de 1968 a 1992, aumentou o número das mulheres que ocupavam lugares nos governos de 15 países europeus, excepto em Portugal. Ainda segundo Almeida e Pinto (2003), de 1974 a 1999, a percentagem de ministras foi sempre inferior a 4%; e, no que diz respeito ao Parlamento, Viegas e Faria (2001) referem que as mulheres aparecem frequentemente em posições não elegíveis. Vejamos a situação ao longo de três décadas, no quadro geral mais amplo dos cargos cimeiros do poder político do Estado.

As primeiras respostas podem encontrar-se num estudo realizado por uma equipa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde se investiga o que mudou no Portugal democrático, nos lugares de topo dos campos político e económico (Lisboa, Frias, Roque e Cerejo, 2006).

No campo político, foram analisados 2218 cargos, de 22 governos (6 provisórios e 16 constitucionais), compreendidos entre 1974 e 2004, relativos às posições cimeiras do poder: Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro, Secretário de Estado, Chefe de Gabinete, Adjunto, Assessor, Secretário-Geral e Director-Geral.

Globalmente, em relação à totalidade de cargos analisados, a participação das mulheres situa-se nos 24%. Todavia, quando observamos os resultados cargo a cargo verificam-se grandes diferenças.

Quadro 1. Cargos ocupados nos Governos por sexo

	H	H%	M	M%	Total
Primeiro Ministro	22	95,7	1	4,3	23
Vice PM	6	100	0	0	6
Ministros	457	95	24	5	481
Secretário de Estado	807	92,9	62	7,1	869
Chefes de Gabinetes	384	82,2	83	17,8	467
Adjuntos	370	48,9	386	51,1	756
Assessores	137	48,1	148	51,9	285
Total	2183		704	24,4	2887

Fonte: Lisboa, Frias, Roque e Cerejo (2006, pp. 179)

No cargo de Presidente da República não houve qualquer mulher, no de Primeiro-Ministro só tivemos uma, Maria de Lurdes Pintassilgo, e nos de Ministro e Secretário de Estado, a participação das mulheres situa-se somente nos 5% e 7%, respectivamente.

Verifica-se, igualmente, que quando descemos na escala hierárquica do Governo, diminuindo a importância política das posições, aumenta progressivamente a participação das mulheres, situando-se esta, nalguns casos, em valores superiores a 50%, como nos cargos de Adjunto e Assessor. Inversamente, ao subirmos na hierarquia do poder político, diminui a probabilidade de encontrarmos mulheres.

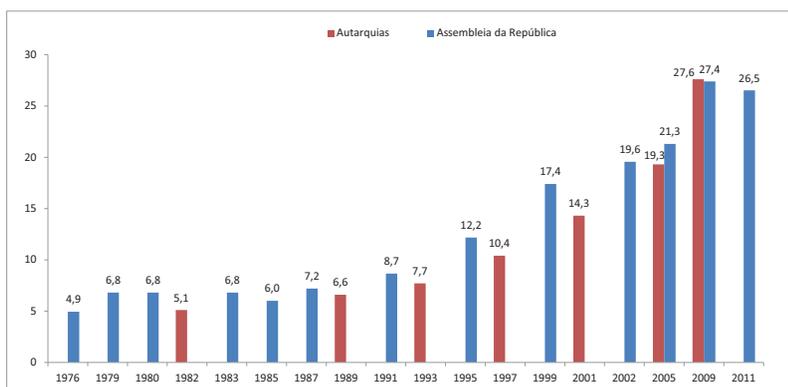
Por outras palavras, os cargos onde as mulheres têm maior participação correspondem a lugares de “apoio” e de “influência”, sendo deixados os lugares de primeira linha, de maior poder e iniciativa, para os homens.

Esta situação tem-se vindo a alterar nas últimas duas décadas, ainda que lentamente, como o revela o facto de, em 1991, o conjunto dos Ministros e Secretários de Estado ser constituído por 90,2% de homens e 9,8% de mulheres e, em 2011, de 83,3% e 16,7%, respectivamente.

Tudo indica que estamos mais uma vez perante um fenómeno de reprodução dos estereótipos dos papéis de género, que ao nível do poder secundarizam o feminino. No caso português, persiste um fenómeno de *glass ceiling*, que dificulta a ascensão das mulheres às posições de topo de poder e de tomada de decisão.

Se seguirmos outros indicadores, relativos a duas áreas do poder político que traduzem níveis e realidades sociais diferentes, o poder local e o Parlamento, verificamos que nas últimas quatro décadas o número de mulheres eleitas aumentou significativamente. Ainda assim, mantém-se abaixo da representação paritária consentânea com a situação demográfica.

Gráfico 1. Eleitos/as para a Assembleia da República, por sexo, 1976-2011 (%)

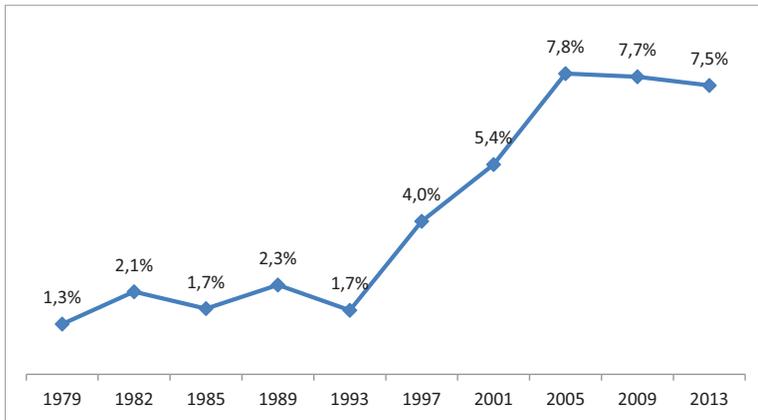


Fonte: Dados da DGAI/MAI

Começando pela representação parlamentar, apesar do aumento do número de mulheres eleitas, em 2011, os 26,5% de deputadas ainda representavam uma percentagem abaixo do 1/3 que tinha sido definido pela lei das quotas. Este dado significa que, apesar do seu cumprimento em relação ao número de candidatas, a posição que lhes foi atribuída nas listas não foi de molde a que efectivamente pudessem ser eleitas.

No caso do poder local, a situação do número de autarcas eleitas é semelhante. Aqui, se deslocarmos a nossa análise apenas para as presidências das câmaras municipais, apesar do aumento significativo da percentagem de mulheres eleitas, de 1,3%, em 1979 para 7,5% em 2013, o valor das últimas eleições ainda está muito abaixo não só da representação parlamentar como do definido na lei das quotas.

Gráfico 2. Mulheres presidentes de Câmaras Municipais 1979-2013 (%)



Também no Parlamento Europeu¹, o peso da participação das mulheres aumentou de 8%, em 1994, para 38%, em 2014, e, neste caso, com valores que se situam acima do que é estabelecido ao nível das quotas. Os valores registados em Portugal encontram-se muito ligeiramente acima dos da média da União Europeia (37%).²

Em síntese, nos últimos quarenta anos, nos lugares cimeiros do campo político, apesar das melhorias verificadas em relação à participa-

1 Cf. dados do INE, 2015.

2 Cf. dados da Comissão Europeia, 2015.

ção das mulheres nos cargos de tomada de decisão, a mudança tem sido lenta e está ainda longe de reflectir uma situação paritária que traduza a situação demográfica.

CAMPO ECONÓMICO

O campo económico, particularmente a área do trabalho, sofreu profundas alterações no Portugal democrático, depois de 1974. Ainda assim, e no que se refere às desigualdades de género, as mudanças dão-se de uma forma desigual, em função da área de actividade (Casaca, 2011, 2012; Ferreira, 2012) e da posição na hierarquia da organização económica em causa.

A Constituição de 1976 determina a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em teoria, marido e mulher partilham os mesmos direitos e responsabilidades, sendo que a igualdade é também estabelecida no trabalho e nas relações laborais. A legislação portuguesa passa a assegurar princípios de igualdade contra a discriminação e proíbe disposições contratuais que façam distinção entre sexos. Deste modo, põe-se fim ao Código Civil de 1967 que definia que os homens são os líderes da família, tendo o poder de tomar todas as decisões em relação ao cônjuge e restantes membros da família.

Em Portugal, entre 1981 e 2013, a taxa de actividade feminina aumentou de 34,2% para 54,1%, sendo os Serviços o sector económico onde as mulheres estão mais presentes.

O aumento da participação feminina verifica-se igualmente nas universidades: em 2013, as mulheres representavam 59% de todos os licenciados e 54,8% dos doutorados.

Por outro lado, sabemos que a estrutura de poder dentro das organizações económicas tem vindo a mudar em Portugal nas últimas décadas, com o aumento da importância das funções técnicas e de gestão, onde o capital escolar é determinante.

Sabemos, por diversos estudos, que há um fosso entre as qualificações das mulheres e as posições que ocupam (Archer e Lloyd, 2002; Lipovetsky, 1997; Jacobsen, 1998), particularmente nas empresas (Sinclair, 1998). Mesmo possuindo habilitações escolares mais elevadas, tendem a ocupar cargos inferiores aos dos homens (Lisboa, Frias, Roque e Cerejo, 2006).

Em relação a Portugal, colocam-se duas questões a este nível. A primeira consiste em saber se o aumento das habilitações das mulheres e a sua crescente presença no mercado de trabalho se reflecte na direcção das organizações económicas.

A segunda consiste em avaliar se os homens e as mulheres partilham as mesmas hipóteses no acesso a posições de topo e de exercício de poder, na esfera económica.

Começamos por dar uma visão de conjunto sobre a participação das mulheres na direcção das maiores empresas, nas décadas de oitenta e noventa do século passado (1980 a 2003).

No estudo da Universidade Nova de Lisboa, já referido anteriormente (Lisboa, Frias, Roque e Cerejo, 2006), seleccionaram-se 103 empresas que, em Portugal, entre 1980 e 2003, ocuparam todos os anos as posições cimeiras de um ranking de dimensão; foi-lhes administrado um questionário sociológico, com vista a analisar a estrutura de poder na sua organização interna. Cinquenta dessas empresas estavam ainda em actividade em 2004, pelo que foi possível, nessa altura, obter informação válida sobre elas.

Quadro 2. As maiores empresas em Portugal (1980-2003): estrutura de poder

Total (N)	
Empresas inquiridas	50
Número de Trabalhadores	242 233
Cargos de Direcção	739
Número de Empresas com Mulheres na Direcção	24
Mulheres na Direcção das Empresas (todos os cargos)	64
Mulheres em Cargos de Administração	16

Fonte: Inquérito "Participação das mulheres em empresas"

Estas empresas empregam 242 233 pessoas, 739 das quais com funções de direcção (0,3%); este dado, desde logo, revela uma estrutura organizacional piramidal. A participação das mulheres em todos os cargos de direcção situa-se nos 8,7%, enquanto nos lugares de administração se encontra nos 4,9%.

Quadro 3. Cargos de direcção nas empresas observadas

	H	%	M	%	Total (N)
Presidentes	56	98,2	1	1,8	57
Conselho de Administração	111	96,5	4	3,5	115
Conselho Executivo	67	93,1	5	6,9	72
Assembleia Geral	22	100	0	0	22
Vogal	67	91,8	6	8,2	73
Director	324	88,8	41	11,2	365
Outras posições de direcção	28	80	7	20	35
Total cargos de direcção	675	91,3	64	8,7	739

Fonte: Inquérito 'Participação das mulheres em empresas', 2005, Socinova/FCSH-UNL e sites oficiais das empresas

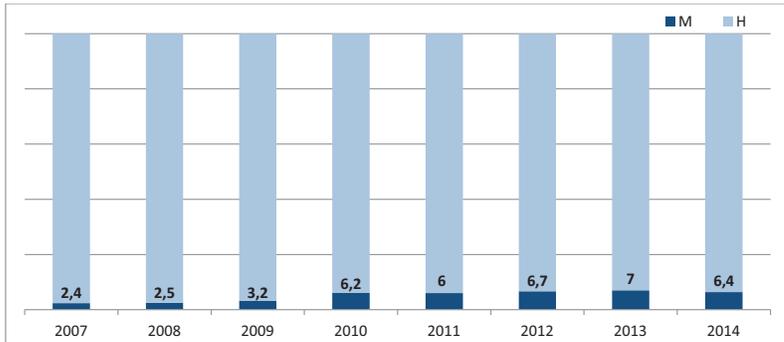
Se analisarmos a estrutura dessa participação e focarmos as posições de topo da direcção (presidentes, conselhos executivos, membros da assembleia geral, administradores e vogais), verificamos que a presença de mulheres é ainda mais reduzida, sendo de ressaltar que só uma ocupa o lugar de presidente.

Os dados apontam igualmente para uma diferenciação de esferas de poder e influência segundo o sexo: as mulheres encontram-se ligadas a cargos de apoio à decisão (direcção) e os homens associados ao exercício de poder (administração), reproduzindo assim uma estrutura de papéis de género, que tende a associar o feminino ao suporte da decisão e o masculino ao estratégico, à iniciativa e à acção.

O estudo atrás referido (Lisboa, Frias, Roque e Cerejo, 2006) revela também que, além das dificuldades de mobilidade vertical na estrutura da empresa, as mulheres conhecem também entraves à mobilidade horizontal.

Se utilizarmos outros indicadores para os anos mais recentes, como seja a percentagem de mulheres nos conselhos de administração das 20 maiores empresas pertencentes ao Portuguese Stock Index (PSI 20), continua a notar-se uma grande dificuldade de ocupação dos lugares cimeiros da estrutura das empresas.

Gráfico 3. Mulheres nos Conselhos de Administração das empresas do PSI20 (2007-2014)



Fonte: INE

De facto, apesar de ter duplicado a percentagem de mulheres nos conselhos de administração das empresas do PSI 20 entre 2007 e 2014 (2,4% para 6,4%), o seu valor ainda fica muito aquém não só dos dados demográficos como das quotas previstas para o campo político.

Ainda no campo económico, a situação é semelhante no que se refere aos cargos de governador e vice-governador do Banco de Portugal, sendo de registar que, nestes, de 2008 a 2012, não se encontra uma única mulher.

Directamente fora dos campos político e económico, mas de grande relevância em termos de prestígio na sociedade portuguesa, o mesmo se passa nas reitorias das universidades. O peso das mulheres no conselho de reitores é reduzido, tendo mesmo diminuído de 13,3%, em 2004, para 6,3%, em 2008.³

A participação das mulheres na esfera pública do Portugal democrático, apesar das melhorias verificadas, ainda está aquém do que é expectável ao nível da modernização da sociedade portuguesa, em especial se tivermos como referência as práticas dos países do Centro e do Norte da Europa.

³ Cf. Dados do INE, 2010.

Vejamos em seguida as principais mudanças e permanências numa outra esfera, mais privada, onde tradicionalmente se tem dado o silenciamento maior das mulheres.

DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES À VIOLÊNCIA DE GÉNERO

A violência contra as mulheres, particularmente a doméstica e de género, não é mais do que a expressão dramatizada das desigualdades de género de que estas são objecto nas nossas sociedades, em todos domínios, dos mais públicos aos mais privados. Essa dramatização decorre, por um lado, da crueza de muitos desses actos, que pode conduzir até à morte da vítima, e, por outro lado, da visibilidade que a violência doméstica ganhou na última década e meia em Portugal, em parte fruto das políticas públicas implementadas para a combater e prevenir e da acção de activistas individuais e de ONG.

A natureza daquela violência não resulta tanto da especificidade das relações interpessoais dos autores e vítimas, nomeadamente no contexto da conjugalidade, mas sim de um conjunto de modelos socioculturais e de valores, social e historicamente produzidos e reproduzidos, que orientam as formas de agir, de pensar e de sentir dos actores sociais, no desempenho de papéis sociais, onde subjazem inscrições emocionais genderizadas que persistem desde a infância.

Por outras palavras, os fundamentos deste tipo de violência radicam na sociedade no seu conjunto e não na simples expressão de meras características individuais e interpessoais, como foi reconhecido na recente convenção do Conselho da Europa, também designada Convenção de Istambul.

O Portugal democrático, depois do 25 de Abril de 1974, conheceu um percurso singular nesse domínio. As mudanças verificadas representam um contributo importante para a modernização e construção de uma sociedade mais igualitária. De facto, hoje, quando comparamos alguns indicadores da violência exercida contra as mulheres em Portugal e noutros países da União Europeia, verificamos que o caminho percorrido revela os avanços alcançados em relação a um dos traços mais marcantes da desigualdade de género, como é o caso daquele tipo de violência. O primeiro inquérito europeu, realizado pela European

Union Agency for Fundamental Rights (FRA), tornado público em 2014, mostra que a prevalência da violência física e sexual perpetrada por um parceiro, actual ou passado, em Portugal (19%) se situa abaixo da média dos 28 países da União Europeia (19%).

Relativamente a Portugal, vejamos em seguida os principais traços do percurso efectuado nas últimas décadas, onde o conhecimento e a acção das políticas públicas foram mais marcantes.

Com a revisão da Concordata em 1974, e a possibilidade da dissolução dos casamentos católicos, dá-se um primeiro sinal no sentido de uma maior abertura sobre a forma de entender a regulação e os constrangimentos a que até aí estavam sujeitas as relações conjugais. Aqui, de algum modo, a intervenção do Estado foi no sentido do reforço da liberdade individual.

Noutra dimensão, os maridos ficaram impedidos de violar a correspondência dos seus cônjuges e deixou de ser necessária a sua autorização quando estas pretendiam sair do país.

Todavia, e apesar das modificações legislativas, a casa continuava a ser um espaço reservado, privado, oculto, onde tudo podia acontecer, até a violência. Em certa medida, prevalecia a ideia que “entre marido e mulher não se deve meter a colher”.

Ao longo de quatro décadas, as mudanças ganharam substância através de um percurso de políticas públicas e de activismo social e político que se pautou não apenas pela desocultação da violência doméstica contra as mulheres, que foi saindo progressivamente da esfera privada para a esfera pública, mas também pela compreensão dos factores estruturais que estão na sua génese. Este processo permitiu complementar medidas de combate à violência e de protecção das vítimas com outras orientadas para a prevenção, quer na vertente da revitimização quer em relação à mudança de mentalidades e práticas dos jovens de hoje, de modo a evitar que a violência possa ocorrer no futuro.

Ao nível da acção social, e à semelhança do que ocorreu noutros países, o foco da atenção, nos anos oitenta, começou por ser a violência contra as mulheres, mas os resultados dos estudos efectuados começaram a mostrar que, no seio desta, a violência doméstica tem uma particular relevância. Mais tarde, outras investigações mostram também que a violência praticada contra as mulheres é sobretudo uma violência baseada nas desigualdades de género.

Do ponto de vista das políticas públicas, a violência contra as mulheres começou por ser tratada no âmbito dos direitos humanos e combatida nos domínios jurídico e policial. Mais tarde, passou-se à sua assunção como problema político, essencial à construção de uma sociedade democrática. Recentemente, face à constatação que se está perante um problema estrutural e não meramente conjuntural, tem-se investigado no sentido de procurar as causas que a produzem e reproduzem, de modo a permitir uma intervenção sustentada e a sua prevenção.

Para esse fim, tem contribuído uma forte articulação entre a produção de conhecimento, particularmente o de natureza científica, e as políticas públicas e intervenção dos vários actores sociais envolvidos na resolução do problema. Vejamos quais foram as principais etapas desse percurso.

Nos anos oitenta e na primeira metade dos noventa, destaca-se a acção das ONG e de activistas individuais, quer ao nível da intervenção quer mesmo da produção de conhecimento. Nesta fase, a acção decorreu essencialmente das motivações ideológicas no seio dos feminismos da época, ou das motivações decorrentes da defesa dos direitos humanos, e de um conhecimento qualitativo, resultante de estudos de caso que ilustravam bem as situações de discriminação e a violência de que as mulheres eram vítimas.

Faltava um conhecimento quantitativo que permitisse avaliar a dimensão do fenómeno a nível nacional, eventualmente menos atento aos pormenores de cada caso, mas capaz de dar uma visão de conjunto, revelando, a nível nacional, tanto a sua prevalência como a identificação das suas principais características. De algum modo, utilizando a metáfora da floresta, era preciso começar por ter um retrato da sua dimensão e identificar os principais conjuntos de árvores aí existentes. Só depois se deveria caminhar no sentido de conhecer as particularidades de cada árvore. Do ponto de vista das políticas públicas, só desta forma se conseguia construir argumentos sólidos que ajudassem a mostrar a importância social do problema e a contrariar a resistência à toma de medidas urgentes para a sua resolução, baseada na ideia que as situações de violência relatadas não passavam de um punhado de casos, sem impacto relevante na sociedade portuguesa. Estava-se no limiar de uma nova etapa na produção de conhecimento e na implementação de políticas públicas.

O primeiro estudo nacional, feito por uma equipa de investigadores da Universidade Nova de Lisboa (Lourenço, Lisboa e Pais, 1997) com aquele objectivo, veio mostrar o seguinte: cerca de uma em cada duas mulheres, com 18 ou mais anos, tinha sido vítima de pelo menos um acto de violência física, psicológica ou sexual, no último ano ou em anos anteriores; a grande maioria dos actos ocorria no espaço da casa/família, contrariando assim a ideia corrente de que se tratava de um local seguro; menos de 1% das vítimas recorria à polícia/tribunais, apesar da Lei n.º 61/91 (13 de Agosto de 1991) já penalizar grande parte dos actos e, deste modo, dar um sinal social da sua condenação e permitir a sua denúncia; e a probabilidade de uma mulher ser vítima da violência, em geral, era transversal a todos os estratos sociais e escalões etários, contrariando outra ideia frequente, a de que a violência só ocorria nos estratos sociais mais baixos.

Estes resultados vinham mostrar, por um lado, a grande dimensão do problema da violência exercida contra as mulheres na sociedade portuguesa; por outro lado, que o facto de os actos ocorrerem sobretudo no espaço da casa/família, e serem perpetrados pelos maridos e companheiros, não só dificultava a sua visibilidade como condicionava negativamente a denúncia às autoridades. De facto, no contexto interno onde ocorria a violência, prevalecia ainda a velha ideia da não ingerência de pessoas exteriores à relação conjugal e, no âmbito das polícias, faltavam condições para o atendimento adequado das vítimas, como salas apropriadas nas esquadras e postos da GNR, e agentes, sobretudo mulheres polícia, devidamente treinadas para esse efeito. Todas estas condicionantes configuravam uma situação pouco favorável à denúncia às autoridades, o que reforçava a já pouca visibilidade social da violência.

Os resultados do estudo davam argumentos sólidos a todas as proponentes da resolução do problema, dentro e fora das ONG. Eram agora necessárias medidas específicas para ajudar a resolver os constrangimentos.

A resposta do poder político no combate e na protecção das vítimas expressou-se, brevemente, nos anos seguintes. Em 2000, os actos relativos à violência doméstica deixaram de ser considerados *crime semi-público* e passaram a constituir *crime público*. No mesmo sentido, foi elaborado o I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e houve um reforço no apoio às casas abrigo e à acção policial, sendo dinamizadas várias acções com vista a apetrechar as esquadras de polícia com salas

apropriadas para o atendimento das vítimas e a formar e qualificar técnicas e técnicos para esse propósito (Projecto INOVAR, do MAI, dinamizado por Teresa Rosmaninho). Ao longo deste período, assistiu-se à adopção de um conjunto significativo de medidas legislativas e policiais tendo em vista a intervenção e a resolução a curto prazo do problema da violência contra as mulheres, particularmente a doméstica.

Todavia, o maior envolvimento da sociedade e dos seus agentes na resolução do problema, bem como a adopção de medidas mais eficientes ao nível das políticas públicas, requeria uma maior compreensão das consequências daquele tipo de violência na vida das pessoas e na sociedade em geral. Abriu-se uma nova etapa no conhecimento e na intervenção neste domínio.

Interessava, agora, conhecer os custos sociais daquele tipo de violência, incluindo os económicos e os pessoais. Os dois estudos de âmbito nacional efectuados nessa área mostraram que a violência exercida contra as mulheres tem consequências graves ao nível das relações pessoais das vítimas, incluindo as familiares e as relações de amizade, da vida profissional, como o acesso ao emprego, a promoção na carreira e os despedimentos, da saúde física e psicológica, com um traço de continuidade na vida das vítimas, como por exemplo nas doenças psicossomáticas ou uma degradação da vida psicológica que pode ir até à tentativa de suicídio, bem como no insucesso escolar, particularmente dos filhos (Lisboa, Vicente, Carmo e Nóvoa, 2003; Lisboa, Vicente e Barroso, 2005; Lisboa, Carmo, Vicente, Nóvoa, Barroso, Silva, Franco e Amândio, 2006). Através deste último estudo, quantitativo e qualitativo, começa também a perceber-se que o que está por detrás desta violência praticada contra as mulheres são sobretudo valores e modelos socioculturais associados aos papéis sociais do ser masculino e feminino, que condicionam também as relações de conjugalidade.

Um outro estudo centrado só nos custos económicos com a saúde das mulheres vítimas de violência doméstica mostra que cada vítima gasta com a saúde mais €140/ano do que uma mulher não vítima e que 90% desses custos são cobertos pelo Sistema Nacional de Saúde (Barros, Lisboa, Cerejo e Barrenho, 2008). Fazendo uma extrapolação a partir dos inquéritos nacionais de vitimação já realizados, conclui-se que os custos económicos, mesmo que calculados por defeito, representam mais de uma dezena de milhões de euros por ano e que quem paga esse montante são todas as pessoas contribuintes. Com estes resultados,

do ponto de vista económico, fica-se agora com mais um argumento importante que mostra que a violência contra as mulheres, particularmente a doméstica, é um problema que não diz respeito só às vítimas mas sim a toda a sociedade.

Os resultados destes estudos mostram, também, que as novas gerações têm neste processo um papel importante como vítimas directas e indirectas da violência. Este aspecto já tinha sido sinalizado numa investigação realizada apenas sobre os casos que chegam aos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto (Lisboa, Barroso e Marteleira, 2003; Barroso, 2007), onde, entre as mulheres com filhos, em mais de 95% dos casos as crianças assistem às agressões, e, em situações que podem atingir 83% dos casos (IML de Coimbra), os filhos são vítimas directas da violência.

Além da dimensão do fenómeno e da sua importância social, começa a tornar-se claro que estamos perante um problema cujas características indicam um enraizamento profundo na sociedade e a possibilidade de continuidade no tempo. Um fenómeno que não é meramente conjuntural, antes estrutural, relacionado com desigualdades de género, construídas e reproduzidas ao longo do tempo e que passam de geração em geração. Daí que as políticas públicas não devam estar orientadas somente para o combate e para a protecção das vítimas, cujas medidas podem ter um efeito mais imediato, mas que só por si não resolvem o problema de fundo que está na sua origem.

O Inquérito Nacional sobre a Violência de Género, realizado em 2007, além de outros objectivos,⁴ pretendeu, nesse sentido, obter informação que permitisse estudar a violência de género, sendo o primeiro efectuado em Portugal que analisa comparativamente a violência exercida contra as mulheres e contra os homens, nas suas prevalências, tipos

4 Os objectivos deste inquérito, que é estatisticamente representativo das mulheres e dos homens com 18 e mais anos a habitar no Continente, são os seguintes: conhecer a prevalência da violência exercida contra homens e mulheres; comparar a violência praticada contra mulheres com a praticada contra os homens, nas suas diferentes formas e tipos, locais onde ocorre, reacção das vítimas, autores e dinâmicas socioculturais associadas; no que se refere às mulheres, analisar a evolução nos últimos 12 anos, comparando os resultados do estudo de 1995 com os de 2007; produzir dados que possam ser objecto de comparações com outros países, integrando os circuitos estatísticos internacionais; recolher informação sobre indicadores que permitam uma primeira avaliação sobre as políticas públicas adoptadas desde 1991 em Portugal.

de actos, características socioculturais de vítimas e agressores e contextos sociais de ocorrência dos mesmos, incluindo a reacção das vítimas.

Os resultados do estudo são claros quanto às características da violência exercida contra as mulheres e os homens, bem como em relação à sua evolução desde 1995 a 2007, no que diz respeito às mulheres vítimas.

Neste aspecto, comparando com os dados de 1995, verifica-se uma diminuição da prevalência em termos globais e aumentam as participações às polícias, ainda que a maioria dos casos continue silenciada pelas vítimas, mesmo alguns de maior gravidade, como as ameaças de morte e as ameaças com armas de fogo ou armas brancas. Reforça-se o conhecimento que mostra a dimensão estrutural deste tipo de violência, particularmente no contexto da casa/família, onde as causas apontadas pelas vítimas remetem claramente para as desigualdade de género, expressas em múltiplas formas de poder.

Sabe-se, também, que a violência exercida contra as mulheres é diferente da exercida contra os homens. Contra estes ocorre uma violência que se inscreve dentro das características da vitimação conhecidas nacional e internacionalmente pelos inquiridos de vitimação e que é praticada sobretudo fora de casa e por outros homens. Contra as mulheres, a violência ocorre sobretudo em casa e no âmbito de relações íntimas, é perpetrada pelos maridos, companheiros, namorados (presentes ou passados) e por homens.

Os actos praticados contra os homens inscrevem-se na vitimação em geral, tendo lugar ao longo das várias etapas de vida. Nas sociedades modernas, os homens têm uma actividade social mais intensa do que no passado, estando por isso mais expostos a interacções e a uma conflitualidade social eventualmente portadoras de violência. A haver uma componente de género, tenderá a reforçar os estereótipos masculinos.

Na vitimação das mulheres, há uma configuração de desigualdade de género, em que os homens são os principais autores; desigualdades assentes em relações de poder, expressas através do desempenho dos papéis sociais, de valores e de modelos estigmatizados que condicionam a acção dos agressores e das vítimas: os agressores agindo segundo os modelos estereotipados da masculinidade e as vítimas da feminilidade.

O conhecimento acumulado permitiu perceber, do ponto de vista das políticas públicas, que era necessário entrar numa nova etapa, assente numa intervenção orientada de modo estratégico para os factores estruturais que estão historicamente enraizados na mentalidade e

nas condutas de homens e mulheres, de todas as idades, e que se prendem com a desigualdade de género, onde, manifestamente, a balança tem sido desfavorável ao género feminino.

Nesse sentido, tornava-se necessário articular medidas de efeito a curto prazo com uma intervenção a médio e longo prazo, agindo ao nível da prevenção, procurando mudar mentalidades e condutas, a começar pelas dos mais jovens, rapazes e raparigas. A esse nível, a escola desempenha um papel fundamental, como à época já era reconhecido nas recomendações da Task Force to Combat Violence Against Women, including Domestic Violence, do Conselho da Europa.

Três orientações decorreram do conhecimento proveniente da academia, em articulação com outros agentes sociais que intervieram neste domínio. Era necessário reforçar a prevenção, incluindo junto das novas gerações, em todos os espaços sociais de socialização; adoptar medidas facilitadoras da desconstrução social da desigualdade de género, nos dois sexos, ajudando a pensar novas formas de masculinidade e feminilidade, mais respeitadoras e igualitárias; e orientar a acção para a construção de redes facilitadoras de uma intervenção de proximidade, particularmente importante na revitimização em situações de risco de vida para a vítima.

Em termos das políticas públicas, o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010), mesmo antes de conhecidos os resultados finais do Inquérito sobre a Violência de Género, já reflectia algumas destas preocupações (Lisboa, Abrunhosa, Dias e Barroso, 2011); mas estas só se tornaram efectivamente o centro da intervenção das políticas públicas no IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013), quando se assumiu a verdadeira dimensão holística do fenómeno e a necessidade de agir em todas as variáveis. O V Plano de Prevenção e Combate à Violência e de Género (2014-2017), aprovado já depois de conhecida a Convenção de Istambul, continua a reflectir as mesmas preocupações.

Do ponto de vista legislativo, como medidas mais significativas, é de destacar num primeiro momento a alteração do Artº 152, do Código Penal (Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro de 2007), onde o âmbito da violência doméstica é alargado às relações entre pessoas do mesmo sexo e às relações entre namorados, uniões de facto e ex-cónjuges. Segue-se a Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro de 2009, que estabelece o regime jurídico aplicável a todas as dimensões da violência doméstica: preven-

ção, combate e protecção e assistência das vítimas. Note-se, porém, que nesta última medida legislativa a componente relativa às desigualdades de género está menos presente. A preocupação com violência contra as mulheres está também presente noutros planos nacionais, que incluem o Tráfico de Seres Humanos, Mutilação Genital Feminina (actualmente, estão em vigor os respectivos terceiros Planos Nacionais) e a igualdade de género em geral (actualmente está em vigor o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação).

Refira-se ainda, no sentido de mostrar a articulação entre o conhecimento e as políticas públicas, que em 2008 e 2009 o estudo efectuado no Continente sobre a Violência de Género foi replicado na Região Autónoma dos Açores e esteve na base da elaboração do I Plano Regional de Combate e Prevenção à Violência Doméstica, nos Açores.

Recentemente, com a colaboração da equipa da Universidade Nova de Lisboa que tem realizado a quase totalidade dos estudos atrás referidos, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou o I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género; outras autarquias seguem a mesma orientação.

Nas quatro décadas que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, esta é, sem dúvida, uma das áreas onde mais se avançou no sentido da construção de uma sociedade moderna, democrática e mais igualitária em termos de género. Além da implementação das medidas já identificadas como necessárias, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir uma mudança sustentada que permita erradicar as desigualdades de género que alimentam a violência, enquanto expressão dramatizada dessas assimetrias de poder.

Para esse fim, é necessário continuar a estudar o fenómeno, produzindo um conhecimento rigoroso e profundo sobre as causas das desigualdades. Conhecer o modo como os valores, modelos e papéis de género são inscritos nos actores sociais, particularmente pela via dos processos de socialização desde criança, mais tarde traduzidos em acções que os alimentam e reproduzem. Os trabalhos recentes desenvolvidos na fronteira da Sociologia das Emoções e dos Estudos de Género começam a dar algumas respostas, nomeadamente sobre a relação entre as dimensões emocionais e racionais da acção dos actores sociais e dos seus processos de tomada de decisão (Lisboa, Castro, Henriques, Crespo, Santos, Cerejo, Santana, Cunha, Capella e Luís, 2013; Cerejo, 2014).

Na sequência de uma prática que já vem de trás, nesta nova etapa de combate e prevenção da violência de género é espectável que se continue a dar uma articulação entre a produção de conhecimento científico e a adopção de políticas públicas orientadas para uma mudança social mais eficaz.

Vejamos agora a terceira dimensão que seleccionámos, e que nos parece, também, ilustrativa das mudanças e resistências que têm ocorrido em Portugal nas últimas quatro décadas, no que respeita à igualdade de género.

DAS SEXUALIDADES NÃO-HEGEMÓNICAS

Em Portugal, a homossexualidade começou por ser excomungada pela Igreja Católica e, depois, criminalizada por lei. No final do século XIX é considerada doença. O próprio Egas Moniz, 1.º Prémio Nobel português, assim a legitima como doença, pela via da medicina, já no início do século XX. Nos anos 70 do século passado ainda permanecia esta ideia, legitimada pela Medicina, de que a homossexualidade era uma doença.

Como refere Gabriela Moita (2001, 2006), desde o final da década de 60 e até à primeira metade da de 80, observa-se um período de maior liberalismo, que permitiu o desenvolvimento de novos significados da homossexualidade. Em meados dos anos 80, com o surgimento da SIDA, a sexualidade é vista novamente como uma ameaça, emergindo um posicionamento mais conservador, que por sua vez reacende o debate de ideias. De facto, como refere a autora, se, por um lado, esta síndrome contribuiu para o reacender da homofobia, por outro lado, o debate acerca dos comportamentos sexuais e das práticas homossexuais permitiu que estes temas saíssem da esfera privada e viessem para o espaço público, onde, de algum modo, tem sido possível uma mudança. Vejamos alguns dos momentos mais significativos desse percurso.

A liberdade de expressão e de associação permitida pelo 25 de Abril de 1974 foi, sem dúvida, fundamental para a criação *de um movimento de opinião* e de pressão junto do poder político, nomeadamente através de associações de defesa de direitos de pessoas LGBT e ONG diversas.

Do ponto de vista legislativo, os efeitos fazem-se sentir logo em 1982, com a revisão do Código Penal, que despenaliza a homossexu-

alidade «entre adultos, livremente exercida e em recato». Em 1995, a homossexualidade passou a ser referida no Artº 175, a propósito dos actos homossexuais com menores, estabelecendo diferentes idades de consentimento sexual: 14 anos para actos heterossexuais e 16 anos para actos homossexuais. Em 1998, a revisão do Código Penal dará uma nova redacção a este artigo. Em 2004, é aprovada na Assembleia da República a alteração ao Artº 13 da Constituição da República Portuguesa que passa a incluir a orientação sexual como factor de não-discriminação, e, em Janeiro de 2010, a mesma Assembleia aprovou o acesso ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, com exclusão da adopção. Em 17 de Maio de 2013, a Assembleia da República aprovou a co-adopção por casais do mesmo sexo, mas chumbou a adopção. Trata-se, pois, de um debate em curso.

Durante este período, há também a assinalar alguns retrocessos, como, por exemplo, a aprovação pelo Parlamento, em 2006, de uma lei que regulamenta a procriação medicamente assistida, deixando de fora mulheres solteiras e os casais de lésbicas.

Também nesta área o trabalho de investigação e dos estudos tem dado um contributo essencial para o desenvolvimento das políticas públicas e de intervenção social.⁵

Em jeito de conclusão, é assinalável que, nas últimas quatro décadas, a igualdade de género começou por se fazer através da desocultação das desigualdades, saindo da esfera do privado e passando a fazer parte do debate e da acção política no espaço público. Trata-se, sem dúvida, sobretudo se tivermos em consideração as características económicas, políticas e sociais de Portugal até ao 25 de Abril de 1974, de quatro décadas de um percurso auspicioso da acção pública para a construção da igualdade de género na sociedade portuguesa, nos três indicadores analisados.

Os primeiros passos ao nível das políticas públicas já foram dados. Além do não recuo nessas mesmas políticas, é necessário voltar às esferas privadas e individuais, não para reactivar os processos de ocultação, mas antes, através do conhecimento rigoroso, intersistémico e holístico,

5 Entre outros, a este nível, são incontornáveis os nomes de pessoas como Afonso de Albuquerque (2006), Allen Gomes (2004), Júlio Machado Vaz (2003), Gabriela Moita (2001, 2006), Pedro Nobre (2009, 2010), Sandra Vilarinho (2011), Ana Carvalheira (2011), Patrícia Pascoal (2012), Miguel Vale de Almeida (2009), Fernando Cascais (2006), São José Almeida (2010), Nuno Carneiro (2009), Jorge Gato (2014) e, na Sociologia, Ana Cristina Santos (2005), da Universidade de Coimbra, Ana Brandão (2010), da Universidade do Minho, Sandra Saleiro (2014), do ISCTE e Sofia Aboim (2013), do ICS.

para desocultar agora os mecanismos subtis e mais profundos que atrasam as mudanças e ajudam a manter as velhas estruturas. Estas, ao não serem desmontadas nos seus alicerces, podem permitir a reactivação e a reprodução do fenómeno, mesmo através de outras formas, aparentemente novas.

Falta conhecer o mais difícil, porque mais invisível. Essa é a tarefa de todas as ciências, a começar pela Sociologia, pois a sua história é também a história da liberdade, da democracia e da construção de uma sociedade mais justa em relação às desigualdades sociais e ao respeito pelas diferenças.

BIBLIOGRAFIA

- ABOIM, Sofia (2013). *A sexualidade dos portugueses*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ALBUQUERQUE, Afonso (2006). *Minorias eróticas e agressores sexuais*. Lisboa: Dom Quixote.
- ALLEN GOMES, Francisco (2004) *Paixão, Amor e Sexo*. Lisboa: Dom Quixote.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2009). *A Chave do Armário: Homossexualidade, Casa-mento, Família*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de; Pinto, António Costa (2003), “Portuguese Ministers, 1851-1999: Social Background and Paths to Power”. In Almeida, Pedro Tavares de; Pinto, António Costa; Bermeo, Nancy (eds.). *Who Governs Southern Europe? Ministerial Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*. Londres: Frank Cass Publishers.
- ALMEIDA, São José (2010). *Homossexuais no Estado Novo*. Lisboa: Sextante Editor.
- AMÂNCIO, Lúcia (2004). *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- ARCHER, John; Lloyd, Barbara (2002). *Sex and Gender*. Cambridge University Press.
- BARRETO, António (org.) (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa.
- BARRETO, António (org.) (2000). *A Situação Social em Portugal 1960-1999. II volume. Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- BARROS, Pedro P.; Lisboa, Manuel; Cerejo, Dalila; Barrenho, Eliana (2008). “Health Care Costs of Domestic Violence Against Women – Evidence from Portugal”, in *SSRN*, 15.

- BARROSO, Zélia (2007). *Violência nas relações amorosas*. Lisboa: Ed. Colibri.
- BRANDÃO, Ana Maria (2010). *E Se Tu Fosses Rapaz? Homo-erotismo Feminino e Construção Social da Identidade*. Porto: Afrontamento.
- CARNEIRO, Nuno (2009). “Homossexualidades”: *Uma Psicologia entre Ser, Pertencer e Participar*. Porto: LivPsic.
- CARVALHEIRA, Ana; Brotto, Lori A. e Maroco, João (2011). “Portuguese Version of Cues for Sexual Desire Scale: The Influence of Relationship Duration”, in *The Journal of Sexual Medicine*, 8, 1, pp. 123-131.
- CASACA, Sara F.; Damião, Sónia (2011). “Gender (in)equality in the labour market and the southern European welfare states”, in Addis, E.; Villota, P.; Degavre, F.; Eriksen, J.; *Gender and Well-Being: The Role of Institutions from Past to Present*, London: Ashgate, pp. 184-199.
- CASACA, Sara F. (2012) (coord.). *Mudanças Laborais e Relações de Género*. Coimbra: Almedina.
- CASCAIS, Fernando (2006). “Diferentes como só nós. O associativismo LGBT português em três andamentos”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp.109-126.
- CEREJO, Dalila (2014). *Viver Sobrevivendo – emoções e dinâmicas socioculturais nos processos de manutenção das relações conjugais violentas*. Lisboa: FCSH (Tese de Doutoramento, texto polycopiado).
- FERREIRA, Virgínia (orgs.) (2010). *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*. Lisboa: CITE.
- FONSECA, L. ; Soares, C. ; Machado Vaz, J. (eds.) (2003). *A sexologia – Perspectiva multidisciplinar I*. Coimbra: Quarteto Editora.
- FONSECA, L. ; Soares, C. ; Machado Vaz, J. (eds.) (2003). *A sexologia – Perspectiva multidisciplinar II*. Coimbra: Quarteto Editora.
- GATO, J. (2014). *Homoparentalidades: Perspetivas Psicológicas*. Porto: Almedina.
- GIDDENS, Anthony (1992). *The Transformation of Intimacy – sexuality, love & eroticism in modern societies*. Stanford: Stanford University Press.
- HOWARD, Davis Rebecca (1997). *Women and Power in Parliamentary Democracies: Cabinet Appointments in Western Europe, 1968-1992*. University of Nebraska Press.
- JACOBSEN, Joyce P. (1998). *The Economics of Gender*. Massachusetts: Blackwell.
- LIPOVETSKY, Gilles (1997). *La Troisième Femme - Permanence et Révolution du Féminin*. Paris: Gallimard.
- LISBOA, Manuel (2002). *A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes*. Lisboa: Educa.
- LISBOA, Manuel; Frias, Graça; Roque, Ana; Cerejo, Dalila (2006), “Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático (25 de

- Abril de 1974 a 2004)”, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, pp. 163-187.
- LISBOA, Manuel; Vicente, Luísa; Carmo, Isabel; Nóvoa, António (2003). *Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.
- LISBOA, Manuel; Barroso, Zélia; Marteleira, Joana (2003). *O contexto social da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: CIDM.
- LISBOA, Manuel; Vicente, Luísa; Barroso, Zélia (2005). *Saúde e Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- LISBOA, Manuel; Carmo, Isabel; Vicente, Luísa; Nóvoa, António; Barroso, Zélia; Silva, Sofia; Franco, Luísa; Amândio, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar – os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Ed. Colibri.
- LISBOA, Manuel; Abrunhosa, Rui; Dias, Ana; Barros, Zélia (2011). *Estudo de avaliação do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica*. Lisboa: CIG.
- LISBOA, Manuel; Castro, Zília O.; Jesus, Isabel H.; Crespo, Jorge; Santos, Teresa; Cerejo, Dalila; Santana, Ricardo; Cunha, Soraia; Capella, Danielle; Luis, Alexandra Alves (2013). *Rupturas, Emoções, Sentimentos e Desigualdades de Género*. Lisboa: Ed. Colibri.
- LOURENÇO, Nelson; Lisboa, Manuel; Pais, Elza (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.
- MOITA, Gabriela (2001). *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico – a homossexualidade de dois lados do espelho*. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar. Tese de doutoramento, texto policopiado.
- MOITA, Gabriela (2006). “A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp. 53-72.
- NOBRE, P. J. (2010). “Psychological Determinants of Erectile Dysfunction: Testing a Cognitive-Emotional Model”, in *Journal of Sexual Medicine*, 7, pp. 1429-1437.
- NOBRE, P. J. (2009). “Determinants of sexual desire problems in women: Testing a Cognitive-Emotional Model”, in *Journal of Sex and Marital Therapy*, 35, pp. 360-377.
- PASCOAL, P. (2012). *Contributo de variáveis individuais e relacionais para a satisfação sexual de pessoas em relação de conjugalidade com e sem problemas sexuais*. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.
- RODRIGUES, Julieta de A. (1983). “Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares”, in *Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), 77-78-79, pp. 909-938.

- SALEIRO, Sandra (2014). *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género*. Lisboa: ISCTE-IUL. Tese de Doutoramento.
- SANTOS, Ana Cristina (2005). *A Lei do Desejo: Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- SINCLAIR, Amanda (1998). *Doing Leadership Differently - Gender, Power and Sexuality*. Austrália: Melbourne Ed.
- TORRES, Anália (2004). *Vida Conjugal e Trabalho*. Oeiras: Celta.
- TORRES, Anália (coord.) (2004). *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Estudos nº1.
- VAQUINHAS, Irene (2011). “Introdução”, in José Mattoso (dir.), *A História da Vida Privada - A Época Contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 6-20.
- VIANELLO, Mino; Moore, Gwen (coord.) (2004). *Women & Men in Political & Business Elites. A Comparative Study in the Industrialized World*. Londres: SAGE, Studies in International Sociology, 53.
- VIEGAS, José Manuel Leite; Faria, Sérgio (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras: Celta.
- VILARINHO, S. (2011). *Funcionamento e Satisfação Sexual Feminina: Integração do Afecto, Variáveis Cognitivas e Relacionais, Aspectos Biológicos e Contextuais*. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica, Universidade de Coimbra.

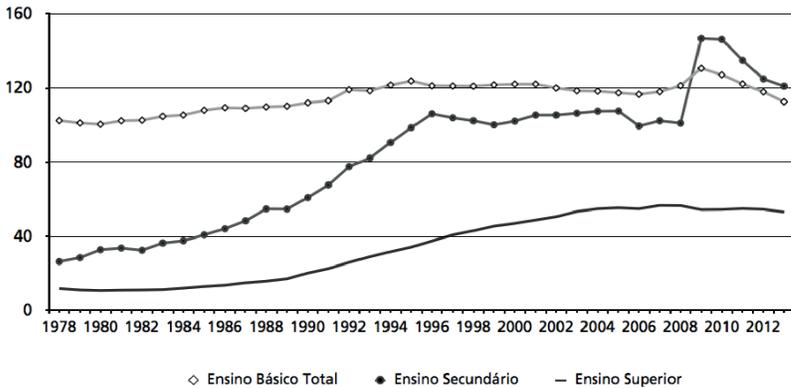
DEMOCRACIA E MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO CONTEXTO DE AÇÃO DA APS

Ana Romão, Academia Militar, CICS.NOVA, APS
João Teixeira Lopes, FL/UP, APS

ESCOLARIZAÇÃO: UM NOVO CICLO (REGRESSIVO)?

No final dos anos 60, Sedas Nunes advertia para o facto dos *mecanismos sociais* de acesso à Universidade permanecerem *particularmente restritivos em Portugal*, observando-se, em consequência, uma reduzida população universitária, quer em termos absolutos, quer relativamente à sua proporção na demografia nacional. Atestando o elitismo do recrutamento universitário, 84% dos estudantes inscritos em 1963/64 provinham de famílias pertencentes a grupos socioprofissionais superiores ou médios altos, os quais não representavam mais do que 11% das famílias residentes. Em contrapartida, só uma minoria de estudantes (15%) originária de grupos socioprofissionais baixos ou médios baixos, representando cerca de 89% das famílias, chegavam à Universidade (Nunes, 1968: 304 e seguintes; sublinhados no original).

Partindo de um ancestral atraso de décadas por comparação com os países mais desenvolvidos, diversos estudos têm demonstrado o excepcional ritmo de recuperação em matéria de escolarização em Portugal. Essa recuperação, que é contínua até 2001, insinua-se em todos os níveis de ensino, como se verifica pela Figura 1.

Figura 1. Taxa Bruta de escolarização por nível de ensino.


Fontes: DGEEC/MEC-INE, PORDATA

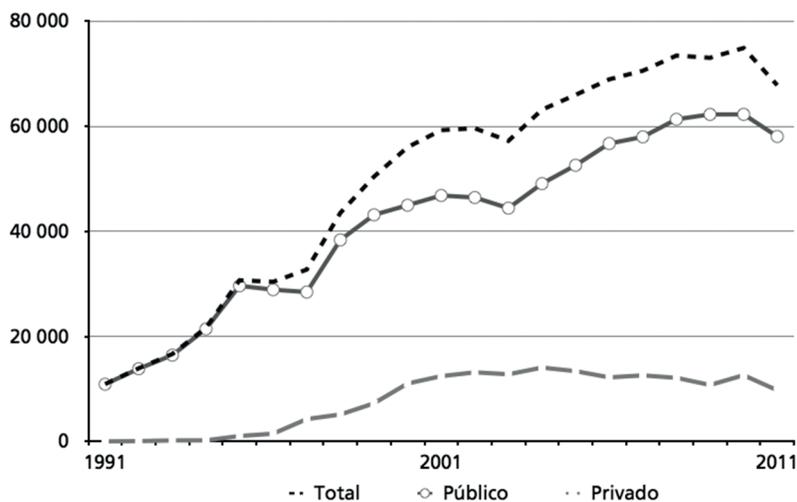
No caso do ensino superior, em 1980, após a revolução, a taxa de escolarização ainda não chegava aos 11%. Vinte anos depois já se aproximava dos 50%, evidenciando um esforço cumulativo que teve na fase final da ditadura um pequeno impulso, com as reformas de Veiga Simão, mas que acelerou apenas com a consolidação da democracia, fruto de políticas públicas de democratização do acesso, com a quase universalização da frequência do básico e mesmo do secundário.

Diferentes análises comprovam quer a diversificação da rede de Ensino Superior, quer uma progressiva massificação, quer ainda um aumento do sucesso, medido em termos de graduação atempada (Alves in Costa et al, 2014), comparando bem com a média da EU a 21 e mesmo da OCDE. Mostram, ainda, uma forte ligação destes indicadores a fenómenos de mobilidade social estrutural e de mobilidade ascendente entre gerações. Por outro lado, apesar de se verificar ainda uma sobre representação de jovens oriundos de famílias mais escolarizadas, é também constatável, em contraponto, que as desigualdades de oportunidade têm vindo a decair mais depressa em Portugal do que na média europeia, fruto do alargamento do acesso ao ensino superior e das suas consequências na diversificação das origens sociais dos estudantes (Costa, 2012).

No entanto, como se verificou, os dados apresentados (Figura 1) mostram uma desaceleração, também observável no facto de Portugal estar entre os seis países da EHEA¹ com perdas de estudantes no ensino superior (Eurydice, 2010).

Essa desaceleração da taxa de escolarização no Ensino Superior não foi suficientemente compensada pela via de políticas públicas, designadamente no que diz respeito a incentivos e apoios sociais destinados a jovens originários de famílias com mais dificuldades económicas. Pelo contrário, também se reduziu o número de estudantes a beneficiar de bolsas de estudo, quer em termos absolutos (Figura 2), quer em percentagem dos alunos matriculados no Ensino Superior (Figura3).

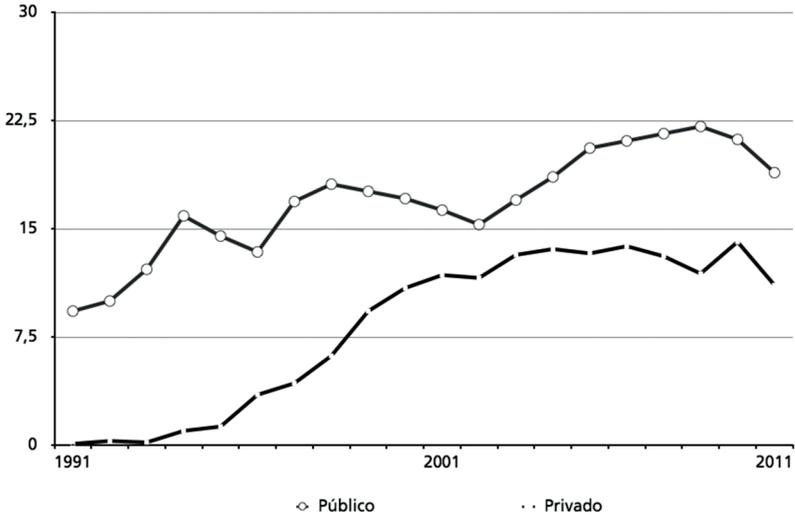
Figura 2. Boleiros do ensino superior (total e por subsistema).



Fontes: DGEEC/MEC-DIMAS/RAIDES ; PORDATA

1 *European Higher Education Area*, da qual fazem parte 46 países.

Figura 3. Bolsas do ensino superior em % de alunos matriculados no ensino superior (por subsistema de ensino).



Fonte: DGEEC/MEC-DIMAS/RAIDES ; PORDATA

Igual percurso, de tendência descendente, caracterizou as bolsas de doutoramento atribuídas pela FCT. Mas, sendo certo que a queda se repercutiu em todas as áreas científicas, a compressão foi especialmente forte para as Ciências Sociais e Humanidades. Estas áreas, em 2012, perderam mais de metade das bolsas atribuídas em 2007 (ano com maior número de bolsas concedidas), conforme ilustra o Quadro 1.

Quadro 1. Bolsas de doutoramento atribuídas pela FCT (por áreas científicas).

Anos	Total	Ciências exactas	Ciências Naturais	Ciências de Engenharia e Tecnologia	Ciências da Saúde	Ciências Gráficas	Ciências Sociais	Humanidades
1994	945	150	143	330	129	69	82	42
1995	554	115	58	200	56	24	75	26
1996	607	72	91	169	95	42	89	49
1997	601	96	97	135	73	22	114	62
1998	763	135	127	175	46	31	161	84
1999	714	90	135	155	78	26	149	82
2000	797	118	171	139	80	35	162	92
2001	767	120	169	152	85	20	128	93
2002	848	118	192	149	86	34	172	97
2003	687	93	137	133	108	30	104	82
2004	1233	148	218	285	151	53	245	133
2005	1195	138	181	245	159	43	264	165
2006	1741	200	281	403	200	72	362	223
2007	2030	184	289	438	246	78	479	316
2008	1962	188	268	452	216	85	422	330
2009	1926	171	239	491	211	67	408	339
2010	1680	137	218	421	206	61	370	267
2011	1631	111	211	377	229	70	360	273
2012	1246	102	174	353	200	68	206	143

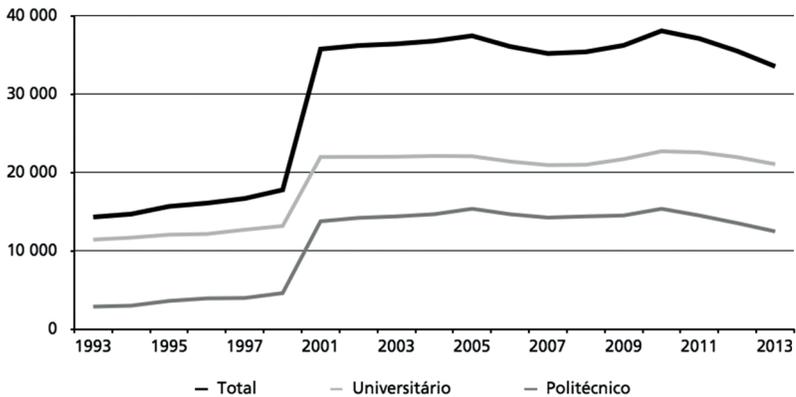
Fonte: FCT/MEC; PORDATA

No concurso de 2013, face ao ano anterior, os resultados globais traduziram-se em reduções de 40% e 65%, respetivamente para bolsas de doutoramento e pós-doutoramento. Quer isso dizer que as bolsas atribuídas representaram uns escassos 10% do total de candidaturas, e ainda assim com variações ao nível das áreas científicas, penalizando as Ciências Sociais, cujas percentagens se situaram entre 5 e 7% (pouco mais de 6% no caso da Sociologia). Tais indicadores, na leitura da APS,

oportunamente tornada pública, elucidam um desaproveitamento das competências e do potencial criativo e inovador de muitos candidatos e das instituições de investigação científica que os apoiam.²

Ainda no mesmo sentido, diminui, a partir de 2010, o número de docentes no ensino superior, indicando por conseguinte também uma regressão no investimento em recursos humanos afetos a este nível de ensino (Figura 4).

Figura 4. Docentes no ensino superior (total e por tipo de ensino).

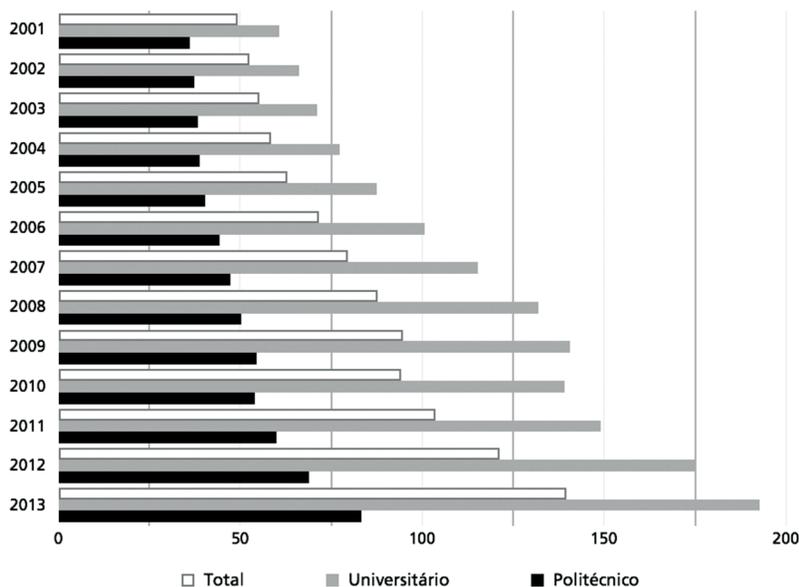


Fonte: DGEEC/MEC, PORDATA.

De entre outras consequências, a ausência de renovação tem vindo a acentuar o envelhecimento do corpo docente, de modo bem mais marcante no ensino universitário. De facto, em cerca de seis anos, a relação entre os grupos etários com mais e menos de 50 anos alterou-se profundamente, passando de uma situação de equilíbrio, em 2006, para uma sobre representação (quase o dobro) do segundo grupo etário, em 2013 (fig. 5).

² Cf. Comunicado da APS dirigido ao Presidente da FCT, 16 de janeiro de 2014 (Anexo I).

Figura 5. Índice de envelhecimento dos docentes do ensino superior público (por tipo de ensino).



Fonte: DGEEC/MEC, PORDATA.

No que se descreveu, a propósito da escolarização, não pode obviamente ignorar-se a retração da base de recrutamento devida à diminuição da coorte demográfica juvenil em idade de ingressar no ensino superior. Mas, também não deverá esquecer-se a missão, socialmente justa, de maior abertura da universidade a outros públicos, aqueles que por uma razão ou outra adiaram ou se viram forçados a adiar o acesso a estudos superiores. Ora, ainda que progressos tenham ocorrido neste âmbito, em 2010, os alunos não tradicionais (leia-se os alunos adultos que ingressam com condições específicas) representavam menos de 9% do universo de inscritos no Ensino Superior, quando a média europeia era de 13,1% (Eurydice, 2010).

Descontando pois as condições demográficas, para o que se prefigura ser um processo global de reorientação do sistema de Ensino Superior, emergem fatores explicativos mais profundos, ligados a uma

mutação mais ou menos radical de orientação das políticas públicas para o ensino e I&D, particularmente após o deflagrar da crise sistêmica de 2008.

Esta reorientação, de contornos transnacionais, assenta em três grandes vetores:

- i) Re-elitização do ensino superior, depois de décadas de uma tardia e incipiente democratização, através de uma precoce dualização dos percursos escolares, que expulsa da Universidade e do Politécnico uma grande massa de alunos que deixam de encarar como possível ou mesmo desejável a entrada neste nível de formação. Esta re-elitização é ainda acentuada pelo aumento das propinas e pela diminuição do apoio social escolar, a par da degradação das condições de exercício da docência, com congelamento de novas admissões e consequente envelhecimento do corpo de professores, proliferação de situações precárias e mal pagas (docentes convidados a 30, 40 ou 50%, com horários completos), quadros docentes fechados, impossibilidade de progressão na carreira;
- ii) Subalternização, com tendência para o desaparecimento, do ensino superior politécnico (já hoje considerado o deus menor do ensino superior), dada a escassez de ingressos que, para além da estrutura demográfica desfavorável (com a visível diminuição das coortes juvenis em idade escolar), resulta da conceção de que a formação técnico-profissional da escolaridade obrigatória será mais que suficiente para as exigências de um mercado de trabalho baseado em serviços de fraco valor acrescentado em atividades produtivas assentes em baixos salários.
- iii) Transformação da pesquisa científica numa atividade subfinanciada, intermitente e feita na lógica do projeto, com degradação acelerada das condições de trabalho nas unidades de I&D, cuja atividade, na sua maior parte, é assegurada por bolsiros em permanente precaridade e num clima de incentivo frenético à produtividade, institucionalizando a competição por “carreiras” individualizadas (e sem futuro), perdendo-se a possibilidade de criar verdadeiras comunidades científicas, estáveis, críticas e assentes no trabalho coletivo entre pares.

A ilustrar a natureza transnacional destas reorientações, vale a pena registar a mudança de discurso operada ao nível das instâncias europeias. Enquanto a *Magna Carta das Universidades*, subscrita pelos reitores das universidades europeias, em Setembro de 1988, assumia que

“a Universidade (...) é uma instituição autónoma que, de modo crítico, produz e transmite a cultura através da investigação e do ensino”, a Comissão Europeia, num documento sobre “O papel das universidades na Europa do conhecimento” parece subalternizar o “modo crítico de produção do saber”, para valorizar a ideia de “excelência” nela concentrando uma série de objetivos especialmente incidentes sobre processos de inovação e competitividade internacional (Ferreira, 2013:247).

O ATAQUE ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS E À SOCIOLOGIA: O MITO DA EMPREGABILIDADE

Na mira desta reorientação, as Ciências Sociais são frequentemente encaradas no discurso público hegemónico como inúteis e/ou ultrapassadas. Não raras vezes, o ângulo de argumentação centra-se na sua reduzida “empregabilidade”, o que pressupõe um universo ideológico redutoramente utilitarista, uma vez que se considera apenas uma perspetiva instrumental do conhecimento, obliterando o contributo, nomeadamente da Sociologia, para o autoconhecimento societal, a prossecução de políticas públicas sustentáveis e solidárias, a participação da sociedade civil ou ainda o combate aos atavismos de processos de desenvolvimento mutilados, porque menosprezam o combate às desigualdades nas suas múltiplas formas.

Mas mesmo no que se refere à empregabilidade, os argumentos não batem certo com a realidade. Em 2013, a APS realizou um inquérito às práticas profissionais dos diplomados em Sociologia,³ que obteve mais de mil respostas e onde se pode concluir o seguinte:

- i) A grande maioria dos diplomados em sociologia continuou a formação após a licenciatura (54,3% concluíram pelo menos o mestrado), sobressaindo a área das Ciências Sociais e do Comportamento como escolha preferencial;
- ii) Cerca de 87% está ou já esteve empregada. O grupo de diplomados que se encontrava em situação de desemprego no momento de resposta ao questionário representa 9,3% do total;

3 O inquérito decorreu entre Abril e Outubro de 2013, registou um total de 1207 respostas e abrangeu três dimensões de análise: formativa, profissional e sociográfica. A síntese dos resultados está disponível em: <http://www.aps.pt>.

iii) Claro predomínio do trabalho a tempo inteiro, numa situação de trabalho por conta de outrem e, para cerca de metade, com um contrato de trabalho por tempo indeterminado. Prestam serviço predominantemente em organismos da administração pública, como escolas, hospitais e tribunais; iv) Regista-se uma inserção adequada no que concerne à relação entre nível de educação obtido e a inclusão num determinado grupo profissional: o grupo profissional mais representado é o dos Técnicos e profissões de nível intermédio, seguido pelos Especialistas das atividades intelectuais e científicas. Os níveis salariais líquidos mensais mais frequentes são, para um pouco mais de metade dos diplomados, entre os 900 e os 1800 euros.

QUE MODELO DE SOCIEDADE?

Para o pioneiro da sociologia em Portugal, Adérito Sedas Nunes, a nossa formação social, nos idos anos 60, configurava-se como a de uma “sociedade dualista em evolução” (Nunes, 1968), com algumas áreas privilegiadas, assaz restritas, a situarem-se em Lisboa e Porto, rodeadas por um mar extenso de tradicionalidade. Mário Leston Bandeira, por seu lado, argumentava que a polarização não é tanto a do rural versus urbano, mas antes a de um Norte no qual se exprime um processo de “modernização lenta e tardia” (Bandeira, 1996: 39) face a um Sul que, no essencial, se aproxima dos padrões demográficos europeus, o que evidencia, no conjunto do país, um modelo de transição demográfica singular. João Ferrão (1996), mostrava a contrario que, apesar da persistência da ruralidade dos campos, Portugal se urbanizava aceleradamente, complexificando as dinâmicas territoriais e passando de um modelo dicotómico para um xadrez multipolar e reticular. António Barreto, na mesma altura, vincava uma “forte desigualdade social estrutural” (Barreto, 1996: 43), mas frisando, ao mesmo tempo, que a sociedade dualista “quase não existe mais” (Barreto, 1995: 843).

A especificidade portuguesa está ainda presente na proposta de Boaventura de Sousa Santos (1990) para considerarmos Portugal como “sociedade semiperiférica de desenvolvimento intermédio” (em que os padrões de consumo, mais avançados, são descoincidentes face aos ritmos e processos de produção, tendencialmente periféricos, salientando-se uma “sociedade-providência” que completa e/ou substitui um Estado-providência fraco e desigual). Ou na análise de Machado e

Costa que aponta para importantes mudanças estruturais que coexistem, de forma sobreposta e entrecruzada, com “importantes défices de modernização”, pelo que o país seria atravessado por “processos de uma modernidade inacabada” (Machado e Costa, 1998).

O papel do Ensino Superior na reconfiguração da sociedade portuguesa, em particular na superação, pelo menos parcial, dos dualismos que marcaram a singularidade do país foi crucial. Como se viu, os indicadores mostram uma aceleração notável na recuperação do atraso no que se refere à qualificação da população portuguesa, nomeadamente na taxa de escolarização do ensino superior. Mas mostram, de igual modo, o início de um ciclo regressivo a partir de meados da década passada, o que poderá significar um novo período de divergência face aos padrões do desenvolvimento integrado europeu.

A APS tem-se batido quer pela visibilidade pública das Ciências Sociais e da Sociologia, quer pela defesa de critérios plurais de “utilidade científica”. Sabemos que os fundamentos da *nova gestão pública* deixam de ser um meio, transformando-se num fim em si mesmo, controlando, com tirania centralizadora, o trabalho académico, doravante transformado num cabaz de “produtos” quantificáveis. A gestão pela gestão, visando *rankings* ou financiamentos. A lógica empresarial mata a Universidade e a investigação científica.⁴

Defendemos, pois, uma Sociologia que seja reconhecida dentro de uma sociedade do conhecimento que rompa com ciclos de transmissão das desigualdades sociais, com lógicas arcaicas de divisão do trabalho, gerando ainda repercussões na qualificação do tecido produtivo, mas também na literacia da população portuguesa, no que tal representa de salto cidadão e de envolvimento na esfera pública.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Nuno de Almeida (2014), “O desenvolvimento do ensino superior em Portugal. A década 2000-2010”, em António Firmino da Costa, João Teixeira Lopes, e Ana Caetano, *Percursos de Estudantes no Ensino Superior*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 33-49

4 Cf. Memorando sobre reunião da direção da APS com o presidente da FCT, 3 de dezembro de 2012, Anexo II.

- BANDEIRA, Mário Leston (1996), “Teorias da população e modernidade: o caso português”, *Análise Social*, XXXI (135), pp. 7-43.
- BARRETO, António (1995), “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960-1995”, *Análise Social*, XXX (134), pp. 841-855.
- BARRETO, António (1996), “Três décadas de mudança social”, em António Barreto, *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- COSTA, António Firmino da, Lopes, João Teixeira e Caetano, Ana (2014), *Percursos de Estudantes no Ensino Superior*, Lisboa, Mundos Sociais.
- EURYDICE (2010), *Focus on higher education in Europe 2010. The impact of the Bologna process*, Brussels, Education, Audiovisual and Culture Executive Agency/ European Commission.
- FERRÃO, João (1996), “Três décadas de consolidação de Portugal demográfico moderno”, em António Barreto, *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 165-190.
- FERREIRA, José Medeiros (2013), “A universidade e a crise do pensamento crítico”, em Pedro Alcântara da Silva e Fernando Carreira da Silva, *Ciências sociais: vocação e profissão. Homenagem a Manuel Villaverde Cabral*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 241-250.
- MACHADO, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social”, em J. M. L. Viegas e A. F. da Costa, Portugal, *Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- NUNES, Adérito Sedas (1968), “Portugal, sociedade dualista em evolução”, em *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes Editores.

OUTRAS FONTES:

- PORDATA. Base de dados de Portugal Contemporâneo. www.pordata.pt
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA. www.aps.pt

Anexo II



Exmo. Senhor
Presidente da Fundação para a
Ciência e a Tecnologia
Professor Doutor Miguel Seabra
Av. D. Carlos I, 126
1249-074 Lisboa

Assunto: Bolsas de doutoramento e pós-doutoramento
Lisboa, 16 de Janeiro de 2014

Exmo. Senhor Presidente da FCT,
Professor Doutor Miguel Seabra

No seguimento do que parece ser uma orientação sistemática de desmantelamento do sistema de I&D Nacional, a FCT reduziu drasticamente a atribuição de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento no concurso cujos resultados acabam de ser publicados. Para as Bolsas de Doutoramento (BD), a variação face a 2012 é de menos 40%, enquanto que para as bolsas de pós-doutoramento o decréscimo é de 65%.

Globalmente, as bolsas atribuídas representam uns escassos 10% do total de candidaturas, o que por si indica um claro desaproveitamento das competências e do potencial criativo e inovador de muitos candidatos e das instituições de investigação científica que os apoiam. Não menos grave, no entender da APS, é a disparidade verificada entre áreas científicas: se em algumas (por exemplo, ciências biológicas, ambiente, agricultura e ciências florestais, ciências e tecnologias do mar, etc.) a percentagem de bolsas concedidas ultrapassa os 10%, nas ciências sociais essa percentagem fica entre 5 e 7% e, no caso concreto da Sociologia, pouco ultrapassa os 6%.

Tanto quanto se sabe, a FCT assegurou aos membros dos painéis de avaliação que não seriam atribuídas menos de 10% de bolsas face ao total de candidaturas. Nestes termos, é legítimo depreender que existiram critérios institucionais, alheios aos avaliadores, que funcionaram no sentido da forte penalização para as ciências sociais. Tal facto configura, no entender da APS, uma discriminação incompreensível e inaceitável.

Face ao exposto, a APS solicita a V. Ex.^ª esclarecimentos urgentes sobre o assunto, ao mesmo tempo que torna pública a sua posição junto dos sócios e nos seus canais de comunicação pública.

Aguardando reação de V. Ex.^ª, apresento os melhores cumprimentos,

Pela Direção da APS

Ana Romão

(Presidente)



**MEMORANDO SOBRE A REUNIÃO DA DIRECÇÃO DA APS COM O
PRESIDENTE DA FCT**

3 de Dezembro de 2012

A APS, representada pela sua Presidente, Ana Romão, e pelo seu Vice-Presidente, João Teixeira Lopes, apresentou seis grandes preocupações, seleccionadas a partir dos contributos enviados pelas unidades de I&D:

- I) Processo de levantamento da produção bibliográfica nacional em ciências sociais;
- II) Cortes nos orçamentos de financiamento das unidades de I & D;
- III) Processo de avaliação destas unidades;
- IV) Orçamento para projectos de investigação;
- V) Contratação de bolseiros FCT e situação dos actuais bolseiros “compromisso para a ciência”;
- VI) Situação dos bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento no que se refere à acumulação com funções docentes.

No que se refere à primeira questão, o senhor Presidente da FCT referiu que o actual levantamento feito com base nos critérios da *Web of Science* (WoS) e da empresa que criou tais indicadores (a *Thomson Reuters*) é apenas umas das formas, entre muitas, de medir a produção científica nacional, reconhecendo quer a especificidade das ciências sociais e humanas, quer ainda a importância da internacionalização em língua portuguesa. Referiu igualmente que os resultados jamais



contribuirão para hierarquizar os diferentes domínios científicos, servindo essencialmente para uma auto-avaliação das unidades, embora os avaliadores possam ter acesso, se assim o entenderem, a tais resultados. Desafiou ainda a APS a participar num grupo de trabalho que será brevemente criado para construir de raiz uma bateria de indicadores de aferição da produção bibliográfica nacional em ciências sociais, grupo que funcionará em estreita articulação com o Conselho Científico da FCT.

A APS manifesta preocupação por um potencial uso descontextualizado de tais indicadores da WoS, tendo aceite o desafio de participar num grupo de trabalho que pense em indicadores multidimensionais que respeitem a complexa especificidade das ciências sociais e da sociologia em particular.

No que concerne ao segundo ponto, o senhor Presidente da FCT defendeu a ideia de que o corte em 25% dos orçamentos das unidades de I&D representa um “corte face a expectativas” e não tendo por base uma execução real, já que, do orçamento para 2012 de 80 milhões de euros, apenas 50 milhões foram efectivamente gastos.

A APS defende que as dificuldades de execução orçamental se devem muitas das vezes à “máquina FCT”, que paga tardiamente e que levanta cada vez mais entraves à concretização de despesa, associados a uma intensa volatilidade de critérios contabilísticos.

Quanto à terceira temática, o Presidente da FCT revelou que ainda este ano colocará em consulta pública um documento com os critérios para a próxima avaliação das unidades de I&D, que se realizará em 2013 e que não terá visitas de terreno, tão-só análise de projectos estratégicos e de indicadores, a não ser em casos excepcionais que levantem dúvidas relevantes aos avaliadores. A intenção é proceder a uma avaliação ágil, rápida e com funções de *follow-up* (evitando a “cristalização” do sistema científico nacional), uma vez que unidades avaliadas negativamente terão a hipótese, nos anos seguintes, de solicitarem nova avaliação, desta feita com uma deslocação presencial dos avaliadores.

A APS considera que as visitas de terreno são cruciais para a aferição da configuração e dos contextos em que operam as unidades de I&D, bem como para a auscultação dos investigadores. O Presidente da FCT predispôs-se a considerar, por sugestão da APS, a auscultação dos responsáveis de cada unidade de I&D no processo que agora se inicia.

Em relação à quarta questão, o Presidente da FCT revelou que será aumentado o orçamento para projectos de investigação, permitindo que pelo menos 13% sejam financiados (ao invés dos 11% do concurso anterior).

No que respeita à quinta preocupação, o Presidente da FCT considera que muitos dos investigadores “compromisso para a ciência” estão a ser absorvidos quer por bolsas de pós-doutoramento, quer pelas unidades de

I&D, quer ainda por projectos de investigação. Revelou ainda que a FCT irá duplicar o número anunciado de contratações (de 80 para 160) dentro da categoria “bolseiro FCT”, que segundo ele criará uma carreira estável.

A APS manifesta profunda preocupação pela possibilidade de centenas de investigadores poderem ser desvinculados, representando um drama pessoal e um enorme desperdício para a qualificação do sistema científico nacional.

Finalmente, quanto à possibilidade de acumulação das bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento com actividades de docência no ensino superior, o Presidente da FCT mostrou-se favorável a uma acumulação que não exceda as quatro horas semanais, embora a decisão final seja da reserva exclusiva do senhor Ministro da Educação.

A APS irá enviar uma missiva ao Senhor Ministro da Educação pugnando para que tal acumulação voluntária seja possível e remunerada.

UMA MODERNIDADE TARDIA – MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS NOS AÇORES (1974-2014)

Gilberta Pavão Nunes Rocha | UAc, CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

INTRODUÇÃO

As alterações sociais decorrentes da instauração do regime democrático em Portugal e, consequentemente, a afirmação do regime autonómico açoriano, tiveram consequências visíveis na dinâmica demográfica de Portugal e das suas regiões.

Com níveis de mortalidade, natalidade e emigração bastante elevados em meados da década de setenta do século XX e uma imigração visível, ainda que não muito elevada, no início deste novo século, assiste-se nos Açores a mudanças tendencialmente similares às verificadas no conjunto do país, ainda que se apresentem temporalmente distintas, o que em nosso entender identifica os Açores no contexto nacional como tendo uma modernização mais tardia.

Neste capítulo pretende-se apresentar em primeiro lugar, ainda que de forma sucinta, a evolução das variáveis do movimento natural e migratório observada nos Açores num período longo, que nos permitirá posteriormente uma análise mais específica da tendência da natalidade e da sua relação com a nupcialidade e a estrutura familiar observada nos últimos 40 anos.

Assim, centrando-nos, fundamentalmente, no período que medeia os anos 70 do século passado e o ano de 2013, começamos por uma apresentação pouco aprofundada, mas diacronicamente alargada - considerando sensivelmente todo o período censitário (1864-2011) - da evolução da população e das variáveis demográficas, tanto do movimento natural, como migratório, que permitem uma visão de longa

duração da dinâmica demográfica açoriana e, neste sentido, da sua inserção no processo de desenvolvimento. Trataremos o arquipélago no seu conjunto e não cada uma das suas ilhas, cujas características populacionais se apresentam hoje relativamente distintas, apesar de nelas encontrarmos tendências de evolução similares no longo prazo, ou seja, registando momentos e ritmos de acréscimo e decréscimo nem sempre coincidentes no tempo (Rocha, 1991;2013a).

O enfoque estritamente demográfico, mais concretamente a análise das alterações observadas nos principais indicadores, em especial da fecundidade, sustentará uma das vertentes da compreensão do processo de desenvolvimento do arquipélago no período em análise.

Teremos como referência o quadro teórico da segunda transição demográfica (SDT) (Lesthaeghe, 2010; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Sobotka, 2008) ou da transição da fecundidade (Oliveira, 2007; van de Wall, 1992), que enquadra as referidas mudanças, considerando que esta se baseia em novos valores socioculturais, num novo entendimento e flexibilidade dos percursos de vida e numa nova convivência na família e na conjugalidade. Ainda que estes últimos aspetos não sejam trabalhados no presente capítulo não deixarão de estar presentes como pano de fundo da análise a efetuar. Com efeito, surgindo como desenvolvimento da teoria da transição demográfica clássica (FDT), que fundamentava as mudanças na fecundidade decorrentes do desenvolvimento económico e do declínio da mortalidade, designadamente da mortalidade infantil, a SDT atende a outros indicadores demográficos e sociais.

Valerá ainda a pena explicitar algumas das críticas à teoria clássica, desde logo no que respeita, por exemplo, à fragilidade dos indicadores utilizados - que aqui também apresentaremos, já que não nos é possível utilizar outros mais sofisticados para um período tão longo -, bem como à interferência da emigração na dinâmica demográfica que não era inicialmente considerada. (Oliveira, 2004; 2007).

Acresce-se que em territórios de pequena dimensão e com alterações significativas na mobilidade, designadamente da emigração, como é o caso dos Açores, a sua interferência nas restantes variáveis é notória, não sendo de negligenciar ainda o enviesamento decorrente do tratamento estatístico-demográfico em populações reduzidas, bem como a menor qualidade dos dados em épocas passadas, que não só dificultam a identificação das várias etapas de transição, como a sua justificação demográfica e social. Ainda assim consideramos, numa primeira abor-

dagem, esta visão de longo prazo, já que entendemos que esta possibilita uma compreensão mais aprofundada das mudanças verificadas nos últimos 40 anos.

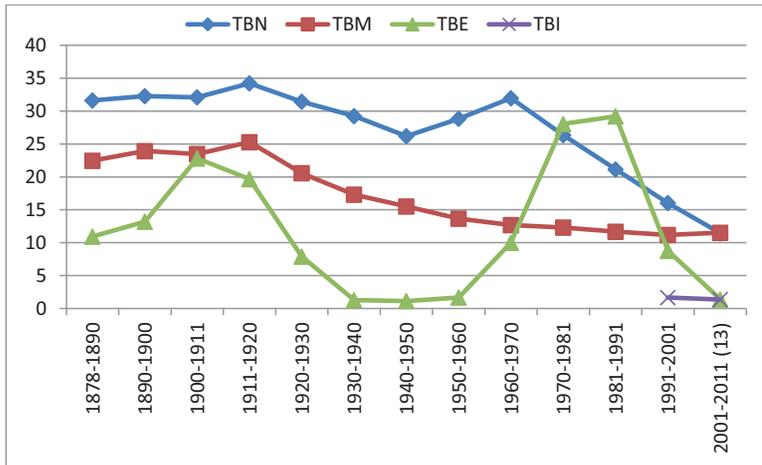
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA 1864-2011

Conforme se pode observar no Gráfico 1, no qual apresentamos a evolução das taxas brutas de natalidade (TBN), mortalidade (TBM), emigração (TBE) e imigração (TBI) nos períodos intercensitários, a evolução do movimento natural permite identificar uma transição que se inicia com o decréscimo da mortalidade que surge de forma mais evidente a partir dos anos 20 do século passado, a que se segue um declínio sustentado da natalidade com início somente a na década de 60, que se acentua nos anos oitenta e noventa do mesmo século. O decréscimo desta variável no período imediatamente anterior, isto é, de 1920 a 1950 parece assim estar mais dependente da emigração, e da sua interferência na nupcialidade, do início do século XX, pois quando esta estanca verifica-se um novo aumento da natalidade, que atinge valores não muito distintos dos observados até 1920.

Com efeito, encontramos durante este tempo longo inversões na tendência da emigração, no qual podemos identificar quatro grandes períodos: um primeiro de aumento, que se intensifica desde os finais do século XIX até às primeiras décadas do século XX; um segundo em que esta variável diminui, de forma evidente nos anos 20 do século XX e que atinge os seus níveis mais baixos nos de 30, 40 e mesmo 50, embora nos últimos anos desta década se inicie a inversão para um período de novo aumento, que tem o seu ritmo mais elevado durante as décadas de 60 e 70, nomeadamente entre 1965 e 1975, a que se segue um quarto período, de forte diminuição de saídas da população dos Açores para o estrangeiro, com início a partir dos anos 80.¹

1 Não conhecemos informação para a emigração mais recente, apesar da ideia generalizada da sua intensificação com a crise económica e social. Com efeito, os dados disponibilizados pelas entidades oficiais respeitam ao conjunto do país.

Gráfico 1. Evolução das variáveis demográficas nos Açores 1886-2013 (%).



Fonte: INE, Censos 1878 a 2011; Estatísticas Demográficas, dados demográficos.

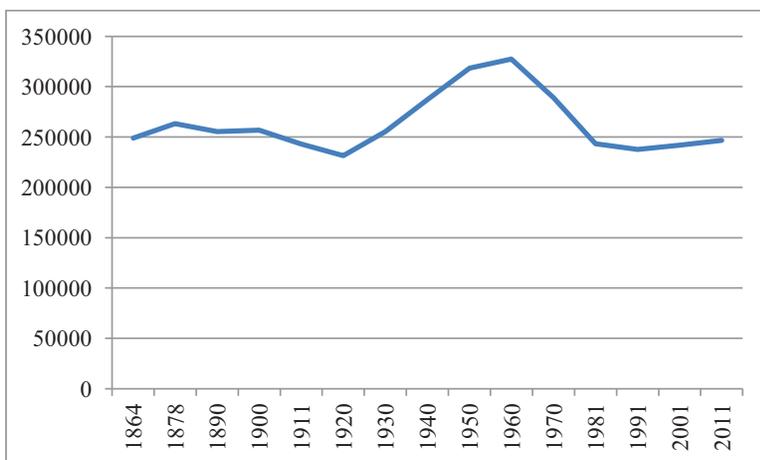
Sem descurar as razões internas que nos Açores propiciaram as fortes correntes emigratórias da época contemporânea (Rocha e Mendes, 2012), não devemos ignorar as razões externas que condicionaram as entradas e que justificam a periodicidade que acabámos de descrever, em especial as que se realizam até aos anos 80 do século passado. Ou seja, não é porque anteriormente tenha havido mudanças significativas na sociedade açoriana que se assiste a alterações nas tendências da emigração, mas sim porque estas ocorreram nos países de destino, em especial no destino tradicional dos Açorianos - os EUA (Baganha, 1991; Rocha, 2013b).

Uma referência ainda à imigração, um fenómeno recente na sociedade açoriana, que atinge os seus valores mais elevados já neste século, mas que ainda assim consideramos relevante na perspetiva de desenvolvimento económico e social que os Açores foram paulatinamente construindo nestes 40 anos e que nos últimos 20 anos se intensifica. Tanto a diminuição da emigração, como a captação de população imigrante vão ambas neste sentido de desenvolvimento. Não podemos, no entanto, negligenciar a diminuição verificada na entrada de mão-de-obra estrangeira, decorrente da crise económica e financeira internacional, que atinge Portugal principalmente a partir do ano de 2008 e que nos Açores chega mais tardiamente, mas que é já bem visível no ano

2011 em determinados indicadores, como a taxa de desemprego, que passa de valores da ordem dos 7% em 2009 e 2010, para um quantitativo de 15,1% em 2011, ainda que tal não seja perceptível nos valores registados no Gráfico 1, respeitante às TBN, TBM, TBE e TBI.

A importância da mobilidade, e muito particularmente da emigração, na dinâmica demográfica açoriana é igualmente visível quando se observa a evolução do volume da população, que apresentamos no Gráfico 2. Ou seja, o acréscimo populacional dos anos 20 a 60 são coincidentes com a acentuada diminuição da emigração, sendo que a partir desta data, quando se inverte a tendência de saída e a emigração volta a registar uma grande intensidade, a população diminui para estagnar quando esta variável atinge valores bastante baixos no final do século XX.

Gráfico 2. Evolução da população residente nos Açores 1864-2011 (em milhares).



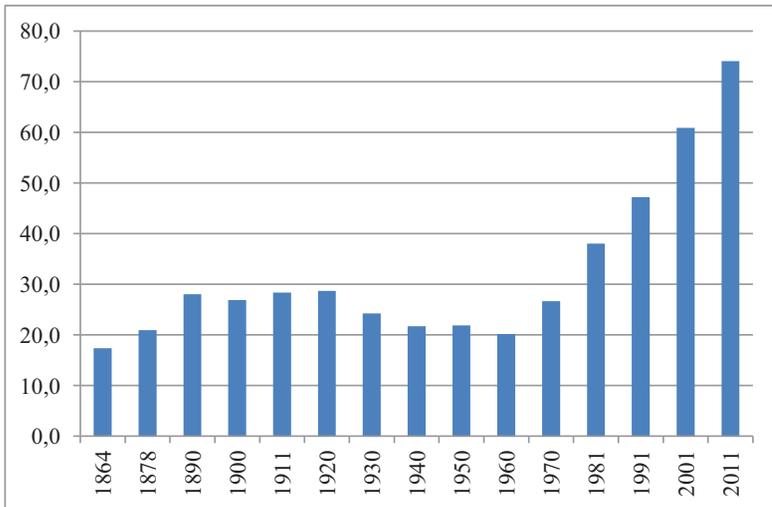
Fonte: INE, Censos 1864 a 2011.

Apesar da fragilidade dos indicadores que sustentam a evolução da dinâmica demográfica dos Açores durante este período de quase 150 anos, e da clara interferência da mobilidade nas tendências das variáveis do movimento natural, como no volume da população, que podem suscitar interpretações diversas no que respeita às etapas da transição demográfica (Oliveira, 2004), parece-nos que, independentemente de alguma variação no início e término das diferentes etapas, que tanto pelo declínio da mortalidade, da natalidade e da emigração, como pela

existência da imigração e a estagnação da população nos anos mais recentes, nos permite considerar que o desenvolvimento económico e social da Região no contexto da atual modernidade é uma realidade firmada, fundamentalmente, nos últimos 40 anos.

O mesmo se pode constatar pela análise da estrutura etária, ou seja, dos níveis de envelhecimento populacional que resultam das tendências anteriormente referidas. Observando o Gráfico 3 verifica-se que o envelhecimento da população açoriana se faz sentir de forma clara a partir de 1981, pois é a partir desta data que o ritmo de acréscimo da relação entre os idosos e os jovens é bastante elevado e praticamente constante, contrariamente ao que se verificava em décadas anteriores. Se entre 1864 e 1890 o crescimento é também relevante, estamos em presença de uma relação que varia entre os 17 e 29 idosos por cada 100 jovens, que é muito distinta da observada a partir dos anos 80 quando esta atinge quantitativos entre os 40 e os 75 idosos por cada 100 jovens.

Gráfico 3. Evolução do Índice de Envelhecimento nos Açores, 1864-2011 (%).



Fonte: INE, Censos 1864 a 2011.

Ainda que estes últimos valores não possam ser considerados como muito elevados,² principalmente no contexto das várias regiões portu-

² De sublinhar que os valores respeitantes ao Índice de Envelhecimento para o conjunto da Região é bastante distinto daqueles que encontramos em algumas ilhas no ano de 2011, como

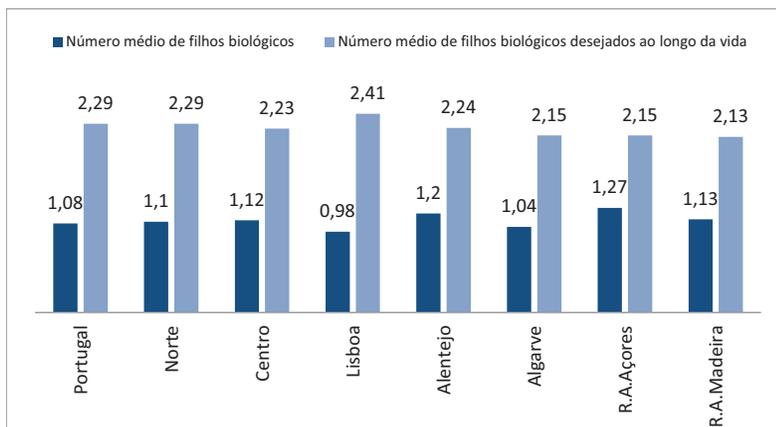
guesas, mantendo ainda hoje os Açores a posição de região mais jovem de Portugal, não deixam de corresponder a uma alteração muito significativa da estrutura etária da população açoriana que se dá precisamente nos últimos 40 anos.

NATALIDADE, NUPCIALIDADE E FAMÍLIA (1970-2013)

A fecundidade em Portugal, tal como acontece em outros países europeus, apresenta nos últimos anos valores bastante inferiores aos observados no conjunto da UE. Esta evolução tem levado a considerar-se que a sua justificação ultrapassa o sentido da modernidade, e que como tal resulte unicamente da alteração da estrutura social e dos valores sociais e culturais, para ser também uma consequência da crise económica mundial sentida desde 2008, que se acentua no nosso País em 2011, data a partir da qual se faz sentir de modo mais evidente nos Açores.

Se a estrutura económica, e em particular a empresarial, do País é débil devemos associar às mudanças de modos de vida e valores, o contexto social, em especial o do trabalho - do emprego e da carreira profissional, bem como dos salários - que foram bastante abalados pela referida crise.

Gráfico 4. Número Médio de Filhos Biológicos³ e Desejados em Portugal, 2013.



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2013.

por exemplo Graciosa (137%), São Jorge (132%), Pico (145%); Flores (128%) e Corvo (118%).

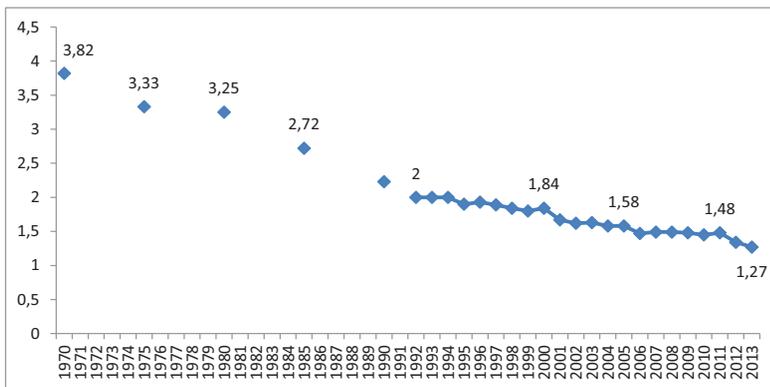
3 Filhos relativos à fecundidade efetivamente realizada.

Neste sentido, parecem-nos elucidativos os resultados do Inquérito à Fecundidade no qual são patentes as diferenças entre os filhos desejados e os que efetivamente nasceram nas várias regiões do País. Em todas elas os quantitativos respeitantes aos nascimentos biológicos estão abaixo da renovação das gerações, sendo que o mesmo não acontece no que respeita ao número de filhos desejados que é sempre superior a 2,1. Se as regiões insulares, em especial os Açores registam o número médio de filhos biológicos mais elevado do País, já o dos desejados registam quantitativos ligeiramente mais baixos. Sublinhe-se que num estudo sobre a situação das mulheres nos Açores realizado em 1998 os filhos desejados registavam um valor médio relativamente mais elevado, da ordem dos 2,5 (Rocha *et al*, 1998).

A consideração destas diferenças entre o número médio de filhos efetivamente tidos e os desejados serve neste contexto tanto para atender às condicionantes económicas e sociais da fecundidade, como para realçar que mesmo em condições mais favoráveis, estamos longe dos níveis alcançados em épocas anteriores, o que pode confirmar a vivência da modernidade na região e realçar que hoje os Açores não apresentam diferenças significativas face aos valores observados em outras regiões de País.

Analisando a evolução nos últimos 40 anos, constata-se que em 1970 a fecundidade nos Açores era ainda bastante elevada, com um número médio de filhos por mulher ou Índice Sintético de Fecundidade (ISF) de 3,8, o que configura uma fecundidade ainda elevada. Com uma tendência decrescente, e de ritmo acentuado, verifica-se que 4 anos depois, em 1974, o valor já se situa nos 3,3 filhos, o que não deixa de ser também um quantitativo elevado no contexto nacional e europeu, típico de uma sociedade em que a contraceção não é ainda visível como opção familiar generalizada.

Gráfico 5. Índice Sintético de Fecundidade nos Açores, 1970-2013.

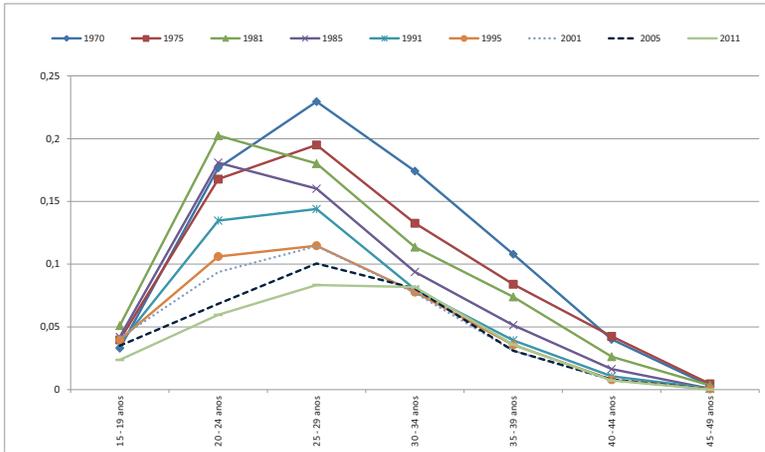


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, dados demográficos.

É preciso esperar pelos anos noventa para que este indicador se situe no nível da não renovação das gerações, ou seja, abaixo dos 2,1. Sendo que nos anos posteriores o ritmo de declínio é inferior ao verificado nos anos 70 e 80, a tendência de diminuição continua, de forma persistente, até atingir um quantitativo de 1,27 no ano de 2013. De realçar ainda que as diferenças face ao conjunto do país se esbatem, já que neste último ano o ISF de Portugal é 1,21. Com efeito, os valores deste indicador para Portugal registados no início dos anos noventa são da ordem dos 1,5 filhos por mulher, já muito abaixo do indicado para uma renovação das gerações, o que nos Açores só vem a acontecer posteriormente, mais concretamente em meados da primeira década do século XXI, isto é cerca de 12 anos depois.

Se os níveis atingidos por este indicador nos anos mais recentes são muito baixos mesmo no contexto das sociedades contemporâneas, que se caracterizam na maioria dos casos por uma não renovação das gerações, esta tendência pode ser aprofundada pela constatação do adiamento da fecundidade. Com efeito, a variação da intensidade da fecundidade ao longo do período fértil da mulher e o aumento da idade média ao nascimento, em especial a idade média ao nascimento do primeiro filho, são elementos identificadores das alterações familiares e das transições para a vida adulta nas atuais sociedades do mundo economicamente e socialmente mais desenvolvido, que nos anos mais recentes evidenciam a modernidade desta região insular.

Gráfico 6. A Fecundidade por Grupos de Idade nos Açores, nos anos de 1970-2011.



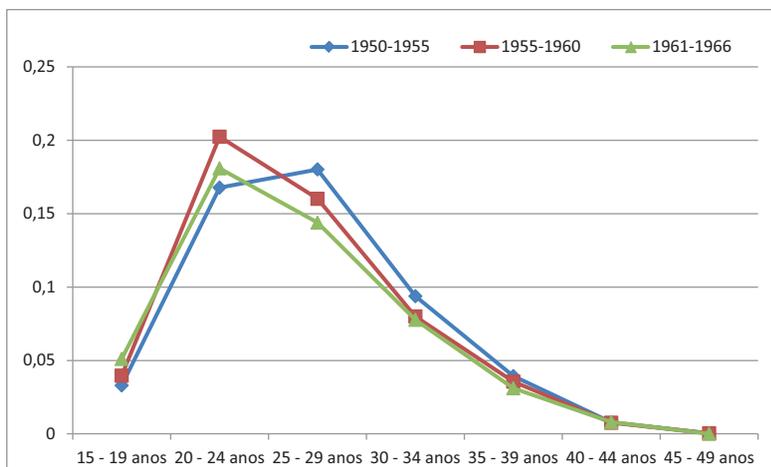
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, dados demográficos.

Em 1970 e 1975 constata-se que é na faixa etária entre 25 e os 29 anos que a fecundidade é mais expressiva. A diferença entre estes dois anos respeita não só a uma diminuição mais acentuada nas idades acima referidas, como também nas mais avançadas, designadamente entre os 30 e os 40 anos, normalmente justificada por algum controlo da natalidade. Nas duas datas seguintes - 1981 e 1985 - a uma diminuição da fecundidade associa-se uma alteração nas idades que registam os valores mais elevados que passam para o grupo etário entre os 20 e os 24 anos. Nos anos seguintes e até 2005 volta a ser no grupo de idades entre os 25 e os 29 anos que encontramos a taxa de fecundidade mais elevada ainda que num contexto de diminuição sucessiva da sua intensidade, embora não se verifiquem diferenças significativas entre 1995, 2001 e 2005. O mesmo já não acontece em 2011 quando a principal mudança respeita à fecundidade na faixa etária com o valor mais elevado que, pela primeira vez, é entre os 30 e os 34 anos, a que se acresce uma diminuição nas taxas de fecundidade nas idades mais jovens, consolidando uma tendência que já se vinha a verificar desde 1991.

Com efeito, a partir de 1991 e até 2005 a um declínio muito significativo da fecundidade geral e nas diversas faixas etárias, assiste-se simultaneamente a uma manutenção do peso relativo que estas registam no

conjunto da idade fértil, o que já não acontece em 2011, quando a faixa etária com maior taxa de fecundidade passa a ser a dos 30 aos 34 anos e já não entre os 25 e os 29 anos. cremos estar então em condições de afirmar que as alterações sociais e culturais se foram consolidando nos Açores e que atingem níveis que inserem a região nos parâmetros mais identificadores das sociedades mais desenvolvidas a partir da década de 90 e muito especialmente durante o primeiro decénio do século XXI.

Gráfico 7. Taxas de fecundidade por grupos de idade nos Açores das gerações nascidas entre 1950 e 1966.

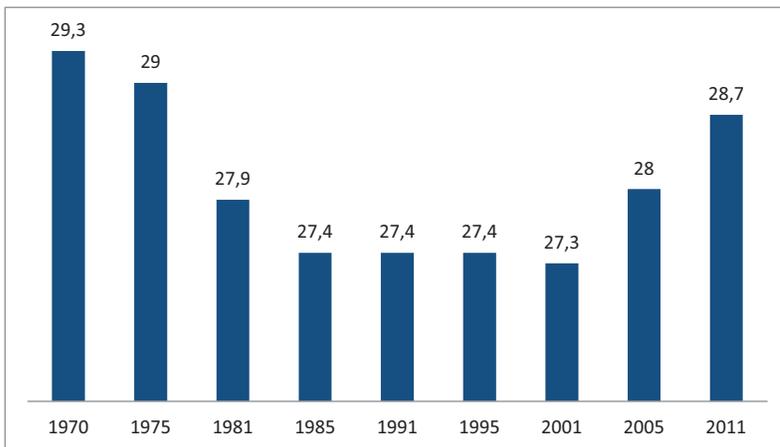


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, dados demográficos.

Se tomarmos em consideração as gerações que neste período já percorreram todo o seu período fértil, aquelas que nasceram entre 1950 e 1966, verificam-se também algumas alterações no calendário da fecundidade, conforme se pode constatar no Gráfico 7. Com efeito, a geração nascida entre 1950 e 1955, que inicia o seu período fértil entre 1970 e 1975, apresenta ainda uma fecundidade mais elevada durante um conjunto de anos mais alargado do que as gerações que se lhe seguem, principalmente após os 30 anos de idade, embora seja entre as idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos que esta é mais expressiva. O mesmo já não acontece nas gerações nascidas entre 1955 e 1960 e entre

1961 e 1966, quando esta respeita às faixas etárias entre os 20 e os 24 anos. Sublinhe-se que a geração nascida entre 1955 e 1960 regista uma taxa de fecundidade entre os 20 e 24 anos mais elevada do que a geração anterior não só nestes grupos de idade como no de 25-29 anos. De sublinhar ainda a alteração observada na geração que inicia o seu período fértil entre 1975 e 1981, em especial até aos 30 anos de idade.

Gráfico 8. Idade Média das Mães ao Nascimento dos Filhos nos Açores 1970-2011.

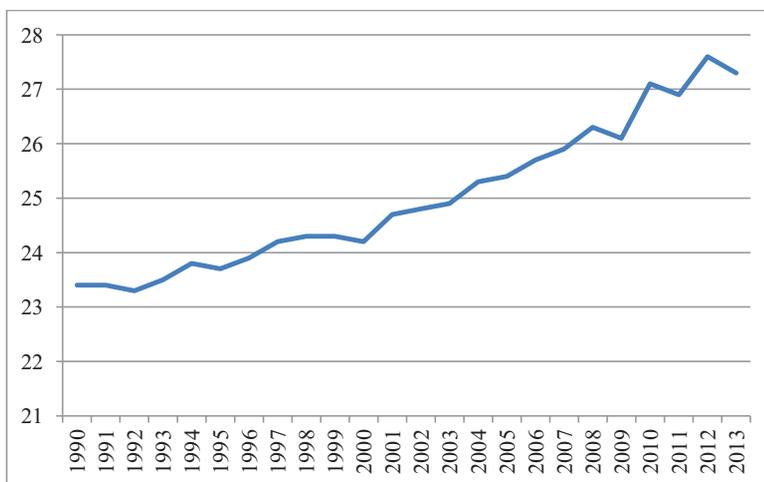


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, dados demográficos.

Observando a idade média das mães ao nascimento de um filho, que oscila ao longo do período sensivelmente entre os 27 e os 29 anos, constata-se uma primeira alteração, de declínio, no princípio da década de oitenta, que se mantém até ao primeiro quinquénio deste século, já que em 2005 a idade média é de 28 anos, subindo para quase 29 anos em 2011. Relacionando esta informação com a dos os gráficos anteriores, os valores deste último período apesar de estarem muito próximos dos observados nos anos 70 correspondem a modelos de fecundidade distintos, este realizado num tempo muito mais alargado do que os dos anos mais recentes que tipificam o adiamento da maternidade que é efetivada num tempo mais curto, como é característica das sociedades que realizaram a sua transição para a modernidade.

O adiamento da maternidade é particularmente visível quando se considera a idade média ao nascimento do 1.º filho. Tendo em conta unicamente as datas em que se passa de uma fecundidade onde há uma renovação das gerações para uma em que tal já não acontece, ou seja a partir da década de 90, verifica-se ainda assim uma diferença de cerca de 4 anos, já que a idade média passa de 23,5 anos em 1990 para ultrapassar os 27 anos em 2010, 2012 e 2013 (Gráfico 9). Ainda que o crescimento seja uma constante o seu ritmo aumenta a partir do ano 2000, ou seja, no princípio deste novo século.

Gráfico 9. Idade Média das Mães ao Nascimento do 1º filho nos Açores 1990-2013.

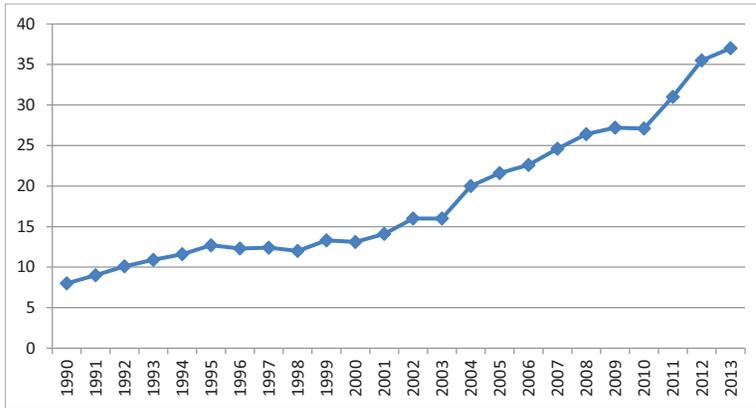


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, dados demográficos.

Ao longo destes 40 anos altera-se, assim, significativamente o modelo de fecundidade da população açoriana, em primeiro lugar no que respeita à sua intensidade e mais recentemente no calendário.

Associando a nupcialidade e as novas formas de conjugalidade à fecundidade a mudança é igualmente bastante expressiva. O peso relativo dos nascimentos fora do casamento sobe a um ritmo bastante elevado principalmente a partir do início deste século, quando atinge uma percentagem de 16% do total dos nascimentos, valor que ultrapassa os 35% a partir de 2012.

Gráfico 10. Nascimentos fora do casamento nos Açores 1990-2013 (%).



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, dados demográficos.

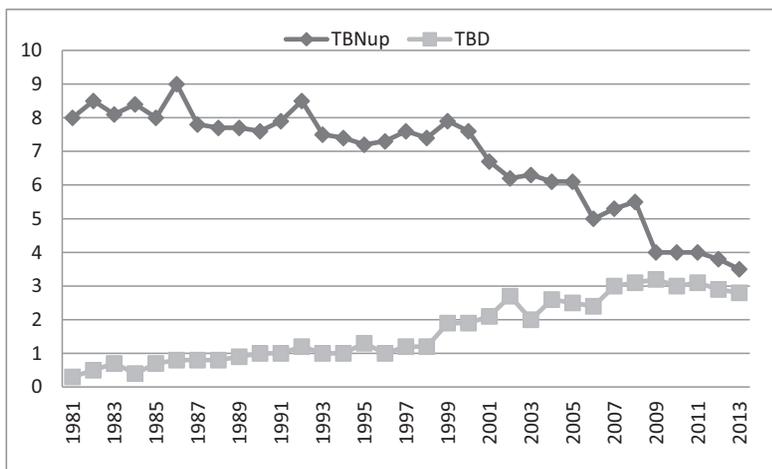
O casamento formal,⁴ bem como a sua rutura, também apresentam mudanças muito significativas, com a TBNup a passar de um quantitativo da ordem dos 8% nos anos 80, que se mantem sem grandes alterações e até meados da década de 90, para diminuir para cerca de 4% na segunda década deste século. Se entre 1970 e 1981 a diminuição desta variável é da ordem dos 2 pontos percentuais, já no período que vai de 1998 a 2008 a diferença é mais significativa, isto é, de 4 pontos percentuais. Ou seja, as grandes mudanças parecem operar-se principalmente nos finais do século XX e princípios do século XXI, pois é neste anos que se intensificam os ritmos das tendências anteriores.

Encontramos uma evolução similar no que respeita à TBD.⁵ Com efeito, neste último caso, passa-se de quantitativos residuais nos anos 80, inferiores a 1%, para valores da ordem dos 3%, ou seja, relativamente próximos dos registados para a TBNup.

4 Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

5 A partir de 2011 os valores incluem os casamentos dissolvidos entre pessoas do mesmo sexo.

Gráfico 11. Taxas Brutas de Nupcialidade e Divorcialidade nos Açores, 1981-2013 (%).

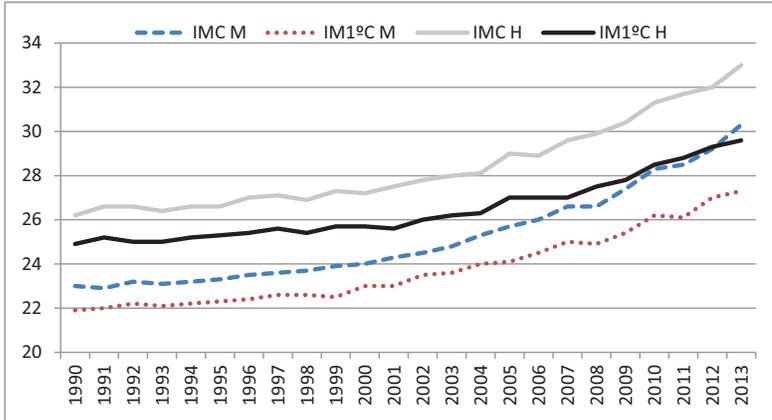


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, dados demográficos.

Tal como acontecia na Idade Média ao Nascimento de um filho, também a Idade Média ao Casamento (IMC) tem vindo a aumentar, quer se trate do 1º casamento, quer do casamento em geral, ou seja, considerando a possibilidade de novos casamentos.

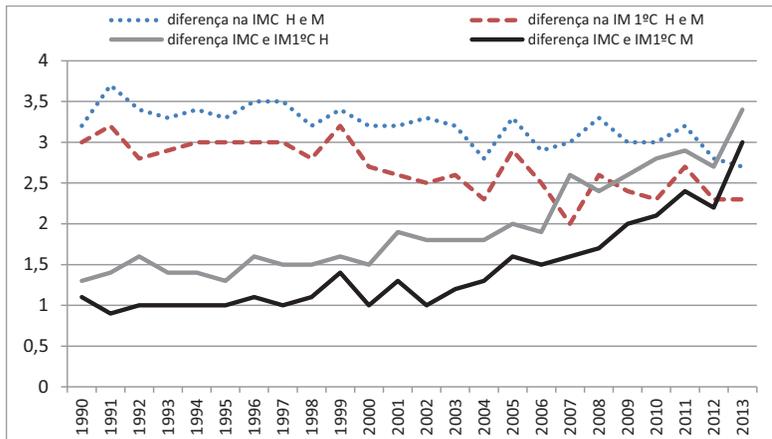
Neste último caso, e no período de 1990 a 2013, a Idade Média ao Casamento passa dos cerca de 26 para os 33 anos nos homens e dos 23 para os 30 anos nas mulheres. Já quando se trata do 1º casamento os valores variam dos 25 para os 30 anos e dos 22 para 27 anos, respetivamente nos sexos masculino e feminino. Relativamente ao conjunto dos casamentos a diferença entre o início e o fim do período considerado é da ordem dos 7 anos para ambos os sexos, sendo que no 1º casamento é de cerca 5 anos. Em todos os casos mantem-se uma maior precocidade do casamento nas mulheres.

Gráfico 12. Idade Média ao Casamento e ao 1º Casamento nos Homens e nas Mulheres nos Açores, 1990-2013.



Fonte: PORDATA.

Gráfico 13. Diferença em anos na Idade Média ao Casamento e ao 1º Casamento nos Homens e nas Mulheres nos Açores, 1990-2013.



Fonte: PORDATA.

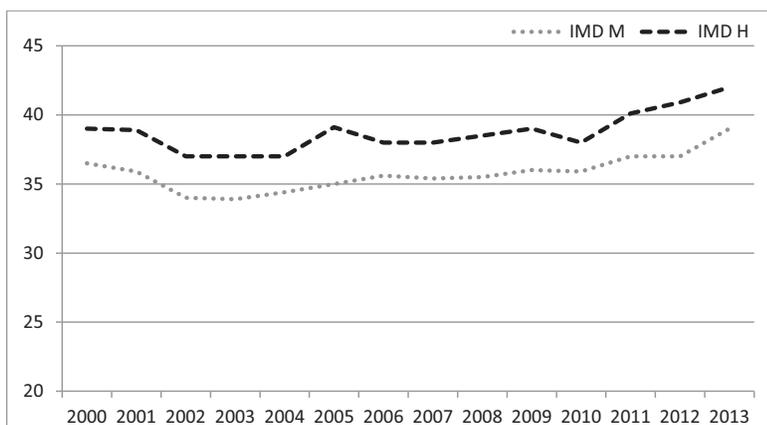
A diferença em anos entre homens e mulheres na Idade Média ao Casamento mantém-se relativamente constante, com valores da ordem dos 3 anos ao longo de todo o período ainda que se verifique nos anos mais recentes, designadamente em 2012 e 2013, uma ligeira diminuição.

A diferença é, no entanto, menor quando se considera a Idade Média ao 1º Casamento. Não obstante a existência de variações anuais, é a partir de finais da década de noventa que observamos um maior decréscimo. Em sentido inverso, de aumento, temos a diferença entre a Idade Média ao Casamento e a Idade Média ao 1º Casamento em cada um dos sexos, sendo que é mais elevada nos homens.

Ainda que com indicadores médios podemos observar algumas mudanças que são mais significativas a partir do início do século XXI quer no que respeita ao aumento de novos casamentos, como na maior intensidade e precocidade destas mudanças no sexo masculino mas que não deixam de ser acompanhadas, por vezes com alguma diferença temporal, pelo sexo feminino.

Se comparamos as Idades Médias nos homens e nas mulheres no que respeita ao divórcio no período em que o ritmo de crescimento dos divórcios é mais intenso, isto é, já neste século, as diferenças não são muito relevantes, com idades médias que variam entre, sensivelmente, os 34 e os 38 anos nas mulheres e os 39 e os 42 anos nos homens.

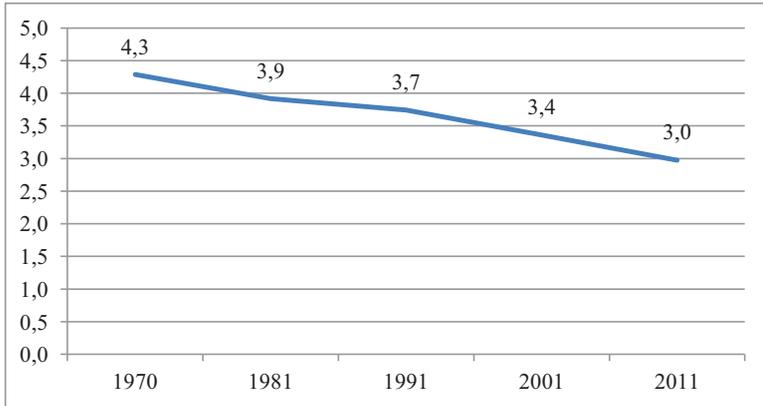
Gráfico 14. Idade Média ao Divórcio nos Homens e nas Mulheres nos Açores, 2000-2013.



Fonte: PORDATA.

A evolução destas variáveis demográficas condiciona a estrutura dos agregados familiares e também neste aspeto podemos observar mudanças muito expressivas, quer se considere a dimensão média, quer o número de pessoas por agregado.

Gráfico 15. Dimensão Média da Família nos Açores, 1970-2011.



Fonte: INE, Censos 1970 a 2011.

Nos Açores, a Dimensão Média da Família entre 1970 e 2011 regista grandes alterações, como se pode observar no Gráfico 15, quando os respetivos valores passam de 4,3 indivíduos por agregado em 1970 para 3 indivíduos no ano de 2011, verificando-se que este declínio tem um ritmo relativamente constante em cada período intercensitário. Todavia, uma análise mais pormenorizada, com base no valor percentual da dimensão dos vários agregados, que apresentamos no Quadro 1, permite ver melhor estas alterações.

Quadro 1. Percentagem dos Agregados Familiares segundo a Dimensão, 1960⁶-2011.

	1	2	3	4	5+
1960	4,9	15	17,9	18,3	44,1
1981	10,9	20,9	18,5	17,2	32,6
1991	11,0	21,2	18,9	19,6	29,3
2001	13,8	22,3	21,7	21,1	21,2
2011	17,2	25,5	23,5	19,9	13,8

Fonte: INE, Censos 1960 a 2011.

⁶ Entendemos neste aspeto utilizar o censo de 1960 e não o de 1970 devido à menor qualidade dos dados deste último recenseamento.

Em 1960, as famílias de grande dimensão, aqui consideradas como as que tinham 5 e mais elementos, quase atingem metade de todos os agregados, com um valor percentual de 44%. Vinte anos depois, em 1981, o peso relativo deste tipo de agregado familiar baixa para cerca de 33% e em 2011 atinge unicamente os 13,8%, sendo nesta última data o que tem menor representatividade. Em sentido quase inverso temos os agregados com uma única pessoa que passam em 50 anos, de 1960 para 2011, de 4,9% para cerca de 17% das famílias. Mas as mudanças fazem-se sentir também nas famílias de dimensão intermédia, designadamente as que têm 2 e 3 indivíduos que desde o início deste século passam a ser as mais representativas

Em síntese, a evolução demográfica dos Açores e especialmente a transição da fecundidade nos últimos 40 anos, permite-nos observar a modernização da sociedade açoriana e a sua entrada nos padrões que identificam esta mudança. Se alguns já são bem visíveis no princípio dos anos 80 e se intensificam ao longo dos anos 90 só a partir do início do século XXI é que nos parece evidente a sua consolidação. Se esta se faz sentir desde o princípio deste período a nível da mobilidade, com a diminuição acentuada da emigração e com uma imigração que apesar de pouco intensa passa a ser uma realidade nova no contexto da Região, nas variáveis do movimento natural, muito particularmente na natalidade, e até na nupcialidade, as alterações mais relevantes são um pouco mais tardias mas, em nosso entender, inserem-se no quadro que tipifica o sentido e os valores da modernidade.

BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, M. I. (1991), “Uma imagem desfocada - a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração” in *Análise Social* XVI (3º e 4º): 723-739.
- LESTHAEGHE, R. (2010), *The Unfolding Story of the Second Demographic Transition*, Report 10-696, Population Studies Center, University of Michigan, Institute for Social Research.
- OLIVEIRA, I. T. (2004), “A Transição da Fecundidade nas ilhas da Madeira e de S. Miguel in *Revista de Demografia Histórica*, vol. XXII, Zaragoza, Associação de Demografia Histórica (ADEH): 85-104.
- OLIVEIRA, I. T. (2007), “A transição da fecundidade e os sistema de respostas múltiplas em Portugal” in *Análise Social*, vol. XLII (183): 471-484.

- OLIVEIRA, I. T.(2008), Fecundidade das populações e das gerações em Portugal, 1960-2005 *Análise Social*, vol. XLIII (1.º), 2008, 29-53.
- ROCHA, G. P. N. (2013a), “Concentração demográfica em espaço insular: os Açores,1864-2011” in Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos (coord.) *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória: 297-323.
- ROCHA, G. P. N., (2013b), “ Movimentos Migratórios Internacionais nos Açores - uma perspetiva demográfica” in Maria Lucinda Fonseca et al (org) *Migrações na Europa e em Portugal: ensaios de homenagem a Maria Ioannis Baganha*, Coimbra: Almedina: pp. 205-226.
- ROCHA, G. P. N., MENDES, D. (2012),”*Experiências da emigração açoriana*”, in *Portuguese Studies Review*, nº20 (2), pp. 33-58.
- ROCHA, G. P. N. (2012), “Os arquipélagos dos Açores e da Madeira: uma perspectiva demográfica da actualidade” (2012) in *Diafanias do Mundo - Livro de Homenagem a Mário Ferreira Lages*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 237-254.
- ROCHA, G. P. N., MEDEIROS, O., FERREIRA, E. (2011), *Profiles and pathways of immigrants in the Azores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores/Direcção Regional das Comunidades.
- ROCHA, Gilberta; MEDEIROS, Octávio; TOMÁS, Licínio; MADEIRA, Artur; BORRALHO, Álvaro (1999), *A Situação das Mulheres nos Açores*, Ponta Delgada, Assembleia Legislativa Regional dos Açores - Centro de Estudos Sociais.
- SOBOTKA, T. (2008), “The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe” in *Demographic Research*, Volume 19, article 8:171-224. <http://www.demographic-research.org>.
- SURKYN, J., LESTHAEGHE R., (2004), Value Orientations and the Second Demographic Transition (SDT) in Northern, Western and Southern Europe: An Update, in *Demographic Research*, Special Collection, article 3:47-86. <http://www.demographic-research.org>.

DIÁSPORA E IDENTIDADE AÇORIANA: ELEMENTOS PARA UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

Rolando Lima Lalanda Gonçalves | UAc, CICS.UAC/CICS.NOVA.UAc

INTRODUÇÃO

A emigração açoriana tem vindo a ser estudada ao longo dos anos por Gilberta Rocha, no Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores,¹ nas suas dimensões sociodemográficas e políticas. Julgo pertinente complementar tais análises com a perspetiva comunicacional dos processos migratórios, que iniciei em 1984 com a apresentação da minha tese de doutoramento “*Eutopie, insularité et migrations*”.

Na altura, adotando uma abordagem fenomenológico-estrutural, procurei pôr em evidência a natureza de algumas das principais dinâmicas socioculturais da emigração a partir de uma pesquisa de terreno, através de observação direta, e de um inquérito realizado na freguesia da Ribeira Quente da Ilha de São Miguel. A principal questão de investigação centrava-se na problemática da relação entre a insularidade, os movimentos migratórios e o sistema cultural, sendo a dimensão insular aí conceptualizadas enquanto constrição estrutural.

A abordagem comunicacional dos processos migratórios, que agora proponho insere-se na abordagem psicossociológica aberta pela Sistémica Qualitativa de Alex Mucchielli (2004), permite, sem abandonar os pressupostos fenomenológicos e estruturais da minha primeira análise, reenquadrar os dados da investigação então realizada e abordar o *sistema de mediações* (relações instituídas entre as comunidades emigradas e as comunidades locais através de diferentes atores: políticos, universitários, associações de emigrantes) através da análise dos meios de comunicação

1 Desde janeiro de 2015 assume a designação Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc.

social, mas com especial destaque à internet enquanto espaço de interação. A partir da análise de conteúdo dos principais *sites*, que na internet configuram a relação entre o espaço originário (comunidades residentes) e o espaço migratório (comunidades emigradas), pretende-se compreender a *diáspora* enquanto problemática identitária açoriana.

Assim, nesta comunicação iremos pôr em evidência, numa primeira análise, a relação entre a insularidade enquanto elemento estrutural do sistema de relação entre as comunidades locais e emigradas, e num segundo momento, a importância da internet na estruturação deste campo relacional onde agem os atores *mediáticos* (os mediadores da relação entre as comunidades nos Açores e as emigradas).

INSULARIDADE E CONSTRUÇÃO DO SISTEMA RELACIONAL DA EMIGRAÇÃO

O conceito de *insularidade* pode ser abordado numa perspetiva de exterioridade que se impõe às lógicas sociais muito em voga na perspetiva de algumas correntes da geografia humana. Não é esta a minha perspetiva. Podemos operacionalizar melhor este conceito ao pôr em evidência alguns elementos estruturais nas suas relações com o sistema cultural e social. Augustin Berque, no seu magistral livro “Vivre l’espace au Japon”, pôs em relevo a importância de se considerar a dimensão espacial na análise sociológica ao enfatizar que mesmo na língua latina “existir”(= *ex-sistere*, ou seja, o oposto a *stare*) implica e pressupõe espaçamento, e ao mostrar a importância da relação entre a cultura e a dimensão espacial (Berque, 1982: 22). Mas, foi, sem dúvida, Abraham Moles e Elizabeth Rohmer (1982) que melhor esquematizaram esta relação estrutural entre o espaço insular e as dinâmicas de relação inseridas nos múltiplos contextos sociais e temporais. Foram eles que

“mostraram que fundamentalmente o que está próximo é mais importante do que e está longe; é em função desta proxémica que se estabelece a densidade das imagens, a importância dos acontecimentos, dos seres e das coisas diminui necessariamente à medida que a sua percepção, sob o efeito da distancia, decresce.”

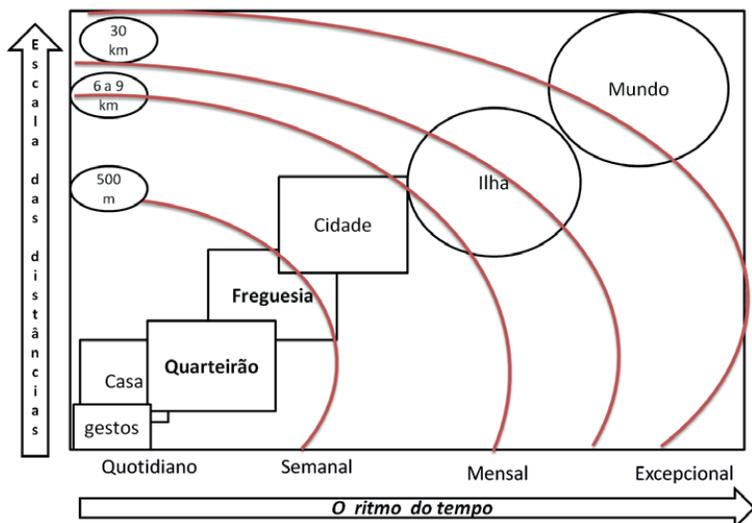
(Fischer, 1981:8; tradução do autor).

Ora, o que pode parecer paradoxal é que o longínquo imaginado pode ser menos denso mas não deixa de constituir um espaço de referência da conduta que é tanto mais atrativo quanto o espaço próximo se torna constritivo ou percecionado como barreira contextualizada no quotidiano.

Com efeito, para Moles a insularidade afirma-se como contorno. Este autor considera o indivíduo envolto em oito envelopes ou conchas, cuja intensidade diminui do centro para o exterior. Assim, a estrutura ambiental insular implica uma rutura entre os diferentes envelopes, dado que esta acentua os limites que definem o território interior e o espaço exterior.

O espaço insular definido pelo isolamento aquático caracteriza primariamente um campo de liberdade principal, onde a liberdade marginal só é possível de atingir pela adoção de ruturas comportamentais como a de tomar o avião ou o barco. Neste quadro territorial, específico, através de contactos mediáticos com o exterior, assiste-se à construção de um novo espaço social diferenciado, no qual o indivíduo age e se motiva (Quadro I)

Quadro I. Diáspora e identidade açoreana. Elementos para uma abordagem sociológica



Fonte: adaptado de Moles & Rohmer (1982)

Tendo em conta esta perspetiva podemos operacionalizar o conceito de *insularidade* nos seus diferentes elementos estruturais. Para Moles & Rohmer torna-se necessária uma *fenomenologia* abstrata que proporia três dimensões do universo das ilhas: superfície da ilha, distância ao continente e *quantidade de variedade* (1982: 54-55).

Neste sentido, numa primeira abordagem construí um índice de *insularidade* numa escala logarítmica ($Ia = \text{Log da distância média às outras ilhas} * \text{log da distância ao continente} / \text{Log da superfície}$) onde apenas considero a superfície das ilhas, as distâncias inter-ilhas e a distância ao continente mais próximo. Todavia esta abordagem, que me permitiu então uma análise quantitativa dos indicadores demográficos designadamente ao colocar em evidência a relação entre *insularidade*, densidade populacional e propensão à emigração, não traduz toda a potencialidade que uma análise qualitativa permite na análise das dimensões socioculturais dos movimentos migratórios.

Tabela I. Índice de insularidade nos Açores.

Ilha	Log. Superfície	Log. dist. Int.	Log. dist. Cont.	Ia
Corvo	1,2	2,3	3,3	6,3
Santa Maria	2,0	2,6	3,2	4,2
Graciosa	1,8	2,3	3,2	4,1
Faial	2,2	2,2	3,2	3,2
Terceira	2,6	2,3	3,2	2,8
São Jorge	2,4	2,2	3,2	2,9
Flores	2,2	2,2	3,3	3,8
São Miguel	2,9	2,5	3,2	2,8
Pico	2,6	2,2	3,2	2,7

Fonte: Lalanda-Gonçalves, 1984: 51.

Nesta perspetiva fenomenológica e estrutural a *distância* torna-se atributo na relação com o exterior, o *isolamento* (atributo da concentração no universo local /representação do exterior) e a pequena dimensão territorial (primado da integração/ consenso social). Esta dinâmica sociocultural encontra-se *modelizada* na Tabela II).

Tabela II. Dinâmica sociocultural e insularidade.

Insularidade		Sistema sociocultural	
		Exterior	Interior
	Distância / Isolamento	Valorização	Concentração
	Pequena dimensão territorial	Projeção	Integração

Fonte: Adaptado de Lalanda-Gonçalves, 1984.

Neste modelo a relação com o exterior é percecionada como valorização: ela é vista por uns como espaço de libertação das dominações locais e espaço de oportunidade para sair da ilha (emigrar), e é entendida pelas elites locais como espaço relacional auto-valorizador (veja-se a importância da relação das elites com os poderes políticos exteriores, bem como a importância destas relações na transferência de tecnologias) (Lalanda-Gonçalves, 1984: 300-301).

Esta dimensão de valorização do exterior, culturalmente significativa, encontra-se ligada à projeção para o exterior da resolução das dificuldades locais, o que torna congruente o sentido e a propensão para migrar. Esta dimensão é também amplificada pelas dimensões do consenso e de forte integração, manifestas em diversos outros indicadores políticos, económicos e sociais (Lalanda-Gonçalves, 1987: 150).

Neste quadro, a propensão para emigrar insere-se em todos os períodos históricos como uma constante, característica fundamental de toda e qualquer dimensão estrutural.

É também neste contexto que, como resultado deste processo migratório, se assiste à construção de comunidades emigradas que mantêm umnexo comunicacional com as comunidades de origem. Com efeito, se, por um lado, a herança do país de origem tem um peso crucial no processo de construção e manutenção da identidade dos emigrantes e seus descendentes, por outro lado, o contexto do país de acolhimento onde se encontram também tem um papel importante.

Neste sentido, o Canadá é um campo significativo de análise. Este país tornou-se, em 1971, no primeiro a declarar o multiculturalismo como uma política oficial de Estado.

“O Multiculturalismo requer que os imigrantes, as minorias étnicas, negociem não apenas as suas identidades mas também as suas filiações nacionais” (Sardinha, 2011: 372; tradução do autor).

De acordo com este autor tornou-se um fenómeno comum a construção, manutenção e negociação de identidades entre os emigrantes. No âmbito da perspetiva interna

“dominada inicialmente pelo ambiente familiar e relações com e no seio da comunidade étnica, se a autoridade parental predomina, se a vida familiar é mantida como étnica tanto quanto possível (língua, alimentação, hábitos, costumes, etc.) e se os recursos étnicos existem para ajudar a manter os descendentes envolvidos na cultura étnica (incluindo os laços étnicos institucionais mantidos através da participação na vida associativa ou religiosa, frequência a aulas da língua, visitas frequentes ao país de origem, entre outros), a aculturação torna-se uma tarefa difícil de cumprir.”
(Sardinha, 2011: 374; tradução do autor).

Para a comunidade emigrada, o confronto entre o *modelo* sociocultural original e os *modelos* existentes nos países de emigração resulta numa lógica conservadora, num regime tradicionalista, onde se procura manter um referencial de contacto com o mundo que se deixou. Os conceitos de saudade, de afastamento, de exílio ou de valorização das origens ajudam a manter este *novo locus* em permanente confronto com uma realidade cultural dominante absorvente e integradora. Este equilíbrio vai-se deteriorando à medida que as gerações se sucedem, sendo cada vez mais difícil manter a compatibilidade entre valores e modelos comportamentais originários e os do novo quadro de relações.

Para a comunidade residente na ilha, o confronto entre a realidade exterior e os modelos comportamentais e valores locais encontra-se filtrado pela função mediática exercida pelos emigrantes retornados temporariamente à ilha e pelas cartas e comunicações mantidas durante os períodos de estadia dos seus familiares nos diferentes espaços de emigração.

Esta dupla realidade insere-se nos processos de identificação coletiva, pois é através de imagens, de símbolos, de configurações e de representações que uma comunidade se produz, se reconhece e se faz identificar por outros. Berque salientou, por isso, a importância da ideia de *significado* no estudo da identidade coletiva, e desejou o aparecimento de uma semântica social. Com efeito, o sistema cultural estruturou-se a dois níveis diferenciados: o nível energético, materializado pelas técnicas e pela *praxis*, e o nível informacional, onde se produzem e se

trocam mensagens alimentadas pelos dados concretos fornecidos pelo ambiente natural e social. Existe assim uma passagem contínua, a que Berque chama *convertibilidade*. Esta reside na constatação de que o ato social consiste precisamente em conversões do facto em signo, da quantidade em qualidade, dos conteúdos em formas e reciprocamente, e que a identidade coletiva é exatamente o horizonte no qual se exerce essa *convertibilidade*. (Lalanda-Gonçalves, 1987: 148-150).

Neste contexto, numa situação de isolamento marítimo, num espaço concentrado e exíguo, os sistemas sociais tendem a produzir um amplo conjunto de *withinputs* que contribuem para a conservação de uma enorme massa de informações e de comportamentos típicos significantes: tradições, arcaísmos linguísticos, modelos comportamentais. A convertibilidade exercida num contexto de variantes limitadas, como se caracteriza o ambiente insular, produz um aumento relativo da importância dos modelos-guia, *v* provindos do exterior, ainda mais se estes aparecerem socialmente como realizadores de valores locais.

Assim, como aqui se demonstrou, certas elites tendem a procurar no exterior, pela função mediática, a garantia de se proceder à integração de novos modelos e condutas que permitam manter, no sistema de ação local, a compatibilidade com o exterior, e, logo, a sua permanência no poder. Paralelamente a este processo, a emigração, através dos fenómenos de retroação, reforça esta mesma dimensão mediática, em certos contextos de enraizamento, ao atribuir ao ato de emigrar uma dimensão concretizadora de valores locais (solidariedade familiar, religiosidade, entreajuda, e trabalho devidamente recompensado), ao mesmo tempo que permite a introdução de novos conceitos na compreensão do mundo envolvente.

Esta projeção para fora das fronteiras naturalmente limitadas do espaço insular desenvolve-se não apenas num domínio imaginário mas também no concreto das relações deste sistema insular com o exterior. Tal como a valorização do exterior como modelo, predominantemente utilizada por elites, a valorização dos espaços de emigração como situação local idealizada manifesta uma abertura necessária à criação de um sistema de coordenadas que permitem situar a comunidade insular no contexto mais vasto das relações interculturais.

No âmbito da relação entre o processo emigratório e o processo de identificação coletiva em meio insular, demonstramos até que ponto, atendendo às características topológicas específicas da *insularidade*

(distância, exiguidade territorial, isolamento marítimo e predominância relativa de *withinputs* culturais), se verifica uma amplificação da função mediática nas relações interculturais com o exterior da ilha (Lalanda-Gonçalves, 1987).

A identidade coletiva insular reside, portanto, não somente na estruturação de um sistema particular de traços culturais específicos, mas também na consciencialização de elementos exteriores advindos dos múltiplos contactos, necessariamente mediáticos, tanto através dos órgãos de comunicação social como através dos grupos que desempenham uma função mediadora entre o espaço insular e o exterior, que na nossa perspetiva se desenvolvem, de forma amplificada, em todo e qualquer sistema social insular.

A ABORDAGEM COMUNICACIONAL DAS MIGRAÇÕES

Como sociedade que mantém desde a sua fundação importantes laços culturais, sociais, políticos e económicos com o espaço continental de Portugal – laços estruturados e instituídos mediaticamente, sobretudo através das elites locais enquanto atores de múltiplas mediações, o sistema societal açoriano tem vindo a desenvolver múltiplas dinâmicas de mudança social.

Tendo em conta os múltiplos contextos de enraizamento (Lalanda-Gonçalves, 1987). Estas dinâmicas desenvolvem-se através de novos *inputs* externos, tanto pelo desenvolvimento dos meios de comunicação (rádio, telefone e correios) como também, e sobretudo, nos últimos anos, pela televisão, e mais recentemente pela internet.

Nesta perspetiva é importante analisar os fenómenos migratórios enquanto geradores de sistemas comunicacionais socialmente contextualizados e culturalmente significativos. Aqui adquire particular importância a análise das redundâncias comunicacionais (cf. a análise comunicacional da escola de Palo Alto) que se produzem e que são indicadores dos modelos relacionais que se instituem no contexto migratório.

Para abordar este sistema relacional instituído pelos processos migratórios assume especial relevância o paradigma comunicacional (na consagrada expressão de autores como Miège, Rodrigues ou Esteves), onde se considera a centralidade da comunicação na vida humana e o espaço interlocutivo no contexto simbólico (Esteves, 2011:17).

Nesta perspetiva é legítimo abordar os fenómenos migratórios enquanto processos que instituem múltiplas dinâmicas comunicacionais entre dois ou mais espaços nos diferentes níveis de análise (interpessoal, grupal, organizacional e mediático).

Assim, neste quadro encontramos um certo número de atores que constroem um campo de relações que produz determinadas lógicas de ação e de sentido que podem ser construídas sob a caracterização de “lógicas sociais da comunicação” (Miège, 2005:108). Estas lógicas ganham significado na medida em que podem ser compreendidas no quadro de um sistema que lhes confere sentido.

A relação entre as comunidades emigradas e as comunidades residentes ao longo dos tempos institui uma *gramática* (cf. Winkin, Latour) que determina um jogo mútuo de expectativas. Neste quadro, os *grupos mediáticos* (da elite e da emigração enquanto atores de múltiplas mediações entre territórios) são determinantes na construção de um discurso mediático articulado com processos identitários locais.

Neste sentido a abordagem sistémica qualitativa preconizada por Alex Mucchielli (2004) pode ser adotada para fazer emergir, através da análise das recorrências discursivas, o *modelo* subjacente às lógicas comportamentais e de sentido verificadas neste contexto específico, e o sentido escondido das lógicas comunicacionais observadas.

Ao longo dos últimos anos, em diversas comunicações, tenho vindo a pôr em evidência a pertinência do *modelo relacional* implícito no processo migratório açoriano (Lalanda-Gonçalves, 2012; 2014). Qualifiquei-a de *lógica eutópica*, do grego lugar do bem, podendo ser *centrada* (no contexto local/nacional e sobretudo nos grupos dominantes) ou *ex-centrada* (no contexto dos grupos sociais dominados propensos a emigrar). As duas lógicas mantêm um *discurso identitário* na relação com o exterior das ilhas, situando-o no contexto nacional e internacional.

É por isso significativo o desfazamento entre a lógica eutópica centrada (que valoriza a centralidade atlântica, estratégica e política) e a lógica eutópica ex-centrada (que valoriza o espaço da emigração e a necessidade de preservação identitária local).

As múltiplas tensões no campo assim definido caracterizam o sistema sociocultural da emigração açoriana, onde os diversos elementos estruturais e as dinâmicas sociais se articulam em busca de uma con-

gruência de sentido que se manifesta nas lógicas eutópicas centrada e ex-centrada associadas aos processos emigratórios (Quadro III).

Tabela III. Lógica eutópica.

Sistema Sociocultural	Sistema relacional	
	Exterior	Interior
	Exterior	Valorização
Interior	Projeção	Integração

Fonte: Adaptado de Lalanda-Gonçalves, 1984.

Esta *modelização*, na perspetiva da sistémica qualitativa, permite compreender melhor as dinâmicas comunicacionais que se produzem neste contexto. Assim, e para melhor entendermos estas lógicas comunicacionais e comportamentais, desenvolvemos um estudo de diferentes websites das associações da diáspora (Canadá) e das instituições regionais ligadas às comunidades emigradas (Lalanda-Gonçalves, 2014) onde o modelo apresentado no Quadro III aparece reforçado.

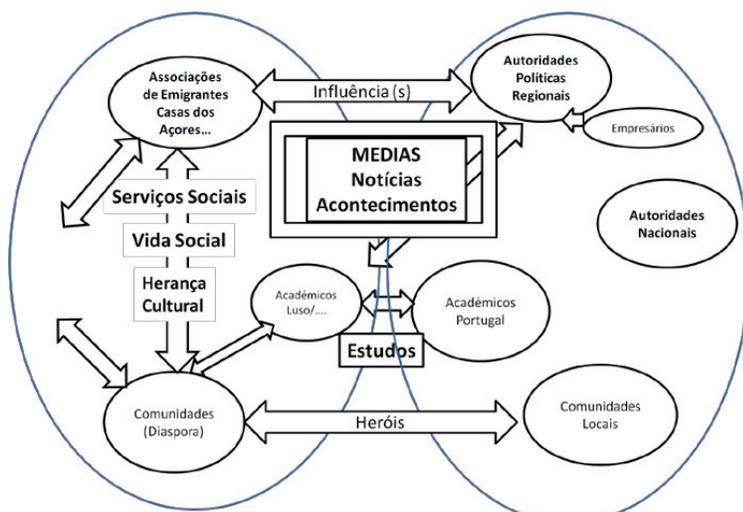
Com efeito, através das recorrências comunicacionais implícitas e explícitas, postas em evidência através de uma análise de conteúdo dos diferentes websites das associações de emigrantes portugueses no Canadá e dos websites institucionais de açorianos e portugueses direcionados para as comunidades de emigrantes no Canadá, verificamos que existe uma forte relação entre a valorização mútua dos espaços (local e de emigração) através da interação dos grupos que chamamos de mediáticos por desempenharem neste contexto múltiplas mediações sociais, económicas, culturais e políticas.

Os atores que configuram este “campo” de interação são os seguintes: as autoridades locais e regionais; associações de emigrantes; os universitários açorianos e os universitários luso-canadianos.

Os elementos estruturais da interação entre estes atores mostram que as principais comunicações entre eles estão ligadas à defesa da herança cultural/identidade, ao conhecimento das comunidades emigradas e à promoção da comunidade açoriana e portuguesa no Canadá. As principais problemáticas desta interação são: educação/juventude; empreendedorismo; laços políticos entre as comunidades local e da diáspora; vida social e serviço social.

Tendo em conta estes elementos estruturais e relacionais, e no quadro de uma abordagem sistémica qualitativa, podemos destacar alguns vetores estruturantes deste sistema relacional colocando em relação os atores do sistema e o principal sentido das comunicações, como se vê na Figura 2.

Quadro II. Modelização das comunicações no espaço da diáspora.



Destacam-se, neste quadro, as *lógicas comunicacionais* entre as associações de emigrantes e as comunidades da diáspora à volta de problemáticas associadas à segurança social, à vida social e à herança cultural (Lalanda-Gonçalves, 2014).

A análise dos *websites* oficiais açorianos construídos para a diáspora mostra uma lógica orientada para valorização dos “heróis da emigração”, dos políticos, e dos académicos. Estas duas lógicas comunicacionais presentes nos websites revelam que a abertura deste canal (internet), no contexto da interação das comunidades emigradas e residentes, não produziu uma alteração do modelo posto em evidência em (Lalanda-Gonçalves, 1984) mas pelo contrário parece reforçá-lo (Quadro III).

Com efeito, a dualidade do sentido global deste modelo evidência valorização, e por vezes na hipervalorização, da *diáspora* enquanto reflexo/manifestação da identidade local/ regional. Esta simbólica

manifesta uma das invariantes culturais da centralidade do *espaço e do tempo-mundo*, posta em evidência em todos os sistemas culturais em confronto com a hipótese da desterritorialização mediática.

O *discurso mediático da emigração* no contexto da imprensa, da TV, e da Rádio irá acentuar alguns elementos destas lógicas *eutópicas*, onde o único elemento disruptivo foram os casos de deportação (reportadas nos meios de comunicação social através de uma estereotípia pronunciada) (Rocha et al., 2012).

De uma maneira geral o espaço mediático concedido aos heróis da emigração e aos heróis das migrações para o continente (sucesso) acentuam a lógica eutópica das interações locais, ambas reforçando a validade da opção pela emigração/migração enquanto solução aceite no quadro dos *espaços de oportunidade* socialmente percebidos (Lalanda-Gonçalves, 2007).

O sistema de relações entre atores não é neutro face aos referenciais exteriores (princípio de distinção), e as *representações sociais* veiculadas pelas interações sociais, no contexto insular, potenciam a propensão a condutas migratórias tal como se veio a constatar ao longo da história da população açoriana.

Ao contrário das migrações para o território continental português que se inserem numa lógica social de progressão (estudos, carreira, etc.), as migrações para outros países revelam uma lógica diversa que associa, entre outros referentes, aspirações de mobilidade social e a rutura com os quadros e barreiras locais.

Porém, as relações instituídas nos espaços da emigração (comunidades emigradas) tendem a reproduzir o modelo relacional das comunidades de origem sendo disto exemplo os conteúdos implícitos e manifestos dos websites das associações de emigrantes. Esta homologia estrutural é por isso significativa (Quadro II) de um contexto mais alargado de relações propício a refletir a própria noção de *diáspora* e as relações que se instituem a partir das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Nesta perspetiva, e como afirma Mazella,

“o investigador deve (...) evitar cair na armadilha do discurso prescritivo de uma doxa globalizadora, o *globish* económico, tendente a fazer do migrante um *Homo economicus* racional, deslocalizado, capaz de maximizar economicamente e socialmente as suas deslocações. Isto é em parte ver-

dade para certas categorias de migrantes. É globalmente falso para aqueles de entre estes que são clandestinos, apátridas, com o pedido de asilo recusado, dominados nas sociedades de acolhimento muitas vezes em crise” (Mazella, 2014:122; tradução do autor).

É por isso que, a partir da *modelização* das comunicações desenvolvidas através das novas tecnologias, se abre um quadro de análise que procura inserir os sistemas de sentido na pragmática da interação individual, grupal, organizacional e coletiva. E o que nesta breve síntese se revela é que, muito embora exista uma maior facilidade de interagir num plano transnacional, nos modelos comunicacionais entre comunidades emigradas e locais (no caso dos Açores) predominam lógicas de conservação identitária que são significativas do sistema de relações nos quais estas foram instituídas. Como afirma Touraine,

“o primeiro dever da sociologia é o de olhar o que está escondido, de dizer o que és tu, de fazer aparecer a falha de um discurso, a distância da palavra e da ação”

(Touraine, 1974:88; tradução do autor).

É também neste contexto que os processos identitários podem ser associados a lógicas implícitas de *reconhecimento* (cf. Axel Honneth). Com efeito, as problemáticas identitárias colocam, desde logo, a necessidade da construção de um outro generalizado que permite a possibilidade de nos situarmos socialmente. Ora, se no contexto insular a relação com o exterior emerge amplificada é porque esta se insere num sistema relacional/comunicacional que lhe confere sentido. A diferencialidade das lógicas sociais que se produz face à mobilidade espacial é por isso significativa do sistema de relações sociais que se instituem no espaço insular (Lalanda-Gonçalves, 1984; 2007; 2014).

CONCLUSÃO

A partir desta análise comunicacional dos processos sociais da emigração, no contexto das relações da sociedade açoriana com o exterior, verifica-se que a incapacidade destes espaços insulares em gerarem atratividade (devido à reduzida dimensão territorial insular e à distân-

cia face ao exterior) articula os processos migratórios com dinâmicas socioculturais identitárias.

Neste quadro as dinâmicas migratórias têm, ao longo de várias décadas, mantido uma relativa constância, e os seus quantitativos só se reduzem a partir de meados dos anos 80 do século XX (Rocha, 2011). As comunidades açorianas emigradas sobretudo nos EUA e no Canadá inter-relacionam-se com as comunidades residentes nos Açores constituindo um sistema de relação significativo para a compreensão da identidade regional.

Assim, a abordagem comunicacional deste sistema de relações permite por em evidência a importância de fatores estruturais ligados tanto às dimensões económica, política, social e cultural como à *insularidade* enquanto constrição geral do sistema.

Tendo em conta a temática deste Encontro posso referir que, numa primeira análise, as lógicas comunicacionais entre as comunidades emigradas e locais, na sequência da Revolução de Abril de 1974, foram sintomáticas dos modelos de relação instituídos no espaço da diáspora nas suas dimensões política, económica, social e cultural. Todavia, o estudo desta época particular ainda está embrionário, pelo que não permite antecipar qualquer conclusão. Porém, podemos formular a hipótese de que a relação entre grupos e classes sociais, no contexto açoriano, se insere, neste período, no quadro do modelo global de relação evidenciado nesta comunicação (a lógica eutópica). Neste quadro, a lógica comunicacional dos movimentos separatistas, que então surgiram nas ilhas açorianas, foi disto um importante indicador no que respeita à relação com as comunidades emigradas, pela ênfase dada à diáspora enquanto elemento essencial da identidade açoriana.

Em suma, através de uma abordagem sistémica qualitativa das dinâmicas migratórias, é possível não apenas abrir um vasto campo de investigação quanto à compreensão das lógicas sociais, políticas e económicas que se instituem entre os territórios locais e os da emigração, mas também abrir novas pistas na compreensão dos processos identitários e de identificação das comunidades insulares.

BIBLIOGRAFIA

- BERQUE, Augustin (1982) *Vivre l'espace au Japon*. Paris, PUF
- ESTEVE, João Pissarra Esteves (2011). *Sociologia da Comunicação*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FISCHER, G. N. (1981), *La Psychologie de l'espace*, Paris, PUF.
- FERREIRA, C. (2009), “Internet e emigração: impacto das novas tecnologias na relação com a cultura de origem”, 6º SOPCOM/4ºIBÉRICO, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 14 a18 Abril, 2009, Anais. Disponível em <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/view/312/292>
- GOFFMAN, Erving (1983) “The interaction order” in *American Sociological Review*, vol. 48, 1,1-17.
- HALL, Stuart (2006). “*Identidade cultural e diáspora*” in *Comunicação e Cultura*, 1, 21-35.
- HONNETH, Axel (2011), *A Luta pelo reconhecimento – para uma gramática moral dos conflitos sociais*. Lisboa, Ed. 70.
- MAZELLA, Sylvie (2014), *Sociologie des migrations*, Paris, PUF.
- LALANDA-GONÇALVES, Rolando (1984), *Eutopie, insularité et migrations. Contribution à l'analyse des processus socio-culturels dans un environnement insulaire*, These de Doctorat de 3eme Cycle, Université Paul Valery Montpellier III (policopiado).
- LALANDA-GONÇALVES, Rolando (1986), “Eutopia e emigração. Abordagem microso-ciológica na freguesia da Ribeira Quente” in *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*, Ciências Sociais, nº.1, Ponta Delgada, 107–132.
- LALANDA-GONÇALVES, Rolando (1987), “Contextos de enraizamento e processos de identificação coletiva”, in *Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores*, Ciências Sociais, nº. 2, 1987, 131-165.
- LALANDA-GONÇALVES, Rolando (2000), “Insularidade e emprego : Por uma sociologia do espaço de oportunidade “, in IV Congresso Português de Sociologia, 4, Coimbra, 17-19 de Abril.
- LATOUR, Bruno (2006), *Changer de société –refaire de la sociologie*. Paris, La Découverte.
- MAZZELLA, Sylvie (2014), *Sociologie des migrations*. Paris, PUF.
- NEMÉSIO, Vitorino (1932), *Açorianidade*, in *Insula*, Número Especial Comemorativo do V Centenário do Descobrimento dos Açores, nº 7-8, julho-agosto, Ponta Delgada.
- LE MOIGNE, J.L. (1990), *La modélisation des systèmes complexes*. Paris: Dunod.

- MIÈGE, Bernard (2005), *La pensée communicationnelle*. Grenoble, PUG.
- MOLES, A Rohmer, E (1986), *Théorie structurale de la communication et société*. Paris, Masson.
- MOLES, A Rohmer, E. (1972), *Psychologie de l'espace*, Paris, PUF.
- MOLES, A. (1982), *Les labyrinthes du vécu: l'espace, matière d'actions*. Paris, Méridiens.
- MUCCHIELLI, Alex (2004a), *Approche par la modélisation des relations*. Paris: Armand Colin.
- MUCCHIELLI, Alex (dir.) (2004b), *Dictionnaire des méthodes qualitatives en sciences humaines* (2e éd.). Paris: Armand Colin.
- MUCCHIELLI, Alex. (1986), *L'identité*. Paris, PUF.
- ROCHA, Gilberta P. N. e Ferreira, Eduardo (2011) "Traços gerais da emigração açoriana da segunda metade do Século XX à actualidade", in Rocha, Gilberta Pavão Nunes; Ferreira, Eduardo; Mendes, Derrick. *Entre Dois Mundos. Emigração e Regresso aos Açores*, Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores/Direcção Regional das Comunidades.
- ROCHA, G. P. N., Medeiros, O., Ferreira, E. (2011), *Profiles and pathways of immigrants in the Azores*, Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores/Direcção Regional das Comunidades.
- ROCHA, Gilberta P. N.; Medeiros, Octávio; Diogo, Fernando; Tomás, Licínio M. V. (1999). "Repatriados e integração social na ilha de S. Miguel", *População e Sociedade*, 5: 221 – 254.
- SARDINHA, João (2001), "Portuguese-Canadian Descendents in multicultural Canada: Ambiguous identity in a Sure-Footed Nation or Cultural Awareness", *Journal of International Migration and Integration*, November 2011, Volume 12, Issue 4, 371-389.
- TOURAINÉ, Alain (1974), *Pour la Sociologie*. Paris, Seuil.
- WINKIN, Yves (coord.) (1981), *La nouvelle communication*. Paris, Seuil

WELCOMING SUBURBS? THE HOUSING EXPERIENCES OF RECENT IMMIGRANTS IN THE OUTER SUBURBS OF VANCOUVER (CANADA)

José Carlos Teixeira | University of British Columbia (Canadá)

INTRODUCTION

Historically speaking, immigrants to Canada have always preferred to settle in major urban areas, with preference given to Toronto, Vancouver, and Montreal (almost 70% of Canada's recent immigrants chose these three cities in the period 2001–2006). As some researchers have noted, “immigration to Canada is a tale of three cities” (Abu-Laban & Garber, 2005, 535). A different range of social, cultural, and economic forces has thus gradually but radically transformed the face of our cities and their neighbourhoods. Canada's largest urban areas and their suburbs are experiencing dramatic demographic, economic, and cultural changes as a consequence of immigration. These changes have profoundly altered not only the social and cultural composition of neighbourhoods, but also their complex housing (sub)markets. We cannot begin to understand housing markets in Canada without addressing the impact of immigration on these markets (Carter & Vitiello, 2012; Hiebert & Mendez, 2008; Li & Teixeira, 2007; Moos & Skaburskis, 2010).

The increasingly heterogeneous nature of immigration to Canada is mirrored in the diverse settlement patterns of immigrants. Some groups form ethnic enclaves—either settling initially in traditional immigrant reception areas downtown and later re-segregating in the suburbs, or immigrating directly to suburbs—while others are scattered across the urban and suburban landscape. These complex settlement patterns have resulted in major challenges for the socio-economic and cultural inclusion of these immigrants, for policymakers from all levels of government, and for social service providers and business leaders (Carter &

Vitiello, 2012; Kilbride and Webber, 2006; Larrivee, 2011; Lo et al., 2010; Murdie & Skop, 2012).

Case studies indicate that new immigrants and refugees are contributing to the formation and growth of low-income poverty pockets within the City of Vancouver and its suburbs (Brunner & Friesen, 2011). Within this context, service providers often face problems with regard to the delivery of information services to newcomers. As Motz asks: “Can they find jobs that satisfy them and meet their needs? ... Can they access the programs and services they need to ensure their overall health and well-being?... How do newcomers or prospective immigrants find out about these services? And how can they be encouraged to take advantage of these services sooner rather than later?” (2011, 71). Despite efforts by different levels of government (e.g., Welcome BC) to enhance information service delivery to newcomers, much remains to be done to ensure that newcomers’ needs are met, including access to housing information (Motz, 2011).

In the last two decades or so, data from the Canadian Census has sparked significant interest in immigrant dispersal to new destinations outside major urban centres (Abu-Laban & Garber, 2005; Boadway, 2000; Brunner & Friesen, 2011; Preston et al., 2009; Radford, 2007; Sherrel, 2009). Rapid population growth and the concentration of immigrants and minorities in the suburbs have led to greater demand for increasingly scarce affordable housing. Many immigrants and refugees are forced to live in crowded conditions with other immigrants of the same ethnic background, or with family and/or ethnic friends – common coping strategies that can represent “hidden homelessness” (Fiedler, Schuurman, & Hyndman, 2006; Hiebert et al., 2006; Teixeira & Halliday 2010). This dispersal away from the largest receiving areas is also contributing to changes in the geography of immigrant settlement (Murdie & Skop, 2012; Murdie & Teixeira, 2003; Qadeer, Agrawal, & Lovel, 2010). Clearly, it is imperative for scholars to address the new realities of immigration outside the major urban areas, which include issues such as immigrant access to housing in the outer suburbs.

Research into the constraints and outcomes of immigrants’ and minorities’ housing experiences has policy implications for all levels of government. How can Canada accommodate newcomers in appropriate, secure, and permanent housing given that “good housing facilitates successful resettlement and accelerates the integration process” (Murdie

2008b, 82)? This research evaluates the housing experiences and coping strategies of recent immigrants in Richmond and Surrey, two fast-growing outer suburbs of Vancouver where the immigrant population has rapidly increased in the last decades and where there is a shortage of affordable rental housing.

HOUSING NEW IMMIGRANTS

In recent years, Canadian scholars have paid more attention to the relationship between access to affordable housing and the residential concentration of immigrants and minorities on the one hand, and the latter's successful integration and inclusion into mainstream Canadian society on the other. For immigrants, not only the type of housing but also the neighbourhood in which that housing is found, affects successful integration in a new society (Darden & Fong, 2012; Murdie & Ghosh, 2010; Teixeira & Li, 2009).

While the housing literature in Canada has examined the barriers and challenges that immigrants face in the rental housing market or the different factors that help or hinder various immigrant groups in achieving homeownership, these studies have either been national in scope or have focused mainly on the major metropolitan areas, or “ports of entry,” where most immigrants live (Bunting, Walks, & Fillion, 2004; Carter, 2005; Murdie, Preston, Chevalier, & Ghosh, 2006; Moore & Skaburskis, 2004; Painter & Yu, 2010, 443). The outer suburbs of these major metropolitan areas, however, have largely been ignored. While some affluent newcomers (e.g., business class immigrants with sufficient assets to purchase housing upon arrival) have been settling in the major gateway cities of Montreal, Toronto, and Vancouver and their suburbs in relatively high-priced housing, others—including new immigrants, refugees, and visible minorities—are settling in lower-quality housing in neighbourhoods characterized by high rates of poverty (Brunner & Friesen, 2011; Murdie & Skop, 2011). This latter group of newcomers faces ever-increasing barriers to homeownership, as recent studies show that homeownership rates are declining with successive cohorts of immigrants due in part to waning income prospects. The intersections between immigration, housing, and homelessness are numerous and often complex. As Bunting, Walks, and Fillion (2004, 361) note, “From

both a policy and theoretical perspective ... greater attention needs to be paid to the spatial aspects of housing affordability and to the related, economically-induced risk of homelessness in Canadian metropolitan areas.”

It has been established that recent immigrants are more likely than Canadian-born residents to spent large amounts of their total household income on housing costs (Preston et al., 2009). However, more research is needed on vulnerable households in the outer suburbs (those spending at least 30% of their entire income on housing), and households at high risk (those spending at least 50% of their income on housing).

For new immigrants and refugees, access to adequate and affordable housing is essential for their successful integration into Canadian society (Carter, Polevychok, Friesen, & Osborne, 2008; Ghosh, 2007; Murdie, 2008b; Murdie & Teixeira, 2003; Preston, Murdie, & Murnaghan, 2007; Rose & Ray, 2001). However, homelessness is a risk for growing numbers of new immigrants and particularly for visible minority groups and refugees, who are more likely to face significant housing affordability problems, including forms of “hidden homelessness” (D’Addario, Hiebert, & Sherrel, 2007; Fiedler, Shuurman, & Hyndman, 2006; Kilbride and Webber, 2006). There is also a growing awareness among scholars about the cultural importance some immigrant groups attach to homeownership and the impact of these groups on urban and suburban housing prices, as well as their settlement preferences with regard to where to live and work in Canada’s urban and suburban areas (Hiebert, 2005; Hiebert & Mendez, 2008; Teixeira, 2005).

Research in Canada’s largest gateway cities suggests that visible minorities groups, including new immigrants and refugees from all over the world (e.g., Africa, Asia, the Middle East), may be at a disadvantage in both the rental and homeownership markets. For these groups, the housing search process —gathering and using information about the availability of housing vacancies, particularly in expensive housing markets with low vacancy rates—can be a stressful experience. Recent immigrants may also face language barriers and other forms of discrimination (despite human rights and multicultural policies) in tight, expensive housing markets (Drolet, Robertson, Multani, Robinson, & Wroz, 2008; Fiedler, Schuurman, & Hyndman, 2006; Fong & Chan, 2010; Miraftab, 2000; Ray & Preston, 2009; Rose, 2001; Rose & Ray, 2001; Teixeira, 1995, 2008). In addition to having a lack of information

about the functioning of the housing market, immigrants' access to adequate, suitable, and affordable housing is also subject to spatial biases and constraints through discriminatory practices by real estate agents, landlords, mortgage lenders, and other private and non-private agencies that affect new immigrants' housing options. These constraints can contribute to the creation and perpetuation of high levels of involuntary residential concentration of immigrants, including racial and ethnic segregation in housing markets (Darden & Fong, 2012; Ray & Preston, 2009; Darden, 2004; Novac, Darden, Hulchanski, & Seguin, 2004; Dion, 2001; Teixeira & Murdie, 1997).

The literature suggests that these difficulties have become more acute in Canada since the mid-1990s, given low levels of new social housing construction, relatively high rents in the private housing market, low vacancy rates, and funding cuts to social assistance and support for the non-governmental organizations that normally assist new immigrants and refugees (Murdie, 2008a). While these issues have long been concerns in major Canadian gateway cities such as Vancouver, Toronto, and Montreal, they are also increasingly important in the growing outer suburbs of these and other major cities. The housing markets in the outer suburbs of Vancouver (e.g., Richmond and Surrey) and in Toronto (e.g., York and Peel Regions) are typical of Canada's outer suburbs generally, being predominantly composed of expensive, single, detached, owner-occupied dwellings. The supply of social housing and the provision of settlement services for new immigrants and refugees are also limited (Preston et al., 2009; Sherrel, 2009). Housing costs in the rental and homeownership markets determine who can afford to move to the outer suburbs of metropolitan areas. Since immigration has been identified as an engine of economic growth, the fact that newcomers face barriers in securing affordable housing in the outer suburbs has policy implications of interest to policy makers, politicians, and social service providers.

The scarcity of research on the housing experiences of immigrants and minorities in the outer suburbs prevents a full understanding of (a) why certain immigrant groups are more successful than others in locating appropriate housing in a suitable or comfortable neighbourhood, and (b) the factors that facilitate or prevent this phenomenon in the outer suburbs of our metropolitan areas. This paper will address this gap by evaluating the housing experiences and coping strategies of new immigrants in the outer suburbs of Vancouver (Richmond and Surrey).

It concludes with recommendations for improving housing for new immigrants in the outer suburbs.

METHODOLOGY

Data for this study were collected from semi-structured interviews with key informants and from focus groups with recent immigrants. Semi-structured interviews were conducted with 15 key stakeholders, including service providers in Vancouver (4), Richmond (5), and Surrey (6). The author interviewed key informants that included individuals involved in immigrant settlement and housing services, social workers, B.C. Housing and CMHC officials, and social planners and city officials from the cities of Richmond and Surrey. With the exception of two interviews conducted by telephone, all other interviews were undertaken at the key informants' place of work.

In light of the limited amount of information about the housing experiences of immigrants in the outer suburbs, the key informant interviews were designed to obtain information on (a) the major challenges new immigrants face in accessing affordable rental housing; (b) the quality of information available on settlement programs and housing services to immigrants, and (c) advice on improving the supply of affordable housing and of specialized (ethno-specific) housing services to new immigrants.

Seven focus groups (four in Surrey and three in Richmond) were held with recent immigrants. To be eligible to participate in the focus groups, recent immigrants had to have been born outside Canada, to have arrived between 2000 and 2009, and to be living in rental housing in Richmond or Surrey. Each participant received \$30 for participating in the focus group.

In total, 88 recent immigrant renters (56 from Surrey and 32 from Richmond) participated in Surrey at SUCCESS Settlement Services and the Progressive Intercultural Community Services Society (PICS) and in Richmond at the Richmond Multicultural Community Services (RMCS). In both cities, the focus group participants were recruited through SUCCESS, PICS, and RMCS. The focus group participants reflect, to a certain degree, some of the largest immigrant groups living in the two cities (see Table 1). Although focus group participants are not

a representative sample of the immigrants living in Richmond and Surrey, they do illustrate the ethnic and racial diversity of the population of these cities.

In the focus groups, immigrants were asked a series of open-ended questions about (a) settlement experiences and housing history since their arrival in Canada, (b) the housing barriers they faced in securing affordable rental housing, (c) the housing search process and access to housing information, (d) the coping strategies they used when confronted with housing barriers, (e) advice on improving the supply of affordable rental housing as well as housing services and programs to new immigrants in search of affordable housing, and (f) housing outcomes and residential satisfaction. In addition to participating in a discussion about their housing experiences and challenges in Richmond or Surrey, each participant completed a 5-page questionnaire with 29 questions that asked them to provide basic socio-demographic information about themselves, including their housing situation and information about their migration. The questionnaire results were entered into a database to provide descriptive statistics about the focus group participants as well as aspects related to their housing situation. The interviews with key informants and the focus groups were tape recorded, transcribed, and analyzed by theme.

IMMIGRANTS' SETTLEMENT EXPERIENCES IN RICHMOND AND SURREY

HOUSING MARKETS AND THE SUBURBANIZATION OF IMMIGRANTS

In recent years both Richmond and Surrey have become popular destinations for new immigrants arriving in Canada. Between 1986 and 2006, Surrey's immigrant population grew from 39,315 to 150,230, while Richmond's grew from 34,005 to 99,660 (BC Statistics, 2006a, 2006b). Immigrants came mainly from Asia and the Middle East (67% of Surrey's total immigrant population compared to 81.6% in Richmond), but immigrants from all over the world have fuelled growth in Surrey and Richmond. In a relatively short period, these two outer suburbs of Vancouver have become important "ports of entry" for new immigrants and refugees, including members of visible minorities (46%

of Surrey's population are members of visible minorities compared to a much higher percentage of 65% in Richmond). The two most important visible minority groups in both cities are, South Asians (27%) in Surrey and Chinese (44%) in Richmond (BC Statistics, 2006c, 2006d). These new immigrant groups are, in turn shaping the social geography as well as the complex local housing markets of these cities.

As indicated by previous studies, immigrants and refugees tend to settle and concentrate in specific areas in Richmond (e.g., Richmond Centre) or in Surrey (e.g., City Centre, Whalley, parts of Guildford, and central Newton) (see Bruner & Friesen, 2011; Fiedler, Schuurman, & Hyndman, 2006). The literature also shows that distinct pockets of housing affordability stress and poverty exist in these areas/neighbourhoods of the outer suburbs. These areas are often associated with recent immigrants and refugee renters in core-housing-need situations; that is, in areas where "hidden" homelessness may be present (see Bunting, Walks, & Fillion, 2004). These concentrations are associated with areas with many low-income households, where low-cost market rental housing is clustered, and which are well served by public transportation routes (see Fiedler, Schuurman, & Hyndman, 2006). According to Fiedler, Schuurman and Hyndman (2006, 213) the patterns in the Greater Vancouver area are "consistent with studies of other Canadian cities? [such as those in Toronto] that have noted the suburbanization of poverty and immigrants." The authors add: "[T]he presence of areas where recent immigrants in housing need are concentrated in conjunction with high levels of poverty raises the possibility of social dislocation and exclusion" (Fiedler, Schuurman, & Hyndman, 2006, 214).

In Vancouver, "housing in-affordability stress in the outer suburbs has been produced by hugely inflated housing markets that occurred in the 1980s when demand for housing far exceeded the supply that could be built on the ground" (Bunting, Walks, & Bourne, 2004, 386). Furthermore, "in most places residential real estate in the newer suburbs is expensive, relative to older units... as well, the outer suburbs contain a relatively small proportion of rental housing because production of rental housing dropped precipitously after the mid-1970s. Outer suburban municipalities... have also been characterized as eager to 'zone' out rental apartments in strategic attempts to uphold the values of single-family housing... [also]... the majority of services targeting the housing-stressed tend, on the other hand, to be 'consumed' in the inner city" (Bunting, Walks, & Bourne, 2004, 386, 387). A specific focus

on recent immigrants' housing experiences is thus both necessary and appropriate.

Urbanization is affecting Surrey and Richmond's real estate and housing markets. Among the most important consequences is the increasing demand for affordable housing either to rent or buy. Moving to the suburbs to achieve ownership of a single detached home, located in a good neighbourhood, has long been part of the "Canadian dream" for those born both within and outside the country. More than two-thirds of the residents in Surrey and Richmond (75.2% in Surrey and 76.3% in Richmond) are homeowners. One of the main characteristics of the housing stock in these two outer suburbs is the predominance of single, detached houses.

The 2006 Census data shows that in Surrey, 9.3% of owner-occupied households spent 30% or more of their income on shelter; the figure was 14.2% in Richmond. The percentage of tenant households that spent 30% or more on shelter was about one-third in both cities (34.6% in Surrey and 31.6% in Richmond). In comparison, 29.9% of all British Columbia renters spent more than 30% or more of their income on shelter, while only 8.2% of all homeowners found themselves in the same situation (CMHC, 2010).

THE SOCIAL CHARACTERISTICS OF FOCUS GROUP PARTICIPANTS

Most of the participants in our focus groups were born in Asia (China, Philippines, or India): 48% in Surrey and 76% in Richmond (Table 1). However, 43% of the participants in Surrey came from Iraq, now an important source of new immigrants and refugees to the city. Most participants were female (71% in Surrey; 53% in Richmond) and over half of the adult participants in the focus groups were married (57% in Surrey; 56% in Richmond). The average participant in Surrey was 46 years old and in Richmond 43.8 years old. At the time of the focus groups, the majority of participants (79% in Surrey; 81% in Richmond) were landed immigrants (Table 1). However, some participants (e.g., Iraqis) had first arrived in Canada as refugees or via another country before entering in Canada.

Table 1. Renters' socio-demographic profile.

	Surrey (N=56)	Richmond (N=32)
Country born		
Iraq	43%	6%
India	21%	16%
Philippines	27%	22%
China		38%
Other	9%	19%
Sex		
Female	71%	53%
Male	29%	47%
Marital status		
Married	57%	56%
Single	25%	28%
Divorced	7%	9%
Common- Law	---	9%
Other	14%	---
Average age	46.1	43.8
Ability to speak English		
Fluent/Very good	36%	59%
Moderate/Poor	64%	41%
Highest Education		
Bachelor's or Undergraduate university degree	46%	31%
Master's degree	11%	19%
Diploma or certificate from trade, technical or vocational school	14%	13%
Diploma from college, CEGEP or nursing school	14%	13%
Some university	4%	16%
High school diploma	7%	9%
Other	4%	
Past 12 months main activity		
Working at a job or self-employed	32%	38%
Looking for paid work	35%	28%
Going to school	14%	16%
Unpaid: caring for own children/caring for other family members/ household work	7%	9%
Other	5%	
Current immigration status		
Landed immigrant	79%	81%
Citizen	5%	13%
Refugee claimant	5%	6%
Temporary visa holder	4%	
Other/D.K.	7%	

Source: Questionnaire Survey, Focus groups, 2010.

About half of the participants in both cities had some post-secondary education (e.g., bachelor or master's degree). However, these high levels of education were not commensurate with each participant's paid work in the past 12 months. Close to half of the participants (49% in Surrey; 44% in Richmond) were looking for paid work or were going to school to improve their language or job skills. Of those who had a job, close to one-third (in both cities) were working full-time, but most were still in low-paying blue-collar positions. A high degree of frustration and dissatisfaction with regard to the type of job they did in Canada and the poor pay they got for the latter was a refrain heard from the majority of the participants during the focus groups. Given the recession in 2010, many participants were in a state of emotional and/or financial stress due to a lack of stable work, poorly paid work, or fear of losing their present job. Not surprisingly, most showed a preoccupation with their job prospects in the near future. Some participants shared their thoughts on this important issue:

It is not so much about housing. If you have money you can afford it, correct? What we need is people to recognize our qualifications... to create opportunities for jobs. Dishwashing pays \$7.70 an hour.... You go to the grocery store, who is washing the groceries? Immigrants. You go to McDonalds, who is in the kitchen? Immigrants... some highly qualified people. It is not about housing... Housing is just the tip of the iceberg... it's something that leads to housing that is the problem. It's financial.

They [the Canadian Government] allowed us to come here, we thank them for that. OK ... that does not deny the fact that when we come here we face a lot of issues in discrimination in looking for a job. If your certificate is from India, good luck! McDonalds is a very high paying job for you. If you are lucky, you end up working at the sky train station cleaning up people's dust.... We feel we are like in a "free prison." So you are free but you are in jail, somehow, because you are psychologically in jail, you can't really handle it. It takes a whole lot of change. So you have to do what you have to do to succeed in Canada, and probably collect your shame in order to go home and be welcomed by your people, you know. That is true, it's not a laughing matter.

With regard to their ability with Canada's official languages, participants in Richmond demonstrated a better knowledge of English, with close

to two-thirds considering themselves “fluent” or “very good” in terms of their ability to speak the language. In contrast, only one-third (36%) of the participants in Surrey demonstrated similar skills/knowledge of English.

Preston et al. (2009) found that immigrants in the outer suburbs of Toronto (York Region) faced similar disadvantages, which affected their socioeconomic and spatial integration and housing experiences.

SETTLING IN SURREY AND RICHMOND

Most of the focus group participants were new to the country as well as to the cities of Surrey and Richmond. The majority were fairly new to the region, having lived in Richmond and Surrey for less than three years (75% in Surrey; 63% in Richmond). Most came directly to Surrey and Richmond upon their arrival in the country (68% in Surrey; 50% in Richmond). However, 21% of participants in Surrey and 31% in Richmond had lived first in a different city in the Greater Vancouver area—either temporarily (most with relatives and/or friends) or in permanent housing—before they chose to come to Surrey or Richmond (Table 2). Many participants shared accommodation with relatives and/or friends from the same ethnic background upon arrival in Canada (36% in Surrey; 75% in Richmond). In general, the length of time spent living in shared accommodation varied from a few days or weeks to a few months. For many participants, this housing experience was a short-term solution prior to finding permanent housing.

In most cases, participants viewed living with relatives or friends upon their arrival as a short-term housing solution—a strategy for coping with their lack of familiarity with the city, its people, and culture as well as its complex housing markets. For many, it was a way to save some money before renting their own place. Sharing accommodation was especially important for the Chinese group in Richmond and the East Indian group in Surrey—both being well-established communities in the region. These two immigrant groups are well known for their strong social networks and community structure/services and for high levels of homeownership—both factors creating the opportunity for homeowners in these groups to rent to people from their own ethnic background. An important supply of rental housing in the region thus comes from inside the Chinese and East Indian communities, which helps home-

owners in these groups save money to help pay their mortgages and helps renters in search of affordable housing.

Table 2. Settlement experiences in the new country - Canada.

	Surrey (N=56)	Richmond (N=32)
Length of residence in Canada		
Less than 1 year	30%	13%
1-3 years	45%	50%
4-6 years	11%	19%
More than 6 years	14%	19%
Housing experiences in Canada		
Lived independently/Renter	73%	84%
Lived in a shared accommodation	36%	75%
Lived in an emergency shelter	13%	19%
Not usual residence	11%	28%
Other	5%	9%
Last place of residence before moving to Surrey/Richmond		
Home country	68%	50%
Vancouver (GVA)	21%	31%
Via other country	11%	19%
Length of residence in Surrey/Richmond		
Less than 1 year	30%	13%
1-3 years	52%	59%
4-6 years	13%	16%
More than 6 years	55	13%
Reasons for choosing Surrey/Richmond		
Less expensive housing	45%	28%
To live near people of the same ethnic background	30%	41%
Ties to relatives/friends	34%	31%
Social or other services	23%	16%
Job opportunities	16%	25%
Other	3%	9%

Source: Questionnaire Survey, Focus groups, 2010.

The same cannot be said of the other participants in the focus groups, particularly those coming from Iraq and the Philippines, members of less well-established communities in Surrey and Richmond. These newer arrivals lack a community infrastructure to support members in terms of housing information and supply. We could conclude from the focus groups that if sharing accommodation initially with relatives or friends had disadvantages (e.g., overcrowding, lack of privacy, family tensions due to living under the same roof), it also had the advantage of providing the participants with some sort of “comfort zone” in which they could count on support and that made them feel more “at home” in the region.

Focus group participants decided to settle in Surrey and Richmond for three main reasons: (a) to live near people of the same ethnic/cultural background; (b) because “ties to relatives and friends” were already established in the region, and/or (c) housing costs/rents were less expensive (Table 2). The desire to live close to people of the same ethnic/racial and cultural background and to ethnic networks (family members and friends) thus played a key role for the majority of our participants in their search for housing and jobs upon their arrival in the region. Participants described the importance of contact with their ethnic networks in the integration process in the following ways:

When we arrived one of my wife’s relatives told us that we could only afford to rent a basement suite. My wife started crying... back home [in India] we had a bungalow. How can we live here [Surrey] underground?... We lived with my wife’s relatives and we shared the rent for a few months, then we decided to move to our own apartment.

We did have some relatives here who helped us a lot [finding permanent housing and a part-time job].... So they helped us for a few weeks. And then after that, we were on our own. Initially everyone has to go through that phase until you get settled. You have to think positively. There is no point in being negative... make your circle of friends and move on.

These findings echo earlier research conducted in the outer suburbs of Vancouver (Sherry, 2009) and Toronto (Lo et al., 2010; Preston et al., 2009), showing that new immigrants and refugees feel more comfortable relying on their own (informal) social networks than on formal Canadian sources (e.g., government organizations, NGOs, or

professional housing service agencies). Yet despite the advantages these ethno-specific social networks offer new immigrants in the first year of settlement, particularly in their housing searches, much less is known about their limitations. Personal contacts, for example, including local ethnic, social, cultural, and religious organizations, may be limited in terms of the quantity and quality of housing information they can provide. More research is needed on the efficiency and reliability of these “social networks/contacts” in the outer suburbs— their role and impact on the suburbanization of immigration, on immigrants’ housing trajectories, as well as on their integration into the larger society. More research is also needed on the possible reasons—cultural and structural “forces”—why many new immigrants do not rely extensively on formal channels of information (e.g., NGOs, government organizations) when looking for housing, particularly in their first year of settlement.

At this stage, numerous questions remain unanswered in the Canadian housing literature. Are immigrants aware of these formal sources of information where they live? What do they know about their programs and services? Do they receive enough information from the local community, including the various levels of government, about these services and programs before and after arrival in Canada? Can language barriers or an immigrant’s lack of trust in Canadian sources be an obstacle to immigrants’ making use of these information channels, or do these Canadian sources not provide an adequate quantity and quality (preferably ethno-specific) of housing assistance to satisfy immigrants’ housing needs and preferences?

The few studies available in the Canadian housing literature show that, in Richmond and Surrey, there is an urgent need for more organizations to aid in the provision of specialized housing services to newcomers. Specifically, there is need for city-based housing search specialists familiar with the local housing (sub)markets and the social geography of the city, who can provide area-specific housing information as well as ongoing assistance and support to newcomers arriving in the outer suburbs (see Sherrel, 2009, 6). Lo and her team (2010, i-ii) note that, in face of a rapidly growing and increasingly diverse population in the suburban areas of large Canadian metropolises, “it is crucial to explore the conditions of services to vulnerable groups.” The challenge for policymakers and service providers is to “raise awareness and improve services delivery in low-density suburbs.”

CURRENT HOUSING SITUATION

RENTERS IN THE PRIVATE RENTAL SECTOR

Once they are in Canada, most immigrant families work to improve their housing conditions, usually by moving from temporary housing to a permanent residence in the private rental sector, before ultimately attaining the “Canadian dream” of owning their own dwelling, preferably in the suburbs (Murdie & Skop, 2012; Teixeira, 2007).

At the time of the focus groups, all of our participants were renting their dwelling. Most (51% in Surrey; 39% in Richmond) were renting the entire building (Table 3). It was difficult to solicit information regarding whether participants were subletting part of their dwellings (e.g., rooms, basement, lower floors) to help pay the rent, since many of these arrangements are informal. However, anecdotal evidence suggests that many immigrants in both cities (more by necessity than choice) tend to sublet parts of their dwelling, usually to members of their own ethnic group. Not surprisingly, this practice leads to high concentrations of immigrants in rental buildings in Surrey and Richmond, often in areas close to religious institutions and major public transportation routes.

Table 3. Current housing situation.

	Surrey (N=56)	Richmond (N=32)
Tenure type		
Rent entire dwelling	51%	39%
Rent room only	28%	22%
Other	9%	9%
Subsidized housing		
Subsidized	9%	7%
Non-subsidized	71%	50%
Don't Know	20%	13%
Current type of housing		
Apartment w/less than 4 storeys	34%	32%
Basement apartment	31%	19%
Apartment w/more than 4 storeys	20%	13%
Townhouse	7%	19%
Other	9%	19%
Length of occupancy		
Less than 1 year	45%	41%

	Surrey (N=56)	Richmond (N=32)
1-2 years	32%	31%
2-3 years	7%	25%
More than 3 years	16%	3%
Current monthly rent		
Less than \$500	5%	19%
\$500 - \$1,000	66%	34%
\$1,500-\$1,500	14%	38%
More than \$1,500	5%	9%
Don't Know	9%	--
Percent of monthly income spent on housing		
Less than 30%	13%	6%
Between 30% and 50%	34%	28%
More than 50%	54%	69%
On social housing wait list	N=14 (25%)	N=13 (41%)
On wait list for		
Less than 1 year	29%	31%
1 year to 3 years	50%	39%
More than 3 years	21%	31%

Source: Questionnaire Survey, Focus groups, 2010.

Another group of participants (28% in Surrey; 22% in Richmond) could not rent an entire dwelling, but instead were forced—mainly for financial reasons—to rent a single room only (Table 3). Most of these participants arrived in Surrey or Richmond in the last two years and, due to the short length of their stay in the region, have faced the most challenges in the local rental housing markets. Affordability is a major issue for this group of participants and most will not be able to move out of their place (or room) in the near future. During the focus groups, most of these participants acknowledged that living in a single room or sharing accommodation with other people was the only route they had to enter the rental housing market and eventually get a place of their own. For most members of this group of participants, the issue of owning a house seemed like a distant dream. As one participant noted:

Owning a house is the main goal of all immigrants... [but] I am worried about our jobs... finding a stable job where you won't get laid off is not easy... it is scary when I think about buying a house one day.

THE “CANADIAN DREAM” OF HOMEOWNERSHIP

Despite numerous difficulties (e.g., high rents, overcrowding, poor-quality housing), almost all participants (80 out of 88) in the focus groups aspired to become homeowners in the region eventually. At this stage, more research is needed on the levels of immigrant homeownership in the outer suburbs and, in particular, how immigrant families achieved their goal. It is important to identify the different coping strategies (e.g., from sharing accommodation to subletting part of their dwellings) that immigrants use to save enough money to achieve homeownership in the outer suburbs as well as the numerous challenges they face trying to attain this objective. Such information will help service providers, social planners, and policymakers better understand immigrants’ settlement challenges, housing choices and preferences, and their aspirations as well as their adaptation to life in the suburbs.

Some participants in the focus groups shared their experiences and thoughts on the pressure to become a homeowner:

You have to work hard if you want to achieve [homeownership]. But I also think [that] if you own a house and you have children, it’s something no one can take away from you... [landlords] cannot kick me out with one month’s notice.

I have four children... so we are a fighting family... we are renting a basement—actually, it is a two-bedroom, but the other bedroom is rented to a couple without children from our country [the Philippines]... We are renting it for \$400, excluding utilities... If we want buy one day, we have to make sacrifices... we have a common kitchen and bathroom [shared by the two families].

LIVING IN APARTMENT BUILDINGS AND BASEMENT UNITS

None of the participants surveyed was renting a single-detached or semi-detached house and very few (7% in Surrey; 19% in Richmond) were renting townhouses. In contrast, the majority of participants (around 50% in both cities) lived in apartment buildings, while the remaining participants (31% in Surrey; 19% in Richmond) were living in basement apartments (Surrey) and/or on ground floors (Richmond).

Many immigrants' first experiences with Canada's rental housing market were not what they expected when they left their country of origin. Living in a basement apartment was a coping strategy used by many participants. But at what price? One participant noted:

I never got used to it... [the] lack of sunlight in the basement made me sick. My wife was depressed... the landlord was always reminding us of the noise that our kids were making...

Moving to a basement is not an easy task until unless you find the right type of landlords, otherwise they try to be very stingy and not cooperative.

HIGH HOUSING COSTS: AT RISK OF HOMELESSNESS?

Two-thirds of the participants in Surrey were paying between \$500 and \$1,000 a month in rent, while in Richmond only 34% of the participants were paying similar amounts (Table 3). Almost half (47%) of those in Richmond were paying more than \$1,000 a month in rent compared to only 19% in Surrey, indicating that Richmond's rental housing market is more expensive than Surrey's.

In general, our participants found renting in both cities very expensive. Most of those in Surrey (54%) and Richmond (69%) were spending more than 50% of their monthly household income on housing, putting them at risk of homelessness. In sum, this group of recent immigrants is under enormous financial pressure to pay high shelter costs. Not surprisingly, many of these participants want access to subsidized housing. In fact, 25% of the respondents in Surrey and 41% in Richmond were already on a social housing waitlist (Table 3). However, limited supplies of social housing in both Surrey and Richmond in addition to long waiting lists made many participants in the focus groups pessimistic about their ability to obtain this type of accommodation.

HOUSING SOLUTIONS: THE NEED FOR MORE SUBSIDIZED HOUSING

Respondents in the focus groups were unanimous in citing an urgent need for more subsidized housing in Richmond and Surrey. They believe all levels of government should do more to ease their settlement

and integration in the region. Access to affordable housing is crucial for these immigrants at this stage of their settlement and integration in Surrey and Richmond. Some participants made suggestions:

There is some miscommunication which they [the government] should rectify before you step in Canada... they should let you know or inform correctly about what you will or will not find in terms of housing, jobs, qualifications... how it works here.... How can I get help from the government? Where to find the type of house I need? Where can I find this information?... Instead they just paint a rosy picture... If I knew all this, I would still give a second thought and say, You know what?... I still have to struggle here for five years. Am I ready for this?

We need more services to help us find housing that we can afford.... Surrey is huge... where to find affordable housing when people don't know you and you don't know them. This is a different world... and if you don't own a car it's a nightmare.

MOBILITY, CURRENT HOUSING CONDITIONS AND RESIDENTIAL SATISFACTION

MOVING IN SEARCH OF AFFORDABLE HOUSING

The Canadian housing literature shows that recent immigrants' settlement patterns in Canada's major cities are characterized by high levels of residential mobility. Relatively little is known, however, about the residential mobility of recent immigrants in the outer suburbs of major metropolitan areas. What are the main "push-pull" forces behind their decisions to move? The limited literature available shows that a combination of low vacancy rates, expensive rental markets, and a shortage of non-profit and public or social housing in the outer suburbs may complicate immigrants' choices in terms of where to look for affordable housing. Ultimately, their residential mobility may be constrained by the lack of affordable housing and/or housing information (Preston et al., 2009; Teixeira 2007).

We asked participants for the main reasons (push-pull forces) behind their decision to move to their current residence in Surrey or Richmond. Close to two-thirds of the participants in both cities cited "rents too expensive" or "unaffordable housing" as the most important

triggers (stress) leading them to move to their present residence. A less significant group of participants (around one-third in Surrey versus one-quarter in Richmond) indicated that the “quality” or “housing conditions” of their previous residence was an important reason—a “push” force—for moving. Other reasons for moving included “number of children” and “accessibility.” More participants from Surrey (20%) cited “large families,” being “close to public transportation,” or being “close to schools,” as important factors contributing to the move to their present residence, compared with participants from Richmond (10%).

Participants’ reasons for moving reflect the reality of Surrey and Richmond’s rental housing markets as well as problems with the local municipal infrastructure: high rents, poor-quality housing in certain neighbourhoods, and an inadequate public transportation system (particularly in Surrey, one of the largest municipalities in Canada, especially with regard to bus routes in areas with high concentrations of immigrants or low-income residents).

These findings echo earlier research in large Canadian metropolitan areas showing that new immigrants often move in search of better, more affordable housing conditions in better neighbourhoods (see Murdie & Teixeira, 2003). These moves are often very stressful and time-consuming experiences for recent immigrants due, in part, to the limited supply of affordable housing. Another source of stress is limited access to public transportation (particularly for those who do not own a car), which can affect immigrants’ ability to integrate into the social, cultural, and economic life of the outer suburbs (see Lo et al. 2010; Preston et al. 2009).

BARRIERS ENCOUNTERED IN THE HOUSING SEARCH

Many participants in the focus groups indicated that the search for affordable rental housing in Surrey or Richmond was, in general, a stressful experience for them and their families. About 72% (40 out of 56) of the participants in Surrey and 50% (16 out of 32) in Richmond described their housing search as “difficult.” The most frequently cited difficulties in their housing search were, in order of importance: (a) income level versus housing costs (rents); (b) a lack of in-depth and reliable housing information about the local rental housing markets; and (c) discrimination or prejudice by the landlords they contacted.

These barriers seem to have limited many participants' housing choices and outcomes: both the neighbourhood they lived in and the type and quality of dwelling they were occupying. With regard to the most important barrier—low incomes versus high rental costs—participants noted:

In our country we are well educated in everything, [but when] we come here we are nothing... with my job [salary], it is very difficult to run the family [household expenses], much less to pay the high rents out there... [which are] not [within] my budget. We finished by renting a two-bedroom basement suite [\$900/month], [which was] much less expensive than renting an apartment.

Some would say it's cheaper to rent in Surrey then elsewhere... true... it's cheaper to rent here than in Vancouver, where you have to pay \$1,800 to rent... yes, but only if it fits your budget [household income]... If not, which is my case, we have to make a lot of sacrifices to survive by renting housing that I never thought I would one day live in... My apartment is 51 years old... anything there is old and the area is not safe [drugs]... Surrey has everything, but some of its housing needs to be upgraded [too old in need of repairs] and some neighbourhoods need to improve and become safer... more working together as neighbours... more "Neighbourhood Watch."

On the lack of in-depth and reliable housing information about the local rental housing markets, including limited housing services and programs, some participants noted:

Look how big the city of Surrey is. As a new immigrant, how should I know where to find jobs... to find the right people and organizations to help find housing that I can afford? I looked at the newspapers, but I got lost... too many calls without answers... it's discouraging...

If you are sponsored by the government [refugees] you get a lot of help with housing... We don't. We are on our own here. The government should invest more in housing... For large families, there is a large demand of subsidized housing.

We are too dispersed in Surrey... we need more help and guidance from settlement workers... not only finding housing, but also dealing with the landlords. They are the ones who know the city well.

INFORMATION SOURCES USED

Roughly two-thirds of the participants in Surrey and Richmond used several sources or methods in looking for their permanent residence. These were, in order of importance: (a) relatives, (b) friends, (c) local newspapers or the Internet, and (d) driving around the city, looking for rental signs. Overall, less than one-third of participants in both cities used mainstream private or non-private market organizations or institutions when looking for their present residence.

Although there are immigrant settlement agencies in both Surrey and Richmond that provide immigrants with a range of services and information (including ESL/language upgrading, information on the labour market, an explanation of the employment search process, help preparing résumés and cover letters, interview skills training), very few of these organizations specialize in housing services, such as providing information to new immigrants about the complex local real estate markets. One of the exceptions is “OPTIONS – Immigrant Settlement Services” in Surrey, which helps individuals, including immigrants, find rental accommodation. It also assists landlords in finding new tenants in Surrey. OPTIONS publishes an online housing registry that offers up-to-date listings of rental units available in the city. Few other organizations provide such specialized services to newcomers.

Some organizations in Surrey and Richmond (e.g., SUCCESS) organize “housing workshops” to help newcomers to the city who are looking for accommodation. However, the limited number of housing services and programs available cannot accommodate the needs of a steadily growing population with special housing needs and preferences as well as with affordability problems. There is thus an urgent need to increase the number of organizations specializing in housing services and programs to new immigrants in both cities.

HOUSING DISCRIMINATION

In comparison with other industrialized countries (e.g., the U.S., the U.K., or France), Canada appears to have a more “open,” less constrained housing market (Hulchanski and Shapcott, 2004; Murdie, 2003). However, with the growing suburbanization of immigration in Canada, the

extent to which this image corresponds with reality, particularly in the outer suburbs of major metropolitan areas, is yet to be studied.

Some focus group participants revealed that on several occasions they were “not welcomed,” and thus felt discriminated against by landlords while inquiring about and/or looking for rental housing. On this hot-button issue participants noted:

They [landlords] take advantage of us because we are new landed immigrants... we don't know how things are run here... My landlord said they were going to raise the rent and didn't explain why. Then we had to move because we couldn't afford [it].

If it was not for my church, I would not be living where I am now... I have three children and if you have a large family, the landlords are afraid to rent [to you]... For them, too many people causes problems... We need more housing for large families.

When you go to rent they ask: “Where do you come from? Are you working? Do you have good credit?” And they check it... They are afraid we [foreigners] would not pay the rent. My landlord told me that one Canadian didn't pay the rent and left... so I think they are more cautious with us foreigners.

I have asthma. So I am suffering from the carpet, which is very dusty... it's very old and dirty. I can't live with dirty things around. So the first time when I talked to the landlord and I asked if he could change it, he said you have to pay an extra \$100 each month. I said no... I can't afford and now I have to use an inhaler. He was not helpful... He simply wants to make money and they [landlords] know that we don't know our rights.

More education is needed to ensure that landlords respect tenants' rights, accept cultural differences, and are flexible in accommodating immigrants' housing needs and preferences. It is also important to raise immigrants' awareness of their rights and obligations as tenants. Within this context, settlement organizations and housing service providers have an important role to play as a bridge between landlords and renters. More housing service programs, including housing workshops, would help increase immigrants' knowledge about housing-specific issues in today's complex, expensive housing markets.

Given the limited supply of affordable housing, landlords have more power to screen which immigrants will get rental accommodation, what

neighbourhoods they will live in, and at what price. By promoting social exclusion and by directing certain immigrant groups, including refugees and visible minorities, to low-quality housing in low-income neighbourhoods, this type of discrimination thus has the potential to shape urban space in Surrey and Richmond. More research is needed on the role of landlords as well as other social gatekeepers (e.g., builders, developers, planners, politicians, housing providers, housing managers) in the outer suburban rental housing markets in major Canadian metropolitan areas.

COPING STRATEGIES

The most common methods participants used to deal with the expensive rental housing market were sharing accommodation with relatives or friends, and/or renting low-quality housing (e.g., basements, old apartments). About one-third of the participants in Surrey and Richmond shared a dwelling with five or more people (Table 4). In addition, 32% of participants in Surrey and 16% in Richmond declared they were living in overcrowded conditions. Many participants didn't view overcrowding as a "problem," however, because they were used to such housing conditions in their home countries and cultures.

Focus group participants were asked whether they thought homelessness was a major issue or not in the local immigrant communities of Surrey and Richmond. Very few participants agreed that members of their immigrant group were at risk of becoming homeless. A common rationale offered for this was that immigrants, in order to overcome the numerous barriers they encounter in the rental housing market, work very hard and try to find solutions through "family sacrifices" (e.g., taking two jobs, sharing housing to save money, renting low-quality housing, living frugally). As one participant noted, "We are not here to depend on money from the government...we came to build a future in Canada." Most participants expressed a strong conviction that once they got a job commensurate with their qualifications—"a job that pays"—they would be able to improve their housing conditions. Another participant said, "Housing is just the tip of the iceberg... we want jobs that pay, *then* we can deal with the problem [housing costs]." Another participant added, "We do it [make sacrifices] because of our children... their future is here."

SATISFACTION WITH RESIDENCE AND NEIGHBOURHOOD

Half of the participants in Surrey said that their dwelling “needs minor or major repairs,” compared with about one-third of those in Richmond. Participants from Surrey also showed higher levels of dissatisfaction (Table 4) with their present residence and neighbourhood than participants in Richmond. Dissatisfaction with a dwelling’s quality, size (usually too small to comfortably accommodate the participant’s family), and the lack of safety in certain neighbourhoods were reasons for dissatisfaction most often cited by Surrey participants.

When focus group participants were asked whether they intended to move in the near future, half of the participants in both cities said they aspired to move in the next five years to improve the quality and/or size of their dwelling, if possible in a better neighbourhood (e.g., safer and with better accessibility to schools and public transportation and with more services) (see Table 4).

Table 4. Current housing conditions and residential satisfaction.

	Surrey (N=56)	Richmond (N=32)
Household		
Married/common-law couple/with children	46%	38%
Married/common-law couple/no children	11%	22%
One person	11%	13%
One adult w/children	11%	9%
Two or more unrelated persons	4%	9%
Other	18%	9%
Number of persons/current dwelling		
One person	7%	13%
Two	14%	28%
Three	25%	22%
Four	16%	6%
Five or more	38%	31%
Dwelling crowding		
Overcrowded	32%	16%
Comfortable enough room	68%	75%
Too big for current household	--	9%

	Surrey (N=56)	Richmond (N=32)
Dwelling conditions		
Good repair	50%	63%
Needs minor repairs	21%	28%
Needs major repairs	29%	9%
Satisfaction with dwelling		
Very dissatisfied/Somewhat dissatisfied	57%	44%
Very satisfied/Somewhat satisfied	43%	56%
Satisfaction with neighbourhood		
Very dissatisfied/Somewhat dissatisfied	46%	28%
Very satisfied/Somewhat satisfied	54%	72%
Future moves/Next five years		
Yes	48%	56%
Don't Know	2%	9%

Source: Questionnaire Survey, Focus groups, 2010.

HOUSING RECOMMENDATIONS

Resilience and a spirit of sacrifice allow immigrants to overcome forms of poverty and hidden homelessness in the outer suburbs of Vancouver. The question is how long they will be able to cope with the difficulties they encounter every day in the outer suburbs.

Fifteen key stakeholders, including service providers in Vancouver, Richmond, and Surrey, were invited to comment on the major barriers and needs new immigrants face in Surrey and Richmond's housing rental markets and to make recommendations on what should be done to improve housing opportunities, including housing services, and programs for newcomers.

Key informants agreed that the housing crisis affecting Surrey and Richmond—a limited supply of affordable rental housing paralleled with the high cost of living for many new immigrants and refugees (some still struggle to find a job commensurate with their qualifications)—make these two cities a unique and challenging region of Vancouver in which to settle and live. They suggested that more funding from all levels of government (federal, provincial, and local)—both for-profit and non-

profit—is urgently needed. This could include: (a) funding affordable housing construction (to rent or buy); (b) regulating and cooperating with urban gatekeepers such as developers and builders on issues related to flexible zoning, increasing density bonusing, working on land partnerships, waiving property taxes; (c) facilitating dialogue between landlords and renters; or (d) supporting local community organizations to help them provide housing assistance to immigrants. Key informants also agree that there is a need for government to adopt housing policies and strategies that address the uniqueness of the new population in the outer suburbs—one that includes an increasingly culturally diverse immigrant population, many of whom are members of visible minorities as well as refugees.

The consensus among key informants is that, although efforts have been made to welcome more new immigrants to Surrey and Richmond, far more remains to be done to deal with barriers such as illegal renting, the provision of unsafe and poor quality housing, and housing discrimination by landlords. Many immigrant families and refugees in Surrey and Richmond at risk of homelessness face daily discrimination in the local housing markets. This situation needs to be rectified by (a) implementing stricter regulatory controls (including the legalization of illegal rented basement suites) that would serve to address many of the problems associated with unsafe, poor-quality, rented basement suites; (b) creating a better dialogue between landlords and immigrant renters and making landlord education a priority, and (c) instituting regulatory changes allowing enforcement of the law against housing discrimination by landlords as well as by other housing gatekeepers (e.g., financial institutions, housing managers, real estate agents).

Despite the numerous gaps identified by our key informants with regard to the deficient supply of affordable rental housing in both cities and the urgent need to deal with this important issue as soon as possible, there were many key informants who also recognized some of the innovative policy thinking that is taking place, particularly at the municipal level (e.g., Metro Vancouver, cities of Surrey and Richmond). Some noted, for example, strategic partnerships with the private sector and other branches of government that are under way. Some key informants also underlined the fact that support from the Province of British Columbia (e.g., B.C. Housing) has been strong, but that support from the federal government is, in its present form, lacking. In face of

some of these constraints, key informants have advocated not only for increased intergovernmental cooperation but also for the private sector (e.g., the construction industry and developers) to play a more active role in affordable housing.

Key informants also agreed on the urgent need for more community organizations in Surrey and Richmond specializing in the provision of reliable, good quality, housing services and programs to better assist immigrants looking for rental housing.

As some key informants noted, there is an urgent need to “move beyond the current package” of available services by including more housing information and homelessness-prevention programs in order to meet the growing demand from recent immigrants and refugees settling in Surrey and Richmond. Key informants suggested that more funding from all levels of government should be available to community organizations to provide more extensive housing services and culturally oriented programs to new immigrants.

Given the major gaps facing settlement organizations with regard to available housing services and programs, key informants recommended that settlement organizations widen their services to provide more specialized, ethno-specific (culturally oriented) housing information and services/programs to new immigrants. Financial help from the government could be used to hire “housing specialists” or “housing settlement workers” capable of providing housing-specific information on local housing markets. These housing experts could provide close guidance through the most important steps of new immigrants’ housing search processes, including monitoring housing outcomes.

CONCLUSION

While immigrants continue to arrive in traditional Canadian metropolitan gateway areas, recent data from the Canadian Census has sparked significant interest in immigrant dispersal to new destinations outside major urban centres, especially the suburbs. One of the most important consequences of rapid population growth and the recent concentration of immigrants and minorities in the suburbs is an increasing demand for housing paralleled by a lack of affordable housing. Research into the constraints and outcomes of immigrants’ and minorities’ housing experiences has policy implications for all levels of government.

The majority of the participants in the focus groups used in this study had lived in Richmond and Surrey for less than three years and had come directly to these cities upon arrival in Canada. These immigrants decided to settle in Surrey and Richmond for three main reasons: (a) to live near people of the same ethnic/cultural background; (b) because they had relatives or friends who were already established in the region, and/or (c) housing costs/rents were less expensive. The desire to live close to people of the same ethnic/racial and cultural background and to ethnic networks (family members and friends) thus played a key role for the majority of our participants in their search for housing and jobs upon their arrival in the region. These findings echo earlier research conducted in the outer suburbs of Vancouver (Sherry, 2009) and Toronto (Lo et al., 2010; Preston et al., 2009), showing that new immigrants and refugees feel more comfortable relying on their own (informal) social networks than on formal Canadian sources (e.g., government organizations, NGOs, or professional housing service agencies). Yet despite the numerous advantages these ethno-specific social networks (e.g., relatives and friends from the same ethnic background) offer new immigrants in the first year of settlement, particularly in their housing searches, much less is known about their limitations—particularly in the suburbs of major metropolitan areas.

In most cases, these participants viewed living with relatives or friends upon their arrival as a short-term housing solution to cope with a number of barriers, chief among them their lack of familiarity with the city, its people, and culture as well as its complex housing markets. For many, it was a way to save some money before renting their own place. Sharing accommodation was especially important for the Chinese group in Richmond and the East Indian group in Surrey—two well-established communities in the region. These two immigrant groups are also well known as having strong social networks and community structures as well as high levels of homeownership—factors that create opportunities for homeowners in these groups to rent to people from their own ethnic background. An important supply of rental housing in the region thus comes from inside the Chinese and East Indian communities, which helps homeowners in these groups save money to help pay their mortgages while at the same time helping renters in search of affordable housing.

We could conclude from the focus groups that if sharing accommodation initially with relatives or friends had disadvantages for some immigrants (e.g., overcrowding, lack of privacy, family tensions), it also had the advantage of providing the participants with a “comfort zone” where they could get help whenever necessary, and which made them feel more at home in the region.

In general, participants found renting in both cities very expensive. Most of the participants in Surrey (54%) and Richmond (69%) were spending more than 50% of their monthly household income on housing, putting them at risk of homelessness. In sum, this is a group of recent immigrants under enormous financial pressure. Not surprisingly, many of these participants wanted access to subsidized housing. In fact, 25% of the respondents in Surrey and 41% of those in Richmond were already on a social housing waitlist. However, limited supplies of social housing in both Surrey and Richmond, in addition to long waiting lists for the same, made many participants in the focus groups both concerned and pessimistic with regard to their ability ever to obtain this type of accommodation. The limited supply of affordable housing and its impact upon an immigrant’s housing trajectory and integration in the outer suburbs deserves more research by Canadian scholars.

Despite the numerous difficulties (e.g., high rents, overcrowding, bad quality housing) that many immigrants are facing today in the rental housing market, almost all participants (80 out of 88) in the focus groups aspired to become homeowners in the region. More research is needed with regard to levels of immigrant homeownership in the outer suburbs and, in particular, how it was achieved. It is important to identify the different coping strategies (e.g., from sharing accommodation to subletting part of a dwelling) that immigrants use to save enough money to achieve homeownership in the outer suburbs as well as the numerous barriers/challenges they face trying to attain this objective. Such information will help service providers, social planners, and policymakers better understand immigrants’ settlement challenges, housing preferences, and aspirations as well as their adaptation to life in the suburbs.

The nature and frequency of barriers encountered in their housing search can indicate a new immigrant’s ability to access housing that fits his or her needs. Many focus group participants indicated that the search for affordable rental housing in Surrey or Richmond was, in general, a stressful experience. About 72% of the participants in Surrey and

50% in Richmond described their housing search as “difficult.” The most frequently cited difficulties were, in order of importance: (a) income level versus housing costs (rents); (b) a lack of in-depth and reliable housing information about the local rental housing markets; and (c) discrimination or prejudice by the landlords contacted. These barriers seem to have considerably limited many participants’ housing choices and outcomes: the neighbourhood they lived in and the type and quality of dwelling they occupied.

Around two-thirds of the participants in Surrey and Richmond relied on a wide variety of methods when looking for their permanent residence. These were, in order of importance: (a) relatives, (b) friends, (c) local newspapers and the Internet, and (d) driving around looking for rental signs. Overall, fewer than one-third of participants in both cities used mainstream private or non-private market organizations or institutions when looking for their present residence. Despite the existence of some important immigrant settlement agencies in both Surrey and Richmond providing a range of services (e.g., ESL/language upgrading, information on the labour market and the employment search process, help preparing résumés and cover letters, practice in interview skills), very few specialize in housing services or offer information to new immigrants about the complex local real estate markets. The limited number of housing services and programs available is not sufficient to accommodate the needs of a steadily growing population with special housing needs and preferences, not to mention affordability problems. There is thus an urgent need to increase the number of organizations specializing in housing services and programs to new immigrants in both cities.

At this stage, numerous other questions remain unclear and unanswered by the Canadian housing literature: Are immigrants aware of the existence of these formal sources/organizations in the areas where they live? What do they know about these programs and services? Do they receive enough information from the local community, including the various levels of government, about the existence of these services and programs before and after their arrival in Canada? Can language barriers or an immigrant’s lack of trust in Canadian sources be a barrier to their making regular use of these information channels, or is it simply the case that these formal Canadian sources do not provide an adequate

quantity and quality (preferably ethno-specific) of housing services to satisfy immigrants' housing needs and preferences?

The few studies available in the Canadian housing literature show that, in Richmond and Surrey, there is an urgent need for more organizations to provide specialized housing services to newcomers. Specifically, city-based housing search specialists familiar with the local housing (sub)markets and the social geography of the city are needed to provide area-specific housing information as well as ongoing assistance and support to newcomers arriving in the outer suburbs (see Sherrel, 2009). Lo and her team (2010, i, ii) note that, in the face of a rapidly growing and increasingly diverse population in the suburban areas of large Canadian metropolises, "It is crucial to explore the conditions of services to vulnerable groups." According to the authors, the challenge for policymakers and service providers is to "raise awareness and improve services delivery in low-density suburbs."

Acknowledgments

This paper is a "summary" of a larger study published in the Metropolis British Columbia – Working Paper Series (No. 12-03) – Carlos Teixeira (2012), *The Housing Experiences and Coping Strategies of Recent Immigrants in the Suburbs of Vancouver (Surrey and Richmond)*. The author wishes to thank Metropolis British Columbia for its support and Mr. Sherman Chan (MOSAIC Settlement Services) and Mr. Chris Friesen (ICSS – Immigrant Services Society of British Columbia) for their letters of support for this MBC project. The author would also like to thank all immigrants and key stakeholders who participated in this study. He would like to thank his research assistant on this project, Joshabelle Josephson, for her great work. He would also like to thank the following organizations in Surrey: SUCCESS Settlement Services, the Progressive Intercultural Community Services Society (PICS) and the Progressive Intercultural Community Services and in Richmond the Richmond Multicultural Services (RMCS) for their advice and help in the recruitment of recent immigrants. Thanks also go to Lance Jakubec (Canada Housing and Mortgage Corporation – Vancouver) for providing special tabulations of housing data for the Metropolitan Region of Vancouver.

REFERENCES

- ABU-LABAN, Y. & Garber, J. (2005). The construction of the geography of immigration as a policy problem: The United States and Canada compared. *Urban Affairs Review* 40(4), 520–561.
- BC STATISTICS (2006A). *PROFILE OF IMMIGRANTS IN BC COMMUNITIES 2006 – SURREY*, British Columbia.
- BC STATISTICS (2006B). *PROFILE OF IMMIGRANTS IN BC COMMUNITIES 2006 – RICHMOND*, British Columbia.
- BC STATISTICS (2006C). *2006 CENSUS PROFILE – SUMMARY VERSION – SURREY*, British Columbia.
- BC STATISTICS (2006D). *2006 CENSUS PROFILE – SUMMARY VERSION – RICHMOND*, British Columbia.
- BUNTING, T., Walks, A. & Filion, P. (2004). The Uneven Geography of Housing Affordability Stress in Canadian Metropolitan Areas. *Housing Studies* 19(3), 361–393.
- BROADWAY, M. (2000). Planning for change in small towns or trying to avoid the slaughterhouse blues. *Journal of Rural Studies* 16(1), 37–46.
- BRUNNER, L. R. & Friesen, C. (2011). Changing faces, changing neighbourhoods: Government-assisted refugee settlement patterns in Metro Vancouver 2005–2009. In: Hiebert, D. (ed.), *Our Diverse Cities: British Columbia*, Ottawa: Metropolis, 93–100.
- CARTER, T. & Vitiello, D. (2012). Immigrants, Refugees, and Housing. In: Teixeira, C., Li, W., and Kobayashi, A. (eds.), *Immigrant Geographies of North American Cities*, Don Mills, Ontario: Oxford University Press, 91–111.
- CARTER, T., Polevychok, C., Friesen, A., & Osborne, J. (2008). *The Housing Circumstances of Recent Arrived Refugees: The Winnipeg Experience*. Winnipeg: Prairies Metropolis Centre.
- CARTER, T. (2005). The influence of immigration on global city housing markets: The Canadian perspective. *Urban Policy and Research*, 23(3), 265–286.
- CMHC (2010). *CMHC RENTAL MARKET SURVEY*. OTTAWA: CMHC.
- DARDEN, J. & Fong, E. (2012). The Spatial Segregation and Socio-economic Inequality of Immigrant Groups. In: Teixeira, C., Li, W., and Kobayashi, A. (eds.), *Immigrant Geographies of North American Cities*, Don Mills, Ontario: Oxford University Press, 69–90.
- DARDEN, J. (2004). *The Significance of White Supremacy in the Canadian Metropolis of Toronto*. Lewiston: Edwin Mellen Press.

- D'ADDARIO, S., Hiebert, D. & Sherrell, K. (2007). Restricted access: The role of social capital in mitigating absolute homelessness among immigrants and refugees in the GVRD. *Refuge*, 24(1), 107–115.
- DION, K. L. (2001). Immigrants' perceptions of housing discrimination in Toronto: The Housing New Canadians Project. *Journal of Social Issues*, 57(3), 523–39.
- DROLET, J., Robertson, J., Multani, P., Robinson, W., & Wroz, M. (2008). Settlement experiences in a small city: Kamloops, British Columbia. *Small Cities Imprint* 1(1), 21–30.
- FIEDLER, R., Schuurman, N. & Hyndman, J. (2006). Hidden homelessness: An indicator-based approach for examining the geographies of recent immigrant at-risk of homelessness in Greater Vancouver. *Cities* 23(3), 205–16.
- FONG, E. & Chan, E. (2010). The effect of economic standing, individual preferences, and co-ethnic resources on immigrant residential clustering. *International Migration Review*, 44(1): 111–141.
- GHOSH, S. (2007). Transnational ties and intra-immigrant group settlement experiences: A case study of Indian Bengalis and Bangladeshis in Toronto. *GeoJournal* 68(2–3), 223–42.
- HIEBERT, D. & Mendez, P. (2008). *Settling In: Newcomers in the Canadian Housing Market 2001–2005*. Vancouver: Metropolis British Columbia (Working Paper 08–04).
- HIEBERT, D., Mendez, P., & Wylie, E. (2006). The Housing Situation and Needs of Recent Immigrants in the Montreal, Toronto, and Vancouver CMAs: An Overview. Ottawa: Canada Mortgage and Housing Corporation (Research Report).
- HIEBERT, D. (2005). Newcomers in the Canadian housing market: A longitudinal study, 2001–2005. *The Canadian Geographer*. 53(3): 268–287
- KILBRIDE, K. M. & Webber, S. (2006). *Plug Them In and Turn Them On: Homelessness, Immigrants and Social Capital*. Ottawa: Housing and Homelessness Branch, Human Resources and Social Development Canada.
- LARRIVEE, M. (2011). Response to the changing landscape of settlement in Greater Vancouver: The Step Ahead Settlement Enhancement Project. In: Hiebert, D. (ed.), *Our Diverse Cities: British Columbia*, Ottawa: Metropolis, 76–81.
- LI, W. & Teixeira, C. (2007). Introduction: Immigrants and transnational experiences in world cities. *GeoJournal*, 68 (2/3), 93–102.
- LO, L., Wang, S., Anisef, P., Preston, V., & Basu, R. (2010). *Recent Immigrants' Awareness of Access to, Use of, and Satisfaction with Settlement Services in York Region*. CERIS – The Ontario Metropolis Centre (Working Paper No. 79).

- MIRAFTAB, F. (2000). Sheltering refugees: The housing experiences of refugees in Metropolitan Vancouver, Canada. *Canadian Journal of Urban Research*, 9(1), 42–63.
- MOORE, E. & Skaburskis, A. (2004). Canada's increasing housing affordability burdens. *Housing Studies*, 19(1), 395–413.
- MOOS, M. & Skaburskis, A. (2010). The globalization of urban housing markets: Immigration and changing housing demand in Vancouver. *Urban Geography*, 31(6), 724–749.
- MOTZ, S. (2011). WelcomeBC: Embracing a strategic shift in the delivery of information services. In: Hiebert, D. (ed.), *Our Diverse Cities: British Columbia*, Ottawa: Metropolis, 71–75.
- MURDIE, R. A. & Skop, E. (2012). Immigration and Urban and Suburban Settlements. In: Teixeira, C., Li, W., and Kobayashi, A. (eds.), *Immigrant Geographies of North American Cities*, Don Mills, Ontario: Oxford University Press, 48–68.
- MURDIE, R. A. & Ghosh, S. (2010). Does spatial concentration always mean a lack of integration? Exploring ethnic concentration and integration in Toronto. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(2), 293–311.
- MURDIE, R. A. (2008a). *Diversity and Concentration in Canadian Immigration: Trends in Toronto, Montreal and Vancouver, 1971–2006*. Toronto: Cities Centre for Urban and Community Studies, Cities Centre, University of Toronto, Research Bulletin 42.
- MURDIE, R. A. (2008b). Pathways to housing: The experiences of sponsored refugees and refugee claimants in accessing permanent housing in Toronto. *International Migration & Integration* 9(1), 81–101.
- MURDIE, R. A., Preston, V., Chevalier, N., & Ghosh, S. (2006). *Immigrants and Housing: A Review of Canadian Literature From 1900 to 2005*. Ottawa, Ontario: Canada Mortgage and Housing Corporation.
- MURDIE, R. A. (2002). The housing careers of Polish and Somali newcomers in Toronto's Rental Market. *Housing Studies* 17(3), 423–43.
- MURDIE, R. A. & Teixeira, C. (2003). Towards a comfortable neighbourhood and appropriate housing: Immigrant experiences in Toronto. In: Anisef, P. & Lanphier, M. (eds.), *The World in a City*. Toronto: University of Toronto Press, 132–91.
- NOVAC, S., Darden, J., Hulchanski, D., & Seguin, A. (2004). Housing discrimination in Canada: Stakeholder views and research gaps. In: Hulchanski, D. & Shapcott, M. (eds.), *Finding Room: Policy Options for a Canadian Rental Housing Strategy*. Toronto: University of Toronto Press, Centre for Urban and Community Studies, 135–146.

- PAINTER, G. & Yu, Z. (2010). Immigrants and housing markets in mid-size metropolitan areas. *International Migration Review*, 44(2): 442–476.
- PRESTON, V. Murdie, R., Wedlock, J., Agrawal, S., Anucha, U., D'Addario, S., Kwak, M., Logan, J. & Murnaghan, A.M. (2009). Immigrants and homelessness—At risk in Canada's outer suburbs. *Canadian Geographer*, 53(3), 288–304.
- PRESTON, V., Murdie, R. A. & Murnaghan, A. M. (2007). *The Housing Situation and Needs of Recent Immigrants in the Toronto CMA*. Toronto: CERIS (Working Paper No. 56).
- PRESTON, V. & Murnaghan, A. M. (2005). Immigration and racialization in Canada: Geographies of Exclusion? In Siemiatycki, M. (ed.), *Immigration and the Intersection of Diversity*. Ottawa: Metropolis Institute, 67–71.
- QADEER, M., Agrawal, S. K., & Lowell, A. (2010). Evolution of ethnic enclaves in the Toronto Metropolitan Area, 2001–2006. *Journal of International Migration and Integration*, 11(3), 315–339.
- RADFORD, P. (2007). A call for greater research on immigration outside of Canada's three largest cities. In Reimer, B. (ed.). *Our Diverse Cities: Rural Communities*. Ottawa: Metropolis, 47–51.
- RAY, B., & PRESTON, V. (2009). Geographies of discrimination: Inter-urban variations in Canada. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, 7(3), 228–249.
- ROSE, D. & RAY, B. (2001). The housing situation of refugees in Montreal three years after arrival: The case of asylum seekers who obtained permanent residence. *Journal of International Migration and Integration* 2(4), 493–529.
- ROSE, J. (2001). Contexts of interpretation: Assessing immigrant reception in Richmond, Canada. *The Canadian Geographer*, 45(4), 474–493.
- SHERRELL, K. (2009). *At Home in Surrey? The Housing Experiences of Refugees in Surrey, B.C.* Surrey, B.C.: City of Surrey.
- SINGER, A. (2005). *The Rise of New Immigrant Gateways*. Washington, D.C.: Center on Urban and Metropolitan Policy, Brookings Institution.
- TEIXEIRA, C. (2011). *The Annual Literature Review: Domain – “Housing and Neighbourhoods.”* Report Submitted to Metropolis Canada (Ottawa).
- TEIXEIRA, C. & Halliday, B. (2010). Introduction: Immigration, Housing and Homelessness. In: Teixeira, C., and Halliday, B. (eds.), *Newcomer's Experiences of Housing and Homelessness in Canada*, Canadian Issues, Montreal: Association for Canadian Studies, 3-7.
- TEIXEIRA, C. (2008). Barriers and outcomes in the housing searches of new immigrants and refugees: A case study of “Black” Africans in Toronto's rental market. *Journal of Housing and the Built Environment* 23(4), 253–176.

- TEIXEIRA, C. (2007). Residential experiences and the culture of suburbanization: A case study of Portuguese homebuyers in Mississauga, *Housing Studies* 22(4), 495–521.
- TEIXEIRA, C. (1995). Ethnicity, housing search, and the role of the real estate agent: A case study of Portuguese and Non-Portuguese real estate agents in Toronto. *The Professional Geographer* 47(2), 176–83.
- TEIXEIRA, C. & Li, W. (2009). Introduction: Immigrants and refugee experiences in North American Cities. *Journal of Immigrant & Refugee Studies* 7(3), 221–227.
- TEIXEIRA, C. & Murdie, R. A. (1997). The role of ethnic real estate agents in the residential relocation process: A case study of Portuguese homebuyers in suburban Toronto. *Urban Geography* 18(6), 497–520.

REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA
40 ANOS APÓS ABRIL DE 1974

Organizador: Álvaro Borralho

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva
Subdiretores: Luís Baptista e Ana Paula Marques

Capa: Edições Húmus

© Edições Húmus, Lda., 2015
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão
Telef. 926 375 305
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão
1.ª edição: Dezembro de 2015
Depósito Legal: 401873/15
ISBN: 978-989-755-184-0

Coleção Debater O Social – 38

Este livro foi objecto de avaliação científica

Revolução e democracia: 40 anos após Abril de 1974

reúne um conjunto de textos apresentados no X Encontro de Sociologia dos Açores que interrogam sobre o desenvolvimento recente das sociedades portuguesa e açoriana. O conhecimento que provém destas reflexões leva a um melhor entendimento do País que somos. Um País que se desenvolveu economicamente, se modernizou, se integrou num espaço europeu e que permitiu a um conjunto amplo de cidadãos maiores e melhores condições de existência seja em termos educativos, de acesso à saúde, à cultura e à participação cívica.



CICS.UAc
 Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
 Universidade dos Açores

ISBN 978-989-755-184-0



Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
 CICS.NOVA.UAc

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
 UID/SOC/04647/2013